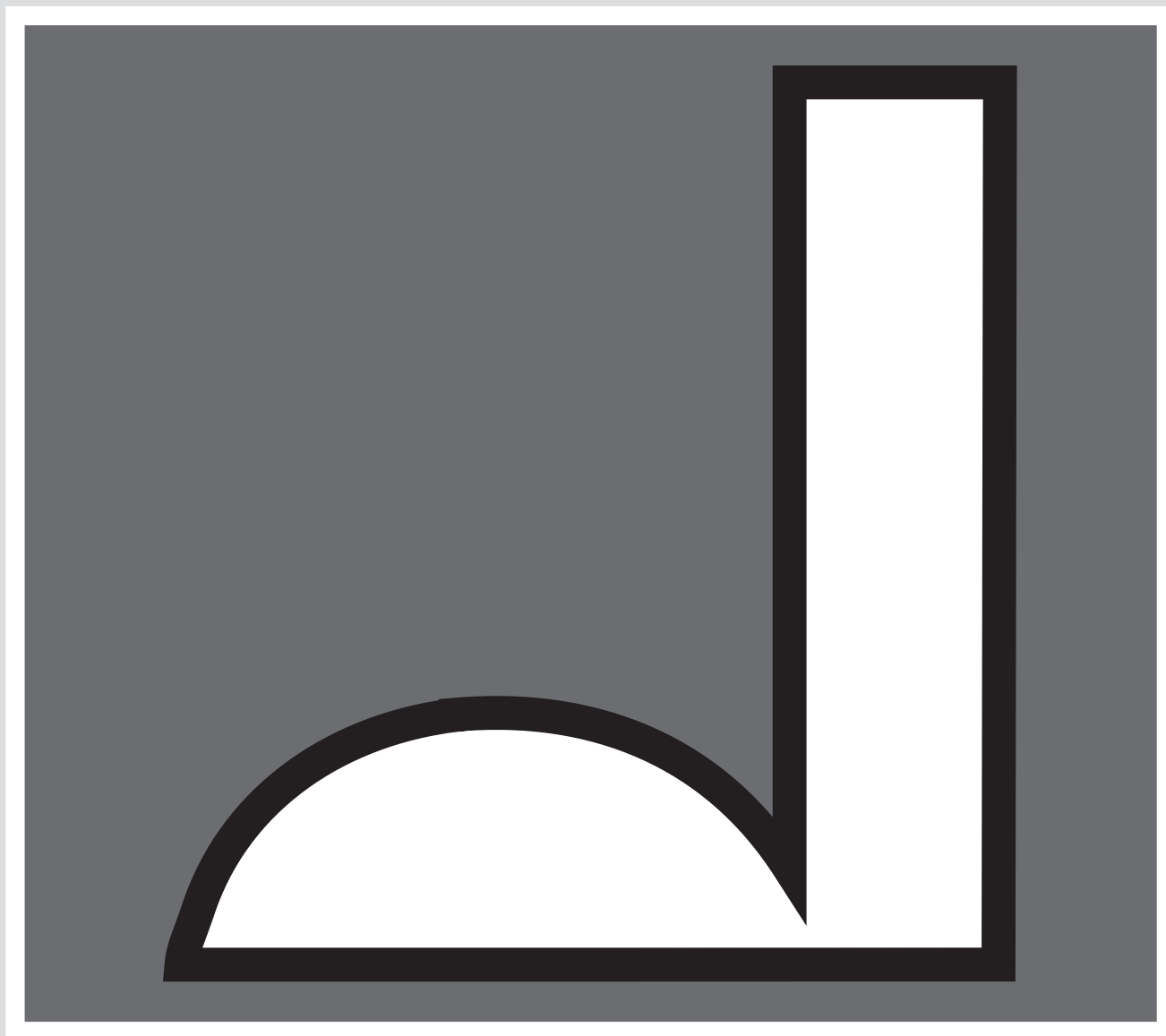




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 179 - QUINTA-FEIRA, 04 DE NOVEMBRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE		4ª SECRETÁRIA
Marconi Perillo - (PSDB-GO)		Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE		
Serys Silhessarenko - (PT-MT)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO		1º - César Borges - (PR-BA)
Heráclito Fortes - (DEM-PI)		2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO		3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇ A

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 29 Líder Vago (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do PSDB - 16 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes Líder do DEM - 13 Antonio Carlos Júnior (14) Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes	Maioria (PMDB/PP) - 18 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (5) Regis Fichtner (13,15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,6,7,9) Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 17 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 8 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 4 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Vago (18)	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Vago (18)
	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Acir Gurgacz	PV - 1 Líder Marina Silva - PV	

Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
- Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
- Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010, tendo retornado ao exercício do mandato em 05.09.10.
- Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
- Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
- Senador Antonio Carlos Júnior passou a exercer a Liderança dos Democratas, interinamente, enquanto perdurar o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
- Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
- Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.
- O Senador Neuto De Conto retornou ao exercício do mandato em 1.10.2010 (OF.INT.GSNC nº 40/2010).
- Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosas Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 174ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE NOVEMBRO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de Requerimentos

Nº 846, de 2010, de autoria do Senador João Tenório, solicitando licença para desempenho de missão no exterior, no período de 4 a 15 do corrente. 48633

Nº 847, de 2010, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Jorge Kalume. 48634

Nº 848, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009. 48634

Nº 849, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2009. 48634

Nº 850, de 2010, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Queiroz dos Santos. 48634

Nº 851, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de congratulações ao Arcebispo de Aparecida, São Paulo, Dom Raymundo Damasceno Assis. 48634

Nº 852, de 2010, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 147 e 148, de 2010. .. 48635

Nº 853, de 2010, de autoria do Senador João Vicente Claudino e outros senhores Senadores, em aditamento aos Requerimentos nºs 171 e 828, de 2010, solicitando que a Sessão Especial em homenagem à passagem do 30º aniversário do falecimento do ex-Senador Petrônio Portella Nunes, seja realizada no dia 29 do corrente. 48636

Nº 854, de 2010, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 279, de 2003, e 494, de 2008. 48637

Nº 855, de 2010, de autoria da Senadora Marisa Serrano e outros senhores Senadores, em aditamento ao Requerimento nº 793, de 2010, solicitando que a comemoração ao Centenário da Associação Psicanalítica Internacional, seja realizada em 25 do corrente. 48637

Nº 856, de 2010, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senador Romeu Tuma. 48638

Nº 857, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de felicitação à Rede Paranaense de Comunicação (RPC TV), pelos seus 50 anos. 48639

Nº 858, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de felicitação ao jornal **Diário no Noroeste**, de Paranavaí-PR, pelo seu 55º aniversário. 48640

1.2.2 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.536, de 2010, de 28 de outubro último, comunicando a renúncia ao mandato de Deputado Federal do Sr. Natan Donadon (PMDB/RO), em 27 de outubro último. 48641

1.2.3 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 73, de 2010 (nº 324/2010, na origem), encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. 48641

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Adoção pelo Senhor Presidente da República, em 28 de outubro de 2010, e publicação no dia 29 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 510, de 2010, que *regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio; dá nova redação ao art. 31 da Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010, que promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol- RECOM; acresce dispositivos à Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; e dá outras providências*. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria. 48710

1.2.5 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 23, de 2010, tendo como primeira signatária a Senadora Níura Demarchi, que *altera o art. 206 da Constituição Federal, para instituir valor mínimo da gratificação de regência de classe aos professores da educação básica pública.* 48710

1.2.6 – Mensagem do Presidente da República

Nº 299, de 2010 (nº 634/2010, na origem), comunicando a sua ausência do País, nos dias 28 e 29 de outubro último. 48723

1.2.7 – Leitura de Projetos

Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2010, de autoria do Senador Marcelo Crivella que *altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho para considerar outras atividades de trabalho em condições de risco acentuado.* 48723

Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2010, de autoria do Senador Marcelo Crivella que *torna obrigatório o uso de equipamentos de proteção auditiva nos ambientes de trabalho em que haja a produção de ruídos contínuos superiores a cinquenta decibéis.* 48724

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Retrospectiva histórica do crescente papel das mulheres como personagens ativas nas transformações políticas do Brasil, e registro da importância que tem Dilma Rousseff nesse processo, como primeira mulher eleita Presidente da República. 48726

SENADOR MARCO MACIEL – Discussão da questão da biodiversidade. Registro das conclusões da II Conferência Internacional: Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas, realizada em Fortaleza. 48729

SENADOR PAULO PAIM – Agradecimentos ao povo gaúcho pelos votos que reelegeram S. Ex^a Senador, com destaque para os registros de que teria sido o candidato ao Senado mais votado no Estado e ainda se tornado o homem público com mais votos recebidos na história do Rio Grande do Sul. 48733

SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Agradecimentos ao povo de Rondônia pela eleição de Confúcio Moura e Airtton Gurgacz ao governo do Estado. Reflexo dos avanços da democracia no País com a eleição da primeira mulher presidente da República, e a aprovação e aplicação, já nestas eleições, da Lei da Ficha Limpa. Importância da visita da Presidente eleita à África. Defesa da reforma tributária. 48735

SENADOR JOÃO FAUSTINO – Destaque para o papel decisivo das propostas apresentadas pelo PSDB nas últimas eleições, e ao desempenho do candidato José Serra. Arquivamento de proposta de emenda à Constituição preparada por S. Ex^a e direcionada às reformas tributária, previdenciária e política. 48737

SENADOR JOÃO RIBEIRO, como Líder – Justificativas para o apoio ao candidato eleito ao governo do Tocantins, Siqueira Campos, a quem felicita. Cumprimentos ao Presidente Lula e à Presidente eleita, Dilma Rousseff, por sua trajetória de vida. 48739

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Considerações sobre o significado da eleição de Dilma Rousseff para a Presidência da República, comentando trechos de discurso da Presidente eleita relacionados à liberdade de expressão e à justiça social. 48743

SENADOR PAPALÉO PAES – Reverência à memória do Senador Romeu Tuma, falecido em 26 de outubro último. 48747

1.2.9 – Posse e prestação do compromisso regimental do Senhor Alfredo Cotait Neto, Primeiro Suplente do Senador Romeu Tuma

1.2.10 – Comunicação

Do Senador Alfredo Cotait, referente à sua filiação partidária (DEM), e adoção do nome parlamentar. 48749

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ALFREDO COTAIT – Pronunciamento de posse no Senado e homenagens ao Senador Romeu Tuma. 48750

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Manifestação de saudade e amizade ao Senador Romeu Tuma, e saudações ao Senador Alfredo Cotait, que assume mandato na Casa. Reflexões sobre as lições advindas do último pleito eleitoral, com citação dos governos que serão administrados pela Oposição. Expectativa quanto à aprovação, ainda neste ano, dos projetos de código de processo civil e penal. 48759

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Designação do Senador Alfredo Cotait para integrar, como suplente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do expediente encaminhado pela Liderança dos Democratas. (Ofício nº 66/2010, de 3 do corrente). 48759

1.2.13 – Apreciação de Matérias

Requerimento nº 805, de 2010, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 48759

Requerimento nº 801, de 2010, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 48759

Requerimento nº 793, de 2010, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 48759

Requerimento nº 855, de 2010, lido anteriormente. **Aprovado.** 48759

Requerimento nº 838, de 2010, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 48759

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item extrapauta

Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 2008 (nº 2.927/2004, na Casa de origem, da Deputada Vanessa Grazziotin e outros), que *institui o dia 20 de janeiro como o Dia Nacional do Farmacêutico.* **Aprovado.** À sanção. 48759

1.3.2 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR MÃO SANTA – Homenagem ao Senador Romeu Tuma, falecido no último dia 26

de outubro, e registro da missa realizada em sua homenagem no Senado Federal. 48775

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Regozijo pelo sucesso do processo eleitoral e congratulações à ex-Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, pela sua eleição à Presidência da República. 48777

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Agradecimentos pela reeleição de S. Ex^a. Homenagem ao Senador Romeu Tuma, falecido no último dia 26 de outubro. 48779

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Destaque à vitória de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais, às suas principais realizações como ministra do Governo Lula e aos seus objetivos como Presidente da República. Leitura de carta endereçada ao ex-Presidente cubano Fidel Castro. 48781

SENADOR MAGNO MALTA – Críticas ao uso da religião nas campanhas eleitorais. Registro dos avanços ocorridos no Brasil, durante o Governo Lula. 48785

1.4.2 – Apreciação de Matéria

Requerimento nº 844, de 2010, lido em sessão anterior. **Aprovado.** 48791

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR VALTER PEREIRA – Congratulações à candidata Dilma Rousseff pela sua vitória nas eleições presidenciais. Crítica pela falta de debate de assuntos relevantes na campanha eleitoral. 48792

SENADOR VALDIR RAUPP – Congratulações à ex-Ministra Dilma Rousseff e ao Deputado Michel Temer pela vitória nas eleições presidenciais. Registro dos avanços ocorridos em Rondônia e no Brasil, durante o Governo Lula. 48794

SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Considerações sobre a campanha eleitoral à Presidência da República. Registro das realizações do Governo Lula e dos desafios para a próxima Presidência da República. 48796

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da eleição de Simão Jatene para o Governo do Estado do Pará. Lamento pela não eleição do candidato José Serra à Presidência da República. Expectativa com relação ao Governo da ex-Ministra Dilma Rousseff. 48801

1.4.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Cúpula da Receita omitiu motivação política da violação do sigilo de tucanos”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 3 de setembro último. 48804

SENADOR MARCONI PERILLO – Homenagem à memória do Senador Romeu Tuma, falecido no dia 26 de outubro. Agradecimentos ao povo de Goiás, que conduziu S. Ex^a, pela terceira vez, ao Palácio das Esmeraldas. 48806

1.4.5 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 4, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 48806

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

2.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

2.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 31 de outubro de 2010

2.1.2 – Atas de Comissões Permanentes

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 174ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 3 de novembro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Srs. José Sarney, Marconi Perillo, da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Heráclito Fortes, Mão Santa, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Magno Malta e Jefferson Praia

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 21 horas e 1 minuto.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

174ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14.00 HORAS

Período : 3/11/2010 07:16:05 até 3/11/2010 21:06:54

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X						
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X						
DEM	SP	ALFREDO COTAIT	X						
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X						
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
PMDB	MG	HELIO COSTA	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
PSDB	RN	JOÃO FAUSTINO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PSC	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PV	AC	MARINA SILVA	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PSDB	SC	NIURA DEMARCHI	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RJ	REGIS FICHTNER	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X						
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X						

Compareceram: 51 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 846, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da

Casa no período compreendido entre os dias 4 a 15 de novembro de 2010 para participar, como convidado do Governo Chinês, de visita Oficial àquele País, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, conforme texto anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do país no mesmo período. – Senador **João Tenório**.

Nota Nº 209/2010

Brasília, 18 de outubro de 2010

A Embaixada da República Popular da China cumprimenta atenciosamente a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal da República Federativa do Brasil e tem a honra de avisar o seguinte:

Com o objetivo de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembleia Popular Nacional (APN) da República Popular da China e a Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República Federativa do Brasil, a Comissão de Assuntos Exteriores do Comité Permanente da APN gostaria de convidar a Comissão mandar uma delegação composta por 8 membros a visitar a China, no período de mês de novembro de 2010. As passagens internacionais serão por conta da parte brasileira, e a parte chinesa poderá oferecer apoio de logística dentro da China.

A Embaixada da República Popular da China aproveita esta oportunidade para reiterar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal da República Federativa do Brasil os protestos de sua alta estima e consideração.

Ao
Senado Federal
República Federativa do Brasil
Brasília - DF

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2010

Senhor Presidente,

Na forma do disposto do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Senador Jorge Kalume, ocorrido em Brasília, 26 de outubro de 2010:

I – inserção em ata de voto de profundo pesar;

II – apresentação de condolência:

- a) a seus familiares;
- b) ao Estado de Acre, de onde foi Governador;
- c) a Prefeitura da Cidade de Rio Branco e Xapuri, das quais foi Prefeito;
- d) à Câmara dos Deputados, da qual foi membro; e
- e) ao Banco da Amazônia, do qual foi Diretor.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 2010. Senador **Marco Maciel**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará as homenagens de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 848, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 160, de 2009, que dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º e no § 1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil seja encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para que esta se pronuncie sobre o Projeto. – Senador **Flávio Arns**.

REQUERIMENTO Nº 849, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2009, que acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar os bancos de dados e cadastros de consumo a

disponibilizarem ao consumidor o acesso aos dados de seu interesse, por meio da rede mundial de computadores seja encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que esta se pronuncie sobre o Projeto.

Em 1º de setembro de 2010. – Senador **Flávio Arns**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia oportunamente

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 850, DE 2010

Requeiro, nos termos do artigo 218, do Regimento Interno, a inserção em Ata de Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido no dia 21 de outubro de 2010, do Senhor Luiz Queiroz dos Santos, conhecido como Luizinho Taj Mahal, Músico, falecido aos 61 anos em Vitória, de acidente vascular cerebral (AVC).

Requeiro, ainda, seja o Voto de Pesar encaminhado à família do falecido.

Justificação

O Músico Luizinho Taj Mahal, nascido e criado em Vitória, começou a carreira musical muito cedo. Filho e irmão de músicos, com apenas 12 anos já atuava na noite em bailes e nos clubes, cantando e tocando baixo acústico. Cantor celebrado pelos sambistas como ícone da música capixaba, dono de talento e voz incomum.

Infelizmente um acidente vascular cerebral encerrou bruscamente sua brilhante trajetória Musical. – Senador **Magno Malta**.

REQUERIMENTO Nº 851, DE 2010

O Senador que este subscreve, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado voto de congratulações ao Arcebispo de Aparecida, São Paulo, dom Raymundo Damasceno Assis, pela sua elevação a cardeal da Igreja Católica Apostólica Romana, pelo Papa Bento XVI, dia 20 de outubro de 2010.

Justificação

Dom Raymundo Damasceno Assis, ou Dom Damasceno, como é mais conhecido, nasceu em 15 de fevereiro de 1937, na cidade de Capela Nova, em Minas Gerais, e foi secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 1995 e 2003, e desde março de 2004 é Arcebispo da Arquidiocese de Aparecida, São Paulo, que continuará dirigindo como Cardeal-Arcebispo.

O novo cardeal, que é presidente do Conselho Episcopal Latinoamericano – CELAM, é um dos 24 novos cardeais, cujo colégio chega assim a 203, dos quais 121 com menos de 80 anos, aqueles chamados de “eleitores” por terem direito a voto numa eventual nova eleição papal. Além do brasileiro, 20 novos cardeais são eleitores e vêm da Itália, Polônia, Egito, Estados Unidos, Alemanha, Zâmbia, Equador, República Democrática do Congo e Sri Lanka. Onze dos novos eleitores são europeus, sendo oito italianos, dando ao Velho Continente a maioria em um eventual conclave para a eleição de um novo papa.

O anúncio aconteceu dia 20 no final da audiência geral semanal na Praça São Pedro e foi a terceira vez que o Bento XVI nomeou novos cardeais. Segundo suas palavras “sua escolha reflete a universalidade da Igreja”. A cerimônia formal de posse, será no Consistório do dia 20 de novembro.

A importância do fato reside em que cada vez que o papa nomeia novos cardeais, o seu principal grupo de assessores no Vaticano e no resto do mundo, o pontífice dá a eles a chance de guiar o futuro da Igreja, como os homens que o ajudarão a formular política e tomar importantes decisões.

Dom Damasceno entrou para o Seminário Menor, em Mariana, Minas Gerais, em 1955, aos 18 anos, onde cursou o segundo grau e o curso de Filosofia, que foi aprofundar em 1961, em Roma e depois, em 1965, na Alemanha, onde acompanhou o Curso Superior de Catequese.

Aos 31 anos foi ordenado sacerdote em Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, em 19 de março de 1968, vindo a atuar como Coordenador de Catequese da Arquidiocese de Brasília – DF, 1968-1970, Pároco da Igreja do Santíssimo Sacramento – Brasília – DF, 1968-1976 e Chanceler da Arquidiocese de Brasília – DF, 1968-1979.

Sua ordenação episcopal se deu a 15 de setembro de 1986, aos 49 anos, em Brasília, DF, passando a atuar como Bispo Auxiliar e Vigário Geral da Arquidiocese de Brasília – 1986-2003, Diretor do Curso Superior de Teologia para leigos da Arquidiocese de Brasília 1986-2003 e Membro da Comissão Episcopal do Departamento de Catequese do CELAM 1987-1991.

Em 28 de janeiro de 2004, aos 67 anos, foi nomeado Arcebispo da Arquidiocese de Aparecida, São Paulo, tomando posse no dia 25 de março subsequente.

Atuante em órgãos colegiados foi eleito Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – para dois mandatos, 1995-1999 e de 1999-2003 e é o Presidente do Conselho Fiscal da CNBB para o período 2007-2011.

Atuou como Secretário-Geral do Conselho Episcopal Latinoamericano – CELAM 1991-1995, e como Secretário-Geral da IV Conferência Geral do Episcopado Latinoamericano – Santo Domingo – 1992.

Foi nomeado Padre Sinodal pelo Papa João Paulo II na Assembleia Especial para a África do Sínodo dos Bispos – Roma, abril – 1994, na IX Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos – Roma, abril – 1994 e Padre Sinodal Eleito pela Assembleia da CNBB e confirmado por João Paulo II na Assembleia Especial para a América do Sínodo dos Bispos – Roma – 1997.

Mais recentemente foi nomeado pelo Papa Bento XVI Padre Sinodal da 2ª Assembleia Especial para a África do Sínodo dos Bispos, que aconteceu em Roma no mês de outubro de 2009 e participa como Padre Sinodal, da Assembleia Especial para o Oriente Médio do Sínodo dos Bispos, que aconteceu em Roma no mês de outubro de 2010.

Atuou como membro do Pontifício Conselho para as Comunicações, membro do Comitê Econômico do CELAM – Bogotá 1995-1999, membro do Departamento de Comunicação do CELAM e membro da Comissão para a Comunicação, Educação e Cultura da CNBB – 2003-2007.

É Presidente da Comissão da Campanha da Evangelização (2003-2007/2007-2011) e foi eleito presidente do CELAM para o quadriênio 2007-2011 na sua 31ª Assembleia Geral na Cidade de Havana, Cuba, em julho de 2007. Foi nomeado membro da Pontifícia Comissão para América Latina no dia 8-9-2009.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores.

A vida deste grande brasileiro justifica nossa homenagem na medida em que engrandece o nome do Brasil pelo mundo afora, na defesa de valores enraizados na vida cultural e religiosa do nosso povo.

Assim venho pedir o necessário apoio dos meus nobres pares. – Senador **Eduardo Azeredo**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 852, DE 2010

Requeiro nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei da Câmara no 147, de 2010, que cria a Área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, e do Projeto de Lei da Câmara no 148, de 2010 que altera limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, por versarem sobre a

mesma matéria a constituição de mosaico de Unidades de Conservação, em conformidades com o art. 26 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. – Senador **Renato Casagrande**.

(À mesa, para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 853, DE 2010

Em Aditamento aos Requerimentos do Senado Federal nº 171, de 2010, e nº 828, de 2010, **REQUEIRO** que a **Sessão Especial** para homenagear a passagem do 30º (trigésimo) aniversário de falecimento do ex-Senador **Petrônio Portella Nunes**, seja realizada no dia 29 de novembro de 2010.

JUSTIFICAÇÃO

Apresento o presente Requerimento com o objetivo de **debrarmos** uma data definida para a homenagem a **Petrônio Portella**, uma vez que estamos próximos ao final do ano e no início de 2011 já iremos para o 31º (trigésimo primeiro) ano de falecimento do ex-Senador.

Ademais, a Mesa desta Casa deve considerar o fato de que o ano de 2010 é um ano com poucas Sessões Plenárias, devido ao período eleitoral, e que várias matérias debraram de ser votadas, entre elas o RQS 171/2010, ao qual solicito urgência no encaminhamento para a votação.

Por essas razões, solicito a meus nobres Pares a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, de novembro de 2010.

Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
Segundo-Secretário

Sen. Humberto Forte

7/11/10 *faustino*

João Vicente Claudino - *João Vicente*

Vapalis - *Paulo*

João - *JOÃO FAUSTINO*

Adelino - *Adelino*

W. W. W.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 854, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2003, de autoria do Senador

Delcídio Amaral, passe a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2008, em razão de versarem sobre a mesma matéria. – Senador **Renato Casagrande**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 855, DE 2010

Nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº **793/2010**, de 31 de outubro último, requeremos que a comemoração ao Centenário da Associação Psicanalítica Internacional seja no dia 25 do corrente.

Sala das Sessões, 03 de novembro de 2010.

Marisa Serrano

Senadora **MARISA SERRANO**

Senador *Capelato*

Senador *Delcídio*

Senador *Porto*

Senador *M. U. M.*

Senador *Aciole* *JOÃO FALCÃO*

Senador *Leandro*

Senador

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 856, DE 2010

Voto de pesar pelo falecimento do Senador Romeu Tuma.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Senador Romeu Tuma.

Justificação

Romeu Tuma se foi, mas deixou-nos vários legados, dentre os quais se destaca o exemplo de dedicação à vida pública, a qual trilhou sem que deixasse qualquer vestígio que pudesse macular sua biografia.

O Xerife andava armado da palavra pacificadora, da humildade, da paciência, da bondade. Mesmo nos momentos críticos da história brasileira, quando teve

de transitar pelos porões da ditadura, usou da autoridade que detinha para fazer o bem.

No Senado Federal desempenhou relevantes cargos, todos com muita competência, tendo marcado indelevelmente sua trajetória da Câmara Alta do País.

Esta Casa está menor, pois lhe falta Romeu Tuma. Também está maior, pois seu exemplo a engrandeceu.

Em nome dos brasileiros que o admirávamos, lamento aqui a sua ausência, irreparável perda, mas confesso-me ávido por utilizar nos meus dias os ensinamentos que o Xerife nos deixou, principalmente quanto à humildade de quem faz da autoridade uma ferramenta de bem relacionar-se com os seres humanos.

– Senador **Marconi Perillo**, 1º Vice-Presidente do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº. 857, DE 2010

Requeiro que o Senado Federal encaminhe voto de felicitação à **Rede Paranaense de Comunicação (RPC TV)**, que completou 50 anos, levando a quase 3 milhões de domicílios do Paraná a programação da Rede Globo de Televisão, por meio de oito emissoras afiliadas: **Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava e Paranavaí.**

Parabenizamos pelo pioneirismo nas telecomunicações, por fixar o Paraná na história brasileira e pela participação na vida dos paranaenses – uma participação que não se resume à entrada nos lares, mas à interação com a população na sua redação móvel, que tem visitado as diversas regiões que desenharam o território paranaense.

Parabenizamos por registrar passagens tão expressivas, como o nascimento do primeiro bebê de proveta brasileiro, nascido em São José dos Pinhais, em 1984 – um marco na história e na medicina nacional que a RPC acompanhou em todas as fases. Agradecemos por haver documentado a emocionante passagem do Papa João Paulo II por Curitiba – um momento de devoção plena do povo paranaense que encheu as ruas da sua Capital. Pelo transcorrer destes 50 anos de valorização do cidadão paranaense, é justo que o Senado Federal manifeste-se felicitando a **Rede Paranaense de Comunicação**, em seu cinquentenário, por uma trajetória de exemplo e modelo de serviço à sua comunidade.

Sala das sessões, em

Senador **FLÁVIO ARNS**

DESTINATÁRIO DO VOTO DE FELICITAÇÃO

Ilmo. Sr. Guilherme Cunha Pereira
Vice-Presidente do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM)
Rua Pedro Ivo, 459
CEP 80.010-020 CURITIBA/PR

Contato: (41) 3340-7710 com Serra, Diretor de Jornalismo

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO

Nº 858, DE 2010

Requeiro que o Senado Federal emita Voto de Felicitação ao jornal **Diário no Noroeste**, de **Paranavaí-PR**, pelo transcurso de seu 55º aniversário, comemorado no dia 23 de outubro passado. Está de parabéns tanto o Diário de Paranavaí, quanto a sociedade paranavaíense, que tem nesse importante veículo de comunicação um jornalismo pautado pela ética, pela qualidade e pela acentuada preocupação de bem informar. Tudo isso é lastreado no significativo histórico de empreendedorismo de seu fundador, e diretor-geral, **Euclides Bogoni**.

O Diário de Paranavaí foi fundado em 1955, vindo desde então registrando em suas páginas a história da região. O jornal, que pode ser elevado sem exagero à condição de patrimônio do noroeste do Paraná, ao longo de sua existência participou ativamente dos momentos mais marcantes de Paranavaí, e de municípios vizinhos. São conquistas de cidadania, progresso, bem-estar social, momentos de alegria e de tristeza que, dia após dia, têm sido levados às colunas do Periódico.

Indissociável é a imagem construída ao longo de tantos anos perante a sociedade da personalidade realizadora de seu criador. Euclides Bogoni iniciou seu trabalho de forma artesanal, tipo-a-tipo, com edições semanais do então "O Nordeste", em alusão direta à região geopolítica do Paraná a cuja cobertura jornalística se dedicou. Passando a edições diárias, adotou a denominação de "Diário do Nordeste", ao tempo em que crescia, principalmente na consideração e respeito de seus leitores, cada vez mais fiéis e numerosos.

Dessa forma, o Veículo desenvolveu seu parque gráfico, chegando aos dias de hoje modernizado e realizado por profissionais da mais elevada qualificação, em compromisso direto com a melhor informação.

Num momento em que a imprensa escrita assume papel estratégico para o conhecimento do cidadão acerca das questões nacionais, é meritório que o Senado Federal destaque o **Diário do Nordeste**, de **Paranavaí-PR**, como modelo de veículo de comunicação, plenamente engajado que está na relevante causa do progresso nacional.

Sala das sessões, em

Senador **FLÁVIO ARNS**

Destinatário do Voto de Felicitação

Diretor Geral, Sr. Euclides Bogoni

Av. Paraná, 1.100

Paranavaí - Paraná

CEP 87.700-140

Fone: (44) 3421-4050

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 1536/2010/SGM/P

Brasília, 28 de outubro de 2010

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Nesta

Assunto: Renúncia ao Mandato Parlamentar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a Declaração da Renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Natan Donadon (PMDB/RO), em 27 de outubro de 2010, nos termos dos arts. 238, inciso II e 239, **caput**, do RICD, publicada no Suplemento do **Diário da Câmara dos Deputados** nº153 de 28 de outubro de 2010, exemplar anexo.

Atenciosamente, **Michel Temer**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 73, de 2010** (nº 324/2010, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Es-

tados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 73, de 2010 (Nº 324/GMF, na origem)

Brasília, 26 de outubro de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Assunto: Artigos 41 e 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, encaminho, em anexo, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério, no mês de setembro de 2010, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios, esclarecendo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000.

2. Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de julho a setembro de 2010, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Atenciosamente, – **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19406.000221/2010-23	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	1.100.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000341/2010-21	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São João do Itapetú <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	212.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> INDEFERIDO	72	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001093/2010-12	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Campina Verde <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	961.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	66	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001092/2010-76	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Campina Verde <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	2.297.433,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19406.000353/2010-55	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Lidianópolis <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	504.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	96	<u>Juros:</u> 6 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP
17944.000845/2010-28	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Matutina <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	900.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	66	<u>Juros:</u> 4 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001252/2010-89	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Ceará <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	351.545.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 1,9 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001276/2010-38	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Monte São <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	2.500.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001195/2010-38	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Mucuri <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	8.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	96	<u>Juros:</u> 5 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001636/2009-81	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Paraisópolis <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	461.500,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	72	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.000706/2010-02	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Calanduja <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	1.669.577,51	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 8 % a.a. <u>Indexador:</u> IPC - FIPE
17944.001002/2010-49	<u>Interessado:</u> Governador do Estado do Ceará <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	33.200.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	280	<u>Juros:</u> 5,5 % a.a. <u>Indexador:</u> Igual à atualização das cotas do FGTS (atualmente, a TR)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001001/2010-02	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Ceará <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	170.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	260	<u>Juros:</u> 5,5 % a.a <u>Indexador:</u> Igual à da atualização das contas do FGTS (atualmente, a TR)
17944.001454/2009-97	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Guaratinguetá <u>Instituição Financeira:</u> Bandeirante de Energia	4.500.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 10,5 % a.a <u>Indexador:</u> 50% do IGPM + 50% do IPCA
17944.001257/2010-10	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de São Paulo <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	233.700.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	144	<u>Juros:</u> 1,9 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000389/2009-03	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Curitiba <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	1.250.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001164/2010-87	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de Goiás <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	12.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	98	<u>Juros:</u> 2 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.000952/2010-56	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de Goiás <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	100.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	268	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> Igual a da atualização das contas do FGTS (atualmente a TR)
17944.001200/2010-11	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de Santa Catarina <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	150.475.807,20	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 3,54 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.000805/2010-86	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Bueno Brandão <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	1.300.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	66	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001131/2010-37	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Paraná <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	229.500.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	273	<u>Juros:</u> 6 % a.a <u>Indexador:</u> Atualização contas FGTS, atualmente TR
17944.000743/2010-11	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Igarapé <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	1.200.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001261/2010-70	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Ponte Nova <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	2.495.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	72	<u>Juros:</u> 4 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP
17944.000166/2010-59	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Luis <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	25.174.361,98	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	280	<u>Juros:</u> 5 % a.a <u>Indexador:</u> Taxa Referencial

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MIF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000149/2010-11	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Luís <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	12.350.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	120	<u>Juros:</u> 1,9 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.000291/2010-69	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Rio Claro <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	2.999.650,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000397/2010-85	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	500.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
7944.000415/2010-14	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Itanhaém <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	1.400.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 8 % a.a. <u>Indexador:</u> IPC-FIPE

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001014/2010-73	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Padre Carvalho <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	750.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	66	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000114/2010-03	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Nova Brásia <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	700.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000228/2010-90	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Chapadão <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	15.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	36	<u>Juros:</u> 9 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17844.000668/2010-90	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Jarinu <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	500.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 8 % a.a. <u>Indexador:</u> IPC-FIPE

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001255/2010-12	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Amazonas <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	41.380.801,72	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> ARQUIVADO	118	<u>Juros:</u> 3,4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001228/2010-40	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Juiz de Fora <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	5.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001505/2009-31	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Guaxupé <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	667.300,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	72	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001109/2010-97	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	1.500.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	66	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000450/2010-25	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Itapuranga <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	365.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001194/2010-93	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Mucuri <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	550.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	48	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19406.000379/2009-60	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Montes <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	112.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> ARQUIVADO	60	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19406.000351/2010-66	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	470.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	96	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19406.000357/2009-08	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Morretes <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	690.470,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> ARQUIVADO	60	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000352/2010-19	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Lidianópolis <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	298.882,73	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000398/2010-20	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Rebouças <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	525.100,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001275/2010-93	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Piratuba <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	250.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	66	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17644.000752/2010-01	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Presidente Prudente <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	3.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 8 % a.a. <u>Indexador:</u> IPC-FIPE
19406.000235/2010-47	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São João do Itapetú <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	122.544,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	36	<u>Juros:</u> 1,9 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001284/2010-84	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Caraguatatuba <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	3.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000386/2010-03	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Alegre <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A	2.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19406.000339/2010-51	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	3.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	64	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.000208/2010-62	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Taboão da Serra <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	64.199.360,43	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	272	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> TR
17944.001032/2009-11	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Itapeva <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	3.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	64	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001667/2009-92	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Porto Ferreira <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	1.250.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	64	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001288/2010-82	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Porto Ferreira <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	800.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 8 % a.a. <u>Indexador:</u> IPC-FIPE
19408.000189/2009-27	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Boqueirão do Leão <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	720.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19408.000245/2009-49	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Blumenau <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	3.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	64	<u>Juros:</u> 3,5 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001087/2010-65	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	5.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 8 % a.a. <u>Indexador:</u> IPC-FIPE

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001683/2009-10	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto SP <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	3.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	64	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000292/2010-11	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Moji-Mirim SP <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	3.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	64	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001305/2010-61	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Cruzeiro da Fortaleza MG <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	990.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000387/2010-46	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro SE <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	20.520.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	262	<u>Juros:</u> 5 % a.a. <u>Indexador:</u> TR

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17544.000088/2010-30	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Bambuí <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	2.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19408.000406/2010-38	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Jesuítas <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	670.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	96	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000378/2010-60	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	388.231,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000406/2010-93	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Jesuítas <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	1.030.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	120	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19406.000370/2010-92	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Fior da Serra do Sul <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	798.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	120	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000410/2010-04	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Rancho Alegre do Oeste <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	439.089,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001297/2010-53	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	2.500.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000295/2010-50	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Saranópolis do Iguaçu <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	305.762,85	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19406.000375/2010-15	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Londrina <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	3.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	64	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000348/2010-42	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	840.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	96	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001316/2010-41	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Monte Alegre <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	2.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	64	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.000860/2010-76	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Belém <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	118.065.488,82	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	120	<u>Juros:</u> 1,9 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001027/2010-42	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Belém <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	70.015.000,00	<u> Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	288	<u>Juros:</u> 5 % a.a. <u>Indexador:</u> Taxa Referencial
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001081/2010-98	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Ipaba <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	1.100.000,00	<u> Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000525/2010-78	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Cruzeiro da Fortaleza <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	350.000,00	<u> Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000519/2010-11	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Pindorama <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	1.140.000,00	<u> Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000679/2010-78	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Munhoz <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	1.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	66	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000571/2010-77	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Prado <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	130.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	48	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000570/2010-22	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Prado <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	510.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000511/2010-54	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Domingos <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	65.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	48	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000512/2010-07	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Domingos <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	600.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000400/2010-61	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Pirapó <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A	350.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 9,5 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000402/2010-50	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Paraci Novo <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A	350.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 10,25 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000425/2010-84	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Gaurama <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	410.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	72	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19406.000350/2010-11	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A	700.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 10,5 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000188/2009-06	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Tupaciretã <u>Instituição Financeira:</u> Rio Grande Energia S/A	3.501.012,42	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> ARQUIVADO	120	<u>Juros:</u> 12 % a.a. <u>Indexador:</u> INPC
19406.000499/2009-67	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Pinhalzinho do Vale <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	123.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	72	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000253/2010-29	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Tapera <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A	400.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 9,75 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19408.000399/2010-74	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Colinas	800.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	60	<u>Juros:</u> 11,75 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A		<u>Situação:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001019/2010-04	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de José Raydan	346.259,39	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	66	<u>Juros:</u> 2 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Situação:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000895/2010-13	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Chapada do Norte	450.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	66	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Situação:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19408.000188/2009-17	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Tavares	500.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A		<u>Situação:</u> AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
18408.000401/2010-13	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Corupá <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	1.155.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	36	<u>Juros:</u> 9 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001327/2010-21	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Extrema <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	3.118.161,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001106/2010-53	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Bento Abade <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	800.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	216	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001098/2009-10	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Alagoa <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	550.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001311/2010-19	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Coronel Pacheco <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	170.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	66	<u>Juros:</u> 4 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000391/2010-18	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Fraiburgo <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	1.250.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000265/2010-53	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo <u>Instituição Financeira:</u> Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil	7.153.646,40	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	76	<u>Juros:</u> 5 % a.a <u>Indexador:</u> correção monetária dos recursos RGR
19406.000278/2010-22	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Nova Bassano <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A	893.746,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 10,75 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17844.000272/2009-07	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Vargem Alta <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	1.250.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	84	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17844.000623/2010-13	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	858.800,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	72	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17844.000673/2010-92	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Camaró <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	1.200.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17844.001619/2009-21	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Porto Estrela <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	440.700,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	72	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001709/2009-11	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Guarulhos <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	39.970.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	260	<u>Juros:</u> 5 % a.a. <u>Indexador:</u> TR
17944.001711/2009-91	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Guarulhos <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	68.061.616,18	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	267	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> TR
17944.000675/2010-81	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Mesquita <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	5.106.563,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	240	<u>Juros:</u> 4,17 % a.a. <u>Indexador:</u> variação cambial baseada no dólar norte americano
19406.000382/2010-17	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Pirenópolis <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	400.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	98	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19408.000364/2010-14	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Piñ <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	828.400,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	120	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19408.000363/2010-61	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Piñ <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	588.600,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19408.000368/2010-13	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	810.850,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001422/2008-19	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Barra Mansa <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	5.111.558,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	240	<u>Juros:</u> 4,13 % a.a. <u>Indexador:</u> Variação Cambial

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000867/2010-35	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Cardoso <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	1.250.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001318/2010-31	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Aracatuba <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	3.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> INDEFERIDO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19406.000001/2010-08	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Blumenau <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	18.715.842,20	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	199	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> TR
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000877/2010-23	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Osasco <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	25.652.520,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	96	<u>Juros:</u> 1,9 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19406.000475/2009-16	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Capão da Canoa <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	1.250.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	27	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000280/2010-00	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Caiçara <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	321.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	72	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
19406.000104/2010-60	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Ibiacá <u>Instituição Financeira:</u> Pessoa Física	876.756,97	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	24	<u>Juros:</u> Não há <u>Indexador:</u> nihil
19406.000225/2010-10	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Arroio do Sal <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	199.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	72	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS						
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR	
19406.000271/2010-19	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Anja Gorda <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A	700.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	60	<u>Juros:</u> 9,5 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR	
19408.000187/2010-97	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Ponta Grossa <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	18.995.999,18	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	96	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR	
19403.000188/2010-86	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Ponta Grossa <u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	2.200.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	120	<u>Juros:</u> 6 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR	
17944.001375/2009-86	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	3.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP	

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19406.000369/2010-88	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São José	6.800.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	240	<u>Juros:</u> Não há <u>Indexador:</u> dólar norte-americano
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Situação:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19406.000387/2010-40	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Iranduba	1.250.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	54	<u>Juros:</u> 4 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul		<u>Situação:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000593/2010-37	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Carlinharia	130.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	48	<u>Juros:</u> 4 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Agência de Fomento do Estado de Bahia S/A		<u>Situação:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
19406.000334/2010-28	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Itacurubi	350.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	60	<u>Juros:</u> 8,75 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S/A		<u>Situação:</u> AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001369/2010-62	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Catas Altas da Noruega <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	123.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	72	<u>Juros:</u> 4 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001324/2010-98	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Catas Altas da Noruega <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	400.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001315/2010-05	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Simonésia <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	622.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001312/2010-63	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Simonésia <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	153.439,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	66	<u>Juros:</u> 4 % a.a <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001309/2010-03	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Belim <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	5.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001309/2010-39	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Rio Doce <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	192.800,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	66	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001314/2010-52	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Almorés <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	825.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	66	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.001144/2010-14	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Guaxupé <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	6.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000301/2010-24	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Marinho Campos <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	800.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001313/2010-16	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Almaraz <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	825.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001308/2010-40	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Três Corações <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	5.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001318/2010-85	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Guaraniésia <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	1.320.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2010 a 30/09/2010

PROCESSO	INTERESSADO / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR (R\$)	OPERAÇÃO / SITUAÇÃO	PRAZO	TAXA DE JUROS / INDEXADOR
17944.000855/2010-83	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Recreio <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	685.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	66	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001310/2010-74	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Passos <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	3.000.000,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	64	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.001307/2010-51	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Belém <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	1.833.700,00	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	72	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP
17944.000839/2010-71	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Inhaúma <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	831.712,61	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Situação:</u> AUTORIZADO	180	<u>Juros:</u> 4 % a.a. <u>Indexador:</u> TJLP

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 11/10/2010

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS				Período de 01/09/2010 a 30/09/2010
TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)	
Estado	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	4	747.720.807,20	
Estado	Caixa Econômica Federal	5	574.080.801,72	
Totais das Operações dos Estados:				1.321.801.608,92
Município	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	8	12.485.000,00	
Município	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	2	16.155.000,00	
Município	Agência de Fomento do Estado de São Paulo	7	13.619.577,51	
Município	Agência de Fomento do Paraná S/A	18	31.148.484,76	
Município	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	33	47.758.805,00	
Município	Banco do Brasil S/A	28	43.305.650,00	
Município	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	2	3.700.000,00	
Município	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	3	158.088.008,92	
Município	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	1	1.250.000,00	
Município	Banqueira de Energia	1	4.500.000,00	
Município	Caixa Econômica Federal	19	353.988.512,79	
Município	Caixa Estadual S/A	10	7.143.745,00	
Município	Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A	1	7.153.646,40	
Município	Pessoa Física	1	876.756,97	
Município	Rio Grande Energia S/A	1	3.501.012,42	
Totais das Operações dos Municípios:			135	702.552.211,67
Totais das Operações:			144	2.024.453.820,59

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 12/10/2010

UF	Relação DCL / RCL													
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	30/4/09	30/8/09	31/12/09	30/4/10	30/8/10
AC	1,04	0,83	0,75	0,68	0,62	0,45	0,52	0,41	0,28	0,23	0,30	0,37	0,35	0,39
AL	2,25	1,78	2,36	2,77	2,64	2,25	2,22	2,00	1,97	1,91	1,85	1,81	1,74	1,53
AM	1,00	0,69	0,67	0,56	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,09	0,10	0,24	0,17	n.d.
AP	0,05	0,03	0,28	0,28	0,23	0,11	0,11	0,10	0,04	-0,06	-0,03	0,11	0,17	n.d.
BA	1,04	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,73	0,65	0,59	0,63	0,51	0,49
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,38	0,24	0,12	0,07	0,17	0,09	0,12
DF	0,36	0,35	0,40	0,36	0,28	0,35	0,33	0,19	0,16	0,08	0,09	0,19	0,14	n.d.
ES	0,98	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,34	0,19	0,10	0,06	0,04	0,08	0,08	0,12
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,30	1,26	1,28	1,16	1,28
MA	2,58	2,10	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,78	0,60	0,68	0,60	0,61
MG	1,41	2,34	2,63	2,43	2,24	2,03	1,89	1,88	1,76	1,72	1,73	1,79	1,74	1,71
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,13	1,11	1,09	1,15	1,17	1,18
MT	2,30	1,97	1,39	1,78	1,30	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,47	0,34	0,32	n.d.
PA	0,57	0,63	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,20	0,34	0,17	0,19
PB	1,53	1,10	1,43	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,40	0,36	0,34	0,32	n.d.
PE	0,86	1,12	1,28	1,17	1,04	0,83	0,87	0,53	0,42	0,33	0,32	0,43	0,37	0,35
PJ	1,35	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09	0,85	0,78	0,60	0,57	0,52	0,60	0,59	0,59
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,08	1,29	1,26	1,16	1,19	1,14	1,10	1,12	1,05	0,85
RJ	2,07	1,90	2,35	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,43	1,50	1,63	1,50	1,42
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,23	0,19	0,12	0,12	0,17	0,16	n.d.
RO	1,11	1,05	1,43	1,21	1,03	0,83	0,72	0,64	0,50	0,49	0,44	0,33	0,49	0,42
RR	0,31	0,28	0,33	0,43	0,04	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,09	0,12	0,31	0,20	-0,02
RS	2,46	2,51	2,79	2,80	2,83	2,54	2,53	2,54	2,34	2,35	2,21	2,20	2,20	n.d.
SC	1,83	1,45	1,53	1,67	1,64	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,55	0,61	0,54	0,53
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45	0,37	0,42	0,22	0,18	0,22	0,27	0,25	0,28
SP	1,93	1,97	2,27	2,34	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,48	1,45	1,50	1,51	1,46
TO	0,35	0,27	0,37	0,36	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,06	0,04	0,11	0,06	n.d.
Total	1,70	1,73	1,88	1,83	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,09	1,06	1,13	1,08	n.d.

Fonte: Relatórios Financeiros disponibilizados no SIFIN, em conformidade à Portaria STN nº 158/02.

Relatórios Financeiros disponibilizados no Portal de transparência pelo SIFIN.

n.d. = informação não disponível

Obs: Os dados referentes a 2009/2010 foram extraídos a partir dos dados das Relatórias de Gestão Fiscal de 3º Quadrimestre de 2010 disponibilizadas e publicadas até 10/10/2010 no SIFIN.

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 2º Quadrimestre de 2010

data-base 30/8/2010

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN

Posição: 6/10/2010

UF	Nome do Município	Cód. IBGE Estado	Cód. IBGE Município	DV. RGF Município	DCL 2º Trim.	RCL 2º Quad.	DCL/RCL
AC	CRUZEIRO DO SUL	12	20	3	(8.493.718,39)	61.171.733,59	-13,89
AL	MACEIO	27	430	2	75.254.669,02	982.950.904,59	7,66
AL	PENEDO	27	670	3	6.716.540,79	67.644.720,84	9,93
AL	SÃO SEBASTIAO	27	880	6	271.851,12	36.754.887,50	0,74
AM	MANAUS	13	280	3	(367.815.730,33)	2.108.500.669,48	-17,44
BA	ALAGOINHAS	29	70	2	27.398.306,45	124.023.962,09	22,09
BA	CACHOEIRA	29	490	2	(3.726.450,91)	29.095.725,86	-12,81
BA	CAMACAN	29	560	2	17.495.158,98	29.465.357,47	59,40
BA	CARINHANHA	29	710	3	7.806.021,61	30.768.588,41	25,37
BA	GUANAMBI	29	1170	9	6.540.842,70	68.673.383,67	9,52
BA	IGAPORA	29	1340	8	(1.917.247,08)	18.322.458,52	-10,46
BA	JUCURUCU	29	1845	6	11.309.919,47	13.073.888,02	86,51
BA	LAJE	29	1880	3	4.722.816,58	28.619.683,98	16,50
BA	LAURO DE FREITAS	29	1920	7	(28.757.365,66)	235.861.269,04	-12,62
BA	MACARANI	29	1970	2	(1.043.471,72)	19.355.323,01	-5,39
BA	MARACAS	29	2050	2	-	27.062.881,68	0,00
BA	PINDAÍ	29	2450	4	14.462.828,53	17.575.822,91	82,29
BA	RIO DO PIRES	29	2690	5	(710.573,77)	12.627.558,30	-5,63
BA	TEOFILANDIA	29	3150	9	1.313.012,15	30.061.428,35	4,37
BA	UAUÁ	29	3200	2	1.169.666,80	25.874.682,11	4,52
BA	VEREDA	29	3325	7	4.648.162,65	10.217.311,26	43,49
CE	MARACANAÚ	23	765	0	1.720.804,68	302.914.519,38	0,57
CE	SOBRAL	23	1290	8	(24.561.180,00)	281.177.000,00	-8,74
ES	NOVA VENECIA	32	380	8	1.976.678,38	66.540.371,03	2,97
ES	SÃO ROQUE DO CANAÁ	32	495	5	(2.839.852,67)	16.602.450,43	-17,11
ES	VITORIA	32	530	9	9.491.918,84	994.813.523,18	0,95
GO	ANAPOLIS	52	110	8	13.325.948,82	417.957.573,75	3,19
GO	APARECIDA DE GOIANIA	52	140	5	(70.694.236,81)	367.446.568,80	-19,24
GO	DAMOLANDIA	52	680	0	(555.696,77)	6.349.231,42	-8,76
GO	GOIANIRA	52	880	6	(2.663.277,17)	28.888.848,16	-9,22
GO	GOUVELANDIA	52	915	0	413.542,59	10.333.449,20	4,00
GO	ITAPURANGA	52	1120	6	1.992.772,95	24.853.418,30	8,02
GO	JATAÍ	52	1180	9	3.560.167,72	130.671.890,06	2,72
GO	JESÚPOLIS	52	1205	5	(637,66)	5.950.721,58	-0,01
GO	PARAÍSA	52	1640	3	(1.544.843,36)	18.298.450,91	-8,44
GO	RIO VERDE	52	1880	5	4.653.248,39	293.298.338,66	1,65
GO	TRINDADE	52	2140	3	15.833.903,39	57.095.591,70	27,73
MA	IMPERATRIZ	21	530	2	78.782.736,72	266.452.967,95	29,94
MA	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	21	1120	1	(10.125.372,43)	116.558.835,93	-8,69
MG	ALFENAS	31	160	7	2.796.432,13	112.953.496,42	2,48
MG	ARAXÁ	31	400	7	49.060.015,78	150.382.111,49	32,62
MG	BETIM	31	670	5	224.708.462,20	942.024.479,27	23,85
MG	BURITIZO	31	940	2	7.112.581,63	29.512.222,16	24,10
MG	CABO VERDE	31	950	1	(472.936,75)	73.618.391,08	-3,42
MG	CAMPO DO MEIO	31	1130	9	(1.438.424,35)	14.540.029,09	-9,89
MG	CLAUDIO	31	1660	5	(4.414.222,34)	28.057.148,15	-15,73
MG	CONTAGEM	31	1860	1	332.044.081,83	756.214.839,21	43,97
MG	DIVINÓPOLIS	31	2230	5	29.407.283,11	282.464.471,21	10,41
MG	ESMERALDAS	31	2410	4	(4.764.398,26)	45.590.433,79	-10,45
MG	ESPERA FELIZ	31	2420	3	(3.523.068,74)	19.487.476,82	-18,08
MG	GONZAGA	31	2750	3	(1.146.600,27)	8.234.629,32	-13,92
MG	GUAPE	31	2810	5	(629.633,05)	18.822.785,61	-3,35
MG	GUAXUPÉ	31	2870	9	(2.626.012,36)	49.589.622,67	-5,70
MG	JOÃO MONLEVADE	31	3620	7	(1.649.567,00)	115.033.781,00	-1,43
MG	JUIZ DE FORA	31	3670	2	(55.718.126,24)	714.808.347,21	-7,79
MG	MACHADO	31	3900	3	(4.080.353,36)	38.197.877,11	-10,41
MG	PARA DE MINAS	31	4710	5	(15.218.061,60)	85.551.309,25	-17,79
MG	PEDRA DO ANTA	31	4880	6	(1.005.542,40)	6.114.317,85	-16,46
MG	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	31	5960	5	(1.042.207,97)	40.487.629,81	-2,57
MG	TIMOTEO	31	6870	5	106.472.659,12	136.780.596,94	77,84

MG	TRES CORACOES	31	6930	7	4.056.210,09	80.731.601,27	5,02
MG	UBA	31	6990	1	(42.132.757,78)	85.696.066,19	-49,17
MG	VESPASIANO	31	7120	4	(6.310.741,00)	92.753.792,00	-6,80
MS	ARAL MOREIRA	50	124	3	-	17.614.473,60	0,00
MS	CAARAPO	50	240	7	(3.185.356,78)	37.968.573,78	-8,39
MS	CAMPO GRANDE	50	270	4	(83.879.357,32)	1.406.718.635,62	-5,97
MS	NAVIRAI	50	570	7	(749.449,28)	74.314.480,57	-1,01
MS	SANTA RITA DO PARDO	50	755	4	(3.444.834,88)	14.231.870,41	-24,21
MS	TRES LAGOAS	50	830	5	(3.828.274,60)	172.064.549,82	-2,22
MT	ALTA FLORESTA	51	25	0	2.542.178,00	65.311.682,00	3,89
MT	BARRA DO GARCAS	51	180	3	6.272.023,10	79.813.711,21	7,88
MT	CACERES	51	250	4	(5.121.653,06)	81.616.832,75	-6,28
MT	CARLINDA	51	279	3	(5.904.388,45)	14.105.659,24	-41,86
MT	CLAUDIA	51	305	6	-	15.847.672,10	0,00
MT	ITANHANGA	51	454	2	(1.392.397,48)	8.868.302,19	-15,70
MT	ITAUBA	51	455	9	(235.198,99)	10.587.856,95	-2,22
MT	MATUPA	51	560	8	(6.502.582,37)	20.815.829,34	-31,24
MT	MIRASSOL D'OESTE	51	562	2	(2.293.978,92)	25.704.047,83	-8,92
MT	NOVA SANTA HELENA	51	619	0	(2.353.960,88)	7.459.588,43	-31,58
MT	NOVA UBIATA	51	624	0	(1.142.219,93)	15.618.237,09	-7,31
MT	SÃO JOSE DO RIO CLARO	51	730	5	(6.771.741,65)	23.113.822,17	-29,30
MT	SINOP	51	790	9	(5.475.883,52)	148.366.844,51	-3,69
MT	TAPURAH	51	800	6	(5.527.989,31)	20.314.552,77	-27,21
MT	UNIAO DO SUL	51	830	3	(249.141,00)	8.198.154,60	-3,04
MT	VERA	51	850	1	(6.044.476,68)	13.825.508,53	-43,72
MT	VILA RICA	51	860	0	(11.325.584,83)	23.586.230,13	-48,06
PE	AMARAJO	26	90	6	2.902.637,38	25.329.111,64	11,46
PE	ANGELIM	26	100	3	(550.099,80)	12.754.616,58	-4,31
PE	BARREIROS	26	140	9	4.176.909,49	35.012.604,51	11,93
PE	BELEM DE SÃO FRANCISCO	26	160	7	7.506.401,81	24.581.024,00	30,54
PE	BUENOS AIRES	26	270	4	(2.134.372,38)	13.297.256,17	-16,05
PE	CABROBO	26	300	9	9.743.796,70	32.231.358,00	30,23
PE	CAMARAGIBE	26	345	4	(11.050.799,53)	137.000.206,42	-8,07
PE	CAMOCIM DE SÃO FELIX	26	350	4	-	17.690.338,53	0,00
PE	CAMUTANGA	26	360	3	2.311.187,93	14.542.633,30	15,89
PE	CARPINA	26	400	7	3.188.647,05	50.734.132,57	6,29
PE	CEDRO	26	430	4	(1.709.108,33)	13.607.491,07	-12,58
PE	CONDADO	26	460	1	14.636.007,00	22.377.577,00	65,40
PE	CORRENTES	26	470	0	(1.034.402,81)	17.781.577,79	-5,82
PE	DORMENTES	26	513	2	5.291.538,39	19.478.844,00	27,17
PE	ESCALDA	26	520	2	1.218.569,23	82.115.587,48	1,98
PE	FEIRA NOVA	26	540	0	954.048,00	18.514.097,00	4,80
PE	GOIANA	26	620	0	14.416.220,34	100.181.724,18	14,39
PE	IATI	26	650	7	(4.826.880,24)	24.769.547,27	-19,49
PE	ITAQUITINGA	26	780	2	(2.934.631,65)	28.424.950,13	-7,16
PE	JUPI	26	830	5	234.785,03	16.680.339,89	1,41
PE	LAGOA DO CARRO	26	845	3	1.653.389,00	15.207.407,00	12,19
PE	LAGOA DO OURO	26	860	2	(4.158.131,86)	16.685.576,97	-24,92
PE	LAGOA GRANDE	26	875	0	(1.682.922,23)	26.357.888,61	-6,38
PE	LIMOEIRO	26	890	9	8.089.624,29	46.826.052,70	17,23
PE	MANARI	26	915	4	27.659,54	20.179.589,06	0,14
PE	NAZARE DA MATA	26	953	1	4.893.711,00	28.512.344,04	17,16
PE	OROCO	26	960	8	926.958,12	16.988.101,00	5,46
PE	OURICURI	26	990	7	27.718.492,99	52.941.611,00	52,36
PE	PALMARES	26	1000	4	(13.747.421,91)	70.162.949,91	-19,59
PE	PETROLANDIA	26	1100	2	(7.990.976,42)	54.876.294,55	-14,56
PE	RECIFE	26	1160	6	394.600.517,62	2.217.886.086,34	17,79
PE	RIO FORMOSO	26	1190	3	-	30.235.445,09	0,00
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	26	1247	1	(4.132.985,58)	13.106.176,99	-31,53
PE	SANTA FILÔMENA	26	1255	4	382.465,85	17.229.689,00	2,22
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	26	1500	3	5.513.866,48	20.275.806,70	27,19
PE	TIMBAUBA	26	1530	0	13.462.747,32	44.143.440,35	30,50
PE	TUPANATINGA	26	1580	5	(2.427.313,64)	25.907.798,13	-9,37
PR	ANTONINA	41	120	0	(1.423.178,37)	24.383.729,89	-5,84
PR	APUCARANA	41	140	8	59.823.878,41	134.351.987,68	44,53
PR	ARAPONGAS	41	150	7	3.839.178,47	97.612.653,36	3,93

PR	CASCADEL	41	480	8	(55.586.792,30)	311.796.331,84	-17,83
PR	CASTRO	41	490	7	7.887.621,70	81.418.402,20	9,69
PR	CIANORTE	41	550	8	(3.667.230,50)	78.841.169,28	-4,85
PR	CURITIBA	41	690	2	235.214.032,07	3.292.887.653,78	7,14
PR	FOZ DO IGUAÇU	41	830	4	73.886.000,00	293.992.649,80	25,13
PR	GUAIRACA	41	890	8	6.260.112,45	9.319.670,08	67,17
PR	GUARATUBA	41	980	9	4.005.492,43	47.409.594,13	8,45
PR	IBAITI	41	970	8	725.325,86	26.075.659,37	2,78
PR	IRATI	41	1070	6	2.173.534,34	54.452.232,61	3,98
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	41	1460	9	(16.318.019,83)	69.360.904,22	-23,53
PR	NOVA SANTA BARBARA	41	1721	4	853.713,79	7.058.602,50	12,24
PR	OURO VERDE DO OESTE	41	1745	3	(1.670.341,83)	11.323.265,58	-14,75
PR	PATO BRANCO	41	1850	1	759.296,05	109.985.812,86	0,69
PR	PINHALAO	41	1920	2	(1.724.073,54)	8.105.989,05	-21,27
PR	PIRAQUARA	41	1950	9	25.681.558,85	81.760.624,09	31,41
PR	PONTA GROSSA	41	1990	5	104.922.721,05	325.590.661,74	32,23
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	41	2410	3	25.030.755,57	39.563.058,46	63,27
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	41	2440	0	2.004.787,25	20.899.159,02	9,55
PR	SENGES	41	2630	6	(2.456.126,71)	22.316.127,52	-11,01
PR	TOLEDO	41	2770	0	(2.933.982,20)	143.890.526,92	-2,04
PR	UNIAO DA VITORIA	41	2820	3	3.717.031,68	62.177.204,60	5,98
RJ	BARRA MANSÁ	33	40	7	14.607.951,10	242.857.458,30	6,02
RJ	NOVA IGUAÇU	33	350	0	481.783.328,70	624.867.683,90	73,90
RJ	QUEIMADOS	33	414	4	(52.298.124,70)	80.212.363,20	-65,20
RJ	TRES RIOS	33	600	8	(6.131.346,20)	100.011.569,94	-6,13
RJ	VALENÇA	33	610	7	27.782.442,20	84.493.450,70	32,88
RN	ACU	24	20	8	(8.251.788,63)	50.336.417,47	-12,42
RO	CACÓAL	11	4	9	1.422.342,69	93.027.976,28	1,53
RO	CERÉJEIRAS	11	5	6	(1.076.364,72)	22.367.105,22	-4,81
RO	ITAPUA DO OESTE	11	110	4	(852.084,79)	12.977.209,05	-7,34
RO	JARU	11	11	4	9.419.882,46	62.127.779,95	15,16
RO	J. PARANA	11	12	2	3.161.418,33	111.168.149,30	2,84
RO	PIMENTA BUENO	11	18	8	9.421.305,00	36.418.046,85	25,87
RO	VILHENA	11	30	4	24.122.254,14	100.007.626,87	24,12
RS	ALEGRETE	43	40	0	(18.760.588,18)	85.705.288,13	-21,89
RS	ALVORADA	43	60	4	(53.926.932,42)	144.109.033,71	-37,42
RS	ARARICA	43	87	7	(515.376,72)	9.734.344,34	-5,29
RS	BAGE	43	160	2	(3.938.221,37)	151.817.634,72	-2,59
RS	BENTO GONÇALVES	43	210	5	(33.727.472,72)	177.021.479,11	-19,05
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	300	4	3.859.825,49	92.171.066,01	4,19
RS	CACHOEIRINHA	43	310	3	6.920.015,74	163.068.903,39	4,24
RS	CAMAQUÁ	43	350	9	(4.731.682,24)	87.641.866,17	-7,00
RS	CAMPO BOM	43	390	5	(12.815.225,93)	95.758.265,42	-13,17
RS	CANGUCU	43	450	7	(483.647,85)	60.874.035,50	-0,79
RS	CARAZINHO	43	470	5	(2.803.373,29)	75.955.320,64	-3,69
RS	CAXIAS DO SUL	43	510	8	(146.655.633,00)	793.690.908,45	-18,46
RS	COQUEIRO BAIXO	43	583	5	(572.699,39)	6.306.044,00	-9,08
RS	ERECHIM	43	700	5	(18.560.844,67)	111.845.682,52	-16,42
RS	ESTEIO	43	770	8	(29.904.720,56)	126.276.007,10	-23,68
RS	FARROUPILHA	43	790	6	28.933.659,15	94.456.791,41	31,69
RS	FORQUETINHA	43	843	3	(1.680.715,18)	6.895.447,81	-27,27
RS	GRAVATAI	43	920	9	326.286.041,34	319.548.902,44	102,11
RS	GUAIBA	43	930	8	88.922.778,78	104.322.880,88	85,24
RS	IJUI	43	1020	7	(27.880.167,87)	129.397.323,84	-21,39
RS	ITAGUI	43	1060	3	(3.322.829,28)	51.806.689,47	-6,41
RS	LAJEADO	43	1140	3	(22.275.784,53)	97.162.933,21	-22,93
RS	MANOEL VIANA	43	1175	9	(354.964,48)	10.656.246,56	-3,33
RS	MONTENEGRO	43	1240	1	44.983.893,46	88.262.569,81	50,97
RS	NOVA SANTA RITA	43	1337	5	12.014.153,07	32.736.502,97	36,70
RS	NOVO HAMBURGO	43	1340	9	69.482.727,32	375.486.445,25	18,51
RS	PAROBÉ	43	1405	0	5.560.598,07	55.370.182,16	10,04
RS	PASSO FUNDO	43	1410	0	(39.323.018,73)	225.857.261,83	-17,41
RS	PORTO ALEGRE	43	1490	2	(5.220.896,86)	2.969.605.257,57	-0,28
RS	RELVAO	43	1545	3	(1.368.382,12)	6.720.628,79	-20,21

RS	RIO GRANDE	43	1560	2	(23.179.818,36)	242.807.899,14	-9,55
RS	RIO Pardo	43	1570	1	14.822.587,89	35.768.087,02	40,31
RS	RIOZINHO	43	1575	0	(2.033.824,07)	8.918.999,73	-22,80
RS	SANTA CRUZ DO SUL	43	1680	8	7.714.995,99	184.838.784,03	4,18
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	43	1697	2	(937.865,77)	7.681.790,99	-12,21
RS	SANTA MARIA	43	1690	7	17.067.440,70	259.680.214,11	6,57
RS	SANTIAGO	43	1740	0	3.837.042,71	52.379.021,86	7,33
RS	SANTO ANGELO	43	1750	9	(15.231.909,56)	76.250.177,97	-19,98
RS	SAO GABRIEL	43	1830	94	283.633,00	60.174.013,00	0,47
RS	SAO LEOPOLDO	43	1870	5	65.307.446,93	330.459.306,15	19,76
RS	SAPIRANGA	43	1990	1	(17.777.446,73)	88.117.999,66	-20,17
RS	SETE DE SETEMBRO	43	2057	8	459.076,67	5.861.770,54	7,83
RS	TAQUARA	43	2120	4	(28.682,88)	59.629.891,46	-0,05
RS	TORRES	43	2150	1	9.246.210,88	53.280.505,05	17,35
RS	TUCUNDUVA	43	2210	3	(1.815.500,17)	9.044.638,05	-20,07
RS	URUGUAIANA	43	2240	0	16.705.708,17	125.999.240,41	13,26
RS	VACARIA	43	2250	9	(513.476,47)	73.767.317,92	-0,70
RS	VENANCO AIRES	43	2260	8	(3.945.208,76)	71.780.057,89	-5,50
RS	VIAMAO	43	2300	2	82.693.880,00	167.421.274,00	55,37
RS	VISTA ALEGRE	43	2350	7	(725.956,49)	5.463.012,47	-13,29
SC	AGRONOMICA	42	39	9	(907.966,02)	8.146.116,48	-11,15
SC	APIUNA	42	125	7	(495.883,52)	16.723.940,10	-2,97
SC	ASCURRA	42	170	3	(700.648,24)	10.068.157,22	-6,96
SC	BLUMENAU	42	240	4	70.147.672,00	587.843.666,86	11,83
SC	BOTUVERA	42	270	1	(1.052.588,21)	7.972.773,20	-13,20
SC	BRUSQUE	42	280	9	35.733.734,97	154.869.715,62	23,07
SC	CACADOR	42	300	6	2.441.664,87	81.803.597,65	2,98
SC	CANOAS	42	380	8	(8.940.585,30)	59.826.368,43	-14,96
SC	CHAPADAO DO LAGEADO	42	419	4	(970.466,55)	10.815.951,96	-8,97
SC	CHAPECO	42	420	2	22.536.869,06	286.662.412,54	7,86
SC	CONCORDIA	42	430	1	(11.442.001,93)	109.882.597,94	-10,41
SC	CORONEL MARTINS	42	445	9	40.683,82	6.533.120,56	0,62
SC	FAXINAL DOS GUEDES	42	530	8	(660.732,09)	18.345.805,72	-3,80
SC	FLORIANOPOLIS	42	540	7	109.587.050,08	785.144.181,00	13,96
SC	FREI ROGERIO	42	555	5	(947.444,39)	6.786.129,08	-13,96
SC	GALVAO	42	580	5	(722.028,79)	7.634.677,16	-9,46
SC	GASPAR	42	590	2	(24.846.984,67)	86.704.390,69	-28,66
SC	GUABIRUBA	42	630	6	(3.654.379,35)	22.881.979,50	-15,97
SC	INDAIAL	42	750	2	(9.585.663,01)	75.184.318,44	-12,75
SC	IPIRA	42	760	1	(932.799,89)	8.844.548,99	-10,55
SC	IPUACU	42	768	4	(366.582,78)	11.816.584,30	-3,09
SC	IRANI	42	780	8	(423.953,02)	13.865.221,92	-3,06
SC	IRATI	42	785	8	-	5.702.310,45	0,00
SC	ITAJAI	42	820	3	(16.101.165,23)	490.399.011,54	-3,28
SC	ITAPEMA	42	830	2	(4.045.194,76)	91.943.043,24	-4,40
SC	JARAGUA DO SUL	42	890	6	(30.384.356,67)	303.938.140,25	-10,00
SC	LAGES	42	930	8	12.657.868,20	195.087.741,64	6,48
SC	LAGUNA	42	940	9	(2.441.619,34)	47.224.557,69	-5,17
SC	LEBON REGIS	42	970	6	(528.649,75)	14.337.715,43	-3,69
SC	LUZERNA	42	1003	5	(1.928.753,13)	10.133.142,89	-19,01
SC	MATOS COSTA	42	1070	4	658.018,70	6.540.030,50	9,91
SC	MIRIM DOCE	42	1085	2	93.044,55	7.106.782,02	1,31
SC	PALHOCA	42	1190	0	(26.672.400,42)	147.751.973,41	-18,05
SC	PETROLANDIA	42	1270	0	(754.115,17)	8.743.578,38	-8,62
SC	PRESIDENTE GETULIO	42	1400	3	(1.485.224,62)	20.091.041,80	-7,39
SC	RIO DO SUL	42	1480	5	(1.335.486,75)	117.200.598,45	-1,14
SC	SAO CRISTOVAO DO SUL	42	1605	7	(364.654,76)	9.061.823,17	-4,02
SC	SAO LUDGERO	42	1709	6	(2.282.243,22)	17.182.501,03	-13,28
SC	TREZE ILIAS	42	1850	9	(1.336.898,17)	13.398.733,22	-9,98
SC	VARGEAO	42	1910	1	662.447,25	8.806.846,31	7,52
SC	VIDAL RAMOS	42	1920	0	23.226,49	9.812.942,96	0,23
SC	XANXERE	42	1950	7	11.276.694,99	59.246.525,74	19,03
SE	ARACAJU	28	30	8	(18.879.030,96)	762.731.251,27	-2,61
SE	ESTANCIA	28	210	6	11.953.552,00	89.810.390,00	13,31
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	28	450	8	-	31.963.799,54	0,00
SP	AGUIA	35	30	3	(4.383.410,81)	44.882.943,38	-9,77

SP	ALVARES FLORENCE	35	120	2	(93.263,50)	9.571.478,81	-0,97
SP	ALVINLANDIA	35	150	8	-	7.482.512,63	0,00
SP	AMPARO	35	190	5	(20.380.980,00)	121.882.459,74	-16,73
SP	ARACÓIABA DA SERRA	35	260	3	(8.410.446,72)	43.668.074,53	-19,26
SP	ARARAQUARA	35	320	8	(16.846.563,81)	384.679.527,49	-4,38
SP	ARARAS	35	330	7	2.438.393,79	241.125.816,39	1,01
SP	ATIBAIA	35	410	7	(30.596.855,23)	237.082.885,05	-12,91
SP	AVANHANDAVA	35	440	4	1.286.983,51	17.503.972,27	7,35
SP	BAURU	35	600	3	36.720.438,78	501.884.392,03	7,32
SP	BEBEDOURO	35	810	2	(8.861.219,38)	118.327.908,68	-7,43
SP	BERNARDINO DE CAMPOS	35	830	0	(1.052.348,10)	15.489.510,94	-6,79
SP	BORACEIA	35	730	8	(720.289,64)	11.808.258,76	-6,10
SP	BOTUCATU	36	750	6	(53.412.351,05)	195.380.737,78	-27,34
SP	BRAGANÇA PAULISTA	36	780	5	3.189.662,08	231.149.506,03	1,38
SP	BREJO ALEGRE	35	775	3	(2.277.431,55)	8.363.403,95	-27,26
SP	CAFELÂNDIA	36	880	1	2.117.190,32	23.045.962,32	9,19
SP	CAIUA	35	910	6	(4.051.366,97)	15.157.598,80	-26,73
SP	CAMPOS DO JORDÃO	35	970	0	35.863.061,87	100.666.265,13	30,66
SP	CARAPICUBA	35	1060	9	60.360.843,09	231.395.770,00	28,09
SP	CARDOSO	35	1070	8	(8.152.681,56)	21.579.102,83	-37,78
SP	CASTILHO	35	1100	3	(3.446.678,06)	48.473.450,97	-7,11
SP	CERQUEIRA CESAR	35	1140	9	(1.810.490,00)	26.218.873,00	-8,91
SP	CORUMBATAI	35	1270	4	(754.905,06)	12.890.116,00	-5,86
SP	COSMORAMA	35	1290	2	(258.487,68)	13.552.329,80	-1,89
SP	CRUZALIA	35	1330	8	(485.958,26)	8.829.937,26	-5,51
SP	DOURADO	35	1430	4	(3.085.981,96)	14.115.936,47	-21,93
SP	EMBU	35	1500	4	(33.685.954,51)	266.878.538,73	-13,11
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	35	1518	6	(10.991.915,45)	57.665.224,41	-19,06
SP	ESPIRITO SANTO DO TURVO	35	1519	4	-	11.114.795,08	0,00
SP	FERNANDO PRESTES	35	1560	8	-	11.684.988,01	0,00
SP	FERNANDOPOLIS	35	1560	8	(28.978.417,03)	77.733.319,39	-37,28
SP	FLORINIA	35	1610	1	184.919,73	9.579.143,14	1,72
SP	GASTÃO VIDIGAL	35	1680	4	(380.739,64)	9.035.098,09	-4,21
SP	GLICERIO	35	1710	9	-	10.758.404,43	0,00
SP	GUAIARA	35	1740	6	(41.096.722,54)	60.840.420,60	-50,84
SP	GUAPIACU	35	1750	6	(2.185.931,97)	34.571.973,17	-6,32
SP	GUARAREMA	35	1830	5	(15.712.237,43)	105.897.796,10	-14,84
SP	GUARUJA	35	1870	1	325.080.821,41	639.667.730,29	50,82
SP	IBIRAREMA	35	1950	1	1.243.601,08	12.232.892,60	10,17
SP	IEPE	35	1990	7	(2.248.155,63)	17.511.745,89	-12,64
SP	ILHA COMPRIDA	35	2042	6	1.909.712,60	32.777.880,85	5,83
SP	INÚBIA PAULISTA	35	2080	6	(1.651.398,10)	8.598.762,30	-19,21
SP	IPAUSSU	35	2090	5	1.372.328,16	22.751.520,35	6,03
SP	IPEUNA	35	2110	1	(4.027.971,73)	15.903.201,01	-26,32
SP	IPUA	35	2130	9	(4.325.075,90)	29.140.238,07	-14,85
SP	ITAI	35	2180	4	(18.580.444,64)	42.450.945,06	-39,08
SP	ITAPEVA	35	2240	6	19.067.645,43	152.635.889,38	12,49
SP	ITAPIRA	35	2280	4	14.853.993,43	122.539.009,38	12,12
SP	ITATIBA	35	2340	4	(56.554.115,21)	188.162.237,46	-31,39
SP	ITIRAPINA	35	2380	2	2.303.283,09	30.104.561,08	7,65
SP	ITU	35	2590	9	(14.511.185,32)	281.039.991,24	-5,16
SP	ITUPEVA	35	2400	6	2.772.140,26	93.218.140,26	2,97
SP	JACAREI	35	2440	2	(69.654.622,00)	363.057.608,88	-27,50
SP	JALES	35	2480	8	21.718.194,26	60.421.821,18	35,94
SP	JARINU	35	2520	1	(803.714,24)	43.035.578,07	-1,87
SP	LEME	35	2670	4	9.367.119,11	137.445.633,41	6,82
SP	LINS	35	2710	6	35.579.479,54	94.462.602,88	37,67
SP	LUCIANOPOLIS	35	2750	4	(1.081.957,88)	7.549.245,71	-14,07
SP	MARACAI	35	2880	9	(131.280,01)	24.893.964,82	-0,53
SP	MARIAPOLIS	35	2890	8	(648.947,22)	7.727.792,21	-8,40
SP	MARTINOPOLIS	35	2920	3	16.040.789,30	37.115.911,30	43,22
SP	MATAG	35	2930	2	35.298.349,09	116.918.261,74	33,61
SP	MINEIROS DO TIETE	35	2980	7	1.431.859,61	18.024.561,35	8,94
SP	MOJI MIRIM	35	3080	5	(15.417.745,73)	185.701.479,55	-8,30
SP	MONTE CASTELO	35	3160	5	(2.097.593,05)	9.405.841,22	-22,30
SP	MONTE MOR	35	3180	3	3.845.862,84	98.574.487,97	3,15

SP	MURUTINGA DO SUL	35	3210	8	209.133,92	8.933.549,25	2,34
SP	NHANDEARA	35	3260	3	(1.009.738,85)	16.064.314,62	-6,29
SP	NOVA GUATAPORANGA	35	3310	6	(1.199.615,89)	6.788.083,47	-17,67
SP	ONDA VERDE	35	3400	5	(3.067.042,96)	11.903.278,34	-25,77
SP	OSCAR BRESSANE	35	3450	0	-	7.962.555,64	0,00
SP	OURINHOS	35	3470	8	(24.534.976,85)	182.130.231,01	-13,47
SP	PALMARES PAULISTA	35	3510	1	7.274.886,47	14.559.365,25	49,97
SP	PALMITAL	35	3530	9	(5.178.049,47)	39.153.810,85	-13,22
SP	PEDRO DE TOLEDO	35	3720	6	(5.554.465,60)	19.871.503,55	-27,95
SP	PINHALZINHO	35	3820	4	(336.735,57)	17.067.900,86	-1,97
SP	PIRACAIA	35	3860	0	45.109,53	36.327.077,75	0,12
SP	PIRACICABA	35	3870	9	(69.312.008,93)	721.811.507,02	-9,60
SP	PIRAJU	35	3880	8	2.980.293,89	45.153.485,30	6,60
SP	PIRASSUNUNGA	35	3930	1	(37.817.549,29)	120.102.412,04	-31,49
SP	PLATINA	35	3970	7	(908.057,65)	8.532.814,44	-10,64
SP	PORTO FERREIRA	35	4070	5	14.190.848,35	94.957.153,98	14,94
SP	POTIM	35	4075	4	(1.918.874,17)	24.024.654,84	-7,99
SP	PRADOPOLIS	35	4090	3	-	35.485.027,91	0,00
SP	PRAIA GRANDE	35	4100	0	9.015.293,60	571.467.412,25	1,58
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	35	4140	6	(21.705.429,60)	312.183.973,73	-6,95
SP	RANCHARIA	35	4220	6	(5.281.445,14)	49.834.217,38	-10,60
SP	RIBEIRAO BONITO	35	4280	9	(7.440.773,65)	22.027.448,44	-33,78
SP	RIBEIRAO PIRES	35	4330	3	(5.513.090,92)	140.816.755,82	-3,92
SP	RIO CLARO	35	4390	7	80.535.631,48	351.505.321,02	22,91
SP	RIO DAS PEDRAS	35	4400	4	5.362.345,82	58.356.025,25	9,19
SP	RIO GRANDE DA SERRA	35	4410	3	15.642.965,44	36.131.165,70	43,29
SP	RIOLANDIA	35	4420	2	(237.788,56)	10.558.680,83	-1,28
SP	ROSEIRA	35	4430	1	6.571.625,72	15.632.566,85	42,04
SP	RUBINEIA	35	4450	9	(3.389.443,87)	11.176.551,83	-30,33
SP	SALTO	35	4520	9	6.188.743,30	166.813.901,69	3,71
SP	SALTO DE PIRAPORA	35	4530	8	1.553.132,85	54.273.756,34	2,86
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	35	4620	7	(1.521.708,00)	11.485.316,00	-13,25
SP	SANTA FE DO SUL	35	4660	3	(1.412.197,64)	64.281.859,53	-2,20
SP	SANTA ISABEL	35	4680	1	(14.513.048,25)	80.673.452,83	-17,99
SP	SANTA ROSA DE VITERBO	35	4760	1	14.584.102,10	36.783.137,27	39,67
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	35	4790	8	(1.439.840,47)	11.267.585,28	-12,78
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	35	4870	8	280.056.048,00	2.164.424.694,29	12,94
SP	SAO ROQUE	35	5060	5	(60.655.113,45)	136.393.767,53	-44,47
SP	SAO VICENTE	35	5100	9	15.088.963,28	502.655.153,40	3,00
SP	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	35	5130	6	(214.528,97)	11.374.829,55	-1,89
SP	SETE BARRAS	35	5180	1	(367.908,98)	19.867.584,25	-1,85
SP	SOROCABA	35	5220	5	(45.914.984,07)	1.093.459.470,72	-4,20
SP	TAGUAI	35	5300	5	(1.059.250,90)	14.492.399,68	-7,31
SP	TAIUVÁ	35	5320	3	50.814,00	10.571.085,00	0,48
SP	TAMBAU	35	5330	2	3.180.664,11	38.000.012,79	8,37
SP	TAQUARITINGA	35	5370	8	2.824.665,28	81.953.252,13	3,45
SP	TAQUARITUBA	35	5380	7	(121.365,41)	31.865.528,27	-0,38
SP	TARUMA	35	5395	5	(1.395.964,62)	28.803.672,97	-4,85
SP	TIETE	35	5450	8	(6.231.646,96)	72.117.717,52	-8,64
SP	TUPA	35	5500	0	(10.953.351,44)	76.043.647,53	-14,40
SP	UBIRAJARA	35	5550	5	-	9.408.438,70	0,00
SP	UCHOA	35	5560	4	(427.330,68)	17.775.987,69	-2,40
SP	UNIAO PAULISTA	35	5570	3	3.853.835,14	7.690.775,28	50,11
SP	VALENTIM GENTIL	35	5610	7	(1.744.294,64)	14.900.032,86	-11,71
SP	VALPARAISO	35	5630	5	(719.685,00)	35.252.034,00	-2,04
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	35	5690	9	(545.022,79)	14.238.962,96	-3,83
SP	VOTUPORANGA	35	5710	5	(4.661.570,41)	118.227.657,28	-3,94

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 1º Semestre de 2010

data-base 30/06/2010

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN

Posição: 5/10/2010

Sigla do UF	Nome do Município	COD DO Estado	COD DO Município	DVABGE Município	DCL 2º Sem	RCL 2º Sem	DCL-RCL
AL	COQUEIRO SECO	27	220	7	-	8.820.457,29	0,00
AL	IGREJA NOVA	27	320	5	-	28.462.550,62	0,00
AL	TRAÍPI	27	920	2	-	19.019.002,39	0,00
AP	CALCOENE	16	20	4	(2.183.627,17)	9.206.327,77	-23,72
AP	TARTARUGALZINHO	16	70	9	(1.446.750,20)	10.788.893,87	-13,41
BA	ABAÍRA	29	10	8	(962.209,13)	9.656.476,32	-9,96
BA	ÁGUA FRIA	29	40	5	510.317,74	16.346.717,48	3,12
BA	ARATACA	29	225	2	(523.247,66)	14.086.487,79	-3,71
BA	BELMONTE	29	340	9	-	32.979.291,64	0,00
BA	BOA VISTA DO TUPI	29	380	6	3.929.119,35	23.518.548,48	16,71
BA	BUERAREMA	29	470	4	-	17.651.256,65	0,00
BA	CAFARNAUM	29	530	5	(488.629,90)	19.232.030,33	-2,44
BA	CAMAMU	29	580	0	8.927.388,99	35.147.914,67	25,40
BA	CENTRAL	29	760	8	(899.130,90)	6.017.278,84	-14,94
BA	CONCEIÇÃO DO JACUIPE	29	850	7	10.713.148,93	25.684.880,57	41,71
BA	CORDEIROS	29	900	0	5.031.138,00	10.538.647,00	47,74
BA	CÓRIBE	29	910	9	8.231.029,69	18.320.900,71	44,93
BA	GLÓRIA	29	1140	2	2.291.210,45	19.671.337,21	11,65
BA	ITAGIMIRIM	29	1530	4	(892.366,85)	10.996.758,92	-8,11
BA	ITIUBA	29	1700	3	4.956.547,02	34.190.997,65	14,50
BA	JACARACI	29	1740	9	(2.353.154,06)	15.436.572,12	-15,24
BA	JUSSARA	29	1850	6	(85.693,93)	16.184.127,16	-0,53
BA	LENÇOIS	29	1930	6	454.947,07	12.228.831,38	3,72
BA	MACURURÉ	29	1990	0	2.484.702,71	10.079.409,14	24,75
BA	MULUNGU DO MORRO	29	2205	2	6.380.520,00	17.236.860,07	37,02
BA	MURITIBA	29	2230	0	4.388.444,48	21.472.500,94	20,46
BA	SÃO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	(3.884.475,66)	16.285.816,94	-23,85
BA	TAPIRAMUTA	29	3130	1	(3.117.205,09)	9.341.223,29	-33,37
CE	AIUA	23	40	8	(2.460,38)	17.600,24	-13,88
CE	AMONTADA	23	75	4	(59.507.889,35)	43.072.812,36	-136,16
CE	ARACOIABA	23	120	8	(1.237.906,03)	31.513.266,93	-3,93
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	23	426	9	(875.682,74)	12.227.203,08	-7,16
CE	EUSEBIO	23	426	5	(32.358.978,70)	80.557.212,64	-40,17
CE	FORQUILHA	23	435	0	(2.048.782,11)	22.255.438,17	-9,21
CE	FRECHEIRINHA	23	450	9	1.494.485,86	15.011.345,38	9,96
CE	GUARACIABA DO NORTE	23	500	7	6.639.467,64	38.498.295,89	16,19
CE	IBAPIANA	23	530	8	1.206.005,45	25.979.800,41	4,64
CE	IPAUMIRIM	23	570	4	161.700,09	12.363.684,75	1,23
CE	ITAPIUNA	23	650	4	141.128,27	20.538.139,14	0,69
CE	MAURITI	23	810	4	(5.028.035,00)	41.177.345,00	-12,21
CE	MILHA	23	835	1	5.113.976,91	16.279.390,81	31,41
CE	MISSÃO VELHA	23	840	1	(1.226.980,21)	32.280.803,16	-3,80
CE	MORRINHOS	23	890	6	(1.018.235,99)	20.203.951,52	-5,04
CE	NOVA OLINDA	23	820	1	(356.178,92)	16.959.578,12	-2,10
CE	PACOTI	23	980	5	488.281,28	14.247.280,20	3,50
CE	PARAIPABA	23	1025	8	4.959.483,79	29.154.867,96	17,01
CE	PIRES FERREIRA	23	1095	1	(579.108,44)	13.024.525,68	-4,45
CE	SANTANA DO ACARAU	23	1200	7	3.623.451,23	30.500.685,62	11,88
CE	SANTANA DO CARIRI	23	1210	6	266.571,35	20.981.556,23	1,27
CE	TAMBORÉ	23	1320	3	(5.983.588,09)	32.430.236,67	-18,45
CE	UBAJARA	23	1360	9	(651.027,98)	31.850.028,27	-2,04
CE	UMIRIM	23	1375	7	915.768,57	20.940.555,26	4,37
CE	VARJOTA	23	1395	5	801.002,00	17.705.733,00	4,52
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	(12.055.165,26)	40.852.583,07	-29,51

ES	ALEGRE	32	20	1	736.918,13	48.448.184,53	1,59
ES	ANCHETA	32	40	0	(26.054.347,54)	129.486.710,79	-20,12
ES	BOM JESUS DO NORTE	32	110	0	194.517,18	13.986.539,09	1,39
ES	CASTELO	32	140	7	(7.436.998,69)	49.119.366,16	-15,14
ES	CONCEICAO DO CASTELO	32	170	4	(7.572.718,50)	21.072.565,31	-35,94
ES	DOMINGOS MARTINS	32	190	2	(14.124.873,33)	47.995.000,63	-29,43
ES	FUNDAO	32	220	7	(1.749.114,31)	28.865.410,67	-6,06
ES	GOVERNADOR LINDENBERG	32	225	6	(2.912.719,01)	17.665.915,43	-16,30
ES	IGITIRAMA	32	265	3	(3.059.870,39)	15.317.843,67	-19,97
ES	ICONHA	32	260	3	1.678.171,11	21.605.237,55	7,77
ES	ITAGUAÇU	32	270	2	(8.867.885,00)	22.650.323,03	-39,16
ES	ITAPENIRMA	32	280	1	(6.209.061,07)	36.622.986,78	-17,48
ES	ITARANA	32	280	0	(3.483.606,32)	17.450.825,96	-19,97
ES	MANTENOPOLIS	32	330	4	1.075.986,27	19.259.030,40	10,26
ES	MARATAIZES	32	332	0	(11.295.023,00)	45.361.532,00	-24,68
ES	MARILANDIA	32	335	3	(1.680.764,34)	18.028.207,67	-9,21
ES	MUQUI	32	380	8	1.074.450,37	19.119.594,86	5,62
ES	PANCAS	32	400	5	(2.491.354,60)	27.752.947,75	-8,98
ES	PEDRO CANARIO	32	405	4	(1.132.355,51)	32.650.200,71	-3,47
ES	PRESIDENTE KENNEDY	32	430	2	(107.896.166,11)	124.618.613,61	-86,56
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	32	455	9	(2.507.080,00)	48.329.660,92	-5,19
ES	SÃO JOSE DO CALCADO	32	480	7	(1.543.759,30)	19.488.122,83	-7,92
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	(2.412.783,16)	33.210.080,63	-7,27
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	506	9	(6.681.868,10)	32.613.928,25	-20,30
ES	VILA VALERIO	32	517	6	2.757.195,43	23.097.808,31	11,94
GO	ABADIANA	52	10	0	2.965.630,44	15.378.444,95	16,38
GO	INACIOLANDIA	52	993	7	(3.174.951,31)	9.766.968,04	-32,61
GO	INDIARA	52	995	2	(797.098,26)	14.657.333,08	-5,44
GO	ITAGUARÍ	52	1056	2	(821.621,93)	6.745.864,33	-12,18
GO	JARAGUA	52	1180	0	(5.361.223,05)	40.264.768,73	-13,31
GO	PIRACANJUBA	52	1710	4	4.534.535,49	31.810.719,27	14,26
GO	RUBIATABA	52	1890	4	(2.405.647,31)	19.905.100,06	-12,09
GO	TÁGUARAL DE GOIÁS	52	2100	7	(238.420,73)	6.411.865,68	-3,64
MA	SÃO JOÃO DOS PATOS	21	1110	2	(6.188.126,15)	24.594.081,04	-25,18
MA	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	21	1160	7	-	19.528.547,33	0,00
MG	ABADIA DOS DOURADOS	31	10	4	819.395,42	9.966.930,17	8,27
MG	ABAETE	31	20	3	9.289.200,65	23.734.586,65	59,14
MG	ACAIACA	31	40	1	(1.956.253,10)	6.756.778,09	-28,95
MG	ACUCENA	31	50	0	1.365.162,96	11.960.824,61	11,41
MG	AGUA COMPRIDA	31	70	8	(536.060,94)	8.772.970,34	-6,11
MG	AGUAS FORMOSAS	31	90	8	573.872,67	16.912.490,41	3,39
MG	AGUAS VERMELHAS	31	100	3	1.499.216,67	12.750.199,85	11,73
MG	AMORES	31	110	2	(408.605,11)	29.607.545,00	-1,38
MG	ALAGOA	31	130	0	(293.144,29)	6.813.925,10	-4,24
MG	ALÉM PARAIBA	31	150	3	(5.664.356,27)	37.697.623,47	-15,03
MG	ALTEROSA	31	200	1	(727.331,44)	14.128.306,53	-6,15
MG	ALTO CAPARAÓ	31	205	0	563.338,70	7.344.846,07	7,94
MG	ALTO JEQUITIBA	31	5350	9	413.455,24	7.998.255,57	5,18
MG	ALVORADA DE MINAS	31	240	7	489.240,31	6.844.355,85	7,15
MG	AMPARO DO SERRA	31	250	6	565.704,00	6.874.319,54	8,23
MG	ANDRADAS	31	280	5	1.635.997,84	37.810.135,18	4,33
MG	ANDRELÂNDIA	31	280	3	(162.152,82)	11.938.037,63	-1,36
MG	ANTÔNIO DIAS	31	300	9	-	16.811.684,38	0,00
MG	ANTÔNIO PRADO DE MINAS	31	310	8	(488.295,87)	5.319.668,69	-9,37
MG	ARCEBURGO	31	410	6	(4.937.027,51)	12.646.519,56	-59,04
MG	ARCOS	31	420	5	(665.603,65)	42.141.550,88	-2,06
MG	AREADO	31	430	4	(2.047.179,62)	13.820.569,60	-14,81
MG	ARICANDUVA	31	445	2	(1.444.409,40)	6.852.806,82	-21,08
MG	ASYOLFO DUTRA	31	460	7	(132.027,33)	11.669.024,94	-1,13
MG	ATALEIA	31	470	0	1.219.248,38	12.282.802,16	9,93
MG	BALDÍM	31	500	4	2.744.740,81	8.764.194,38	31,32
MG	BAMBUI	31	510	3	1.382.575,75	22.229.711,09	6,13
MG	BANDEIRA	31	520	2	1.107.163,52	7.448.125,68	14,87
MG	BARÃO DE COCAIS	31	540	0	(14.609.792,00)	45.110.973,00	-32,39
MG	BARRA LONGA	31	570	7	756.791,37	7.710.089,97	9,82
MG	BELO ORIENTE	31	630	9	9.943.368,93	43.860.550,08	22,67

MG	BELO VALE	31	640	8	85.975,68	12.035.836,84	0,71
MG	BERILO	31	650	7	98.588,70	14.011.893,88	0,70
MG	BERIZAL	31	665	5	465.521,18	6.825.360,17	6,82
MG	BIAS FORTES	31	680	4	(942.078,76)	5.791.650,26	-16,27
MG	BICAS	31	690	3	(2.518.125,11)	15.415.293,14	-16,34
MG	BIGUINHAS	31	700	0	106.039,24	6.441.134,96	1,65
MG	BOCAIÚVA	31	730	7	20.314.257,38	50.258.642,42	40,42
MG	BOM DESPACHO	31	740	6	6.088.392,81	43.481.548,85	14,00
MG	BOM JARDIM DE MINAS	31	750	5	(438.351,52)	8.519.479,98	-5,15
MG	BOM JESUS DA PENHA	31	760	4	(6.429.084,95)	7.725.060,37	-83,22
MG	BOM JESUS DO AMPARO	31	770	3	186.029,25	7.419.006,69	2,51
MG	BOM JESUS DO GALHO	31	780	2	(1.334.159,78)	12.885.198,65	-10,35
MG	BOM REPOUSO	31	790	1	(1.125.428,47)	11.229.070,33	-10,02
MG	BONFIM	31	810	7	2.141.920,52	8.087.560,51	26,48
MG	BORDA DA MATA	31	830	5	(2.311.099,78)	15.272.941,03	-15,13
MG	BOTUMIRIM	31	850	3	1.213.730,29	8.092.222,76	15,00
MG	BRAS PIRES	31	870	1	78.169,34	6.835.979,41	1,14
MG	BRASILIA DE MINAS	31	860	2	3.548.391,96	32.298.032,22	10,99
MG	BRASOPOLIS	31	890	9	(637.421,88)	13.930.223,14	-4,58
MG	BRAUNAS	31	880	0	667.635,92	8.838.214,14	7,56
MG	BRUMADINHO	31	900	6	(12.110.972,31)	75.763.374,53	-15,99
MG	BUENO BRANDAO	31	910	5	(1.939.540,84)	10.392.218,54	-18,66
MG	BUGRE	31	925	3	(600.383,94)	6.690.140,91	-8,71
MG	BURITIS	31	930	3	585.942,24	31.582.329,24	1,88
MG	CABECEIRA GRANDE	31	945	1	(320.084,17)	13.663.572,70	-2,34
MG	CACHOEIRA DA PRATA	31	960	0	(644.655,12)	7.025.346,88	-9,18
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	(2.332.614,89)	11.243.167,01	-20,75
MG	CACHOEIRA DOURADA	31	980	8	1.535.857,37	17.598.594,26	8,73
MG	CAETANOPOLIS	31	990	7	(169.934,25)	10.183.335,45	-1,67
MG	CAJURI	31	1020	2	(1.433.627,60)	7.344.252,68	-19,52
MG	CALDAS	31	1030	1	342.228,36	14.243.154,24	2,40
MG	CAMANDUCAIA	31	1050	9	(4.227.143,01)	25.112.098,64	-16,83
MG	CAMBUI	31	1060	8	(15.090.601,68)	29.687.371,24	-50,83
MG	CAMBUQUIRA	31	1070	7	745.294,46	13.172.200,08	5,66
MG	CAMPANHA	31	1090	5	1.515.375,31	15.562.324,91	9,74
MG	CAMPINA VERDE	31	1110	1	1.472.482,49	21.478.739,06	6,86
MG	CANA VERDE	31	1190	3	1.299.026,94	6.937.302,28	18,73
MG	CANAA	31	1170	5	(1.163.674,22)	6.771.688,33	-17,18
MG	CAPIM BRANCO	31	1250	5	77.387,25	8.757.544,22	0,88
MG	CAPINOPOLIS	31	1260	4	1.784.239,87	19.168.681,32	9,31
MG	CARANAIBA	31	1310	7	(219.536,88)	7.057.884,42	-3,11
MG	CARANDAI	31	1320	6	(5.489.737,82)	25.867.951,52	-21,22
MG	CARBONITA	31	1350	3	-	11.433.243,00	0,00
MG	CAREACU	31	1380	2	(793.925,10)	8.362.303,49	-9,49
MG	CARLOS CHAGAS	31	1370	1	(14.833.189,87)	22.345.314,74	-65,49
MG	CARMO DE MINAS	31	1410	5	222.580,75	8.268.977,09	2,69
MG	CARMO DO CAJURU	31	1420	4	(85.929,65)	21.351.682,36	-0,40
MG	CARMO DO RIO CLARO	31	1440	2	(8.094.483,53)	23.063.626,04	-35,10
MG	CARMOPOLIS DE MINAS	31	1450	1	1.700.476,20	18.378.931,53	9,25
MG	CARNEIRINHO	31	1455	0	1.894.303,59	23.038.608,67	8,22
MG	CARVALHOPOLIS	31	1470	9	(719.472,87)	6.882.773,70	-10,45
MG	CARVALHOS	31	1480	8	232.368,01	6.382.160,40	3,64
MG	CASCALHO RICO	31	1500	3	(834.764,10)	9.329.236,75	-8,95
MG	CATAS ALTAS	31	1535	9	(4.041.649,71)	13.841.674,39	-29,20
MG	CATAS ALTAS DA NORUEGA	31	1540	9	(339.146,77)	5.880.650,59	-5,77
MG	CATUTI	31	1547	4	(805.741,98)	7.486.406,93	-10,76
MG	CEDRO DO ABAETE	31	1560	7	(414.925,36)	2.642.611,33	-15,70
MG	CHACARA	31	1590	4	164.857,68	6.204.957,79	2,66
MG	CHAPADA DO NORTE	31	1610	0	638.683,75	16.533.222,63	3,96
MG	CLARAVAL	31	1640	7	8.385,46	7.438.262,01	0,11
MG	COIMBRA	31	1670	4	(638.578,53)	8.518.206,55	-7,50
MG	COLUNA	31	1680	3	-	9.672.456,72	0,00
MG	COMENDADOR GOMES	31	1690	2	-	7.749.926,18	0,00
MG	CONCEICAO DA APARECIDA	31	1710	8	1.199.342,44	11.647.286,77	10,30

MG	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	31	1520	1	-	6.127.776,70	0,00
MG	CONCEICAO DAS PEDRAS	31	1726	7	-	6.729.852,44	0,00
MG	CONCEICAO DO RIO VERDE	31	1770	2	(1.611.323,60)	13.516.721,91	-11,92
MG	CONCEICAO DOS OUROS	31	1780	1	(1.135.067,14)	12.511.881,41	-9,07
MG	CONEGO MARINHO	31	1783	6	(742.003,80)	8.405.510,25	-8,73
MG	CONGONHAL	31	1790	0	(1.130.579,89)	9.937.886,96	-11,38
MG	CONGONHAS	31	1800	7	(48.495.680,10)	144.432.651,19	-33,58
MG	CONGONHAS DO NORTE	31	1810	6	1.946.396,65	6.894.461,50	27,86
MG	CONSOLACAO	31	1850	2	(565.865,43)	5.351.797,90	-10,57
MG	CORACAO DE JESUS	31	1890	9	3.152.700,70	24.163.441,55	13,04
MG	CORDISBURGO	31	1890	9	1.022.751,55	8.061.116,04	12,69
MG	CORDISLANDIA	31	1900	5	(2.105.529,84)	6.246.626,28	-33,71
MG	COROMANDEL	31	1930	2	(9.008.647,25)	29.817.166,26	-30,21
MG	CORONEL MURTA	31	1950	0	(1.538.965,10)	10.200.601,82	-16,09
MG	CORONEL PACHECO	31	1960	9	(499.296,43)	6.741.837,76	-7,41
MG	CORREIO DANTA	31	1980	7	50.763,27	6.969.890,58	0,73
MG	CORREIO DO BOM JESUS	31	1990	6	(1.512.802,77)	6.010.836,14	-25,17
MG	CORREIO FUNDO	31	1995	5	(2.669.365,00)	6.546.747,00	-27,96
MG	CORREIO NOVO	31	2000	3	(1.668.289,10)	6.386.307,86	-26,12
MG	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	31	2010	2	262,80	6.822.818,11	0,00
MG	CRISTAIS	31	2020	1	-	14.172.138,36	0,00
MG	CRISTALIA	31	2030	0	(962.004,06)	8.805.850,51	-10,92
MG	CRISTINA	31	2050	8	(1.937.392,53)	10.824.148,24	-17,90
MG	CRUCILANDIA	31	2060	7	(221.358,00)	6.260.815,45	-2,68
MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	31	2070	6	(214.770,70)	8.561.283,42	-2,51
MG	CRUZILIA	31	2080	5	(1.117.250,19)	15.910.878,34	-7,18
MG	CURRAL DE DENTRO	31	2087	0	(754.341,42)	8.092.808,03	-9,32
MG	DATAS	31	2100	1	2.495.604,00	7.693.719,31	32,86
MG	DELFIN MOREIRA	31	2110	0	(1.295.668,37)	10.214.168,16	-12,69
MG	DESCOBERTO	31	2130	8	(441.086,01)	7.653.738,64	-5,62
MG	DESTERRO DO MELO	31	2150	8	138.463,69	6.618.109,32	2,11
MG	DIAMANTINA	31	2160	5	(7.583.685,34)	41.341.503,77	-18,34
MG	DIONISIO	31	2180	3	(899.574,21)	9.479.328,18	-9,49
MG	DIVINOLANDIA DE MINAS	31	2220	7	241.783,37	8.976.605,58	2,69
MG	DIVISA ALEGRE	31	2235	5	(477.490,79)	8.678.454,08	-4,93
MG	DIVISOPOLIS	31	2245	4	(539.996,82)	6.324.448,45	-5,79
MG	DOM BOSCO	31	2247	0	(906.213,66)	6.830.221,32	-13,27
MG	DOM CAVATI	31	2250	4	(598.927,15)	6.886.741,12	-8,11
MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	(2.391.421,32)	7.257.032,67	-32,95
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	(684.467,74)	5.435.482,54	-12,22
MG	DONA EUSEBIA	31	2290	0	-	7.962.255,54	0,00
MG	DORES DE GUANHIAES	31	2310	6	(1.934.276,64)	9.089.567,96	-21,28
MG	DORES DO INDIAIA	31	2320	5	7.601.753,90	16.331.133,96	-47,77
MG	DORES DO TURVO	31	2330	4	(1.337.200,17)	6.616.464,49	-20,21
MG	DOURADOQUARA	31	2350	2	841.559,77	6.632.344,54	12,69
MG	DURANDE	31	2362	8	(514.157,50)	7.637.105,20	-6,56
MG	ELOI MENDES	31	2360	7	(5.527.800,00)	26.866.413,00	-13,13
MG	ENGENHEIRO NAVARRO	31	2380	9	1.481.293,22	8.974.033,84	16,51
MG	ESPINOSA	31	2430	2	(3.298.855,28)	24.492.670,54	-13,47
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	(1.029.295,54)	7.076.385,81	-14,55
MG	ESTIVA	31	2450	0	(802.329,88)	10.769.061,99	-7,44
MG	ESTRELA DALVA	31	2460	9	17.563,78	5.712.595,87	0,31
MG	EUGENOPOLIS	31	2490	6	(892.483,19)	10.217.240,89	-8,74
MG	EWBANK DA CAMARA	31	2500	2	-	6.406.522,36	0,00
MG	EXTREMA	31	2510	1	-	54.343.956,19	0,00
MG	FARIA LEMOS	31	2530	8	(208.818,81)	6.338.931,74	-3,29
MG	FELICIO DOS SANTOS	31	2540	8	652.893,13	7.817.150,99	6,35
MG	FELISLANDIA	31	2570	5	6.650.692,51	19.944.895,56	35,11
MG	FERNANDES TOURINHO	31	2580	4	(457.817,48)	6.274.638,46	-7,30
MG	FERVEDOURO	31	2595	2	(224.118,33)	11.112.963,00	-2,02
MG	FRANCISOPOLIS	31	2675	2	(665.166,50)	7.660.938,31	-8,69
MG	FREI INOCENCIO	31	2690	1	-	9.939.215,21	0,00
MG	FREI LAGONEGRO	31	2685	0	-	6.202.500,73	0,00

MG	FRONTEIRA	31	2700	8	2.584.443,08	26.431.089,61	9,78
MG	GLAUCILANDIA	31	2735	4	(30.262,47)	5.862.122,15	-0,52
MG	GONCALVES	31	2740	4	(522.283,81)	6.433.171,50	-8,12
MG	GOUVEIA	31	2760	2	78.575,71	11.309.966,14	0,68
MG	GRÃO MOGOL	31	2780	0	(2.406.675,68)	21.447.309,77	-11,22
MG	GUARACIABA	31	2820	4	782.276,06	10.114.273,91	7,73
MG	GUARANESIA	31	2830	3	(5.021.442,23)	23.042.179,73	-21,79
MG	GUARANI	31	2840	2	-	6.908.781,42	0,00
MG	GUARARA	31	2850	1	(628.077,95)	7.093.719,85	-7,44
MG	GUARDA-MOR	31	2860	0	(2.442.626,19)	12.140.531,86	-20,12
MG	GUIMARANIA	31	2890	7	-	9.613.723,10	0,00
MG	HELIODORA	31	2920	2	(598.481,37)	7.519.829,35	-7,96
MG	IAPU	31	2930	1	2.785.549,91	10.915.308,30	25,52
MG	IBERTOGA	31	2940	0	(1.131.136,29)	8.128.812,18	-13,92
MG	IBIRACI	31	2970	7	(3.756.982,34)	18.491.894,25	-20,32
MG	ICARAI DE MINAS	31	3005	1	(2.458.744,76)	10.062.343,75	-24,42
MG	IGARAPE	31	3010	1	1.505.353,51	33.721.238,88	4,46
MG	ILICINEA	31	3050	7	(666.632,58)	12.280.877,54	-5,43
MG	IMBE DE MINAS	31	3055	6	-	7.470.325,03	0,00
MG	INCONFIDENTES	31	3060	6	(1.091.808,06)	8.224.761,71	-13,27
MG	INDAIALIRA	31	3085	5	(723.585,92)	9.077.569,15	-7,97
MG	INHAUMA	31	3100	0	-	9.623.893,79	0,00
MG	INHUMATABA	31	3110	9	2.122.466,30	8.273.683,33	25,65
MG	IPABA	31	3115	8	(1.883.687,63)	12.569.776,36	-14,99
MG	IPANEMA	31	3120	8	1.593.434,27	17.706.437,41	9,00
MG	ITABIRINHA	31	3180	2	(35.783,35)	11.202.972,37	-0,32
MG	ITABIRITO	31	3190	1	(5.668.966,63)	87.833.335,67	-6,48
MG	ITACARAMBI	31	3210	7	(2.775.656,05)	24.489.868,79	-11,33
MG	ITAGUARA	31	3220	0	(2.537.667,24)	14.083.163,34	-18,02
MG	ITAMARANDIBA	31	3250	3	4.108.428,92	28.318.589,84	14,51
MG	ITAMOGI	31	3290	9	(1.282.971,86)	12.561.438,42	-10,21
MG	ITAPAGIPE	31	3340	2	(872.917,31)	21.106.788,59	-4,14
MG	ITAPECERICA	31	3350	1	(840.186,61)	18.408.951,88	-4,56
MG	ITAPEVA	31	3360	0	(1.319.612,54)	11.647.159,40	-11,33
MG	ITUETA	31	3410	3	(1.192.728,12)	8.550.421,02	-13,95
MG	ITUMIRIM	31	3430	1	(548.345,45)	6.819.097,90	-8,04
MG	ITURAMA	31	3440	0	10.153.365,34	68.261.648,59	14,87
MG	ITUTINGA	31	3450	9	159.729,30	8.253.537,06	1,94
MG	JABOTICATUBAS	31	3460	8	(3.714.462,17)	16.914.647,14	-21,96
MG	JACINTO	31	3470	7	(861.558,28)	12.278.469,20	-7,02
MG	JACUTINGA	31	3490	5	(2.450.325,55)	29.689.427,69	-8,25
MG	JAGUARACU	31	3500	1	-	7.895.629,95	0,00
MG	JAIBA	31	3505	0	3.342.279,48	28.971.708,11	11,54
MG	JAPARAIBA	31	3530	8	(784.902,73)	6.742.866,00	-11,34
MG	JECEABA	31	3540	7	(10.946.969,57)	22.675.983,37	-48,28
MG	JENIPAO DE MINAS	31	3545	6	361.903,60	9.309.666,90	3,89
MG	JEOQUINHONHA	31	3580	3	(1.582.422,27)	22.804.178,62	-6,94
MG	JESUANIA	31	3590	2	413.614,60	7.456.003,42	5,56
MG	JOABMA	31	3600	9	103.812,86	15.717.577,13	0,66
MG	JOANESIA	31	3610	8	(863.170,32)	8.145.483,53	-10,60
MG	JOAO PINHEIRO	31	3630	6	(936.607,26)	47.224.413,17	-1,99
MG	JOAQUIM FELICIO	31	3640	5	4.355.063,82	8.986.986,15	48,46
MG	JOSE RAYDAN	31	3656	3	(1.002.072,56)	7.117.973,01	-14,08
MG	JUATUBA	31	3665	2	585.183,67	43.007.350,27	1,36
MG	LADAINHA	31	3700	7	(597.031,91)	16.033.871,33	-3,72
MG	LAGOA DA PRATA	31	3720	5	(250.297,83)	45.062.808,37	-0,56
MG	LAGOA DOS PATOS	31	3730	4	(504.913,88)	7.135.095,55	-7,08
MG	LAGOA DOURADA	31	3740	3	(3.563.294,87)	12.669.178,26	-28,05
MG	LAGOA GRANDE	31	3753	6	-	8.922.596,68	0,00
MG	LAGOA SANTA	31	3760	1	(1.422.883,71)	75.312.848,66	-1,89
MG	LAJINHA	31	3770	0	5.021.070,32	20.223.005,91	24,83
MG	LAMBARI	31	3780	9	484.726,55	21.244.686,52	2,28
MG	LAMIM	31	3790	8	657.930,71	5.943.456,41	11,07
MG	LEANDRO FERREIRA	31	3830	2	(1.843.088,43)	6.124.545,45	-26,83
MG	LEME DO PRADO	31	3835	1	(677.659,41)	7.954.527,03	-8,52
MG	LIBERDADE	31	3850	0	204.498,10	6.938.412,08	2,95
MG	LIMA DUARTE	31	3860	9	718.011,33	16.022.030,73	4,49

MG	LIMEIRA DO OESTE	31	3862	5	1.418.305,71	14.118.214,59	10,05
MG	LONTRA	31	3865	8	3.244.012,89	9.273.197,15	34,98
MG	LUISEBURGO	31	3867	4	-	7.618.825,96	0,00
MG	LUMINARIAS	31	3870	8	(1.008.027,53)	7.309.146,67	-13,79
MG	LUZ	31	3880	7	2.733.044,41	19.397.305,20	14,09
MG	MACHACALIS	31	3890	6	895.541,85	8.327.856,40	10,75
MG	MALACACHETA	31	3920	1	(5.460.304,03)	19.568.830,77	-27,90
MG	MAR DE ESPANHA	31	3980	5	(393.732,77)	11.077.021,92	-3,55
MG	MARIA DA FÉ	31	3990	4	(118.667,19)	13.279.515,45	-0,89
MG	MARIO CAMPOS	31	4015	9	205.976,73	11.167.218,49	1,84
MG	MARIPA DE MINAS	31	4020	9	(595.492,72)	6.439.127,29	-9,25
MG	MARTINHO CAMPOS	31	4050	6	(3.208.148,76)	17.314.379,03	-18,53
MG	MATERLANDIA	31	4060	5	(1.041.977,72)	7.298.135,00	-14,28
MG	MATHIAS LOBATO	31	7150	1	24.472,80	7.080.660,71	0,35
MG	MATIAS BARBOSA	31	4080	3	(1.956.353,38)	28.781.098,17	-6,80
MG	MATOZINHOS	31	4110	8	10.735.415,74	39.344.065,50	27,29
MG	MATUTINA	31	4120	7	811.497,10	7.550.528,40	8,10
MG	MEDEIROS	31	4130	8	377.395,00	7.932.157,54	4,76
MG	MEDEINA	31	4140	5	7.890.159,54	18.367.436,84	41,87
MG	MERCES	31	4160	3	(1.839.445,28)	10.157.511,12	-18,11
MG	MINAS NOVAS	31	4180	1	435.572,43	26.225.001,42	1,66
MG	MINDURI	31	4190	0	-	6.332.235,06	0,00
MG	MIRADOURO	31	4210	6	(974.378,00)	11.978.498,99	-8,13
MG	MOEDA	31	4230	4	(1.876.449,49)	7.235.694,58	-25,93
MG	MONTALVANIA	31	4270	0	(3.581.219,86)	12.991.449,19	-28,34
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	(2.758.987,69)	26.716.951,66	-10,33
MG	MONTE BELO	31	4300	5	-	11.982.573,17	0,00
MG	MONTE CARMELO	31	4310	4	9.902.217,02	48.585.718,09	20,38
MG	MONTE SANTO DE MINAS	31	4320	3	(2.665.223,70)	21.950.693,20	-13,05
MG	MONTE SIAO	31	4340	1	(2.130.809,65)	24.936.568,09	-8,54
MG	MONTEZUMA	31	4345	0	(2.538.952,97)	8.846.739,10	-28,70
MG	MORADA NOVA DE MINAS	31	4350	0	(1.534.850,54)	18.560.120,93	-8,27
MG	MORRO DA GARÇA	31	4360	9	(104.851,50)	7.370.335,51	-1,42
MG	MUNHOZ	31	4380	7	678.777,47	6.822.984,84	9,95
MG	MUZAMBINHO	31	4410	2	(1.415.558,94)	18.386.910,73	-7,70
MG	NATERCIA	31	4440	9	(661.131,01)	7.399.884,64	-8,93
MG	NEPOMUCENO	31	4460	7	(4.505.911,00)	25.829.917,00	-17,44
MG	NOVA BELEM	31	4467	2	(2.665.173,32)	7.045.105,79	-40,67
MG	NOVA MODICA	31	4490	4	(419.197,87)	7.118.145,82	-5,89
MG	NOVA PONTE	31	4500	0	(3.017.952,15)	24.903.512,63	-12,12
MG	NOVA UNIAO	31	3860	3	(348.312,77)	6.964.272,34	-5,00
MG	NOVO CRUZEIRO	31	4530	7	(1.010.896,57)	25.177.337,85	-4,02
MG	NOVOHORIZONTE	31	4537	2	(870.274,95)	7.967.886,69	-10,92
MG	OLHOS-D'AGUA	31	4545	5	(1.116.123,77)	8.937.053,13	-12,49
MG	OLIMPIO NORONHA	31	4550	5	(905.382,36)	6.985.791,40	-12,96
MG	OLIVEIRA	31	4560	4	(2.864.646,47)	42.998.934,52	-6,66
MG	OLIVEIRA FORTES	31	4570	3	(181.217,43)	5.889.756,65	-3,08
MG	ORATORIOS	31	4585	1	(578.721,87)	8.119.614,32	-7,13
MG	OURO BRANCO	31	4590	1	3.530.029,96	67.940.241,17	5,20
MG	OURO FINO	31	4600	8	(5.177.627,23)	31.584.768,98	-16,39
MG	PADRE CARVALHO	31	4625	5	(580.021,59)	7.862.416,22	-7,38
MG	PAIS	31	4650	3	446.100,00	13.832.640,00	3,24
MG	PALMA	31	4670	1	(149.393,52)	7.448.622,63	-2,01
MG	PAPAGAIOS	31	4690	9	(2.113.822,64)	18.132.780,40	-11,66
MG	PARAGUACU	31	4720	4	(2.499.237,99)	21.352.520,88	-11,70
MG	PARAISOPOLIS	31	4730	3	(2.579.154,00)	22.452.532,67	-11,49
MG	PASSA QUATRO	31	4760	0	(2.955.385,68)	15.731.787,27	-18,79
MG	PASSABEM	31	4750	1	(339.276,03)	6.202.545,59	-6,52
MG	PASSA-VINTE	31	4780	8	149.914,22	5.892.786,44	2,54
MG	PATROCINIO DO MURIAE	31	4820	2	(629.936,55)	7.167.530,05	-8,79
MG	PAULA CANDIDO	31	4830	1	(1.427.582,27)	8.411.988,24	-15,97
MG	PECANHA	31	4860	8	343.110,53	16.790.148,12	2,04
MG	PEDRA AZUL	31	4870	7	(785.162,70)	24.008.974,41	-3,27
MG	PEDRA BONITA	31	4875	6	(712.863,52)	8.134.173,58	-7,80
MG	PEDRA DO INDAIA	31	4890	5	182.544,67	7.368.407,05	2,21
MG	PEDRA DOURADA	31	4900	2	153.871,77	6.522.349,80	2,36
MG	PEDRALVA	31	4910	1	(1.815.397,74)	11.020.594,53	-16,47

MG	PEDRINÓPOLIS	31	4920	0	552.150,93	9.291.415,20	5,94
MG	PEDRO TEIXEIRA	31	4940	8	(1.250.788,74)	5.580.823,41	-22,41
MG	PERDIZES	31	4980	4	8.814.695,56	25.253.969,67	34,90
MG	PERDOES	31	4990	3	2.078.153,44	21.815.388,02	9,53
MG	PESCADOR	31	5000	0	216.723,41	6.547.845,98	3,31
MG	PIAU	31	5010	9	(1.205.154,50)	5.821.543,34	-20,70
MG	PIEDADE DE CARATINGA	31	5015	8	(1.405.129,78)	7.704.064,95	-18,24
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	31	5030	7	86.263,18	3.355.850,84	2,57
MG	PIEDADE DOS GERAIS	31	5040	6	324.602,68	6.988.482,73	4,64
MG	PIMENTA	31	5050	5	431.184,00	11.244.175,00	3,83
MG	PINTÓPOLIS	31	5057	0	(730.888,71)	8.643.258,00	-8,46
MG	PIRACEMA	31	5060	4	834.692,65	8.071.447,77	10,34
MG	PIRAJUBA	31	5070	3	629.376,56	10.334.381,01	6,09
MG	PIRANGA	31	5080	2	(1.381.421,80)	16.932.474,00	-8,16
MG	PIRANGUCU	31	5090	1	(2.121.287,06)	6.654.814,02	-31,88
MG	PIRANGUINHO	31	5100	0	39.353,57	9.042.144,34	0,44
MG	PIRAUBA	31	5130	5	(1.078.531,99)	10.914.434,33	-9,88
MG	PITANGUI	31	5140	4	8.988.008,85	17.110.433,31	52,53
MG	PIUMHI	31	5150	3	(6.408.900,00)	38.104.338,00	-16,82
MG	PLANURA	31	5160	2	50.303,50	16.678.681,40	0,30
MG	POCO FUNDO	31	5170	1	(9.908.489,77)	14.328.426,10	-69,15
MG	POCRANE	31	5190	9	-	9.342.717,79	0,00
MG	POMPEU	31	5200	6	5.409.203,01	33.779.754,75	16,01
MG	PONTO DOS VOLANTES	31	5217	0	(2.509.852,74)	14.147.111,33	-17,74
MG	PORTO FIRME	31	5230	3	1.415.384,65	8.786.425,56	16,11
MG	PRATAPOLIS	31	5290	7	8.021.920,92	11.457.770,30	70,01
MG	PRATINHA	31	5300	4	(597.844,93)	6.668.624,65	-8,97
MG	PRESIDENTE JUSCELINO	31	5320	2	1.251.580,81	6.951.625,05	18,00
MG	PRESIDENTE KUBITSCHKE	31	5330	1	1.442.847,71	6.497.018,19	22,21
MG	PRESIDENTE OLEGARIO	31	5340	0	(2.986.948,77)	22.807.395,29	-13,10
MG	PRUDENTE DE MORAIS	31	5360	8	(2.055.174,61)	10.396.780,52	-19,77
MG	QUELUZITO	31	5380	6	(1.624.604,77)	6.096.894,72	-26,65
MG	RAPOSOS	31	5390	5	138.448,19	12.191.419,13	1,14
MG	RAUL SOARES	31	5400	2	1.917.877,00	23.668.965,74	8,10
MG	RECREIO	31	5410	1	2.568.480,86	12.397.279,77	20,72
MG	RESENDE COSTA	31	5420	0	(1.392.791,23)	10.158.059,44	-13,71
MG	RESPLENDOR	31	5430	9	4.302.365,77	22.474.870,50	19,14
MG	RIACHO DOS MACHADOS	31	5450	7	1.051.235,88	9.852.115,66	10,67
MG	RIO CASCA	31	5480	3	(863.650,65)	17.903.942,37	-4,82
MG	RIO DO PRADO	31	5510	8	(603.380,66)	8.002.990,98	-7,54
MG	RIO DOCE	31	5500	9	(1.078.732,30)	7.761.749,19	-13,90
MG	RIO MANSO	31	5530	6	(218.834,60)	7.568.363,82	-2,89
MG	RIO PARANAIBA	31	5550	4	3.824.889,00	18.074.474,00	21,16
MG	RIO PARDO DE MINAS	31	5560	3	(2.418.883,98)	26.666.407,66	-9,07
MG	RIO PIRACICABA	31	5570	2	(571.626,57)	18.279.855,38	-3,13
MG	RIO PRETO	31	5590	0	(1.436.348,13)	8.436.898,03	-17,02
MG	RIO VERMELHO	31	5600	7	-	12.947.238,63	0,00
MG	ROCHEDO DE MINAS	31	5620	5	(771.307,68)	6.061.965,74	-12,72
MG	RODEIRO	31	5630	4	(1.737.393,77)	8.185.249,28	-21,22
MG	ROMARIA	31	5640	3	(1.157.353,98)	9.839.690,23	-11,76
MG	RUBELITA	31	5650	2	-	8.190.472,92	0,00
MG	RUBIM	31	5660	1	6.554.114,92	9.598.682,45	68,28
MG	SABINÓPOLIS	31	5680	9	(2.065.605,81)	16.732.468,77	-12,34
MG	SACRAMENTO	31	5690	8	(358.468,82)	46.651.145,87	-0,77
MG	SALINAS	31	5700	5	(7.609.243,79)	34.231.953,22	-22,23
MG	SANTA BARBARA	31	5720	3	(807.992,00)	34.103.699,00	-2,37
MG	SANTA BARBARA DO LESTE	31	5725	2	195.563,36	8.491.422,43	2,30
MG	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	31	5727	8	(806.424,10)	6.726.713,44	-11,99
MG	SANTA BARBARA DO TUGURIO	31	5730	2	(233.346,27)	7.236.588,94	-3,22
MG	SANTA CRUZ DE MINAS	31	5733	6	(2.412.782,29)	6.661.624,41	-36,22
MG	SANTA CRUZ DE SALINAS	31	5737	7	(1.410.310,32)	8.401.441,47	-18,79
MG	SANTA FE DE MINAS	31	5760	9	(614.513,46)	7.026.734,11	-8,75
MG	SANTA HELENA DE MINAS	31	5765	8	(1.308.592,80)	7.728.853,09	-16,93
MG	SANTA JULIANA	31	5770	8	3.584.714,37	10.040.704,16	35,70
MG	SANTA MARGARIDA	31	5790	6	(550.535,17)	14.705.129,54	-3,74

MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	31	5800	3	-	13.257.440,25	0,00
MG	SANTA RITA DE CALDAS	31	5920	9	(2.228.811,58)	9.664.982,41	-23,06
MG	SANTA RITA DE JACUTINGA	31	5930	8	(1.213.763,52)	7.749.011,71	-15,66
MG	SANTANA DO MANHUAÇU	31	5890	4	-	7.525.766,47	0,00
MG	SANTANA DO PARAISO	31	5895	3	(5.530.410,31)	24.722.839,69	-22,37
MG	SANTANA DO RIACHO	31	5900	1	(95.669,97)	6.911.459,91	-1,38
MG	SANTANA DOS MONTES	31	5910	0	(357.684,07)	6.854.063,66	-5,22
MG	SANTO ANTONIO DO AMPARO	31	5990	2	(1.188.293,20)	22.796.118,72	-5,21
MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	31	6020	7	(351.036,70)	7.316.620,56	-4,80
MG	SANTO ANTONIO DO JACINTO	31	6030	6	80.322,75	11.987.287,45	0,67
MG	SANTO HIPOLITO	31	6060	3	(92.555,18)	6.403.339,65	-1,45
MG	SÃO BRAS DO SUACUI	31	6090	0	(700.954,36)	7.606.977,17	-9,21
MG	SÃO DOMINGOS DAS DORES	31	6095	9	(683.545,56)	7.879.048,20	-8,68
MG	SÃO FELIX DE MINAS	31	6105	6	(866.306,05)	6.008.583,97	-14,42
MG	SÃO FRANCISCO DE PAULA	31	6120	5	3.919.359,37	8.235.161,38	47,59
MG	SÃO FRANCISCO DO GLORIA	31	6140	3	(2.414.242,91)	7.842.714,83	-30,78
MG	SÃO GERALDO	31	6150	2	571.306,25	6.688.559,66	8,54
MG	SÃO GERALDO DA PIEDADE	31	6160	1	(175.289,15)	6.234.908,62	-2,81
MG	SÃO GERALDO DO BAIXO	31	6165	0	(1.289.484,35)	6.564.910,04	-19,79
MG	SÃO GONCALO DO ABAETE	31	6170	0	797.881,64	12.564.313,40	6,35
MG	SÃO GONCALO DO PARA	31	6180	9	431.916,14	12.287.428,24	3,52
MG	SÃO GONCALO DO RIO PRETO	31	2550	7	2.327.252,91	7.238.525,16	32,15
MG	SÃO GONCALO DO SAPUCAI	31	6200	5	(2.557.193,04)	20.809.281,98	-12,29
MG	SÃO GOTARDO	31	6210	4	1.023.017,43	29.243.850,85	3,50
MG	SÃO JOAO BATISTA DO GLORIA	31	6220	3	54.386,44	17.601.919,87	0,31
MG	SÃO JOAO DA LAGOA	31	6225	2	(236.651,50)	7.513.520,99	-3,15
MG	SÃO JOAO DA MATA	31	6230	2	(1.031.465,30)	5.883.716,23	-17,53
MG	SÃO JOAO DAS MISSOES	31	6245	0	1.744.064,60	13.085.153,24	13,33
MG	SÃO JOAO DO MANHUAÇU	31	6255	9	1.320.222,95	9.623.680,65	13,72
MG	SÃO JOAO EVANGELISTA	31	6280	7	(2.921.513,92)	16.206.717,33	-18,03
MG	SÃO JOAO NEPOMUCENO	31	6290	6	(2.510.767,31)	23.817.542,69	-10,54
MG	SÃO JOAQUIM DE BICAS	31	6292	2	(1.742.934,31)	26.304.681,49	-6,63
MG	SÃO JOSE DA LAPA	31	6295	5	(2.189.242,00)	26.362.907,00	-8,23
MG	SÃO JOSE DA SAFIRA	31	6300	3	-	8.421.835,16	0,00
MG	SÃO JOSE DA VARGINHA	31	6310	2	712.150,84	7.632.350,91	9,33
MG	SÃO JOSE DO DIVINO	31	6330	0	(1.492.774,93)	6.664.855,21	-22,40
MG	SÃO JOSE DO JACURI	31	6350	8	-	7.220.321,76	0,00
MG	SÃO JOSE DO MANTIMENTO	31	6360	7	(604.649,29)	5.985.923,56	-10,10
MG	SÃO LOURENÇO	31	6370	6	17.343.968,72	54.682.688,87	31,72
MG	SÃO PEDRO DA UNIAO	31	6390	4	(762.725,71)	7.329.301,17	-10,41
MG	SÃO PEDRO DO SUACUI	31	6410	0	743.575,59	7.528.518,09	9,88
MG	SÃO ROQUE DE MINAS	31	6430	8	2.437.206,36	9.507.542,98	25,63
MG	SÃO SEBASTIAO DA BELA VISTA	31	6440	7	(660.130,60)	7.593.228,46	-8,69
MG	SÃO SEBASTIAO DO ANTA	31	6447	2	(1.328.673,14)	8.352.527,63	-15,91
MG	SÃO SEBASTIAO DO RIO VERDE	31	6490	2	211.268,09	6.113.708,22	3,46
MG	SÃO TIAGO	31	6500	8	(565.667,10)	9.312.838,34	-6,08
MG	SÃO TOMAS DE AQUINO	31	6510	7	569.354,65	9.369.739,73	6,08
MG	SÃO VICENTE DE MINAS	31	6530	5	-	8.732.640,67	0,00
MG	SARDOA	31	6550	3	(1.580.141,89)	7.397.167,64	-21,36
MG	SARZEDO	31	6553	7	(15.809.245,14)	35.997.418,85	-43,92
MG	SEM-PEIXE	31	6556	0	(72.694,24)	6.303.054,48	-1,15
MG	SENADOR FIRMINO	31	6570	1	(876.300,78)	9.164.607,24	-9,56
MG	SENADOR JOSE BENTO	31	6580	0	(903.286,01)	5.466.971,67	-18,52
MG	SENADOR MODESTINO GONCALVES	31	6590	9	2.538.541,30	8.225.714,72	30,86
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	31	6600	6	(1.666.380,81)	8.045.309,44	-20,71
MG	SENHORA DOS REMEDIOS	31	6620	4	(1.612.169,43)	8.877.558,88	-18,16
MG	SERITINGA	31	6640	2	-	5.842.357,44	0,00
MG	SERRA DO SALITRE	31	6680	8	(1.829.955,47)	15.470.221,43	-11,83
MG	SERRANIA	31	6690	7	-	8.713.810,29	0,00

MG	SERRO	31	6710	3	(2.438.422,85)	18.979.566,70	-12,85
MG	SILVEIRAMA	31	6730	1	(236.132,38)	5.809.295,20	-4,08
MG	SILVIANÓPOLIS	31	6740	0	-	8.180.045,45	0,00
MG	SIMONESIA	31	6760	8	2.408.431,79	16.612.828,06	14,50
MG	SOBRALIA	31	6770	7	(590.039,68)	6.760.911,23	-8,73
MG	SOLEDADE DE MINAS	31	6780	6	-	7.168.866,48	0,00
MG	TAPARUBA	31	6805	1	334.320,03	5.769.581,35	5,79
MG	TACUARACU DE MINAS	31	6830	9	3.148.422,37	8.081.236,35	38,96
MG	TIRADENTES	31	6886	4	519.111,49	9.418.378,50	5,61
MG	TIROS	31	6890	3	1.219.996,74	8.717.683,98	13,99
MG	TOCANTINS	31	6900	0	(677.514,68)	15.212.140,30	-6,43
MG	TOLEDO	31	6910	9	(1.486.138,33)	7.196.948,63	-20,65
MG	TOMBOS	31	6920	8	(1.658.409,21)	10.017.186,90	-15,19
MG	TRES MARIAS	31	6935	6	7.218.028,05	54.354.819,57	13,28
MG	TURVOLANDIA	31	6980	2	(694.978,42)	6.972.602,61	-9,97
MG	UNIAO DE MINAS	31	7043	8	(438.455,71)	8.991.818,02	-4,89
MG	URUCANIA	31	7050	3	3.159.700,51	11.622.910,36	27,19
MG	VARGEM ALEGRE	31	7057	8	-	8.406.866,87	0,00
MG	VARGEM BONITA	31	7060	2	126.248,51	6.566.733,83	1,92
MG	VARZAO DE MINAS	31	7075	0	(871.127,76)	8.974.509,58	-9,71
MG	VARZEA DA PALMA	31	7088	0	8.655.863,30	37.615.681,67	23,01
MG	VARZELANDIA	31	7090	9	1.071.417,17	16.575.485,99	6,48
MG	VAZANTE	31	7100	6	(5.816.154,00)	27.032.931,00	-21,52
MG	VEREDINHA	31	7107	1	(1.513.029,69)	7.909.335,56	-19,13
MG	VERISSIMO	31	7110	5	(1.818.734,14)	8.626.531,65	-21,08
MG	VIEIRAS	31	7140	2	(523.894,96)	8.981.946,88	-7,50
MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	31	7200	4	1.311.523,73	34.977.640,47	3,76
MG	WENCESLAU BRAZ	31	7220	2	(1.131.510,65)	5.217.010,74	-21,69
MS	ALCINÓPOLIS	50	25	2	-	16.187.570,47	0,00
MS	ANASTACIO	50	70	8	1.893.862,87	28.109.768,63	6,48
MS	BELA VISTA	50	210	0	5.096.880,00	18.610.360,00	27,10
MS	BRASILANDIA	50	230	8	(10.774.567,33)	28.892.810,24	-37,29
MS	CAMAPUA	50	260	5	-	32.497.200,48	0,00
MS	CASSILANDIA	50	290	2	-	33.536.793,47	0,00
MS	CHAPADA DO SUL	50	295	1	-	44.121.569,74	0,00
MS	COSTA RICA	50	325	6	(9.757.373,02)	44.862.263,95	-21,75
MS	COXIM	50	330	6	2.816.355,49	38.596.902,80	6,52
MS	FIGUEIRAO	50	390	0	(2.281.007,28)	8.403.475,13	-24,28
MS	GLÓRIA DE DOURADOS	50	400	7	181.866,53	14.079.220,65	1,36
MS	IGUAÍTEMI	50	430	4	(448.906,94)	24.269.887,00	-1,85
MS	INOCENCIA	50	440	3	(2.748.024,21)	17.979.126,57	-15,28
MS	ITAQUIRAÍ	50	460	1	5.475.375,38	25.603.295,58	21,39
MS	JATEÍ	50	510	3	2.234.915,53	15.725.612,83	14,21
MS	JUTI	50	515	2	682.397,42	8.374.850,89	6,15
MS	MARACAJU	50	540	0	12.806.328,29	62.512.309,01	20,49
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	50	680	2	1.258.443,67	27.751.831,99	4,54
MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	50	625	9	(754.144,11)	10.899.054,97	-6,92
MS	PARANAÍBA	50	630	9	-	56.264.084,38	0,00
MS	PEDRO GOMES	50	640	8	3.546.869,82	13.870.544,30	25,57
MS	RIBAS DO RIO PARDO	50	710	9	(845.835,85)	46.412.100,57	-2,09
MS	RIO BRILHANTE	50	720	8	2.235.209,11	48.185.770,83	4,64
MS	ROCHEDO	50	750	5	-	10.552.553,56	0,00
MS	SÃO GABRIEL DO OESTE	50	769	5	5.482.115,89	48.256.328,71	11,36
MS	SELVIRA	50	780	2	(2.112.162,88)	17.148.631,80	-12,32
MS	VICENTINA	50	840	4	674.870,09	10.670.697,94	5,32
MT	CAMPOS DE JULIO	51	268	6	(2.279.858,54)	16.465.235,28	-13,84
MT	PORTO ESTRELA	51	685	1	(1.631.162,69)	7.876.313,10	-20,71
PA	OURILANDIA DO NORTE	15	543	7	(8.237.378,70)	60.686.702,34	-13,57
PA	XINGUARA	15	840	7	(7.647.028,81)	42.064.817,21	-18,18
PB	ESPERANCA	25	600	4	(412.852,82)	29.080.791,16	-1,42
PB	POCO DANTAS	25	1203	6	(738.578,00)	8.303.680,00	-8,91
PB	SANTAREM	25	1365	3	248.956,00	7.391.238,76	3,37
PB	SUMÉ	25	1630	0	1.137.442,00	16.422.028,00	6,93
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	26	10	4	-	30.551.900,76	0,00
PE	BELEM DE MARIA	26	150	8	-	11.820.154,35	0,00
PE	BETANIA	26	180	5	(1.524.086,27)	14.323.878,24	-10,64
PE	BODOCO	26	200	1	3.656.594,64	37.626.584,00	9,72

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	BOM JARDIM	26	220	9	(4.028.889,68)	33.966.764,83	-11,86
PE	BREJÃO	26	240	7	-	11.582.982,34	0,00
PE	BREJINHO	26	250	6	(804.043,10)	9.485.209,76	-8,48
PE	CAETES	26	320	7	4.969,14	29.404.001,93	0,02
PE	CARNAIBA	26	390	0	1.875.766,24	19.763.992,75	9,49
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	26	392	6	(1.776.456,73)	13.779.340,99	-12,89
PE	CASINHAS	26	415	5	1.865.889,00	17.016.836,58	10,96
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	1.048.607,58	14.198.083,77	7,39
PE	CORTES	26	480	9	(165.741,72)	19.280.970,75	-0,86
PE	CUMARU	26	490	8	767.311,00	20.494.071,82	3,74
PE	FERREIROS	26	550	9	-	12.531.094,42	0,00
PE	FLORES	26	560	8	2.385.690,60	23.522.569,57	10,14
PE	GRANITO	26	630	9	(3.498.499,10)	11.153.957,54	-31,37
PE	IBIRAJUBA	26	670	5	502.292,86	9.834.897,22	5,11
PE	IGUARACI	26	690	3	(1.183.953,56)	12.634.478,08	-9,37
PE	ILHA DE ITAMARACA	26	760	4	8.586.495,00	19.432.167,84	44,19
PE	INGAZEIRA	26	710	9	(195.899,91)	7.966.080,21	-2,46
PE	ITACURUBA	26	740	6	1.471.246,04	16.983.992,89	8,66
PE	ITAMBE	26	765	3	4.592.132,30	30.163.975,11	15,22
PE	ITAPETIM	26	770	3	(2.712.443,48)	14.528.962,80	-18,67
PE	JATOBA	26	805	7	-	16.007.683,71	0,00
PE	JOAQUIM NABUCO	26	820	6	388.243,69	21.048.108,98	1,84
PE	MACAPARANA	26	900	6	(2.075.118,00)	24.841.503,14	-8,35
PE	MACHADOS	26	910	5	(567.831,00)	13.720.361,82	-4,14
PE	MOREILÂNDIA	26	1430	3	(85.011,50)	14.696.049,00	-0,58
PE	OROBÓ	26	970	9	6.107.954,36	26.771.706,23	22,81
PE	PASSIRA	26	1050	9	3.253.580,06	28.020.275,09	11,61
PE	PAUDALHO	26	1060	8	410.805,52	42.595.661,77	0,96
PE	PEDRA	26	1080	6	1.268.826,60	20.678.153,61	6,14
PE	QUIXABA	26	1153	3	28.688,52	9.101.439,00	0,32
PE	SALGADINHO	26	1210	9	(536.212,00)	9.163.112,59	-5,85
PE	SALDA	26	1230	7	2.265.861,19	17.413.997,02	13,01
PE	SANHARO	26	1240	6	(588.957,25)	19.611.211,01	-3,00
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	-	18.491.366,37	0,00
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	26	1270	3	(360.585,74)	13.608.309,38	-2,65
PE	SANTA TEREZINHA	26	1280	2	178.309,78	12.058.679,55	1,48
PE	SÃO JOÃO	26	1320	6	(657.822,21)	23.086.613,43	-2,85
PE	SÃO JOSE DA COROA GRANDE	26	1340	4	428.240,06	21.116.172,51	2,03
PE	SÃO JOSE DO BELMONTE	26	1350	3	2.287.125,84	28.013.218,95	8,16
PE	SÃO JOSE DO EGITO	26	1360	2	2.233.429,06	31.740.735,76	7,04
PE	SÃO VICENTE FERRER	26	1380	0	(807.533,00)	20.588.762,60	-3,92
PE	SERRITA	26	1400	6	1.796.376,00	22.966.659,00	7,82
PE	SERTANIA	26	1410	5	(4.580.692,30)	35.760.629,96	-12,81
PE	SIRINHAEM	26	1420	4	6.978.932,00	37.531.393,00	18,59
PE	TACARATU	26	1480	8	(1.193.482,05)	19.469.851,25	-6,13
PE	TAMANDARÉ	26	1485	7	2.888.063,00	25.078.801,74	11,52
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	(1.523.958,53)	10.173.883,00	-14,98
PE	TRIUNFO	26	1570	6	(4.235.897,46)	17.409.142,56	-24,33
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	-	10.501.383,62	0,00
PE	VERDEJANTE	26	1610	0	295.543,83	10.975.511,23	2,69
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1618	3	(1.036.300,36)	10.360.319,39	-10,00
PR	ADRIANÓPOLIS	41	20	2	3.164.813,30	10.820.392,09	29,25
PR	ALTO PARAISO	41	2862	5	904.138,27	9.657.728,46	9,36
PR	AMPERE	41	100	2	72.645,37	17.800.056,38	0,41
PR	ANDARA	41	110	1	11.573.786,68	23.855.500,92	48,52
PR	ANGULO	41	115	0	(126.080,89)	6.024.162,53	-2,09
PR	ARAPOTI	41	160	6	1.286.738,23	35.406.647,48	3,58
PR	ARAPUA	41	165	5	(19.449,84)	6.606.610,58	-0,29
PR	ARARUNA	41	170	5	6.160.610,19	13.248.642,95	46,50
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	41	200	0	4.813.766,08	38.703.523,07	12,44
PR	ATALAIA	41	220	8	-	7.038.077,29	0,00
PR	BANDEIRANTES	41	240	6	7.487.640,69	31.763.855,73	23,57
PR	BARBOSA FERRAZ	41	250	5	2.526.649,52	15.937.396,05	15,85
PR	BARRAÇAO	41	260	4	749.086,68	11.958.878,02	6,26
PR	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	41	302	4	(85.564,31)	6.962.704,75	-1,23

PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	2.031.568,48	12.283.933,65	16,54
PR	BOM JESUS DO SUL	41	315	6	(361.311,62)	7.380.469,38	-4,90
PR	BOM SUCESSO	41	320	6	4.161.881,75	8.902.559,54	46,75
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	837.480,98	7.774.247,02	10,77
PR	BORRAZOPOLIS	41	330	5	1.669.600,95	8.271.678,48	20,18
PR	BRASILANDIA DO SUL	41	337	0	8.808,79	7.708.597,02	0,11
PR	CAFELANDIA	41	345	3	820.378,39	20.971.230,50	3,91
PR	CAMPINA DA LAGOA	41	390	9	1.266.193,58	18.428.794,20	6,87
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	41	400	6	390.998,70	44.800.922,79	0,87
PR	CANDOI	41	442	8	(14.615.249,94)	26.757.782,24	-54,62
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	41	460	0	(194.926,96)	18.469.404,95	-1,06
PR	CARAMBEI	41	465	9	663.602,68	32.498.828,18	2,04
PR	CENTENARIO DO SUL	41	510	2	1.002.295,31	10.519.017,29	9,53
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	2.020.291,53	32.043.220,30	6,30
PR	CIDADE GAUCHA	41	560	7	161.806,11	13.079.827,75	1,24
PR	CLEVELANDIA	41	570	6	1.561.341,50	17.689.974,04	8,83
PR	COLORADO	41	590	4	1.955.655,85	25.173.079,89	7,77
PR	CONSELHEIRO MAIRINCK	41	610	0	686.997,13	6.108.840,13	11,25
PR	CONTENDA	41	620	9	(2.635.825,41)	15.874.526,05	-16,60
PR	CORBELIA	41	630	8	(900.410,05)	22.439.962,61	-4,01
PR	CORNELIO PROCOPIO	41	640	7	13.119.239,93	51.808.144,89	25,32
PR	CRUZ MACHADO	41	680	3	2.015.358,20	28.615.897,57	7,04
PR	CRUZEIRO DO IGUAÇU	41	657	1	655.372,13	9.667.809,84	6,78
PR	CRUZEIRO DO OESTE	41	660	5	2.605.723,59	24.078.287,97	10,82
PR	DIAMANTE D'OESTE	41	715	7	368.797,11	8.166.766,91	4,52
PR	DOURADINA	41	725	6	(3.659.382,26)	10.990.572,23	-33,30
PR	DOUTOR CAMARGO	41	730	6	(305.820,57)	7.225.327,73	-4,23
PR	ENEAS MARQUES	41	740	5	612.625,99	10.543.390,22	5,81
PR	ENTRE RIOS DO OESTE	41	753	8	(996.413,33)	11.937.015,30	-8,35
PR	ESPERANCA NOVA	41	752	0	(220.212,88)	5.576.758,49	-3,95
PR	ESPIGAO ALTO DO IGUAÇU	41	754	6	668.677,80	8.774.840,40	7,62
PR	FAROL	41	755	3	526.643,89	7.120.414,23	7,40
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	41	785	0	372.022,93	8.970.711,92	4,15
PR	FLORAI	41	780	1	(4.485,35)	7.698.915,81	-0,06
PR	FLORESTOPOLIS	41	800	7	7.431.052,08	11.708.570,03	63,47
PR	GENERAL CARNEIRO	41	850	2	3.380.137,62	17.362.932,87	19,47
PR	GOIOERE	41	860	1	6.149.737,19	27.892.439,17	22,05
PR	GUARANIACU	41	930	2	678.926,85	20.480.587,86	3,31
PR	HONORIO SERPA	41	965	8	402.332,94	9.741.996,35	4,13
PR	IGUATU	41	1005	2	286.732,67	5.700.094,98	5,03
PR	IMBAU	41	1007	8	(1.159.726,99)	11.454.688,39	-10,12
PR	IMBITUVA	41	1010	2	2.329.867,11	25.914.884,23	8,99
PR	IPIRANGA	41	1050	8	250.151,34	17.962.546,53	1,39
PR	IPORA	41	1060	7	-	18.019.973,04	0,00
PR	IRACEMA DO OESTE	41	1065	6	564.705,63	6.388.592,34	8,84
PR	IRETAMA	41	1080	5	5.627.153,86	13.417.263,63	41,94
PR	ITAIPULANDIA	41	1095	3	-	38.587.643,05	0,00
PR	ITAMBARACA	41	1100	1	422.169,33	9.990.242,97	4,23
PR	ITAMBE	41	1110	0	922.313,35	8.508.449,39	10,84
PR	ITAPEJARA D'OESTE	41	1120	9	852.754,78	14.284.489,80	5,97
PR	ITAPERUCU	41	1125	6	(524.388,56)	19.195.734,22	-2,73
PR	ITAUNA DO SUL	41	1130	8	(111.089,18)	5.757.651,71	-1,93
PR	IVAIPORA	41	1150	6	7.587.401,13	25.053.224,70	30,29
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	3.546.671,87	40.648.150,03	8,73
PR	JAGUARIAIVA	41	1200	9	(7.689.895,80)	36.956.575,14	-20,81
PR	JAPURA	41	1240	5	734.054,79	10.006.067,29	7,34
PR	JARDIM ALEGRE	41	1250	4	39.958,32	18.058.200,08	0,22
PR	JESUITAS	41	1275	1	755.334,36	11.294.873,46	6,69
PR	JUSSARA	41	1308	7	845.350,84	9.212.809,30	9,18
PR	JARANJEIRAS DO SUL	41	1330	4	5.419.547,82	31.344.336,74	17,29
PR	LEOPOLIS	41	1340	3	3.514.324,29	7.105.898,56	49,46
PR	LUNARDELLI	41	1375	9	3.951.806,39	8.469.317,61	46,66
PR	MALLET	41	1390	8	3.808.455,65	14.053.587,24	27,10
PR	MAMBORE	41	1400	5	(264.048,53)	20.356.496,92	-1,30
PR	MANDAGUACU	41	1410	4	(834.951,80)	21.438.723,30	-3,89
PR	MANDAGUARI	41	1420	3	12.832.894,28	41.560.844,67	30,88

PR	MANDIRITUBA	41	1430	2	3.616.822,02	24.892.294,70	14,53
PR	MARIA HELENA	41	1470	8	(88.214,99)	7.264.753,49	-1,21
PR	MARIALVA	41	1480	7	890.869,09	34.963.412,28	2,55
PR	MARILANDIA DO SUL	41	1490	6	(294.228,44)	11.567.475,69	-2,54
PR	MARILUZ	41	1510	1	2.567.218,43	13.002.446,09	19,74
PR	MARIPA	41	1535	8	(2.182.211,70)	11.223.940,82	-19,44
PR	MARMELEIRO	41	1540	8	(737.342,19)	15.842.006,82	-4,65
PR	MARUMBI	41	1550	7	2.389.874,98	6.364.068,28	37,55
PR	MATINHOS	41	1570	5	(9.757.363,58)	49.182.129,60	-19,84
PR	MEDIANEIRA	41	1580	4	(4.604.674,77)	42.663.272,81	-10,79
PR	MERCEDES	41	1585	3	(908.272,52)	11.084.084,62	-8,19
PR	MIRASELVA	41	1600	0	2.027.160,47	5.262.840,01	38,52
PR	MISSAL	41	1605	9	(3.528.634,39)	18.223.642,00	-19,36
PR	MOREIRA SALES	41	1610	9	2.471.795,24	14.701.040,65	16,81
PR	MORRETES	41	1620	8	2.753.820,29	20.635.161,59	13,35
PR	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	41	1640	6	796.416,71	6.125.413,71	13,00
PR	NOVA ALIANÇA DO IVAI	41	1650	5	(245.517,95)	5.380.446,13	-4,56
PR	NOVA AURORA	41	1670	3	2.019.347,99	15.536.585,79	13,00
PR	NOVA ESPERANCA	41	1690	1	3.609.223,60	25.654.065,62	14,07
PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	41	1695	0	120.957,60	7.781.338,52	1,55
PR	NOVA LARANJEIRAS	41	1705	7	639.398,15	12.527.442,33	5,10
PR	NOVA LONDRINA	41	1710	7	(597.100,03)	13.965.135,34	-4,28
PR	NOVA TEBAS	41	1727	1	1.239.500,66	8.292.269,86	14,95
PR	NOVO ITACOLOMI	41	1729	7	87.264,56	5.920.078,29	1,47
PR	ORTIGUEIRA	41	1730	5	(1.649.259,69)	27.328.156,45	-6,04
PR	PALMAS	41	1760	2	4.713.227,48	43.208.041,60	10,91
PR	PALOTINA	41	1790	9	1.338.163,57	35.009.189,32	3,82
PR	PATO BRAGADO	41	1845	1	(6.841.680,91)	13.797.278,45	-49,59
PR	PAULA FREITAS	41	1860	0	323.619,50	8.456.960,93	3,83
PR	PAULO FRONTIN	41	1870	9	1.256.455,28	8.192.242,02	15,34
PR	PEROLA	41	1890	7	(39.091,69)	9.569.755,03	-0,41
PR	PEROLA D'OESTE	41	1900	4	122.688,01	8.033.356,88	1,53
PR	PIEN	41	1910	3	(53.538,69)	17.187.051,96	-0,31
PR	PITANGA	41	1960	8	13.046.442,80	30.374.753,74	42,95
PR	PLANALTA DO PARANA	41	1970	7	(568.180,23)	7.051.178,76	-8,06
PR	PLANALTO	41	1980	6	111.987,99	14.984.758,04	0,75
PR	PORTO AMAZONAS	41	2010	1	156.626,86	7.163.581,96	2,19
PR	PRANCHITA	41	2035	8	(240.670,99)	7.732.241,15	-3,11
PR	QUARTO CENTENARIO	41	2065	5	622.310,16	9.013.407,40	6,90
PR	QUEDAS DO IGUAÇU	41	2090	3	1.274.901,36	32.670.105,29	3,90
PR	QUERENCIA DO NORTE	41	2100	0	3.796.095,74	13.013.667,18	29,17
PR	QUINTA DO SOL	41	2110	9	402.082,00	8.632.819,24	4,66
PR	QUITANDINHA	41	2120	8	2.504.247,34	14.776.979,14	16,95
PR	RAMILANDIA	41	2125	7	(1.590,85)	8.495.514,42	-0,02
PR	RANCHO ALEGRE D'OESTE	41	2135	6	95.204,85	6.995.960,39	1,36
PR	REALIZA	41	2140	6	(1.278.237,41)	16.286.350,78	-7,85
PR	REBOUCAS	41	2150	5	27.423,63	15.299.346,38	0,18
PR	RENASCENCA	41	2160	4	(202.458,04)	10.873.263,35	-1,86
PR	RESERVA	41	2170	3	(408.055,36)	27.227.478,90	-1,50
PR	RESERVA DO IGUAÇU	41	2175	2	(2.227.970,23)	14.557.714,60	-15,30
PR	RIO AZUL	41	2200	8	(2.304.670,90)	15.765.934,37	-14,62
PR	RIO BRANCO DO SUL	41	2220	6	16.645.024,55	38.535.436,29	43,19
PR	RIO NEGRO	41	2230	5	(3.786.317,02)	33.194.765,25	-11,41
PR	RONDON	41	2260	2	(775.997,56)	12.925.783,39	-6,00
PR	SABAUDIA	41	2270	1	1.235.344,35	9.518.963,26	12,98
PR	SALTO DO LONTRA	41	2300	6	4.325.196,03	13.471.639,07	32,11
PR	SANTA HELENA	41	2350	1	(21.658.142,30)	62.391.770,10	-34,71
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	41	2380	8	1.364.944,97	14.707.381,41	9,28
PR	SANTA TEREZA DO OESTE	41	2402	0	(107.660,70)	11.177.332,62	-0,96
PR	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	41	2405	3	(7.447.187,75)	32.015.235,71	-23,26
PR	SANTANA DO ITARARE	41	2400	4	(1.039.392,66)	7.281.818,81	-14,27
PR	SANTO ANTONIO DO CAIUA	41	2420	2	770.156,47	5.669.973,65	13,58
PR	SAO CARLOS DO IVAI	41	2460	8	974.188,75	9.784.198,14	9,96
PR	SAO JOAO DO IVAI	41	2500	1	4.499.853,38	13.506.853,84	33,32
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	41	2535	7	129.800,26	13.000.759,99	1,00

PR	SAO JORGE D'OESTE	41	2520	9	688.674,52	16.832.004,35	4,09
PR	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	41	2545	6	407.336,24	6.454.957,03	6,31
PR	SAO MANOEL DO PARANA	41	2555	5	(1.918.176,68)	7.572.196,92	-25,31
PR	SAO MATEUS DO SUL	41	2560	5	(21.141.629,88)	45.158.111,18	-46,82
PR	SAO MIGUEL DO IGUAÇU	41	2570	4	(7.895.323,09)	47.103.660,23	-16,76
PR	SAO PEDRO DO IGUAÇU	41	2575	3	(660.959,17)	10.190.039,42	-6,68
PR	SAO PEDRO DO IVAI	41	2580	3	2.719.167,33	12.766.545,58	21,30
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	41	2600	9	4.655.689,84	10.307.573,61	45,17
PR	SAUDADE DO IGUAÇU	41	2627	2	450.475,78	14.027.910,29	3,21
PR	SERRANOPOLIS DO IGUAÇU	41	2635	5	739.750,33	11.529.938,91	6,42
PR	SERTANEJA	41	2640	5	1.341.601,31	12.526.751,61	10,71
PR	SIQUEIRA CAMPOS	41	2660	3	2.306.510,46	16.971.308,62	13,59
PR	SULINA	41	2665	2	79.501,80	7.866.807,99	1,01
PR	TAPEJARA	41	2680	1	3.501.167,92	18.326.674,97	19,10
PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	544.891,47	12.503.849,52	4,36
PR	TERRA RICA	41	2730	4	3.892.748,85	20.094.899,65	19,87
PR	TERRA ROXA	41	2740	3	2.457.413,55	20.083.191,16	12,24
PR	TIBAGI	41	2750	2	1.121.017,71	31.488.569,21	3,56
PR	TIJUCAS DO SUL	41	2760	1	431.393,99	14.743.386,07	2,93
PR	TRES BARRAS DO PARANA	41	2785	8	1.494.356,68	18.907.645,04	7,90
PR	TUNAS DO PARANA	41	2788	2	546.903,12	10.420.141,22	5,25
PR	TUPASSI	41	2795	7	(1.802.340,22)	13.340.583,62	-13,51
PR	VERA CRUZ DO OESTE	41	2855	9	155.188,65	11.031.807,64	1,41
PR	VERE	41	2860	9	344.430,38	10.956.196,38	3,14
PR	WENCESLAU BRAZ	41	2850	0	2.007.899,85	18.834.089,55	10,66
PR	XAMBRE	41	2880	7	5.288.750,05	7.841.329,20	67,45
RJ	CARDOSO MOREIRA	33	115	7	1.894.962,30	30.915.989,30	6,13
RJ	CASIMIRO DE ABREU	33	130	6	(39.892.633,50)	152.400.821,20	-26,18
RJ	DUAS BARRAS	33	160	3	(1.077.917,80)	26.618.270,30	-4,06
RJ	ITAOCARA	33	210	6	4.784.848,80	38.183.773,00	12,53
RJ	PATY DO ALFERES	33	365	6	(9.141.139,50)	43.780.579,30	-20,88
RJ	PORTO REAL	33	411	0	(23.372.165,80)	106.947.842,60	-21,85
RJ	SANTA MARIA MADALENA	33	460	7	5.554.069,40	32.327.414,80	17,18
RN	CRUZETA	24	300	4	(736.478,58)	8.941.401,57	-8,24
RN	IPANGUAÇU	24	470	5	(1.319.349,49)	17.506.298,11	-7,54
RN	ITAJA	24	485	3	-	8.756.134,67	0,00
RN	JUCURUTU	24	610	6	(1.328.462,61)	19.818.443,72	-6,70
RN	LAJES	24	670	0	(3.726.182,25)	11.641.392,88	-32,01
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	11	1	5	(3.451.538,60)	32.843.578,21	-10,51
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11	37	9	(1.863.682,54)	17.013.048,72	-10,95
RO	ALTO PARAISO	11	40	3	(5.288.790,86)	20.074.077,68	-26,35
RO	ALVORADA D'OESTE	11	34	6	(1.781.418,16)	24.594.576,58	-7,24
RO	CACAULANDIA	11	60	1	(1.798.611,45)	11.110.637,61	-16,19
RO	CASTANHEIRAS	11	90	8	(1.335.646,01)	9.327.146,52	-14,32
RO	CHUPINGUAIA	11	92	4	(1.889.392,58)	18.754.923,08	-10,07
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	(1.751.679,66)	19.581.822,86	-8,95
RO	ESPIGAO D'OESTE	11	9	8	(11.129.562,59)	33.885.436,02	-32,84
RO	OURO PRETO DO OESTE	11	15	5	(31.043.318,54)	42.624.589,03	-72,83
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	11	146	8	-	7.030.156,37	0,00
RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	11	147	6	(1.341.792,11)	8.182.424,09	-16,40
RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	11	149	2	(2.542.453,95)	22.640.472,69	-11,23
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	11	32	0	(1.556.480,86)	25.773.327,93	-6,04
RO	SERINGUEIRAS	11	150	0	(2.037.571,19)	15.445.474,53	-13,19
RO	URUPA	11	170	8	(3.915.235,95)	17.565.538,41	-22,29
RO	VALE DO PARAISO	11	180	7	(1.148.881,06)	12.996.653,49	-8,84
RS	ACEGUA	43	3	4	(2.172.066,38)	11.839.265,66	-18,35
RS	AGUA SANTA	43	5	9	(634.950,60)	8.808.926,55	-7,21
RS	AGUDO	43	10	9	(227.517,40)	21.837.055,33	-1,04
RS	AJURICABA	43	20	8	(1.627.520,01)	12.433.186,54	-13,09
RS	ALECRIM	43	30	7	(1.707.619,16)	8.394.955,78	-20,34
RS	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	43	47	1	(744.510,39)	7.712.801,64	-9,65
RS	ALPESTRE	43	50	5	(2.869.187,93)	14.670.260,11	-19,56
RS	ALTO ALEGRE	43	55	4	128.570,90	7.494.376,11	1,72
RS	ALTO FELIZ	43	57	0	(1.015.514,88)	6.938.624,14	-14,64

RS	AMARAL FERRADOR	43	63	8	(765.201,41)	8.804.653,76	-8,69
RS	AMETISTA DO SUL	43	64	6	(730.553,00)	10.140.057,00	-7,20
RS	ANDRE DA ROCHA	43	66	1	(1.187.010,70)	5.995.951,04	-19,80
RS	ANTA GORDA	43	70	3	(245.009,27)	9.946.303,39	-2,47
RS	ANTONIO PRADO	43	80	2	1.556.014,17	18.333.350,37	8,49
RS	ARAMBARE	43	85	1	(965.314,85)	9.349.886,72	-10,32
RS	ARATIBA	43	90	1	999.909,21	27.256.483,98	3,67
RS	ARROIO DO MEIO	43	100	8	2.901.854,64	28.653.506,80	10,13
RS	ARROIO DO PADRE	43	107	3	(2.815.732,43)	7.147.044,22	-39,40
RS	ARROIO DO SAL	43	105	7	(2.858.634,24)	18.345.264,51	-15,58
RS	ARROIO DO TIGRE	43	120	6	16.975,85	15.516.335,05	0,11
RS	ARROIO DOS RATOS	43	110	7	(2.522.450,11)	16.242.674,24	-15,53
RS	ARROIO GRANDE	43	130	5	(1.065.036,85)	23.634.500,33	-4,51
RS	ARVOREZINHA	43	140	4	(355.755,88)	12.792.484,46	-2,78
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	(1.693.220,63)	11.619.587,37	-14,57
RS	BALNEARIO PINHAL	43	163	6	(2.623.435,21)	22.428.483,22	-11,70
RS	BARAO	43	165	1	360.367,00	8.778.135,00	4,10
RS	BARAO DE COTEGIPE	43	170	1	(1.730.287,00)	10.049.486,00	-17,22
RS	BARRA DO GUARITA	43	185	9	(237.549,59)	6.217.170,57	-3,82
RS	BARRA DO QUARAI	43	187	5	(2.043.380,00)	10.561.436,65	-19,35
RS	BARRA DO RIO AZUL	43	192	5	(897.016,75)	6.336.364,04	-14,16
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	(794.833,96)	8.093.991,73	-9,82
RS	BARRACAO	43	180	0	154.767,90	10.662.100,99	1,45
RS	BARROS CASSAL	43	200	6	(421.238,47)	15.055.504,88	-2,80
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	43	205	5	(927.993,18)	6.355.542,58	-14,60
RS	BOA VISTA DAS MISSOES	43	215	4	(424.458,24)	7.223.858,16	-5,88
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	580.458,31	10.551.452,65	5,50
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	(1.446.443,02)	8.189.137,12	-17,66
RS	BOA VISTA DO INCRA	43	223	8	(386.107,54)	8.377.517,50	-4,61
RS	BOA VISTA DO SUL	43	225	3	(1.685.202,88)	9.842.651,43	-17,12
RS	BOM JESUS	43	230	3	11.455.983,29	15.816.882,02	72,43
RS	BOM PRINCIPIO	43	235	2	1.930.958,17	18.230.068,21	10,59
RS	BOM PROGRESSO	43	237	8	(374.933,38)	5.961.322,02	-6,29
RS	BOQUEIRAO DO LEAO	43	245	1	(1.922.522,63)	9.876.860,44	-19,46
RS	BOSSOROCA	43	250	1	57.976,63	11.680.322,26	0,50
RS	BOZANO	43	258	4	(991.665,10)	6.546.965,89	-15,15
RS	BRAGA	43	260	0	(370.037,59)	7.313.691,70	-5,06
RS	BROCHIER	43	265	9	(266.964,48)	8.798.876,13	-3,03
RS	BUTIA	43	270	9	(5.516.805,69)	24.262.080,53	-22,74
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	(4.310.839,65)	37.586.577,28	-11,47
RS	CACEQUI	43	290	7	4.588.253,54	16.296.421,76	28,15
RS	CACIQUE DOBLE	43	320	2	(1.024.168,34)	7.473.470,74	-13,70
RS	CAIBATE	43	330	1	(296.567,35)	8.018.518,17	-3,70
RS	CAICARA	43	340	0	637.003,07	7.879.299,18	8,08
RS	CAMARGO	43	355	8	(4.473.669,05)	8.700.409,94	-51,42
RS	CAMPESTRE DA SERRA	43	367	3	(80.720,79)	8.857.210,25	-0,91
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	(2.424.673,69)	9.117.838,21	-26,59
RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	6	-	10.155.270,76	0,00
RS	CAMPO NOVO	43	400	2	636.134,63	9.204.836,82	6,91
RS	CANDELARIA	43	420	0	(278.769,42)	30.084.909,50	-0,93
RS	CANDIDO GODOI	43	430	9	(221.937,66)	9.733.500,32	-2,28
RS	CANDIOTA	43	435	8	(1.130.621,96)	29.184.081,87	-3,87
RS	CANELA	43	440	8	(3.826.845,74)	57.396.038,86	-6,67
RS	CANUDOS DO VALE	43	461	4	(891.087,47)	5.847.897,45	-15,24
RS	CAPAO BONITO DO SUL	43	462	2	(1.031.788,83)	6.890.029,63	-14,98
RS	CAPAO DA CANOA	43	463	0	(13.220.891,86)	68.281.686,41	-19,36
RS	CAPAO DO CIPÓ	43	465	5	-	8.929.310,88	0,00
RS	CAPITAO	43	469	7	(410.572,08)	8.883.798,06	-4,62
RS	CAPIVARI DO SUL	43	467	1	(3.051.944,37)	9.568.934,96	-31,89
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	(6.098.687,78)	42.199.772,04	-14,45
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	(655.706,22)	5.275.318,27	-12,43
RS	CASCA	43	490	3	(2.036.038,43)	13.065.623,70	-15,58
RS	CATUIPE	43	500	9	(129.495,31)	12.386.556,08	-1,05
RS	CENTENARIO	43	511	6	(723.946,83)	7.105.121,12	-10,19
RS	CERRO BRANCO	43	513	2	(510.000,49)	9.468.918,69	-5,39

RS	CERRO GRANDE	43	515	7	(461.049,00)	5.928.045,00	-7,78
RS	CERRO GRANDE DO SUL	43	517	3	(1.507.202,33)	12.413.959,58	-12,14
RS	CERRO LARGO	43	520	7	(1.797.300,97)	15.770.653,18	-11,40
RS	CHAPADA	43	530	6	(2.283.798,35)	14.309.676,80	-15,96
RS	CHARQUEADAS	43	535	5	11.241.117,26	52.574.335,92	21,38
RS	CHARRUA	43	537	1	(867.034,00)	7.425.325,00	-11,68
RS	CHAPETTA	43	540	5	3.409.980,41	8.833.681,70	38,60
RS	CHUVISCA	43	544	7	(942.563,29)	8.328.709,17	-11,32
RS	CIDREIRA	43	545	4	5.741.745,82	23.770.593,94	24,15
RS	COLINAS	43	558	7	(1.119.073,63)	7.526.807,72	-14,87
RS	COLORADO	43	560	3	(1.570.644,59)	9.478.717,98	-16,57
RS	CONDOR	43	570	2	(1.440.215,05)	11.802.492,76	-12,20
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	(1.828.034,49)	7.632.147,22	-23,95
RS	CORONEL PILAR	43	593	4	(4.970.896,29)	6.434.478,69	-77,25
RS	COTIPORA	43	595	9	933.037,00	8.312.731,00	11,22
RS	COXILHA	43	597	5	(1.379.805,68)	7.935.417,46	-17,39
RS	CRISSEUMAL	43	600	7	(948.764,49)	18.454.408,48	-5,14
RS	CRISTAL	43	605	6	(2.974.969,11)	9.045.975,04	-32,89
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	759.755,88	14.569.898,43	5,21
RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	115.176,05	7.668.780,55	1,50
RS	DERRUBADAS	43	632	0	(840.646,69)	8.937.583,55	-9,41
RS	DOIS IRMAOS	43	640	3	(11.118.470,03)	36.600.389,64	-30,38
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	(1.716.721,09)	20.084.648,61	-8,55
RS	DOM PEDRITO	43	660	1	(6.015.773,11)	45.111.151,01	-13,34
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	(1.062.716,65)	6.182.280,99	-17,25
RS	DONA FRANCISCA	43	670	0	206.121,21	6.955.076,39	2,96
RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	43	673	4	(177.844,00)	10.329.227,00	-1,72
RS	DOUTOR RICARDO	43	675	9	(1.027.866,02)	6.434.183,00	-15,98
RS	ELDORADO DO SUL	43	676	7	(9.393.572,66)	62.279.236,02	-15,08
RS	ENCANTADO	43	680	9	(4.041.505,71)	27.829.983,64	-14,52
RS	ENCRUZILHADA DO SUL	43	680	8	2.518.920,35	29.729.167,69	8,47
RS	ENGENHO VELHO	43	692	4	(2.056.965,35)	6.558.451,32	-31,36
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	(3.124.169,02)	9.991.906,83	-31,27
RS	ENTRE-IJUIS	43	693	2	43.109,80	11.398.380,12	0,38
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	(131.434,47)	8.537.216,77	-1,54
RS	ESMERALDA	43	740	1	(2.231.889,00)	9.266.997,00	-24,08
RS	ESTACAO	43	755	9	425.515,76	9.356.235,73	4,55
RS	ESTANCIA VELHA	43	760	9	(4.096.050,06)	57.309.680,89	-7,15
RS	ESTRELA	43	780	7	(5.405.008,25)	41.919.330,01	-12,89
RS	EUGENIO DE CASTRO	43	783	1	-	7.631.268,08	0,00
RS	FAGUNDES VARELA	43	786	4	(992.259,98)	8.034.206,81	-12,35
RS	FAXINALZINHO	43	805	2	(321.236,28)	7.053.722,45	-4,55
RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	8	(1.358.866,00)	8.621.154,00	-15,76
RS	FELIZ	43	810	2	(5.061.875,43)	18.178.730,66	-27,85
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	(12.118.245,62)	42.181.557,49	-28,73
RS	FLORIANO PEIXOTO	43	825	0	(3.384.194,68)	6.137.048,95	-56,14
RS	FONTOURA XAVIER	43	830	0	667.131,80	14.664.594,78	4,55
RS	FORMIGUEIRO	43	840	9	(5.196.601,56)	9.332.915,39	-55,68
RS	FORTALEZA DOS VALOS	43	845	8	243.775,00	12.529.020,08	1,95
RS	GARIBALDI	43	860	7	(11.556.392,53)	45.961.291,17	-25,14
RS	GARRUCHOS	43	865	6	(1.625.919,73)	9.666.169,29	-16,82
RS	GAURAMA	43	870	6	(3.188.171,45)	9.277.297,23	-34,37
RS	GENTIL	43	885	4	(142.672,30)	6.411.745,14	-2,23
RS	GETULIO VARGAS	43	890	4	856.672,39	18.118.528,46	4,73
RS	GIRUA	43	900	1	(1.275.362,00)	28.249.498,16	-4,51
RS	GLORINHA	43	905	0	(4.669.865,42)	14.956.984,57	-31,22
RS	GRAMADO	43	910	0	(3.962.730,07)	69.445.721,56	-5,71
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	43	912	6	558.251,69	6.451.232,04	8,65
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	(1.666.368,79)	8.622.040,06	-19,33
RS	GUABIJU	43	925	8	(575.965,71)	5.921.433,90	-9,73
RS	HARMONIA	43	955	5	1.146.452,44	9.955.546,44	11,52
RS	HERVAL	43	710	4	566.292,53	11.020.510,51	5,14
RS	HERVEIRAS	43	967	1	(1.915.051,27)	6.891.215,18	-27,79
RS	HORIZONTINA	43	980	5	(4.231.264,29)	28.957.684,04	-14,61
RS	HULHA NEGRA	43	965	4	(1.215.673,26)	10.223.926,40	-11,89
RS	IBARAMA	43	975	3	(1.712.923,16)	8.764.581,25	-19,54

RS	IBIACA	43	980	3	1.495.121,79	9.309.376,08	16,06
RS	IBIRAIARAS	43	990	2	818.847,64	10.562.117,14	7,75
RS	IBIRAPUITA	43	995	1	(489.803,76)	8.233.712,30	-5,95
RS	IBIRUBA	43	1000	9	(953.119,23)	24.774.554,72	-3,85
RS	IGREJINHA	43	1010	8	(1.145.166,12)	45.594.838,18	-2,51
RS	ILOPOLIS	43	1030	6	(1.294.482,56)	7.747.990,50	-16,71
RS	IMIGRANTE	43	1036	3	9.869,74	9.844.155,62	0,10
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	827.287,40	9.554.945,82	8,66
RS	INHACORA	43	1041	3	349.465,16	6.203.290,44	5,63
RS	IPE	43	1043	9	885.751,41	10.730.300,02	8,25
RS	IPIRANGA DO SUL	43	1046	2	(1.136.445,07)	6.900.213,96	-16,47
RS	IRAI	43	1050	4	762.038,68	9.170.159,84	8,31
RS	ITAARA	43	1053	8	(2.653.644,93)	8.241.701,71	-32,20
RS	ITACURUBI	43	1055	3	(981.877,00)	8.846.051,09	-11,10
RS	ITAPUCA	43	1057	9	(318.187,47)	6.305.748,96	-5,05
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	530.896,18	7.603.509,16	6,98
RS	IVORA	43	1075	1	(1.068.372,64)	5.897.391,42	-18,12
RS	JACUIZINHO	43	1087	6	(747.971,42)	6.867.932,23	-10,89
RS	JACUTINGA	43	1090	0	(572.680,46)	7.619.852,88	-7,52
RS	JARI	43	1113	0	(2.530.838,75)	7.793.005,44	-32,48
RS	JOIA	43	1115	5	340.085,87	14.745.295,33	2,31
RS	JULIO DE CASTILHOS	43	1120	5	(1.062.005,20)	27.552.951,38	-3,85
RS	LAGOA BONITA DO SUL	43	1123	9	(1.128.415,00)	5.770.791,16	-19,55
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	43	1127	0	(685.130,48)	6.363.497,04	-10,77
RS	LAJEADO DO BUGRE	43	1142	9	(1.368.285,34)	5.412.614,57	-25,28
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(2.335.937,42)	13.157.249,98	-17,75
RS	LIBERATO SALZANO	43	1160	1	(1.023.929,87)	9.307.088,72	-11,00
RS	LINDOLFO COLLOR	43	1162	7	(89.533,39)	8.822.888,66	-1,01
RS	LINHA NOVA	43	1164	3	(2.530.578,74)	5.260.271,64	-48,11
RS	MACHADINHO	43	1170	0	(2.201.504,70)	10.557.396,04	-20,85
RS	MAMPITUBA	43	1173	4	(2.027.378,00)	6.115.428,12	-33,15
RS	MAQUINE	43	1177	5	(1.020.889,86)	9.451.640,07	-10,80
RS	MARATA	43	1179	1	895.889,29	7.414.279,43	12,08
RS	MARAU	43	1180	9	(5.336.285,90)	53.626.734,85	-9,95
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	(1.186.007,26)	8.868.165,01	-13,37
RS	MARIANO MORO	43	1200	5	(965.580,07)	7.154.111,19	-13,50
RS	MARQUES DE SOUZA	43	1205	4	(2.053.951,42)	8.852.584,26	-23,20
RS	MATA	43	1210	4	906.602,04	9.123.000,66	9,94
RS	MATO CASTELHANO	43	1213	8	230.589,05	7.594.863,07	3,04
RS	MATO LEITAO	43	1215	3	(1.815.736,15)	9.029.595,05	-20,11
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(1.383.359,88)	6.931.721,02	-19,96
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	43	1220	3	1.275.838,03	8.687.996,69	14,72
RS	MINAS DO LEAO	43	1225	2	(1.812.190,97)	10.912.098,00	-16,61
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	2.457.283,80	7.472.974,04	32,88
RS	MONTAURI	43	1235	1	395.282,46	6.178.432,71	6,40
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	43	1237	7	(912.831,61)	7.421.780,11	-12,30
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	(889.086,49)	7.311.378,97	-12,16
RS	MORMACO	43	1242	7	(1.246.401,77)	7.150.986,01	-17,43
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	(1.186.697,27)	6.412.394,38	-18,51
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	(4.163.568,35)	8.835.468,20	-47,12
RS	MORRO REUTER	43	1247	6	(254.087,53)	9.665.629,21	-2,63
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	(3.100.008,39)	18.568.039,23	-16,70
RS	MUCUM	43	1260	9	1.529.888,10	9.085.163,13	16,84
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	75.251,83	9.937.775,87	0,76
RS	MULITERNO	43	1262	5	-	6.745.901,77	0,00
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	8	(2.356.331,53)	23.708.191,32	-9,94
RS	NICOLAU VERGUEIRO	43	1267	4	(1.378.025,83)	6.100.547,28	-22,59
RS	NONOAI	43	1270	8	(2.251.572,66)	15.838.869,98	-14,22
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	(1.673.877,63)	9.240.964,75	-18,11
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	(1.498.347,85)	14.827.637,59	-10,11
RS	NOVA BRESCIA	43	1300	3	(1.601.015,87)	9.322.202,84	-17,17
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(218.229,88)	7.673.755,96	-2,84
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	43	1303	7	(413.814,06)	7.768.774,99	-5,33
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	(803.269,52)	12.625.901,31	-6,36
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(4.682.462,28)	28.516.459,38	-16,42
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	(6.551.808,51)	40.049.305,50	-16,36

RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	(3.225.323,72)	7.694.659,20	-41,92
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	367.741,04	9.220.998,30	3,99
RS	NOVO BARREIRO	43	1349	0	(514.757,25)	7.542.069,02	-6,83
RS	NOVO CABRAIS	43	1339	1	(2.074.011,05)	8.547.105,74	-24,27
RS	NOVO MACHADO	43	1342	5	(457.262,19)	7.427.827,06	-6,16
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	(1.358.330,18)	6.417.810,08	-21,17
RS	OSORIO	43	1350	8	(21.085.562,14)	122.189.570,77	-17,26
RS	PAIM FILHO	43	1360	7	3.875,92	8.460.375,57	0,05
RS	PALMEIRA DAS MISSOES	43	1370	6	21.812.450,75	33.825.190,40	64,49
RS	PALMITINHO	43	1380	5	(674.017,73)	9.453.504,19	-7,13
RS	PANAMBI	43	1390	4	(2.707.291,81)	57.657.832,97	-4,70
RS	PANTANO GRANDE	43	1395	3	17.100,98	14.570.061,99	0,12
RS	PARAI	43	1400	1	(180.637,34)	11.829.885,03	-1,53
RS	PARECI NOVO	43	1403	5	802.911,69	9.553.145,79	8,40
RS	PASSA SETE	43	1406	8	(747.053,17)	8.791.267,93	-8,50
RS	PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	(234.566,68)	10.068.352,87	-2,33
RS	PAULO BENTO	43	1413	4	(733.661,72)	6.165.047,23	-11,90
RS	PAVERAMA	43	1415	9	(1.291.594,00)	9.570.631,00	-13,50
RS	PEDRAS ALTAS	43	1417	5	(1.984.782,95)	7.956.548,28	-24,95
RS	PEJUCARA	43	1430	8	291.862,90	9.648.675,47	3,02
RS	PICADA CAFE	43	1442	3	(1.258.290,54)	12.051.641,77	-10,44
RS	PINHAL GRANDE	43	1447	2	(1.962.583,30)	13.754.643,96	-14,27
RS	PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	(575.011,95)	7.343.841,66	-7,83
RS	PIRAPO	43	1455	5	(204.360,48)	6.883.231,85	-2,97
RS	PIRATINI	43	1460	5	1.682.041,44	25.166.154,06	6,68
RS	PLANALTO	43	1470	4	(1.526.254,20)	12.343.794,55	-12,36
RS	PONTAO	43	1477	9	(3.907.799,00)	10.183.750,18	-38,37
RS	PONTE PRETA	43	1478	7	(1.365.271,00)	6.627.109,00	-20,60
RS	PORTAO	43	1480	3	(3.720.569,68)	37.999.063,01	-9,79
RS	PORTO MAUA	43	1505	7	(2.091.704,44)	6.874.398,55	-30,43
RS	PORTO VERA CRUZ	43	1507	3	(637.979,87)	5.507.664,74	-11,58
RS	PORTO XAVIER	43	1510	7	(1.394.565,22)	14.901.512,18	-9,38
RS	PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	(3.758.269,65)	6.101.097,30	-61,60
RS	PROGRESSO	43	1515	6	(656.596,95)	10.075.457,14	-6,52
RS	PROTASIO ALVES	43	1517	2	(2.159.666,81)	6.358.353,92	-33,97
RS	PUTINGA	43	1520	6	1.138.851,18	10.149.916,94	11,22
RS	QUATRO IRMAOS	43	1531	3	(636.993,45)	5.953.529,58	-10,70
RS	QUEVEDOS	43	1532	1	(401.892,27)	7.760.431,00	-5,18
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	43	1535	4	(379.811,52)	9.042.935,70	-4,20
RS	RESTINGA SECA	43	1550	3	(4.202.770,98)	20.838.452,48	-20,17
RS	RIO DOS INDIOS	43	1555	2	519.205,69	7.515.874,51	6,91
RS	ROCA SALES	43	1580	0	(190.579,98)	14.814.857,08	-1,29
RS	RODEIO BONITO	43	1590	9	(710.356,93)	8.874.003,44	-7,92
RS	ROLADOR	43	1595	8	-	7.845.921,83	0,00
RS	ROLANTE	43	1600	6	(709.128,20)	23.390.991,11	-3,03
RS	RONDA ALTA	43	1610	5	(32.399,23)	13.574.904,61	-0,24
RS	RONDINHA	43	1620	4	(892.518,44)	8.730.289,60	-10,22
RS	ROQUE GONZALES	43	1630	3	(162.397,76)	11.172.815,97	-1,45
RS	ROSARIO DO SUL	43	1640	2	6.501.199,45	38.492.428,91	16,89
RS	SAGRADA FAMILIA	43	1642	8	573.866,21	7.075.998,47	8,11
RS	SALDANHA MARINHO	43	1643	6	(149.118,71)	7.786.107,52	-1,92
RS	SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	(2.386.978,58)	9.164.543,79	-26,05
RS	SALVADOR DO SUL	43	1650	1	1.204.871,00	12.203.308,00	9,87
RS	SANANDUVA	43	1660	0	(692.711,52)	19.662.228,65	-3,52
RS	SANTA BARBARA DO SUL	43	1670	9	2.645.228,26	16.055.648,07	16,48
RS	SANTA CECILIA DO SUL	43	1673	3	(1.253.283,67)	6.702.110,62	-18,70
RS	SANTA CLARA DO SUL	43	1675	8	(3.602.350,53)	9.558.562,02	-37,69
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	6	1.721.316,10	9.351.859,71	18,41
RS	SANTA TEREZA	43	1725	1	(1.578.705,17)	7.053.390,65	-22,38
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	4.777.455,70	40.089.097,19	11,92
RS	SANTANA DA BOA VISTA	43	1700	4	(526.410,78)	12.206.643,55	-4,31
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	43	1760	8	(2.529.330,22)	43.638.566,07	-5,80
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	(696.828,13)	6.729.629,25	-10,35
RS	SANTO ANTONIO DO PLANALTO	43	1775	6	(1.320.958,50)	7.925.890,63	-16,67
RS	SANTO AUGUSTO	43	1780	6	28.312.566,66	18.778.696,72	150,77

RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	648.675,13	6.575.614,21	9,86
RS	SAO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	(443.609,04)	7.142.982,58	-6,21
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	3.183.559,87	24.142.037,48	13,19
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	(5.199.073,93)	29.219.338,83	-17,79
RS	SAO JOAO DA URTIGA	43	1842	4	256.757,50	7.564.745,02	3,39
RS	SAO JORGE	43	1844	0	(1.010.946,70)	6.721.042,25	-15,04
RS	SAO JOSE DO HERVAL	43	1846	5	(699.916,78)	7.468.323,95	-9,37
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	43	1848	1	(2.132.121,85)	8.877.042,18	-24,02
RS	SAO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	285.963,84	6.520.366,08	4,39
RS	SAO JOSE DO NORTE	43	1850	7	(7.136.534,31)	28.132.038,33	-25,37
RS	SAO JOSE DO OURO	43	1860	6	(387.259,91)	9.423.751,23	-4,11
RS	SAO JOSE DO SUL	43	1861	4	(1.878.277,81)	7.757.569,75	-24,21
RS	SAO LOURENCO DO SUL	43	1880	4	(3.793.581,32)	48.272.545,07	-7,86
RS	SAO MARTINHO	43	1910	9	913.265,69	9.327.140,32	9,79
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	(1.396.079,43)	13.517.787,11	-10,33
RS	SAO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	(88.153,28)	8.293.339,84	-1,06
RS	SAO PEDRO DAS MISSOES	43	1936	4	656.250,01	5.957.437,71	11,02
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	43	1937	2	559.256,95	7.243.388,43	7,72
RS	SAO PEDRO DO SUL	43	1940	6	(7.084.540,34)	22.036.884,29	-32,15
RS	SAO SEPE	43	1960	4	(13.309.604,00)	32.164.834,00	-41,38
RS	SAO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	(2.253.572,84)	6.830.500,27	-32,99
RS	SAO VALERIO DO SUL	43	1973	7	2.195.659,66	5.943.591,04	36,94
RS	SAO VENDELINO	43	1975	2	(818.853,00)	7.091.164,00	-11,55
RS	SAO VICENTE DO SUL	43	1980	2	(3.400.890,86)	11.916.400,79	-28,54
RS	SARANDI	43	2010	7	(262.602,38)	24.212.179,43	-1,08
RS	SEBERI	43	2020	6	(868.097,14)	12.802.486,25	-6,78
RS	SEDE NOVA	43	2023	0	(972.830,91)	7.295.194,49	-13,34
RS	SEGREDO	43	2026	3	(1.550.386,73)	11.225.221,64	-13,81
RS	SELBACH	43	2030	5	(641.522,36)	8.971.652,98	-7,15
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	(1.286.685,69)	6.479.554,85	-19,86
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	(809.036,26)	22.725.599,49	-3,56
RS	SERIO	43	2045	3	(2.247.286,32)	7.172.807,52	-31,33
RS	SERTAO	43	2050	3	32.654,33	10.481.342,72	0,31
RS	SERTAO SANTANA	43	2055	2	(4.235.302,07)	10.464.650,68	-40,47
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	(1.020.587,88)	8.503.214,42	-12,00
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	(747.525,86)	6.425.164,09	-11,63
RS	SINIMBU	43	2067	7	(6.033.981,02)	14.705.172,75	-41,03
RS	SOBRADINHO	43	2070	1	5.652.725,06	18.098.816,40	31,23
RS	TABAI	43	2085	9	-	7.530.540,00	0,00
RS	TAPEJARA	43	2090	9	(1.721.311,51)	25.449.033,06	-6,76
RS	TAPERA	43	2100	6	(320.320,35)	14.892.510,66	-2,15
RS	TAPES	43	2110	5	(1.626.680,39)	21.298.347,72	-7,64
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	(1.046.157,13)	6.650.257,82	-15,73
RS	TAVARES	43	2135	2	995.255,84	8.228.987,52	12,09
RS	TERRA DE AREIA	43	2143	6	(2.136.831,58)	14.630.491,78	-14,61
RS	TEUTONIA	43	2145	1	(3.279.961,13)	38.209.274,38	-8,58
RS	TIO HUGO	43	2146	9	(128.230,58)	7.395.985,75	-1,73
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	482.345,79	8.596.895,10	5,61
RS	TOROPÍ	43	2149	3	(2.426.786,24)	6.340.420,35	-38,27
RS	TRAMANDAÍ	43	2160	0	5.987.796,77	77.008.637,03	7,78
RS	TRAVESSEIRO	43	2162	6	(1.638.128,20)	6.928.363,30	-23,64
RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	(344.784,92)	8.052.955,41	-4,28
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2166	7	(3.494.373,82)	12.438.861,47	-28,09
RS	TRES COROAS	43	2170	9	(8.291.083,98)	33.682.390,38	-24,62
RS	TRES DE MAIO	43	2180	8	(2.311.639,69)	25.461.787,39	-9,08
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	(2.674.515,84)	10.495.338,92	-25,48
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	1.123.533,12	29.085.325,39	3,86
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	(594.803,76)	9.377.737,43	-6,34
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	(411.231,43)	6.387.281,78	-6,44
RS	TUPANCIRETA	43	2220	2	1.153.795,50	31.430.553,29	3,67
RS	TUPANDI	43	2225	1	718.411,38	12.075.986,75	5,95
RS	TUPARENDI	43	2230	1	(1.340.231,93)	11.584.212,65	-11,57
RS	TURUCU	43	2232	7	(2.563.064,42)	9.480.105,60	-27,04
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	-	6.484.645,98	0,00
RS	UNISTALDA	43	2237	6	(234.259,05)	7.079.202,41	-3,31
RS	VALE DO SOL	43	2253	3	(1.619.716,44)	14.725.580,06	-11,00
RS	VALE REAL	43	2254	1	789.744,07	8.420.694,47	9,38

RS	VALE VERDE	43	2252	5	(2.536.581,24)	7.259.627,53	-34,94
RS	VANINI	43	2255	8	(974.824,87)	6.597.295,43	-14,78
RS	VERA CRUZ	43	2270	7	(3.176.248,23)	31.595.671,15	-10,05
RS	VERANOPOLIS	43	2280	6	(3.193.050,72)	33.877.556,62	-9,43
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	(1.818.645,24)	6.545.072,81	-27,79
RS	VIADUTOS	43	2280	5	(1.934.736,99)	8.538.225,98	-22,66
RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	(1.157.183,31)	8.408.167,29	-13,76
RS	VICTOR GRAEFF	43	2320	0	574.106,29	8.874.654,87	6,47
RS	VILA LANGARO	43	2335	8	81.466,38	7.248.173,55	1,12
RS	VILA MARIA	43	2340	8	(597.124,70)	10.833.940,38	-5,51
RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	(755.295,62)	7.444.415,62	-10,15
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	6	(606.852,36)	8.019.026,26	-7,57
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	498.316,49	7.318.147,33	6,81
RS	WESTFALIA	43	2377	0	(1.178.557,06)	9.889.541,04	-11,92
SC	ABDON BATISTA	42	5	1	(1.075.916,16)	7.720.254,66	-13,94
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	2.562.451,79	25.654.086,78	9,99
SC	AGROLANDIA	42	20	0	(1.866.886,04)	11.471.289,73	-16,27
SC	AGUA DOCE	42	40	8	(2.282.685,03)	12.628.652,67	-18,15
SC	AGUAS DE CHAPECO	42	50	7	(1.619.507,37)	11.041.448,99	-14,67
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	(381.429,84)	7.042.043,66	-5,42
SC	AGUAS MORNAS	42	60	6	304.508,22	8.357.205,96	3,64
SC	ANCHIETA	42	80	4	214.263,78	8.499.609,43	2,52
SC	ANITA GARIBALDI	42	100	0	50.452,95	13.053.029,94	0,39
SC	ANITAPOLIS	42	110	9	(360.905,47)	6.592.080,31	-5,47
SC	ANTONIO CARLOS	42	120	8	(2.253.534,85)	14.681.005,25	-15,35
SC	ARAQUARI	42	130	7	(3.444.157,05)	27.877.766,47	-12,35
SC	ARROIO TRINTA	42	160	4	(916.100,97)	8.449.866,49	-10,84
SC	ARVOREDO	42	165	3	113.863,00	7.181.737,00	1,59
SC	ATALANTA	42	180	2	252.793,73	6.517.623,44	3,88
SC	AURORA	42	190	1	(372.190,99)	8.329.418,64	-4,47
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	42	195	0	(1.618.525,84)	12.372.006,28	-13,08
SC	BELA VISTA DO TOLDO	42	213	1	(234.250,07)	9.155.335,78	-2,56
SC	BELMONTE	42	215	6	(315.993,64)	6.142.619,58	-5,14
SC	BENEDITO NOVO	42	220	6	(2.407.114,78)	12.541.946,61	-19,19
SC	BOCAINA DO SUL	42	243	8	(1.061.249,51)	7.931.504,75	-13,38
SC	BOM JESUS	42	253	7	(307.051,96)	6.744.344,95	-4,55
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	191.220,77	5.979.448,15	3,20
SC	BOM RETIRO	42	260	2	(1.847.021,38)	10.854.959,62	-17,02
SC	BOMBINHAS	42	245	3	(12.867.941,16)	33.687.037,89	-38,20
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	285	9	(3.118.086,16)	8.887.982,96	-35,08
SC	CAIBI	42	310	5	(530.726,34)	9.461.260,11	-5,61
SC	CALMON	42	315	4	(37.363,78)	8.444.669,70	-0,44
SC	CAMPO BELO DO SUL	42	340	2	(1.515.192,91)	11.050.738,62	-13,71
SC	CAMPO ERE	42	350	1	(1.388.053,17)	14.273.453,27	-8,72
SC	CAMPOS NOVOS	42	360	0	(5.774.891,59)	54.566.509,67	-10,58
SC	CAMELINHA	42	370	9	200.835,12	13.251.098,80	1,52
SC	CAPAO ALTO	42	325	3	1.000.317,25	8.633.489,70	11,59
SC	CATANDUVAS	42	400	4	(885.487,63)	14.934.877,23	-5,93
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	(492.444,31)	9.322.179,35	-5,28
SC	CERRO NEGRO	42	417	8	(519.053,30)	7.985.965,10	-6,50
SC	COCAL DO SUL	42	425	1	1.199.859,77	24.236.769,00	4,95
SC	CORDILHEIRA ALTA	42	435	0	(389.381,63)	9.643.895,75	-4,04
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	(729.803,52)	14.598.167,43	-5,00
SC	CORREIA PINTO	42	455	8	(969.707,07)	22.994.871,69	-4,22
SC	CORUPA	42	450	9	(1.343.723,11)	18.337.924,03	-7,33
SC	CUNHA PORA	42	470	7	-	14.426.910,32	0,00
SC	CUNHATAI	42	475	6	(764.320,15)	6.162.658,59	-12,40
SC	CURITIBANOS	42	480	6	(7.200.534,87)	41.368.171,26	-17,41
SC	DESCANSO	42	490	5	(1.215.739,58)	11.072.309,49	-10,98
SC	DIONISIO CERQUEIRA	42	500	1	988.518,08	17.547.589,27	5,69
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	515	9	(864.550,48)	7.769.817,55	-11,13
SC	ENTRE RIOS	42	517	5	(1.245.987,10)	7.381.236,88	-16,88
SC	ERMO	42	519	1	(456.193,97)	6.200.702,01	-7,36
SC	ERVAL VELHO	42	520	9	(1.286.875,48)	8.364.585,64	-15,38
SC	FORMOSA DO SUL	42	543	1	(1.943.422,53)	6.599.309,22	-29,45
SC	FORQUILHINHA	42	545	6	(516.276,50)	30.560.085,45	-1,69

SC	FRAIBURGO	42	550	6	(8.835.994,19)	49.590.449,54	-17,82
SC	GAROPABA	42	570	4	(3.518.993,37)	24.039.447,34	-14,64
SC	GRAO PARA	42	610	8	(197.888,30)	9.755.186,73	-2,03
SC	GRAVATAL	42	620	7	(985.732,55)	12.112.762,19	-8,14
SC	GUARACIABA	42	640	5	905.420,11	12.540.679,04	7,22
SC	GUARAMIRIM	42	650	4	(11.061.896,10)	58.420.858,97	-18,93
SC	GUARUJA DO SUL	42	660	3	(1.272.038,71)	7.993.049,93	-15,91
SC	GUATAMBU	42	665	2	40.651,22	9.884.380,86	0,41
SC	HERVAL D'OESTE	42	670	2	(705.051,95)	24.576.258,83	-2,87
SC	IBIAM	42	675	1	(48.363,37)	6.567.949,59	-0,74
SC	IBICARE	42	680	1	(309.950,69)	7.357.484,79	-4,21
SC	IBIRAMA	42	690	0	(6.559.143,98)	25.805.509,55	-25,42
SC	IMARUI	42	720	5	951.016,29	12.251.175,13	7,76
SC	IMBITUBA	42	730	4	(8.828.939,62)	55.695.394,73	-15,85
SC	IMBUIA	42	740	3	(2.009.572,16)	8.679.384,71	-23,15
SC	IPORA DO OESTE	42	765	0	(3.531.859,48)	12.899.876,12	-27,38
SC	IPUMIRIM	42	770	0	(1.544.786,21)	12.857.342,92	-12,01
SC	IRINEOPOLIS	42	790	8	(958.636,17)	14.056.257,64	-6,82
SC	ITA	42	800	5	(1.938.743,30)	24.017.046,91	-8,07
SC	ITAIOPOLIS	42	810	4	(2.402.246,85)	24.605.281,90	-9,76
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	(998.015,66)	25.878.249,87	-3,86
SC	ITUPORANGA	42	850	0	(3.263.955,41)	25.678.117,24	-12,71
SC	JABORA	42	860	9	(104.394,11)	9.448.760,81	-1,10
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	(405.549,77)	13.825.026,49	-2,93
SC	JARDINOPOLIS	42	895	5	143.300,67	5.908.267,35	2,43
SC	JOSE BOITEUX	42	915	1	292.184,45	8.314.677,54	3,51
SC	JUPIA	42	917	7	(597.070,98)	6.407.504,03	-8,32
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	(723.683,94)	6.224.142,12	-11,63
SC	LAURENTINO	42	950	8	(455.955,96)	8.480.010,78	-5,38
SC	LAURO MULLER	42	960	7	(2.189.431,61)	19.847.376,64	-11,03
SC	LEOBERTO LEAL	42	980	5	(983.142,99)	7.456.378,30	-13,19
SC	LINDOIA DO SUL	42	985	4	(2.056.270,08)	9.085.708,35	-22,63
SC	LONTRAS	42	990	4	(376.310,13)	10.431.612,47	-3,61
SC	LUIZ ALVES	42	1000	1	(4.946.417,60)	14.356.407,21	-34,45
SC	MACEIRA	42	1005	0	(527.524,15)	2.961.252,47	-17,81
SC	MAJOR GERCINO	42	1020	9	290.550,23	6.892.165,89	4,22
SC	MAJOR VIEIRA	42	1030	8	(139.025,46)	2.652.739.144,41	-0,01
SC	MARACAJA	42	1040	7	802.127,00	9.784.004,50	6,15
SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	(9.826.215,52)	20.402.898,10	-48,16
SC	MELEIRO	42	1080	3	542.283,41	11.192.245,31	4,85
SC	MODELO	42	1090	2	335.179,59	7.710.923,40	4,35
SC	MONDAI	42	1100	9	(1.013.243,97)	13.129.955,02	-7,72
SC	MONTE CASTELO	42	1110	8	537.872,37	10.829.440,88	4,97
SC	MORRO DA FUMACA	42	1120	7	(2.164.204,10)	22.671.271,02	-9,55
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	(1.256.231,95)	7.619.865,00	-16,49
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	223.114,49	9.202.186,83	2,42
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	(1.274.190,36)	8.932.785,98	-14,26
SC	NOVA TRENTO	42	1150	4	199.837,47	17.036.480,95	1,17
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	(3.374.406,97)	20.192.298,02	-16,71
SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	(416.801,94)	6.821.048,79	-6,11
SC	ORLEANS	42	1170	2	(2.459.569,48)	29.656.756,63	-8,29
SC	OURO	42	1180	1	(1.120.296,49)	10.657.830,74	-10,51
SC	OURO VERDE	42	1185	0	(38.197,12)	7.039.045,44	-0,56
SC	PAIAL	42	1187	6	(1.211.350,54)	6.715.431,04	-18,04
SC	PAINEL	42	1189	2	281.615,91	5.914.909,13	4,76
SC	PALMA SOLA	42	1200	7	(270.100,59)	13.240.886,43	-2,04
SC	PALMITOS	42	1210	6	(2.441.621,80)	21.047.865,75	-11,60
SC	PAPANDUVA	42	1220	5	(6.215.068,99)	22.459.669,53	-27,67
SC	PASSOS MAIA	42	1227	0	(2.295.651,85)	9.140.977,91	-25,11
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	(474.516,06)	10.451.105,36	-4,54
SC	PEDRAS GRANDES	42	1240	3	(225.072,31)	6.912.208,07	-3,26
SC	PENHA	42	1250	2	570.595,09	31.054.168,59	1,84
SC	PERITIBA	42	1260	1	56.382,19	6.792.960,13	0,83
SC	PICARRAS	42	1280	9	(2.925.939,02)	29.675.146,55	-9,86
SC	PINHALZINHO	42	1290	8	(1.007.183,35)	22.981.639,58	-4,38
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	(1.570.283,93)	7.541.773,57	-20,82
SC	PIRATUBA	42	1310	4	(3.575.307,44)	20.347.129,77	-17,57

SC	PLANALTO ALEGRE	42	1315	3	(306.250,47)	6.579.644,93	-4,65
SC	PONTE ALTA	42	1330	2	(816.352,71)	8.588.798,79	-9,51
SC	PONTE ALTA DO NORTE	42	1335	1	(1.160.469,00)	7.524.713,00	-15,42
SC	PONTE SERRADA	42	1340	1	(1.086.241,99)	14.435.426,45	-7,59
SC	PORTO BELO	42	1350	0	(12.040.801,16)	26.072.716,27	-46,18
SC	POUSO REDONDO	42	1370	8	(3.165.645,30)	20.572.946,59	-15,39
SC	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	42	1390	6	(470.448,77)	6.436.172,83	-7,31
SC	PRINCESA	42	1415	1	(1.666.294,36)	6.331.153,72	-26,35
SC	QUILOMBO	42	1420	1	(543.154,71)	15.644.804,34	-3,47
SC	RANCHO QUEIMADO	42	1430	0	(205.039,17)	7.500.348,08	-2,73
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	(1.237.054,02)	11.836.301,23	-10,45
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	8	1.093.236,45	8.647.987,51	12,64
SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	(1.422.929,15)	9.402.507,90	-15,13
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	(2.289.863,84)	12.883.042,60	-17,77
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	(894.638,25)	8.231.863,86	-10,87
SC	RIO RUFINO	42	1505	9	(211.802,60)	6.111.165,59	-3,47
SC	RIQUEZA	42	1507	5	(774.096,37)	7.803.591,76	-9,92
SC	RÓDEIO	42	1510	9	(1.113.097,88)	13.009.294,37	-8,56
SC	ROMELÂNDIA	42	1520	8	257.901,29	7.686.436,54	3,36
SC	SANGÃO	42	1545	5	(639.600,00)	12.102.707,00	-5,28
SC	SANTA CECÍLIA	42	1550	5	3.032.438,29	21.337.131,26	14,21
SC	SANTA ROSA DE LIMA	42	1560	4	(84.003,98)	6.061.392,80	-1,39
SC	SANTA ROSA DO SUL	42	1565	3	(1.869.972,29)	9.709.788,11	-19,26
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1568	7	309.379,17	6.541.974,38	4,73
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1569	5	(521.456,59)	5.727.313,71	-9,10
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	42	1570	3	631.311,43	23.629.150,73	2,67
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	(628.722,28)	6.306.562,25	-9,97
SC	SAO BONIFACIO	42	1590	1	(804.441,90)	6.198.454,75	-12,98
SC	SAO CARLOS	42	1600	8	(433.986,64)	15.197.850,09	-2,86
SC	SAO DOMINGOS	42	1610	7	(2.017.353,71)	13.803.766,29	-14,61
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	42	1620	6	(20.542.830,82)	108.267.245,41	-18,97
SC	SAO JOAO BATISTA	42	1630	5	239.856,30	33.452.748,76	0,72
SC	SAO JOAO DO ITAPERIU	42	1635	4	781.850,03	6.888.833,98	11,35
SC	SAO JOAO DO OESTE	42	1625	5	(1.288.086,58)	10.622.346,93	-12,14
SC	SAO JOAO DO SUL	42	1640	4	(1.510.311,10)	10.004.889,57	-15,10
SC	SAO JOAQUIM	42	1650	3	(2.384.705,37)	27.544.135,31	-8,66
SC	SAO JOSE DO CEDRO	42	1670	1	(2.741.257,88)	17.573.629,15	-15,60
SC	SAO JOSE DO CERRITO	42	1680	0	(522.285,03)	10.991.662,45	-4,75
SC	SAO LOURENÇO DO OESTE	42	1690	9	(9.065.952,87)	28.008.771,48	-32,37
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	42	1720	4	4.767.551,31	42.201.808,00	11,30
SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	42	1725	3	(3.380.279,69)	7.504.180,22	-45,05
SC	SAUDADES	42	1730	3	794.921,76	11.792.967,10	6,74
SC	SEARA	42	1750	1	(499.007,79)	25.570.603,86	-1,95
SC	SIDERÓPOLIS	42	1760	0	1.463.607,41	16.731.448,68	8,75
SC	SOMBRIÓ	42	1770	9	4.703.311,13	29.080.824,27	16,17
SC	TANGARA	42	1790	7	922.605,84	14.685.862,58	6,28
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	(993.909,54)	5.202.376,18	-19,10
SC	TIJUCAS	42	1800	4	959.212,32	42.550.089,37	2,25
SC	TIMBÉ DO SUL	42	1810	3	(507.514,54)	8.141.283,24	-6,23
SC	TIMBO	42	1820	2	(21.656.452,35)	63.663.442,50	-34,02
SC	TIMBO GRANDE	42	1825	1	1.440.161,05	10.868.305,37	13,25
SC	TREVISÓ	42	1835	0	92.780,05	11.037.568,44	0,84
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	(291.707,53)	9.436.908,39	-3,09
SC	TUNAPOLIS	42	1875	6	(134.319,75)	8.551.530,36	-1,57
SC	TURVO	42	1880	6	(3.125.480,04)	17.442.319,19	-17,92
SC	UNIAO DO OESTE	42	1885	5	421.805,42	6.809.399,94	6,19
SC	URUPEMA	42	1895	4	(493.816,26)	5.688.986,23	-8,68
SC	VARGEM BONITA	42	1917	6	(1.367.800,78)	11.879.506,32	-11,51
SC	VIDEIRA	42	1930	9	(2.092.489,13)	74.927.455,56	-2,79
SC	VITOR MEIRELES	42	1935	8	(577.600,88)	8.213.577,03	-7,03
SC	WITMARSUM	42	1940	8	(2.324.607,43)	7.138.674,54	-32,56
SC	XAVANTINA	42	1960	6	(1.020.360,58)	8.567.710,29	-11,91
SC	XAXIM	42	1970	5	(2.250.568,60)	39.606.207,43	-5,68
SC	ZORTEA	42	1985	3	(644.206,99)	8.962.150,71	-7,19

SE	BREJO GRANDE	28	70	4	(2.211.309,73)	10.151.006,81	-21,78
SE	CANINDE DE SÃO FRANCISCO	28	120	7	(6.196.802,10)	80.025.462,07	-7,74
SE	CARMOPOLIS	28	150	4	(36.392.011,00)	50.026.570,00	-72,75
SE	FEIRA NOVA	28	220	5	736.822,00	7.775.366,00	9,48
SE	ARANJEIRAS	28	360	9	2.510.981,00	56.977.633,00	4,41
SE	MAHADA DOS BOIS	28	380	7	(1.817.509,14)	8.025.517,94	-22,65
SE	MARUM	28	400	3	(1.470.674,90)	17.257.292,40	-8,52
SE	MOITA BONITA	28	410	2	(2.957.287,68)	12.982.298,25	-22,78
SE	PINHÃO	28	520	8	(737.656,89)	7.869.401,10	-9,37
SE	PIRAMBU	28	530	7	38.591,00	13.051.529,00	0,30
SE	PRÓPRIA	28	570	3	(6.426.946,42)	25.148.802,28	-25,56
SE	RIACHÃO DO DANTAS	28	580	2	1.842.636,00	21.770.969,00	8,46
SE	RIBEIROPOLIS	28	600	8	(2.765.759,85)	16.431.142,81	-16,83
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	28	630	5	(228.429,00)	18.496.546,36	-1,23
SE	SÃO FRANCISCO	28	690	9	(816.500,82)	7.498.803,69	-10,89
SE	SIMÃO DIAS	28	710	5	(9.809.468,00)	33.062.863,00	-29,67
SE	SIRIRI	28	720	4	(2.180.145,00)	14.151.848,00	-15,41
SP	ADOLFO	35	20	4	(950.523,82)	11.505.542,80	-8,26
SP	ÁGUAS DE SÃO PEDRO	35	60	0	4.043.237,68	12.529.614,53	32,27
SP	AGUDOS	35	70	9	10.145.563,87	61.663.381,61	16,45
SP	ALTAIR	35	90	7	368.797,86	10.659.141,61	3,46
SP	ALVARO DE CARVALHO	35	140	0	704.524,78	7.431.796,10	9,48
SP	AMÉRICO BRASILENSE	35	170	7	(5.157.737,40)	45.048.049,07	-11,46
SP	ANGATUBA	35	220	0	(2.621.431,00)	33.484.255,00	-7,83
SP	ARCO-ÍRIS	35	335	6	(1.134.608,17)	6.877.180,27	-16,50
SP	ARIRANHA	35	370	3	(2.756.136,48)	26.432.478,45	-10,43
SP	ARTUR NOGUEIRA	35	380	2	1.070.611,33	59.151.261,09	1,81
SP	ASPÁSIA	35	395	0	(1.898.533,86)	6.149.495,51	-30,87
SP	BADY BASSITT	35	460	2	362.324,63	21.555.917,60	1,88
SP	BALSAMO	35	480	0	(101.159,49)	11.284.195,64	-0,90
SP	BARÃO DE ANTONINA	35	500	5	(965.669,75)	8.056.569,65	-11,99
SP	BARBOSA	35	510	4	719.614,66	10.655.338,64	6,75
SP	BILAC	35	640	9	(2.009.448,00)	12.824.865,27	-15,67
SP	BOCAINA	35	680	5	(2.905.808,73)	21.174.732,47	-13,72
SP	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	35	945	2	(1.528.391,77)	10.204.399,32	-14,98
SP	CEORAL	35	1130	0	-	14.522.313,43	0,00
SP	CESÁRIO LANGE	35	1160	7	2.195.722,78	35.237.711,92	6,23
SP	CLEMENTINA	35	1190	4	(1.216.212,75)	13.026.757,19	-9,34
SP	COLINA	35	1200	1	10.319.478,66	35.560.152,37	29,02
SP	CONCHAS	35	1230	8	1.698.098,65	26.643.108,19	6,37
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	-	14.201.839,68	0,00
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	(1.239.477,17)	6.353.819,43	-19,51
SP	DRACENA	35	1440	3	(1.833.949,37)	57.751.909,00	-3,18
SP	DUMONT	35	1460	1	(2.234.982,06)	13.655.769,83	-16,37
SP	ELDORADO	35	1480	9	3.625.370,14	24.007.138,45	15,10
SP	ELISIÁRIO	35	1492	4	(974.956,42)	8.105.924,03	-12,03
SP	ESTRELA D'OESTE	35	1520	2	(1.918.328,25)	15.456.019,18	-12,41
SP	FLOREAL	35	1590	5	(7.939.562,36)	10.888.794,46	-72,91
SP	FLORIDA PAULISTA	35	1600	2	(4.035.722,00)	18.512.021,00	-21,80
SP	GABRIEL MONTEIRO	35	1650	7	(1.019.299,52)	7.035.770,19	-14,49
SP	GAVIÃO PEIXOTO	35	1685	3	-	15.107.223,22	0,00
SP	GUARA	35	1770	3	2.805.805,10	36.327.045,70	7,72
SP	GUATAPARA	35	1885	9	(910.907,92)	15.261.717,20	-5,97
SP	IACRI	35	1920	4	(1.234.619,30)	18.951.271,81	-11,27
SP	IBIRA	35	1940	2	1.124.492,00	18.086.009,00	6,22
SP	ILHABELA	35	2040	0	(9.332.468,33)	83.232.123,30	-11,21
SP	INDIAPORA	35	2070	7	(619.049,07)	9.068.785,67	-6,83
SP	IRACEMÁPOLIS	35	2140	8	2.589.848,66	34.296.876,44	7,49
SP	IRAPUA	35	2150	7	(486.505,71)	11.474.636,20	-4,24
SP	ITABERA	35	2170	5	(2.313.870,54)	23.495.140,85	-9,85
SP	ITAJOBÍ	35	2190	3	1.362.418,69	26.072.122,91	5,23
SP	ITAJU	35	2200	0	-	8.803.229,95	0,00
SP	ITIRAPUA	35	2370	1	(1.566.354,33)	9.466.580,94	-16,51
SP	ITOBÍ	35	2380	0	-	8.366.731,29	0,00

SP	JABORANDI	35	2420	4	637.921,83	13.833.461,15	4,81
SP	JAMBEIRO	35	2490	7	(4.190.815,16)	17.015.806,56	-24,63
SP	JOAO RAMALHO	35	2560	7	(983.353,81)	11.006.556,86	-9,03
SP	JOSE SOMFACIO	35	2570	6	(2.608.214,05)	45.144.416,06	-5,78
SP	JUMIRIM	35	2585	4	(2.588.321,30)	8.713.210,08	-29,71
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	3	1.026,48	27.055,12	3,79
SP	JUQUITIBA	35	2620	9	12.002.439,53	39.530.488,97	30,36
SP	LAGOINHA	35	2630	8	-	8.782.945,14	0,00
SP	LAVINA	35	2650	6	(10.400.954,18)	13.144.060,36	-79,13
SP	LUCILIA	35	2740	5	(2.904.817,45)	29.424.038,15	-9,87
SP	LUPERICIO	35	2780	1	(1.945.317,34)	6.635.530,77	-15,58
SP	MACATUBA	35	2800	7	(3.596.670,13)	31.099.112,00	-11,57
SP	MARAPOMA	35	2885	8	(202.888,70)	6.246.477,85	-2,46
SP	MARINOPOLIS	35	2910	4	(279.060,74)	6.535.788,17	-4,27
SP	MIRANDOPOLIS	35	3010	2	5.982.705,71	35.060.310,79	17,05
SP	MONTE ALTO	35	3130	8	(518.626,08)	70.026.980,58	-0,74
SP	MONTEIRO LOBATO	35	3170	4	(787.142,92)	8.510.224,35	-9,25
SP	MORUNGABA	35	3200	9	398.664,73	20.110.889,16	1,87
SP	NATIVIDADE DA SERRA	35	3230	6	(18.756,18)	13.374.327,73	-0,13
SP	NIPOA	35	3270	2	(4.115,00)	8.455.462,00	-0,05
SP	NOVA INDEPENDENCIA	35	3320	5	(1.366.232,72)	10.095.195,76	-13,53
SP	NOVAIS	35	3325	4	(253.370,31)	8.897.863,31	-2,85
SP	OCAUCU	35	3370	0	(2.226.651,81)	8.865.197,40	-25,12
SP	PALMEIRA DOESTE	35	3520	0	(2.560.177,98)	10.925.445,32	-23,43
SP	PARANAPUA	35	3590	3	111.310,78	7.208.713,78	1,54
SP	PARAPUA	35	3600	0	-	14.922.584,45	0,00
SP	PARDINHO	35	3610	9	313.397,35	14.703.570,52	2,13
SP	PINDORAMA	35	3810	5	(2.141.492,34)	23.049.115,83	-9,29
SP	PIRANGI	35	3900	4	(995.484,54)	15.123.188,54	-6,58
SP	PLANALTO	35	3960	8	-	10.695.658,48	0,00
SP	PONTALINDA	35	4025	9	127.637,72	8.759.997,38	1,48
SP	QUADRA	35	4165	3	(1.719.570,22)	9.207.195,29	-18,68
SP	QUATA	35	4170	3	(2.795.723,17)	23.570.994,01	-11,89
SP	RIFAINA	35	4380	0	-	13.222.651,33	0,00
SP	RINCAO	35	4370	9	2.937.668,91	16.764.510,64	17,62
SP	RINOPOLIS	35	4380	8	(1.791.403,69)	12.584.399,14	-14,24
SP	RUBIACEA	35	4440	0	(633.568,37)	7.974.267,62	-7,96
SP	SAGRES	35	4470	7	(1.478.359,94)	6.286.860,61	-23,52
SP	SALTINHO	35	4515	9	(3.630.679,10)	13.280.775,73	-27,34
SP	SANTA ADELIA	35	4560	5	(988.917,44)	22.703.014,75	-4,40
SP	SANTA CLARA DOESTE	35	4610	8	(1.154.032,57)	7.949.908,86	-14,52
SP	SANTA ERNESTINA	35	4650	4	138.679,67	9.189.445,64	1,51
SP	SANTA LUCIA	35	4690	0	(121.140,77)	11.566.895,57	-1,05
SP	SANTA SALETE	35	4765	0	13.843,74	5.761.286,81	0,24
SP	SANTANA DA PONTE PENSE	35	4720	5	(3.499.840,67)	5.844.580,99	-59,88
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	35	4820	3	(1.187.360,28)	13.058.455,33	-9,09
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	35	4846	1	(1.919.546,45)	8.256.706,32	-23,25
SP	SAO FRANCISCO	35	4900	3	-	8.538.857,88	0,00
SP	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	35	4930	6	(1.039.962,64)	7.201.085,76	-14,44
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	7.972.745,20	60.335.573,03	13,21
SP	SAO LUIS DO PARAITINGA	35	5000	1	(11.849.221,38)	21.702.448,05	-54,60
SP	SAO PEDRO	35	5040	7	778.314,65	48.000.685,86	1,63
SP	SERRANA	35	5150	4	3.013.040,43	59.204.880,11	5,09
SP	SEVERINA	35	5180	0	(3.943.955,67)	26.356.722,86	-14,96
SP	SOCORRO	35	5210	6	(2.146.573,63)	42.767.511,67	-5,02
SP	TABAPUA	35	5280	1	-	18.095.232,75	0,00
SP	TAGUARIVAI	35	5385	6	1.166.875,68	11.204.450,68	10,41
SP	TUIUTI	35	5495	3	(1.135.347,10)	8.404.718,65	-12,07
SP	UBARANA	35	5535	6	(175.152,02)	12.768.794,30	-1,37
SP	URANIA	35	5580	2	(709.697,77)	10.434.983,26	-6,80
SP	URUPES	35	5600	8	-	19.933.513,14	0,00
SP	VIRADOURO	35	5680	0	-	28.485.872,81	0,00
SP	VITORIA BRASIL	35	5695	8	(135.105,64)	5.868.466,46	-2,30
TO	ARRAIAS	17	240	6	-	18.037.958,07	0,00
TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	17	360	2	(858.228,10)	4.081.254,54	-13,21
TO	GUARAI	17	930	2	4.869.039,79	24.554.635,17	19,83
TO	IPUEIRAS	17	980	7	(248.750,32)	5.076.375,50	-4,90
TO	JUARINA	17	1180	3	(280.735,26)	4.342.319,50	-6,47
TO	MONTE DO CARMO	17	1360	1	248.776,74	7.636.036,65	3,26
TO	NOVA OLINDA	17	1488	0	(1.128.141,16)	10.659.718,32	-10,58

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Aviso nº 73, de 2010, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senhor Presidente da República adotou, em 28 de outubro de 2010, e publicou no dia 29 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 510, de 2010**, que “Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio; dá nova redação ao art. 31 da Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010, que promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol- RECOM; acresce dispositivos à Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; e dá outras providências.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

TITULARES

SUPLENTE

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

Arthur Virgílio (PSDB)	Lúcia Vânia (PSDB)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	Rosalba Ciarlini (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	Cícero Lucena (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	Efraim Moraes (DEM)

Bloco da Maioria (PMDB/PP)

Renan Calheiros (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	Valter Pereira (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	Regis Fichtner (PMDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PCdoB)

Aloizio Mercadante (PT)	Marcelo Crivella (PRB)
João Ribeiro (PR)	Inácio Arruda (PCdoB)
Antonio C. Valadares (PSB)	Renato Casagrande (PSB)

PTB

Gim Argello	Sérgio Zambiasi
-------------	-----------------

PDT

Osmar Dias	Acir Gurgacz
------------	--------------

*PV

Marina Silva

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Deputados

TITULARES

SUPLENTE

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Eduardo Alves (PMDB)	Carlos Willian (PTC)
Fernando Ferro (PT)	Vinícius Carvalho (PTdoB)
João Pizzolatti (PP)	Mendes Ribeiro Filho (PMDB)
Sandro Mabel (PR)	Anselmo de Jesus (PT)
Jovair Arantes (PTB)	Celso Russomanno (PP)
Hugo Leal (PSC)	Lincoln Portela (PR)

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

João Almeida (PSDB)	Vic Pires Franco (DEM)
Paulo Bornhausen (DEM)	Arnaldo Jardim (PPS)
Fernando Coruja (PPS)	Bruno Araújo (PSDB)
Antonio C. Pannunzio (PSDB)	Felipe Maia (DEM)

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Márcio França (PSB)	Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Brizola Neto (PDT)	Fábio Faria (PMN)

*PSOL

Ivan Valente

Chico Alencar

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 29-10-2010
- Designação Prevista da Comissão: 3-11-2010(SF)
- Instalação Prevista da Comissão: 4-11-2010
- Emendas: até 4-11-2010 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 29-10-2010 a 11-11-2010 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 11-11-2010
- Prazo na CD: de 12-11-2010 a 25-11-2010 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 25-11-2010
- Prazo no SF: de 26-11-2010 a 9-12-2010 (42º dia)

-Se modificado, devolução à CD: 9-12-2010

-Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 10-12-2010 a 12-12-2010 (43º ao 45º dia)

-Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 13-12-2010 (46º dia)

-Prazo final no Congresso: 6-2-2011

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2010

Altera o art. 206 da Constituição Federal, para instituir valor mínimo da gratificação de regência de classe aos professores da educação básica pública.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 206 da Constituição Federal passa a vigor acrescido do seguinte § 2º, renomeando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 206.

§ 1º A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º Será instituída gratificação de regência de classe, no valor mínimo de setenta por cento do vencimento do cargo, aos professores da educação básica pública. (AC)”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A valorização da carreira docente constitui um dos pilares de toda reforma educacional que vise à melhoria da qualidade do ensino. Não há

estabelecimento de ensino ou rede escolar de boa reputação que não se sustente em professores bem qualificados e satisfeitos com sua profissão. E essa satisfação significa possuir boas condições de trabalho, inclusive o recebimento de justa remuneração.

A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) não deixaram de tratar da valorização do magistério, mas o fazem de forma vaga. O art. 206, V, da Carta Maior, prevê, como um dos princípios do ensino, *a valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas*". Significativo avanço foi obtido em 2006, com a inserção do inciso VIII, que prevê, nos termos de lei federal, o piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública.

Já a LDB pouco avançou nesse terreno, embora tenha tratado da qualificação para o exercício da profissão e estabelecido algumas diretrizes importantes para os estatutos e planos de carreira do magistério público, como período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho, e a progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho. O caráter vago da legislação federal é exemplificado pela menção, na LDB, de que os referidos estatutos e planos de carreira devem assegurar aos docentes *condições adequadas de trabalho* (art. 67, VI).

Entende-se que esse caráter vago advém da necessidade de respeito aos princípios constitucionais da livre iniciativa, no setor privado, e da autonomia dos entes federados na elaboração da carreira de seus servidores, no setor público. Proponho a presente emenda ao texto constitucional para que se institua medida mais concreta da valorização dos profissionais que efetivamente ministram aulas nas escolas públicas.

A gratificação de regência de classe já é adotada por diversos entes federados. É preciso, contudo, que ela se torne norma universal no setor público, a fim de incentivar a atividade-fim do professor, desestimulando os desvios de função, que muitas vezes afastam das salas de aula os profissionais mais bem qualificados e experientes. O estabelecimento do valor mínimo de setenta por cento do vencimento para a gratificação também significará uma melhoria salarial para o conjunto dos professores das escolas públicas.

Em continuidade à fixação, em lei federal, do piso salarial para o magistério, a mando da Emenda Constitucional nº 53, de 2006, a previsão

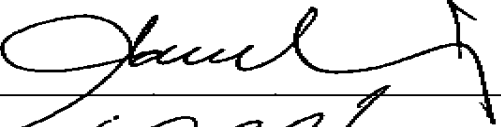
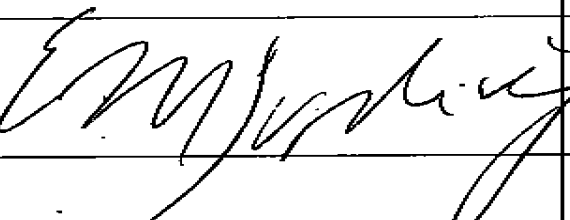
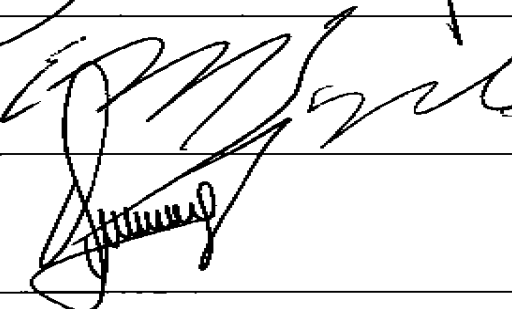
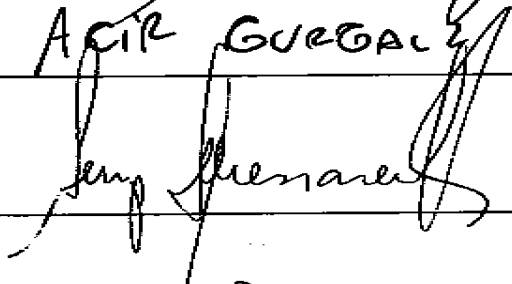
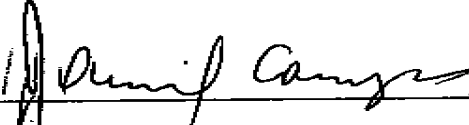
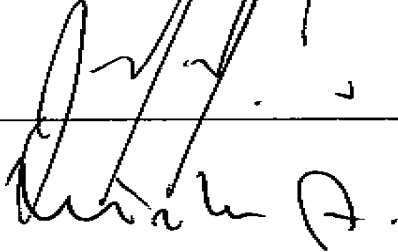
constitucional da gratificação por regência de classe representará um novo e significativo passo no processo de valorização da carreira docente.

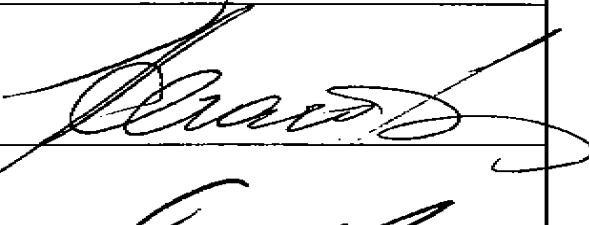
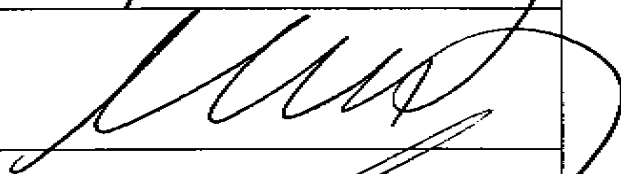
Nesse sentido, solicito o apoio dos Senhores Congressistas para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões,

Quintos

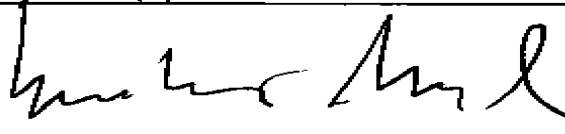
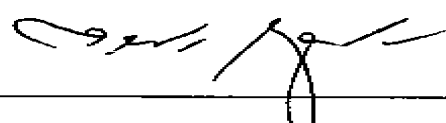
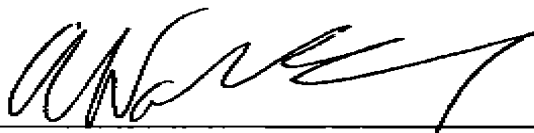
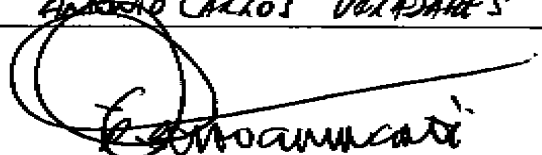
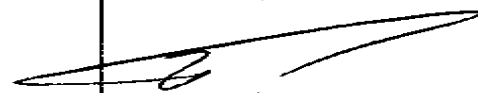
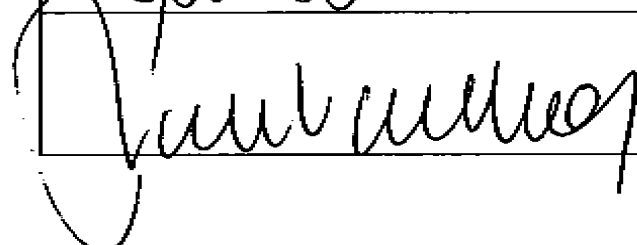
Senadora NÍURA DEMARCHI

SENADOR(A)	ASSINATURA
Augusto A. Horso	
JOÃO FAUSTINO	
	
ACIR GURGAL	
Jose Bezerra	
	
CRISTOVAN	

SENADOR(A)	ASSINATURA
Heróclito Fortes	
Álvaro Dias	
Pedro Simon	
Capaleto Paes	
ANTONIO CARLOS LUIZ	
ADELMIR SANTANA	
INACIO AREVDA	
E. Resende	

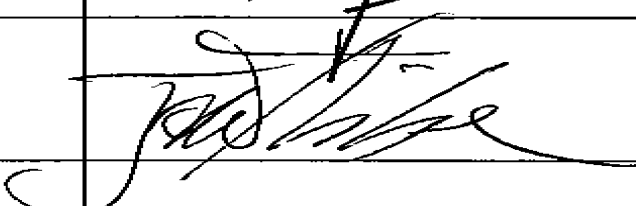
SENADOR(A)

ASSINATURA

	MARIO MACIEL
EDUARDO AZEVEDO	
	Antonio Carlos VELOSO
RUBEN OGINALCANI	
JEFFERSON PRAIA	
Maier Pereira	
	MARINHO CIVEZZA
	Juracy Visconde

SENADOR(A)

ASSINATURA

	
	
	Geraldo Mesquita

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Ato decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO

Texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

~~V - valorização dos profissionais de ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;~~

~~V - valorização dos profissionais de ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 80 do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL,
nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte
Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 7º

.....

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5
(cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

....."(NR)

*Art. 23.

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a
União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio
do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional."(NR)

*Art. 30.

.....

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado,
programas de educação infantil e de ensino fundamental;

....."(NR)

*Art. 206.

.....

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei,
planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e
títulos, aos das redes públicas;

.....

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar
pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados
profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou

adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”(NR)

“Art. 208.

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

.....”(NR)

“Art. 211.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.”(NR)

“Art. 212.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.”(NR)

Art. 2º O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação: (Vigência)

“Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições:

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil;

II - os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do caput do art. 157; os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal;

III - observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 208 da Constituição Federal e as metas de universalização da educação básica estabelecidas no Plano Nacional de Educação, a lei disporá sobre:

a) a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas e modalidades da educação básica e tipos de estabelecimento de ensino;

b) a forma de cálculo do valor anual mínimo por aluno;

c) os percentuais máximos de apropriação dos recursos dos Fundos pelas diversas etapas e modalidades da educação básica, observados os arts. 208 e 214 da Constituição Federal, bem como as metas do Plano Nacional de Educação;

d) a fiscalização e o controle dos Fundos;

e) prazo para fixar, em lei específica, piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

IV - os recursos recebidos à conta dos Fundos instituídos nos termos do inciso I do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal;

V - a União complementará os recursos dos Fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixado em observância ao disposto no inciso VII do caput deste artigo, vedada a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal;

VI - até 10% (dez por cento) da complementação da União prevista no inciso V do caput deste artigo poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação, na forma da lei a que se refere o inciso III do caput deste artigo;

VII - a complementação da União de que trata o inciso V do caput deste artigo será de, no mínimo:

a) R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), no primeiro ano de vigência dos Fundos;

b) R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), no segundo ano de vigência dos Fundos;

c) R\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais), no terceiro ano de vigência dos Fundos;

d) 10% (dez por cento) do total dos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, a partir do quarto ano de vigência dos Fundos;

VIII - a vinculação de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 da Constituição Federal suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerando-se para os fins deste inciso os valores previstos no inciso VII do caput deste artigo;

IX - os valores a que se referem as alíneas a, b, e c do inciso

VII do caput deste artigo serão atualizados, anualmente, a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, de forma a preservar, em caráter permanente, o valor real da complementação da União;

X - aplica-se à complementação da União o disposto no art. 160 da Constituição Federal;

XI - o não-cumprimento do disposto nos incisos V e VII do caput deste artigo importará crime de responsabilidade da autoridade competente;

XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar, no financiamento da educação básica, a melhoria da qualidade de ensino, de forma a garantir padrão mínimo definido nacionalmente.

§ 2º O valor por aluno do ensino fundamental, no Fundo de cada Estado e do Distrito Federal, não poderá ser inferior ao praticado no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no ano anterior à vigência desta Emenda Constitucional.

§ 3º O valor anual mínimo por aluno do ensino fundamental, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado nacionalmente no ano anterior ao da vigência desta Emenda Constitucional.

§ 4º Para efeito de distribuição de recursos dos Fundos a que se refere o inciso I do caput deste artigo, levar-se-á em conta a totalidade das matrículas no ensino fundamental e considerar-se-á para a educação infantil, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos 1/3 (um terço) das matrículas no primeiro ano, 2/3 (dois terços) no segundo ano e sua totalidade a partir do terceiro ano.

§ 5º A porcentagem dos recursos de constituição dos Fundos, conforme o inciso II do caput deste artigo, será alcançada gradativamente nos primeiros 3 (três) anos de vigência dos Fundos, da seguinte forma:

I - no caso dos impostos e transferências constantes do inciso II do caput do art. 155; do inciso IV do caput do art. 158; e das alíneas a e b do inciso I e do inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal:

a) 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano;

b) 18,33% (dezoito inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano;

c) 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano;

II - no caso dos impostos e transferências constantes dos incisos I e III do caput do art. 155; do inciso II do caput do art. 157; e dos incisos II e III do caput do art. 158 da Constituição Federal:

a) 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano;

b) 13,33% (treze inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano;

c) 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano."(NR)

§ 6º (Revogado).

§ 7º (Revogado).º(NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, mantidos os efeitos do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, até o início da vigência dos Fundos, nos termos desta Emenda Constitucional.

Brasília, em 19 de dezembro de 2006.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Vide Adm 3324-7, de 2005

Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Vide Lei nº 12.061, de 2009

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 299, de 2010** (nº 634, na origem), do Presidente da República, comunicando sua ausência do País, nos dias 28 e 29 de outubro último.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 299, DE 2010
(Nº 634/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
Informo a Vossas Excelências, que me ausentarei do País nos dias 28 e 29 de outubro de 2010, em viagem a Buenos Aires, Argentina

Brasília, 28 de outubro de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 764-C. Civil

Em 28 de outubro de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador Heráclito Fortes
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Viagem Presidencial

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunicará que se ausentará do País nos dias 28 e 29 de outubro de 2010, em viagem a Buenos Aires, Argentina.

Respeitosamente, – **Carlos Esteves Lima**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Interino.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A mensagem lida vai à publicação e será juntada ao processado da Mensagem nº 58, de 2010.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2010

Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho para considerar outras atividades de trabalho em condições de risco acentuado.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.193 São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma de regulamento expedido pelo órgão competente do Poder Executivo, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem no contato permanente com inflamáveis e explosivos ou que ofereçam condições de acentuado risco à integridade física do trabalhador.”

Art. 2º. Aplica-se ao disposto no art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, aos empregados de empresas cuja atividade implique em risco de acidentes do trabalho, de natureza grave, nos termos do art. 15, inciso III, da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Editada nos idos de 1943, a “CLT”, como é conhecida, contempla, no seu artigo 193, entre as hipóteses suscetíveis de serem consideradas “perigosas” para o trabalhador, apenas aquelas que impliquem no contato “permanente” com inflamáveis ou com explosivos.

Circunscrita, portanto, às referidas hipóteses, a vetusta “CLT” restringe outras situações ou condições de acentuado risco, como, até o de morte, tornando, “ex vi legis”, marginalizadas daquela caracterização, nos dias atuais, atividades de alta periculosidade, decorrentes, por mais paradoxal que pareça, da própria modernização e do avanço da tecnologia aplicada às exigências da atividade laboral.

Sem muito esforço, há que referir aos profissionais das áreas de engenharia, saúde, transportes públicos, pesquisas, energia nuclear e tantas outras cuja enumeração deve caber ao órgão competente do Executivo que, até hoje, ainda é o Ministério do Trabalho.

É irrecusável que o trabalho em torres de transmissão de energia elétrica, p. ex., as quais, além da sua altura podem eletrocutar um trabalhador acidentalmente, para não se falar dos eletricitas e instaladores de redes de baixa tensão; há outrossim, na área da construção civil, várias atividades de alto risco, como o exercido em andaimes ou no revestimento de exteriores de edifícios e, nestes últimos, dos “lavadores de janelas”...; cabe citar, também, os que lidam

com energia nuclear, nos laboratórios ou nas usinas; os médicos e demais profissionais da saúde quando atendem pacientes com elevado risco de contágio; os trabalhadores em galerias subterrâneas, como os túneis do “metrô”, o que faz lembrar o trágico acidente da Estação Pinheiros em São Paulo.

Assim, fica evidente que não é só o pessoal dos postos de gasolina ou os das plataformas marítimas da Petrobrás, p. ex., e os que abrem túneis nas cidades ou escavam com dinamite as minas e jazidas, bem como, os que lidam com a fabricação de munições etc., que podem ser enquadrados como no exercício de “atividades perigosas”.

Cabe, portanto, dar uma opção ao agente público, bem avaliadas uma ou outras das aqui citadas, de considerar, agora com o apoio da futura lei ora pretendida, quais as que “apresentam condições de risco acentuado”, tendo presente, é claro, as medidas existentes de proteção do trabalhador.

Por fim, cumpre esclarecer que a modificação proposta, embora mantendo a redação do texto do dispositivo, busca também atualizá-lo, na medida em que, por força de norma infraconstitucional relativa à redação das leis, é indevida a citação a órgãos, empresas ou entidades públicas, ante a possibilidade de alteração das suas nomenclaturas ou mesmo extinção, numa eventual reforma administrativa ou por motivos de interesse público

Isso é o que pretende o presente Projeto, que apresento na expectativa de merecer o apoio dos meus eminentes pares.

Sala das Sessões, – Senador **Marcelo Crivella**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto compilado

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 193 – São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977)

§ 1º – O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações

nos lucros da empresa. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977)

§ 2º – O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977)

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2010

Torna obrigatório o uso de equipamentos de proteção auditiva nos ambientes de trabalho em que haja a produção de ruídos contínuos superiores a cinquenta decibéis.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Dê-se ao título da Seção VIII do Capítulo V, Título I, da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, a seguinte redação:

“Seção VIII
DO CONFORTO TÉRMICO E ACÚSTICO”

Art. 2º Acrescente-se à Seção III do Capítulo V, Título I, da Consolidação das Leis do Trabalho, o seguinte art. 177-A:

Art. 177.
.....

“Art. 177-A Nos ambientes de trabalho em que haja a produção de ruídos contínuos superiores a 50 (cinquenta) decibéis, é obrigatório o uso de equipamentos individuais de proteção acústica aprovados por normas técnicas específicas.

Art. 3º O art. 178 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 178 As condições de conforto térmico e acústico dos locais de trabalho devem ser mantidas dentro dos limites fixados pelo órgão competente do Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A Consolidação das Leis do Trabalho, nas Seções em que se divide o Capítulo I, do Título 1º, dispõe, quando à proteção do trabalhador contra os riscos da

insalubridade e da periculosidade, de forma genérica nos seus artigos 189 e 193. No entanto, o legislador da década dos 40, certamente por razões justificáveis à época, elencou especificamente algumas situações, igualmente insalubres ou perigosas, como sejam, o trabalho “nas edificações”, em condições de desconforto “térmico”, serviços de iluminação e em “instalações elétricas”, trabalho com máquinas e equipamentos, caldeiras, e com inflamáveis e explosivos.

Modernamente, no entanto, uma boa parte dessas atividades, especificamente tratadas na velha CLT, não mais exige a maioria daqueles casos especiais, pois a própria evolução da medicina do trabalho ou o melhor aparelhamento dos locais de trabalho, no interesse do empregador em busca do aumento da produtividade da empresa, já proporciona um melhor desempenho do trabalhador.

Inversamente, a evolução tecnológica deu lugar a um sem número de atividades profissionais e algumas, pela sua modernidade, não estão consistentemente tratadas ou até alcançadas pelo texto legal.

O presente Projeto visa, justamente, a uma dessas atividades em que o ambiente de trabalho mostra-se nocivo à saúde do empregado face ao excessivo ruído produzido por máquinas e equipamentos, na maioria dos casos acima do limite dos 50 decibéis estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde, e, não raro em torno dos 100, próximos portanto ao ensurdecador barulho causado pelas turbinas de um avião a jato.

O Ministério do Trabalho, em seus provimentos na área da segurança e da medicina do trabalho estabelece, aqui e ali, critérios e condições de proteção ao trabalhador em Normas Técnicas, Resoluções, Portarias etc. A verificação do cumprimento de tais atos administrativos é feita pela “fiscalização” a cargo de órgão próprio do Ministério.

É sabido e, no caso não é uma exceção, que aquelas fiscalizações são parciais, não pela qualidade e profissionalismo de seus agentes, mas, sobretudo pela insuficiência de pessoal e desaparelhamento do órgão.

Acredito que, incluindo no texto legal, de modo taxativo, a obrigatoriedade do uso de equipamentos individuais de proteção auditiva no ambiente de trabalho em que os ruídos ultrapassem o limite estabelecido pela OMS, fará com que o empregador – para não infringir a lei, adotará, espontaneamente o uso de tais equipamentos. É o que espero e, para tanto, peço o apoio dos meus eminentes pares.

Sala das Sessões, – Senador **Marcelo Crivella**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

TÍTULO I Introdução

Art. 1º – Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas

SEÇÃO VIII Do Conforto Térmico

Art 176. Os locais de trabalho serão mantidos em estado de limpeza compatível com o gênero de trabalho realizado, sendo o serviço de limpeza realizado, sempre que possível, fora dos horários de trabalho e por processo que reduza ao mínimo o levantamento de poeiras.

Art. 176. Nos pisos, escadas, rampas, corredores e passagens, onde houver perigo de escorregamento, serão empregadas superfícies ou processos antiderrapantes. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967)

Art. 176 – Os locais de trabalho deverão ter ventilação natural, compatível com o serviço realizado. *(Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)*

Parágrafo único. A ventilação artificial será obrigatória sempre que a natural não preencha as condições de conforto térmico. *(Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)*

Art 177. As paredes dos locais de trabalho serão caiadas ou pintadas com pintura lavável e mantidas em estado de limpeza suficiente e sem humidade aparente.

Art. 177. Os pisos e as paredes dos locais de trabalho serão, sempre que possível, impermeabilizados e protegidos contra a umidade. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967)

Art. 177 – Se as condições de ambiente se tornarem desconfortáveis, em virtude de instalações geradoras de frio ou de calor, será obrigatório o uso de vestimenta adequada para o trabalho em tais condições ou de capelas, anteparos, paredes duplas, isolamento térmico e recursos similares, de forma que os empregados fiquem protegidos contra as radiações térmicas. *(Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)*

Art 178. Os pisos terão assegurada a impermeabilização contra a umidade do solo e as medidas necessárias para garantir a proteção contra os ratos.

Art. 178. As coberturas dos locais de trabalho deverão assegurar proteção contra as chuvas e o isolamento excessivo. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967)

Art . 178 – As condições de conforto térmico dos locais de trabalho devem ser mantidas dentro dos limites fixados pelo Ministério do Trabalho

Das Atividades Insalubres ou Perigosas

Art . 189 – Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos à Comissão de Assuntos Sociais.

Convido o Senador Paulo Paim, por favor, a presidir a sessão, porque a primeira inscrita sou eu.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senadora Serys, eu gostaria de pedir a V. Ex^a para me considerar inscrito para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Como primeiro inscrito para uma comunicação inadiável, o Senador Marco Maciel.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, primeira parlamentar inscrita. Em seguida, passaremos a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Marco Maciel.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Paulo Paim, que preside a sessão neste momento, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhoras e senhores que nos vêem e nos ouvem, hoje, como não poderia ser diferente, vou ocupar esta tribuna para enaltecer momento tão importante para os brasileiros e as brasileiras. Enaltecer este momento significa falar a homens e mulheres do nosso País do momento histórico que estamos vivendo, com a eleição da primeira mulher Presidente da República do nosso País. Confesso que estou muito feliz e esperançosa, porque, após 500 anos de sua história, o Brasil elege, por voto direto, a primeira mulher Presidenta.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, que esta façanha não tem nada de normal ou de comum. Foi preciso quebrar tabus e ousar. Primeiramente nosso povo elegeu para a Presidência da República um metalúrgico, o Lula, que se tornou o

grande Presidente da história do Brasil, o grande Presidente desses 500 anos após a nossa descoberta.

Mas Lula queria definitivamente fazer história. E a despeito de todas as adversidades, apontou uma mulher para concorrer e ocupar o cargo mais alto desta Nação. É o que eu digo sempre, senhoras e senhores, deixem o povo decidir livremente e as coisas acontecem. Deixem o povo decidir livremente e as coisas acontecem.

Percebam que esta nossa luta, a luta das mulheres, nunca foi fácil e vem de muito tempo. Nossas conquistas são espaçadas. Reparem que, mais de 80 anos antes de Dilma Rousseff ser eleita primeira mulher Presidente do Brasil, Alzira Soriano foi a primeira escolhida pelo povo para um cargo executivo no nosso País, quando mulheres sequer tinham o direito de votar – quando Alzira Soriano foi eleita nós mulheres não tínhamos ainda o direito de votar assegurado. Isso é história. Foi lá nos idos de 1928, no século passado.

Viúva, mãe de três filhas, Alzira conquistou 60% dos votos e, em 1º de janeiro do ano seguinte, foi empossada Prefeita de Lajes no Rio Grande do Norte. Ela foi a primeira mulher na América Latina a assumir o governo de um Município, merecendo destaque no noticiário publicado na época pelo **jornal americano The New York Times**.

Recentemente, a primeira Prefeita de uma capital foi Maria Luíza Fontenele, em Fortaleza, que tomou posse 57 anos depois de Alzira, em 1986. A primeira Governadora foi Iolanda Fleming, do Acre, em maio de 1986. E a primeira Prefeita da maior cidade do País, São Paulo, foi Luíza Erundina, a nossa grande e querida Luíza Erundina, em 1989.

Faço questão, senhoras e senhores, de contar parte da história dessas mulheres para demonstrar cabalmente porque continuo firme buscando espaço na vida pública, disputando mandatos, travando a boa disputa democrática.

Em Mato Grosso, sou também uma pioneira. Sou, com muito orgulho, a primeira Senadora da República mato-grossense. Aqui, também me tornei a primeira mulher a presidir o Senado da República temporariamente, como segunda Vice-Presidente e assumindo temporariamente a Presidência do Senado.

Da mesma forma que Dilma, Alzira, Maria Luíza Fontenele, Luíza Erundina e também tantas outras mulheres, ousei muito. Desafiei, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, atuar num mundo que também só pertencia aos companheiros homens e, hoje, pela minha atuação e seriedade, percebo o respeito de muitos homens e mulheres que fazem política com decência e percebo o quanto a minha luta serve às companheiras mulheres pelo fim da violência, pela justiça de opor-

tunidades no mercado de trabalho, pela participação na política.

Infelizmente, Sr. Presidente, neste processo eleitoral em que Lula, um homem simples, metalúrgico, que está à frente de seu tempo, quis fazer história, e fez, lá no meu Mato Grosso, o Presidente do meu Partido, do meu querido Partido dos Trabalhadores, passou para a história como aquele que impediu esta mulher de concorrer e talvez continuar no Parlamento. Pela ação personalista de Carlos Abicalil, que queria ser Senador, as mulheres de Mato Grosso perderam a oportunidade de ter a continuidade de uma mulher no espaço da vida política nacional pelo meu Estado de Mato Grosso.

Mas vamos continuar lutando e tentando sensibilizar os companheiros homens da Justiça no que constitui a nossa luta. Sensibilizar que foi devido a desafios de tantas mulheres no mundo todo e de tantos homens conscientes que aqui no Brasil, em fevereiro de 1932, através do Decreto nº 21.076, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas, como resultado de uma intensa campanha que mobilizou grandes personalidades da política nacional, a partir da proclamação da nossa República, que foi finalmente garantido o direito de voto às mulheres. Naquele momento, o direito de voto foi inicialmente estendido apenas às mulheres casadas ou àquelas viúvas ou solteiras, desde que possuíssem renda própria. Vejam só, senhoras e senhores!

Dois anos mais tarde, em 1934, as restrições de estado civil ou renda caíram e o voto passou a ser direito de todas as mulheres maiores e que desejassem se alistar.

Finalmente, em 1946, o voto feminino se tornou obrigatório, seguindo o que já existia para os homens há muitas décadas.

Repito: Deixem o povo decidir livremente e o povo fará história.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento de tanta alegria para nós mulheres, eu não poderia deixar de render minhas homenagens a outras heroínas do voto feminino e destacar, uma vez mais, Bertha Lutz, grande pioneira feminista, cientista, líder nacional e política, que, em 1922, foi eleita Vice-Presidente da Liga Pan-Americana das Mulheres e fundou a Sociedade Brasileira para o Progresso Feminino, dando continuidade, assim, ao trabalho iniciado, em 1910, pela incansável baiana Deolinda Daltro. Destaco também os nossos heróis homens, pois a luta pelo voto feminino teve início no Brasil através do impulso de homens ilustres, os quais, já em 1890, na primeira Assembleia Constituinte da República, defendiam esse direito. Reuniram-se em torno da luta pelo voto feminino alguns grandes nomes do Parlamento Nacional:

César Zama, Almeida Nogueira, Lopes Trovão e outros, que, antes mesmo da Proclamação da República, já defendiam o sufrágio universal e o voto feminino como forma de combater qualquer preconceito social e político em função do sexo.

É muito importante, senhoras e senhores, fazer o registro histórico da iniciativa desses grandes brasileiros em defesa dos direitos da mulher. Iniciativa esta que sofreu grande oposição dos demais constituintes, tendo perdido o Brasil a oportunidade de ser o primeiro país do mundo a garantir o direito de voto às mulheres já na Constituição da República de 1891.

Percebe-se, senhores e senhoras, que nossa caminhada até aqui não foi fácil, e, por isso mesmo, para encurtar espaços e tornar as disputas mais democráticas, é que vou sugerir a nossa Presidenta Dilma Rousseff, que tanto orgulha e honra a mulher brasileira, que apoie firmemente uma ampla reforma política em nosso País.

O Brasil precisa de aprovação de uma reforma política que viabilize de fato a participação de todos, homens e mulheres, no processo eleitoral, permitindo a viabilidade de candidaturas desprovidas de poder econômico, de modo que qualquer cidadão, homem ou mulher, que não seja rico possa concorrer de forma igualitária a cargos eletivos.

Cito como exemplo a questão do financiamento público de campanhas e o voto em listas com alternância de gênero. São apenas dois exemplos que com certeza vão reduzir o “caciquismo” político dos partidos, que hoje têm seus quadros diretivos, majoritariamente, controlados, na maioria das vezes, pelos nossos filhos, pelos companheiros homens. Não queremos ser mais, de jeito nenhum, Senador Flexa Ribeiro, que os nossos filhos, que os nossos companheiros, mas queremos apenas a igualdade de direitos.

Senado Marco Maciel, não é porque o senhor é do DEM que vou lhe chamar de democrata, mas porque o senhor é um homem democrático, realmente, e o Brasil reconhece isso. Senadora Níura, a senhora, como mulher, também batalhadora pelas nossas causas, sabe da importância da participação da mulher, também da mulher, na política.

Então, entendendo a história, não resta a menor dúvida de que a eleição da companheira Dilma Rousseff constitui um fantástico avanço democrático em nosso País, porque, pela primeira vez, uma mulher presidirá o Brasil, esta imensa Nação com mais de 190 milhões de brasileiros e brasileiras. Não por acaso a nossa Presidenta Dilma Rousseff disse em seu primeiro pronunciamento – eu estava lá, bem perto –, logo após ser declarada eleita, que o seu primeiro compromisso será “honrar as mulheres brasileiras para que este fato,

até hoje inédito, se transforme num evento natural e que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda a nossa sociedade”.

Destaco, senhoras e senhores, um trecho muito bonito do discurso da nossa Presidenta em que ela expressa seu desejo de que os pais e as mães das meninas pudessem olhar nos olhos delas e dizer “sim, a mulher pode” e que sua alegria era ainda maior pelo fato de que a presença de uma mulher na Presidência da República se deu pelo caminho sagrado do voto, da decisão democrática do eleitor, do exercício mais elevado da cidadania.

Disse ainda a nossa Presidenta, e eu estava lá, repito, à sua frente, ouvindo e me emocionando com aquele sagrado momento que vai, disse ela, “valorizar a democracia em toda a sua dimensão, desde o direito de opinião e expressão até os direitos essenciais básicos, da alimentação, do emprego, da renda, da moradia digna e da paz social”.

Disse também – isto não está transcrito aqui, mas vou tentar me lembrar – que não vai perseguir adversários, que não vai privilegiar companheiros, que vai tratar a sociedade brasileira por igual. Eu achei essa uma das partes mais relevantes do discurso de Dilma Rousseff.

Dilma, assim como já é do cotidiano de cada mulher, vai zelar pelas suas coisas, pelo seu espaço e também pelo espaço do seu próximo, prometendo “zelar pela mais ampla e irrestrita liberdade de imprensa, zelar pela mais ampla liberdade religiosa e de culto, zelar pela observação criteriosa e permanente dos direitos humanos”.

Eu já disse em outros pronunciamentos que, se Dilma Rousseff se elegeisse, eu me sentiria também Presidenta. E, sinceramente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é essa a minha sensação.

Parabéns, Dilma Rousseff, Presidenta do Brasil, primeira mulher no comando maior desta Nação, após 500 anos de sua história!

Quero também lembrar aqui, rapidamente, antes de conceder o aparte ao nosso Senador Flexa Ribeiro, a nossa primeira Vereadora de Cuiabá, que foi May do Couto, grande mulher. Eu não recordo o ano, mas May do Couto foi a nossa primeira Vereadora de Cuiabá, assim como Sarita Baracat, essa mulher que faz história em Mato Grosso, uma pessoa que já tem certa idade, mas é a nossa jovem, que dá o exemplo para nós, políticas de Mato Grosso. Sarita Baracat foi Prefeita de Várzea Grande e foi também a primeira Deputada estadual pelo nosso Mato Grosso. Sarita Baracat tem que deixar a sua história política escrita para nós, mulheres mato-grossenses e brasileiras, seguirmos

o seu rumo. Ela que nos dê a meta para que a gente conquiste os espaços da mulher na política.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Serys, quero agradecer o aparte que V. Ex^a me concede até para dizer que também farei um pronunciamento hoje para desejar boa sorte à Presidente eleita, Sr^a Dilma Rousseff. E, ao ouvir seu pronunciamento, fiquei bastante entusiasmado, porque nós vamos acompanhar *pari passu* a sua gestão e vamos ser construtivos nas propostas que aqui chegar e que for encaminhado pela Presidenta para melhorar o Brasil, para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. Ela vai poder contar com o apoio da Oposição, uma Oposição consciente. Agora, não vamos permitir – e V. Ex^a já disse que ela não o fará – a partidarização da máquina administrativa. V. Ex^a já disse que ela não fará a discriminação daqueles que não são do seu Partido. E digo a V. Ex^a que faço isso com a maior alegria e satisfação. V. Ex^a disse por mim aquilo que eu gostaria de dizer que ela não fizesse. V. Ex^a já disse que ela não o fará, e espero que assim seja. Vamos desmontar os palanques. Não vamos deixar os palanques armados, como ficaram nesses oito anos passados. E vamos trabalhar pelo Brasil. Vamos trabalhar juntos para que o Brasil cresça, para que o Brasil desenvolva, para que o Brasil possa mais, porque ele poderia ter feito muito mais nesses oito anos, e hoje nós estaríamos numa situação muito...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ...mais importante em relação ao resto do mundo. Com relação a V. Ex^a, quero dizer da perda que este Senado terá com o seu não retorno ao Senado, até porque V. Ex^a não foi candidata. Se fosse, como V. Ex^a disse, nós a teríamos de volta, pela vontade do povo de Mato Grosso. Quero dizer que V. Ex^a, e aí vai a primeira sugestão do Senador Flexa Ribeiro, dará uma excelente Ministra. Tenho certeza de que ficará nos quadros do Governo Federal, ajudando para que o Brasil possa avançar. E que V. Ex^a conte com o apoio... Não é muito recomendável uma indicação minha para um Ministro da Presidenta Dilma Rousseff, mas a Presidenta a conhece bastante, sabe da competência, sabe da determinação, da seriedade de V. Ex^a e, com certeza, a fará Ministra de Estado. Um grande abraço e que Deus a continue a abençoando e iluminando.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Flexa Ribeiro, mas isso não é a meta. Nós temos, realmente, neste momento, de juntar forças, como o senhor disse muito bem, Situação e Oposição, para trazermos toda a contribuição

necessária para que a nossa Presidenta Dilma Rousseff consiga realmente fazer, com a agilidade necessária, com as condições necessárias, o Governo...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Só um minuto Senador. O Governo que ela está determinada a fazer.

Nós conhecemos a nossa querida Presidenta, tanto que ela esteve no Governo do nosso Presidente Lula: primeiro, como Ministra de Minas e Energia e, logo após, como Ministra da Casa Civil. Sabemos do seu potencial, da sua capacidade, da sua competência, da sua determinação e, fundamentalmente, senhoras e senhores, do seu compromisso político. Não é político-partidário, é político com o nosso País, é o compromisso político com as causas maiores do nosso País, que são a melhoria da qualidade de vida do nosso povo, especialmente dos mais despossuídos. Refiro-me à distribuição de renda, à geração de emprego, à saúde pública, que ainda falta melhorar muito.

Aliás, eu sempre lembro que a Câmara deve regulamentar a Emenda 29. São estas as questões que estão postas: saúde, educação, distribuição de renda, emprego, moradia, energia. Com o Luz para Todos, praticamente, todo o País está iluminado. O meu Estado de Mato Grosso está quase declarando escuridão zero.

Então, são muitas as causas que estão postas, e nós temos convicção – não é certeza, é convicção – de que a competência técnica de Dilma Rousseff e o compromisso político com o nosso País vão fazer com que ela faça essas ações acontecerem e com que a qualidade de vida do povo brasileiro desponte. E o Brasil, fundamentalmente, desponte como a grande potência que é diante do mundo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Marco Maciel, para uma comunicação inadiável.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Sr. Presidente, peço para me inscrever, como Líder do PDT, para usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a, a partir deste momento, está inscrito como Líder do PDT, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Paulo Paim, Sr^a Senadora Níura Demarchi, Sr. Senador Flexa Ribeiro, Sr. Senador Eduardo Azeredo, cujo pai foi também meu colega

na Câmara dos Deputados, Senador Eduardo Suplicy, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago hoje à discussão a questão da biodiversidade, que é no Planeta uma preocupação constante dos que têm compromissos com o futuro e a preservação da humanidade.

Esse assunto está na agenda internacional dos fóruns representativos, que promovem amplas discussões para equacionar o que podemos entender como essencial para a nossa “salvação”. A partir da ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, sobre o meio ambiente, inseriu-se a questão da biodiversidade na pauta internacional, tanto que 2010 foi considerado o Ano Internacional da Biodiversidade.

Cento e noventa e três países reunidos agora no Japão, em Nagoya, alcançaram um acordo para aumentar a proteção de áreas culturais e, assim, reduzir a perda de espécies no Planeta, conforme, aliás, registrou uma matéria do jornal O Globo, publicada no dia 30 de outubro deste ano, de autoria do jornalista César Baima.

O escritor e político italiano Carlo Levi afirmou, certa feita, que o “futuro tem um coração antigo”, numa referência a que os fatos influem nas decisões presentes. Minha preocupação, caro Senador Eduardo Azeredo, com a questão do meio ambiente e da sustentabilidade é antiga. Quando presidi, como Vice-Presidente da República, a III Conferência da ONU para o Combate à Desertificação, realizada no Recife, em novembro de 1999, afirmei que:

É preciso intercambiar a experiência no combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, ao mesmo tempo em que devemos fornecer e fortalecer a cooperação entre os governos, instituições acadêmicas e organismos não-governamentais.

As consequências econômicas da desertificação trazem enormes prejuízos sociais, principalmente para famílias atingidas pela crescente perda da capacidade produtiva, ocasionando fluxo migratório totalmente inadequado ao desenvolvimento da região.

Uma tentativa para mitigar o sofrimento dessas populações foi o projeto ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro), que tem o propósito de implantar um milhão de cisternas na região.

Em agosto passado, em continuidade ao esforço anterior, se reuniu em Fortaleza a II Conferência Internacional: Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento de Regiões Semiáridas.

Em mensagem ao evento, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, lembrou que mais de dois bilhões de pessoas residem em regiões áridas ou semiáridas. Isso significa que mais de dois bilhões de pessoas convivem diariamente com esse estresse! A maioria delas quase não tem acesso à água potável e

recebe menos de um dólar por dia. Daí a fundamental importância da gestão dos recursos hídricos, combate à fome e às causas e consequências das mudanças climáticas.

O objetivo é priorizar as regiões semiáridas, pois elas apresentam os maiores problemas ambientais e uma grande vulnerabilidade às mudanças climáticas.

O Secretário-Executivo da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Luc Ganacadjá, logo ao abrir os trabalhos dessa II Conferência Internacional, lançou a campanha a longo prazo intitulada A Década das Nações Unidas para os Desertos e Luta contra a Desertificação nos anos 2010-2020.

Advertiu que se as previsões de aquecimento do planeta Terra se confirmarem em 2 graus, será perdida a produção de 1/3 da comida necessária hoje. Atualmente cerca de 12 milhões de hectares tornam-se desertos. Disse ele: “Se nada for feito, esse número poderá aumentar. Uma vez degradado o solo, não podemos saber quanto e quão rápida será a expansão da degradação.”

Hoje o mundo perde, a cada ano, em torno de US\$42 bilhões com a crescente desertificação atingindo 40% da população mundial, 90% em países em desenvolvimento e onde estão 44% das áreas cultivadas do planeta Terra, representando 33% da superfície terrestre do globo.

Os números falam por si e atingem também o Brasil. Entre nós, foram afetados mais de um milhão de quilômetros quadrados, com 15 milhões de habitantes do Nordeste a Minas Gerais e Espírito Santo, em 1.482 Municípios.

As perdas na caatinga nordestina representam quase 50% do conjunto da sua área, numa média de 2,7 mil hectares ao ano. E eu me refiro à caatinga nordestina, de modo especial, porque é único bioma existente no mundo e tem uma singularidade específica. Até hoje, infelizmente, a Câmara dos Deputados ainda não votou proposta de emenda constitucional já aprovada no Senado Federal que insere a caatinga nordestina como um dos biomas a serem preservados.

A desertificação em Pernambuco já chegou a 122 Municípios em menor ou maior grau em 75 mil quilômetros quadrados.

Se levarmos em conta a superfície total de 98 mil quilômetros quadrados de Pernambuco, logo veremos a gravidade da situação. A degradação do solo é pior em torno de Municípios como Santa Maria da Boa Vista, Salgueiro e Terra Nova, além de Cabrobó.

Ao tempo do Presidente Ernesto Geisel foi criado o Centro de Pesquisa Agropecuário do Trópico Semiárido, ocorrido em junho de 1975. Quero dizer que, à ocasião, pude acompanhar de perto a implantação

desse polo, que muito tem concorrido para melhor conhecer a realidade do semiárido nordestino.

Um dos objetivos da EMBRAPA do Semiárido, localizada em Petrolina – aqui merece uma consideração: quando exercia a Presidência da Câmara dos Deputados, cumprindo meu segundo mandato de representante do povo de Pernambuco, agi junto ao Presidente Geisel, para sua implantação – consiste em desdobrar e completar o índice de degradação do solo em degradações também climáticas e socioeconômicas.

Agora mesmo, os noticiários ocupam-se em informar a situação do Rio Negro, que, no domingo, apresentou a menor cota desde 1902, ou seja, há mais de 100 anos.

Sr. Presidente, a consciência ambiental tornou-se muito forte em escala mundial. Acabou a ilusão de trópicos imunes à desertificação. Esse processo já se instalou inclusive no Brasil, e também aqui urge que providências a longo, médio e curto prazo sejam adotadas, principalmente no Nordeste, onde se acelera ainda mais o processo de desertificação.

O empresariado, como se sabe, tem procurado se engajar também nessas providências com vistas a preservar o patrimônio natural, definindo estratégias para a formulação de políticas públicas, o que é um avanço no trato de nossas riquezas naturais.

Nossos principais biomas – floresta amazônica, pantanal, caatinga, cerrado, mata atlântica, pampa e zona costeira e marítima – têm uma enormidade de variedades de flora e fauna. Recentemente, o próprio WWF Brasil divulgou relatório constatando que, entre 1999 e 2009, foram encontradas 1222 novas espécies no bioma amazônico, sendo 637 plantas, 257 peixes, 216 anfíbios, 55 répteis, 16 aves e 39 mamíferos, entre outras, o que representa uma nova descoberta a cada três dias.

A II Conferência Internacional: Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas, em suas recomendações, traçou 23 conclusões nos seguintes tópicos – vou pedir ao Plenário que me dispense de lê-los, porque, concomitantemente ao desenvolvimento da reunião de Nagoya, formou-se um grande consenso fazendo com que, conseqüentemente, muitas dessas questões devessem ser implantadas através de um acordo do qual o Brasil participou.

Sr. Presidente, antes de concluir, gostaria de dizer que a oportunidade perdida em Copenhague no ano passado não deve ser um paradigma a seguirmos. É necessário que os dirigentes de todas as nações – as desenvolvidas e as em desenvolvimento – entendam e ponham em prática um movimento solidário, como lembrou com muito acerto a jornalista Miriam Leitão ao dizer: “há uma compreensão maior de que a sus-

tentabilidade não é uma palavra oca, mas uma nova forma de estruturar o projeto econômico”.

Solicitaria a V. Ex^a, Sr. Presidente, que permita dar como lido documento a respeito da questão relativa a Desenvolvimento Sustentável e Mudança Climática, Desafios e Oportunidade, sobretudo as conclusões oferecidas, na cidade de Fortaleza, por ocasião do conclave sobre o tema.

Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Eduardo Suplicy.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR MARCO MACIEL

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – CONCLUSÕES DA II CONFERÊNCIA INTERNACIONAL: CLIMA, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO EM REGIÕES DO SEMIÁRIDO

Desenvolvimento Sustentável e Mudança Climática: Desafios e Oportunidades

1. Desenvolvimento sustentável das regiões secas – e, sobretudo, o fortalecimento da governança nessas áreas conjuntamente com o aumento da qualidade dos meios de vida, maior participação, tomada de poder e representação política das populações, especialmente a pobre, deve ser o principal objetivo das ações nos planos internacional, nacional e local.

2. Os desafios para o alcance desses objetivos se tornarão ainda maiores nas décadas seguintes com o aumento da vulnerabilidade das regiões secas e de suas populações, dado o impacto das oscilações e mudanças climáticas. Portanto, intervenções tendo por finalidade o desenvolvimento sustentável, do nível local ao nível global, devem ser aceleradas e multiplicadas.

3. Oportunidades importantes com base neste paradigma de desenvolvimento devem ser reconhecidas, incluindo aqui o potencial de sinergias e possibilidades de ganhos mútuos. Estratégias de adaptação climáticas, por exemplo, devem procurar reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência local através da construção de ativos para as populações pobres, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de longo prazo. Esses esforços promoverão a participação da sociedade civil e grupos de base nos processos de tomada de decisão e implementação de atividades que busquem o desenvolvimento.

4. Mecanismos que criem condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável das regiões de terras secas deverem ser criados ou reforçados por meio de ações integradas para combater a degradação do solo, mitigar os efeitos das secas, conservar a biodi-

versidade e adaptar-se para as mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, devem procurar assegurar os esforços internacionais e nacionais necessários para melhoria das águas e gestão das terras, redução da pobreza e desenvolvimento sustentável das áreas de terras secas.

5. Oportunidades de investimento para explorar as vantagens comparativas naturais das áreas de terras secas, como para a geração de energia solar e outras fontes de energia alternativas e renováveis, devem ser aproveitadas, assim como as técnicas para captura de água da chuva, aperfeiçoamento dos sistemas de saneamento e a reutilização da água residual na agricultura irrigada. Regiões áridas deveriam ter também assegurado pleno acesso a tecnologias de baixa emissão de carbono, economia de água e de energia e outras tecnologias amigáveis ao meio-ambiente. Nesse contexto, medidas para facilitar a cooperação internacional e para a transferência de tecnologias apropriadas devem ser reforçadas, inclusive com estímulo a cooperação tripartite e a estruturação de laboratórios / observatórios locais.

Representação Política em Múltiplas Escalas

6. As preocupações dos povos das terras secas não estão representadas de forma adequada nos processos de política no âmbito internacional. Em muitos casos seus interesses são pouco ouvidos mesmo internamente em seus países. É necessário institucionalizar a participação local na tomada de decisões e aumentar a representação das populações das terras secas na elaboração de políticas nos planos local, nacional e global.

7. Para promover o reconhecimento dos interesses e o bem estar das populações das terras secas, as sérias implicações da interface clima-pobreza-sustentabilidade em terras secas devem ser amplamente discutidas. Além disso, a capacidade dos países de terras secas em influenciar o desenvolvimento global e a agenda do meio-ambiente deverá ser significativamente reforçada.

8. As Nações Unidas deverem urgentemente considerar a atual situação de risco das regiões das terras secas, especialmente na África subsaariana, na Ásia do Sul e no Oriente Médio, mas também em partes da América do Sul, do Caribe, da América do Norte, Ásia Oriental e no Pacífico – incluindo os riscos para a segurança global associados a seu empobrecimento e insegurança alimentar crescentes, aumento da vulnerabilidade a desastres naturais e mudanças climáticas, elevação dos conflitos internos e violência, e a interação entre eles.

9. Atividades preparatórias para o Rio + 20 devem ser organizadas em uma base dos ecossistemas

globais, incluindo a convocação de uma reunião de cúpula sobre o tema do desenvolvimento sustentável das terras secas, definindo claramente opções de política para as necessidades das terras secas em todo o mundo.

10. Uma nova aliança geopolítica deve ser formada entre os países com terras secas para aumentar os esforços de resolver seus problemas e identificar e aproveitar suas oportunidades comuns em relação a clima, desenvolvimento e sustentabilidade.

11. Esforços devem ser intensificados entre os países de terras secas para elevar a preocupação interna a respeito desses problemas e oportunidades, além de gerar apoio para a ação. Isso deve incluir o desenvolvimento e a implementação de estratégias no nível das comunidades voltadas para educar população local, bem como os tomadores de decisão e de políticas e os meios de comunicação, a respeito das implicações reais das mudanças climáticas e sua variabilidade, incluindo seus possíveis impactos econômicos, sociais e de saúde.

Sinergias entre Iniciativas Globais Ambientais e de Desenvolvimento

12. Estratégias e esforços de desenvolvimento das regiões de terras secas devem priorizar o uso sustentável da biodiversidade, assim como sua conservação. As necessidades de recuperação de áreas degradadas e de prevenção da deterioração ambiental daquelas que ainda estejam preservadas deve também ser priorizada. As interações com a mudança climática e a desertificação também devem ser identificadas claramente.

13. As sinergias devem ser maximizadas entre as intervenções de natureza global, nacional, regional e local para mitigar e adaptar às mudanças climáticas, para conservar a biodiversidade e para desacelerar o processo de desertificação, incluindo esforços para harmonizar a implementação das respectivas convenções da ONU. A execução de tais acordos deve também estar integrada, o tanto quanto possível, aos esforços para combater a pobreza e promover a sustentabilidade em todos os níveis.

O Financiamento do Desenvolvimento Sustentável Sensível ao Clima

14. Atividades de desenvolvimento sustentável sensível ao clima necessitarão fontes financeiras adicionais. Parte desses custos devem ser absorvidos pelas economias nacionais, enquanto o restante deve ficar sob responsabilidade internacional, em razão de sua característica de bens públicos globais.

15. Compromissos financeiros previamente assumidos por parte dos países industrializados, com o objetivo de apoiar os esforços do desenvolvimento

sustentável, devem ser cumpridos. Os instrumentos financeiros atualmente existentes devem também ser expandidos e tornados mais eficientes, e outros instrumentos inovadores devem ser criados. O desembolso de recursos concessionários nos Fundos para Investimento e para Adaptação ao Clima, recentemente criados, por exemplo, deve ser acelerado, assim como devem ser reforçadas as capacidades locais e nacionais para utilizá-los de maneira efetiva.

16. As inovações financeiras para avançar desenvolvimento sustentável sob condições de mudanças climáticas poderiam incluir: i) fundos específicos para financiar a adaptação e atividades associadas ao desenvolvimento sustentável em regiões de terras secas, a exemplo do proposto Fundo para a Caatinga no Brasil; ii) pagamento para serviços ecológicos e de natureza ambiental nas regiões de terras secas, incluindo o estabelecimento de um fundo para a redução das emissões relacionadas à degradação das terras e a desertificação, semelhante aos fundos para a redução das emissões relacionadas à degradação das terras e desmatamento em áreas tropicais (REDD); e iii) instrumentos de seguro e compensação de danos relacionados ao clima. Educação para o Desenvolvimento Sustentável

17. Educação de qualidade em todos os níveis deve ser uma prioridade nas áreas de terras secas. Além de representar um investimento de alto retorno em capital humano, deve ser visto no contexto de possibilitar a elevação do conhecimento das populações locais e sua compreensão em relação às conexões entre mudança climática, pobreza, e sustentabilidade, potencializando a voz e a representação desses grupos nos processos de decisão no que concerne o futuro das regiões secas. Essa ação deve se focar prioritariamente nos jovens que, em conjunto com as gerações futuras, serão os mais beneficiados ou prejudicados pelas ações tomadas ou não tomadas em relação às mudanças climáticas, e que serão os tomadores de decisão do amanhã.

Intercâmbio de Conhecimento e Informação.

18. Considerando-se que sociedades em regiões de terras secas devem adaptar-se a mudanças climáticas, e que sua gestão pode ser aperfeiçoada com informação climática, é necessário a concepção de um programa integrando pesquisa, observação, modelagem e aplicações associadas ao clima. O objetivo seria informar os administradores de recursos, os formuladores de política e os planejadores nas escalas necessárias para adaptação às mudanças climáticas.

19. Tanto a informação tecnológica como as bases de conhecimento sobre as complexas causas das mudanças do clima avançaram significativamente nas

últimas décadas. No entanto, maiores insumos oriundos das ciências sociais são necessários. Este é especialmente o caso dos estudos relacionados aos aspectos políticos e sociais da vulnerabilidade e sobre o impacto da variação do clima nas regiões secas.

20. A distância entre a investigação científico-tecnológica e o conhecimento sobre os sistemas de produção assim como as práticas específicas pertinentes às regiões secas, por um lado, e a institucionalidade associada à governança local e a processos de tomada de decisão, por outro lado, precisam ser reduzidos e preferencialmente eliminados. Os esforços para o desenvolvimento sustentável nas regiões secas precisam incorporar o conhecimento das populações indígenas, nativas e locais que vivem há séculos nessas áreas.

21. Ao longo dos últimos anos, os estudiosos e os tomadores de decisão das terras secas aumentaram seu intercâmbio de conhecimento, que também foi um dos propósitos desta Conferência. Não obstante, maior intercâmbio é necessário, especialmente entre os países em desenvolvimento que enfrentam desafios e oportunidades similares. Redes de conhecimento precisam ser expandidas e reforçadas com bases em dois objetivos: (i) nas esferas do conhecimento científico e das pesquisas aplicadas – acelerar a troca de informação, a discussão de metodologias, a comunicação de descobertas científicas, impulsionando as atividades de pesquisas compartilhadas voltadas para o desenvolvimento; e (ii) a criação de fóruns de diálogos e de trocas de experiências entre especialistas, governos e a sociedade civil, para melhor monitorar e avaliar as intervenções e seus resultados e impactos, alimentando os processos de planejamento participativo e desenvolvimento sustentável.

Planejamento Integrado e Implementação dos Programas e Estratégias de Desenvolvimento

22. A compartimentalização das estratégias e programas de desenvolvimento, sobretudo quando direcionados a alvos populacionais em territórios específicos, devem ser corrigidas. A fragmentação das ações setoriais tem sido uma prática comum no nível sub-nacional, sobretudo em programas de combate a desertificação, de adaptação a mudanças climáticas, de conservação da biodiversidade, de segurança alimentar e de redução da pobreza, assim como com relação aos instrumentos legais, institucionais e de financiamento.

Respostas Urgentes

23. Finalmente, a urgência em responder às questões do clima, do desenvolvimento e da sustentabilidade perante os desafios e as oportunidades que se colocam para as regiões secas, especialmente as menos

desenvolvidas, não pode ser suficientemente enfatizada. Faz-se necessária ação decisiva da comunidade internacional. E o momento dessa ação é já!

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Marco Maciel, pela contribuição relativamente ao desenvolvimento sustentável.

V. Ex^a será atendido na sua reivindicação de ter transcrito na íntegra o texto restante de seu pronunciamento.

Tem a palavra agora o Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, reeleito pelo povo do Rio Grande do Sul, que reconheceu em S. Ex^a um representante de extraordinário empenho.

V. Ex^a, como orador inscrito, poderá falar pelo tempo regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Eduardo Suplicy, Senador Marco Maciel, Senadores e Senadoras, é sobre esse tema que uso a tribuna neste momento.

Vou deixar para, na sexta-feira, falar da importância da vitória da primeira mulher eleita Presidenta da República do nosso País e também do Governador eleito no Estado do Rio Grande do Sul, Senador Tarso Genro.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores, no Rio Grande do Sul, os votos válidos foram 6.285.648, aproximadamente seis milhões e duzentos mil votos.

Quero hoje aqui agradecer ao povo gaúcho e dizer que, com a graça de Deus, eu tive o apoio do povo rio-grandense, recebendo 3.895.822 votos, aproximadamente quatro milhões de votos num universo de pouco mais de seis milhões.

Essa votação, para alegria nossa – e registro esse momento – fez com que a gente se tornasse o homem público com mais votos recebidos na história do Rio Grande.

Retorno a esta Casa com a alma e o coração mais do que abertos para prosseguir nesse segundo mandato. Recebi 62% dos votos do povo rio-grandense. De cada 100, somente 38 não votaram neste Senador.

Senador Suplicy, as pesquisas chegaram a me colocar em terceiro lugar. No final, as urnas me colocaram em primeiro lugar, com 500 mil votos na frente da Senadora que vem em segundo lugar.

Por isso que digo que o tempo, e somente o tempo, é o senhor da verdade e da justiça. Estou muito alegre. Claro que estou. Neste momento, posso dizer:

não há céu estrelado e nem sementes germinando na terra que transborde o roteiro de alegria e felicidade que sinto de saber, de ver e sentir que a minha querida gente meridional reconheceu as lutas e o trabalho realizado pelo nosso mandato nesses oito anos.

Claro que eu sabia que havia uma forte corrente de águas densas, profundas e contaminadas que se opunha à nossa navegação. Mas a nossa embarcação foi construída com a mais pura cepa do povo gaúcho e do povo brasileiro, por mãos que conhecem os caminhos e os tesouros de um novo amanhã.

Não há mistério quando nos deitamos apenas com o som do silêncio e quando nos acordamos antes do sol raiar. Não há mistério! O que existe é uma prática simples e de muito respeito: olhar nos olhos e ouvir os anseios, desejos e necessidades daqueles que nunca foram tratados como signatários, como sujeitos, como heróis da história. O nosso povo é herói da história.

Assim, eu escolhi qual o horizonte a seguir e qual a fonte a me banhar.

Quando cheguei ao Senado, em 2003, disse que eu tinha como missão pautar aqui uma agenda voltada para o social, e foi assim que, com o apoio de todos, trabalhei e lapidei a pedra da sabedoria com os instrumentos do respeito, da coragem, da rebeldia, mas, também, eu diria, principalmente, do diálogo.

Apresentei mais de mil propostas aqui, no Congresso Nacional, com o objetivo de levar dignidade e justiça aos brasileiros. Umas já são realidades, já são leis, beneficiam a vida de milhões de pessoas, como o Estatuto do Idoso, quase trinta milhões; da Igualdade Social e Racial, eu diria, mais de cem milhões; a valorização do salário mínimo, mais de 30 milhões; o aumento para os aposentados e pensionistas, ultrapassando a faixa dos 26 milhões.

Sr. Presidente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, espero que a Câmara aprove ainda este ano; o fim do fator, eu espero que a Câmara aprove; aqui já aprovamos.

Mas, senhores, retorno, sim, a esta Casa com a alma e o coração abertos, pois é assim que me sinto.

Cruzei meu velho Rio Grande, meu velho Rio Grande de São Pedro, cortei caminhos e estradas ao toque de clarins e ao bater dos bombos legueros...

Escutem... Olhem lá no garrão brasileiro. São os gaúchos de "barbas-tostadas" montados em "cavalos de pelo carvão". Lá vêm eles.

São os lanceiros negros galopeando nas pradarias em seus corcéis garbosos, faceiros. É o fogo de chão que está aceso há mais de cento e setenta e cinco anos. Mas isso não é guerra não. É romaria cívica, é romaria da cidadania.

É o amor ao torrão natal. É a água da fonte serena, que mata a sede de quem dela precisa. É o respeito aos imigrantes que vieram de longe.

É o respeito aos avós, aos pais, aos tios, aos filhos. É a bênção da mãe, já falecida. Lembro-me de quando ela me disse: "Vai, meu filho, cruza os horizontes, segue a tua sina e não olha para trás".

E foi assim que eu me dei conta, depois de namorar as estrelas na imensidão do meu pampa e navegar em direção ao arrebol do entardecer, que há, com certeza, muito mais sul em minha pele negra.

Há cheiro de terra molhada e perfume, Sr. Presidente, dos florais da Serra. Há o vento do nosso querido litoral assoviando algum recado ao toque do minuano.

Há foggão campeiro. E há bailado dos fandangos da Fronteira. Há, sim, um "pode entrar amigo velho" da Santa Maria da Boca do Monte.

Há um pouco do meu querido Guaíba, do Jacuí, dos Sinos, do Gravataí, do Taquari em nossas vertentes... Ah! Meus olhos d'água que não se cansam de verter.

Escutem... Ouçam... É o rufar dos tambores nas esquinas, ruas e alamedas cadenciando a voz do coração e da alma.

Eu me encontrei nessa jornada, cruzando o Rio Grande, nos quilombos, e escutei o silêncio dos meus ancestrais. Eu encontrei a minha gente e chorei com eles, bailei com eles. Eu diria: chorei o que tinha para chorar, mas foram muito mais sorrisos e alegria do que lágrimas.

E foi então que me encontrei, lá em Caxias, na casa cinza onde passei a minha infância. Eu me lembrei das noites das longas conversas, da grande mesa da varanda, dos conselhos do seu Ignácio e da dona Itália, meu pai e minha mãe, dos irmãos, que eram dez, dos banhos de açude, dos cavalos de taquara, onde a gente se postava como um guerreiro a enfrentar os inimigos, dos jogos de bolita ou do futebol.

Soltei pandorgas naquelas ruas e naqueles campos e elas desenharam histórias no céu. Cantei, sim, com os pássaros o sonho de ser livre e aqui estou cumprindo a minha sina.

Com certeza, vou deixar no meu testamento todas essas infinitas lembranças e recordações, de ontem e de hoje.

Ah! Sim. Ah! Sim, vai bater a saudade. A saudade é um rio de águas calmas e cristalinas que se guarda lá no cantinho do peito. E se a elas for preciso procurar, será sempre com a alegria... de sonhar, sonhar e de pelear por aquilo que acredito.

Sr. Presidente, como foram largos os meus dias de anejo! Como foram largos aqueles meus dias pra

sonhar! Por isso, peço ao universo e ao senhor lá do céu que também sejam imensos os dias que temos pela frente.

Que em 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, até 2018 se faça aqui o bom debate, se faça aqui, neste Plenário e neste Congresso, o bom combate de homens e mulheres que querem o melhor para todo o nosso povo, para toda a nossa gente.

Que Deus ilumine minha querida amiga, ex-Ministra Dilma Rousseff, que faça um grande mandato, que o Presidente Lula, na sua sabedoria, ao indicar seu nome e que recebeu o apoio de todo o povo brasileiro, mais uma vez acertou. Tenho certeza de que acertou.

Presidenta Dilma, você há de fazer um grande governo, um grande governo para o bem de todo o povo brasileiro. Nós aqui estaremos na trincheira do bem, sempre na busca da construção daquilo que for melhor para todo o povo brasileiro.

Termino somente dizendo, meu amigo Senador Suplicy, dialoguei com V. Ex^a em momentos em que a ex-Ministra e nossa colega Senadora Marina estava para decidir quem apoiar e V. Ex^a estabeleceu também diálogo com ela.

Respeito muito a Marina e sei que V. Ex^a também a respeita. É uma Grande líder, uma grande mulher. E que bom a gente olhar para o horizonte e ver mulheres guerreiras despontando e apontando caminhos para toda nossa gente. A Marina sempre vai lembrar para nós a luta em defesa do meio ambiente, que é a luta em defesa da vida.

Senador, eu só quero terminar agradecendo não somente ao povo gaúcho. Quero agradecer a todo o povo brasileiro, porque eu sei e vocês sabem, em todos os 27 Estados, que houve uma corrente muito forte em direção ao Rio Grande, pedindo que os gaúchos e gaúchas votassem no Senador Paulo Paim.

Por isso hoje é dia de agradecer, de dizer obrigado, obrigado, obrigado a todo o povo brasileiro, em especial ao povo gaúcho, porque aqui nós vamos continuar o nosso trabalho com a mesma coerência, com a mesma rebeldia, com a mesma coragem de alguém que, com certeza, senhores e senhoras, têm compromisso com todo o nosso povo e com toda a nossa gente.

Obrigado, obrigado, obrigado, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Paulo Paim, pela maneira como aqui transmitiu a todos aqueles que mostraram confiança em V. Ex^a e que, de uma maneira bela, agradeceu a todos e mostrou como a sua trajetória tem um tanto a ver com a nossa Presidenta eleita Dilma Rousseff. Nesses últimos anos, ela justamente

se estabeleceu no Rio Grande do Sul, onde assumiu funções importantes no Governo Alceu Colares e Olívio Dutra, até então ser convocada pelo Presidente Lula, que, tendo reconhecido a sua capacidade de coordenação, acabou indicando-a e por nós foi aceita por consenso e entusiasmo para ser a candidata à Presidência, e que se tornou eleita por mais de 56% dos eleitores brasileiros.

Passo a palavra, agora, ao Senador Acir Gurgacz, como Líder do PDT, nos termos regimentais.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pela TV Senado, chegamos ao final de uma grande jornada, que foi a corrida eleitoral deste ano, em todo o País. O Brasil elegeu uma Presidente, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais. Foram meses de trabalho duro, de escolhas difíceis e de grandes passos para a democracia brasileira. Um passo importante principalmente para nós, do Estado de Rondônia, foi a eleição do novo Governador, Dr. Confúcio Moura, do PMDB, e Airtton Gurgacz, do PDT, como Vice-Governador.

Eu quero aqui agradecer à população do meu Estado por ter acompanhado a proposta do PDT e acreditado nela; a proposta que veio através do nosso candidato Confúcio Moura, através do nosso candidato a Vice-Governador, Airtton Gurgacz, que tem um projeto para governar o Estado de Rondônia; através da união, através da participação da população.

Esse é o recado que todos nós, políticos de Rondônia, recebemos por intermédio das urnas, este ano. Um recado bem claro de que ninguém quer um Estado sendo governado por meio da opressão, das ameaças, do abuso do poder econômico. Ficou claro esse recado que as urnas deram a todos nós.

Todos nós, de Rondônia, queremos um governo, assim como Confúcio Moura e Airtton Gurgacz demonstraram, propuseram à população do meu Estado, que é um trabalho, um governo por intermédio da união, do diálogo principalmente com os servidores públicos. Se são da saúde, da educação, da segurança, não importa. Todos os servidores públicos precisam ter espaço para falar.

E precisamos ter, assim como teremos, um governador com competência para ouvir, tirar as conclusões positivas. Que aquilo que é bom para o Estado seja aplicado. Portanto, quero agradecer à população do Estado de Rondônia por ter acreditado e, juntamente conosco, ter confiado na proposta do PMDB junto com o PDT. Tenho certeza de que teremos bons momentos, no futuro, no Estado de Rondônia.

Outro grande passo, meus amigos rondonienses e a população que nos assiste pela TV Senado, foi a escolha da primeira mulher Presidente do Brasil, a primeira mulher a dirigir esta grande Nação. Isso mostra, a meu ver, que o Brasil está no caminho certo do reconhecimento das competências acima de qualquer tipo de preconceito e de julgamento, assim como aconteceu nos Estados Unidos há dois anos, quando o povo norte-americano elegeu o primeiro Presidente negro daquele País, o Exm^o Sr. Barack Obama.

O Brasil inteiro agora conta com a nova Presidente, a Sr^a Dilma Rousseff, conta com toda a competência, toda a diplomacia, toda a sabedoria da nova Presidente. E ela, Sr. Presidente, poderá contar com todo o apoio deste Congresso para o que for justo, para o que for necessário e bom para o nosso País. E também deverá contar com a nossa fiscalização vigilante, com as nossas críticas construtivas e as nossas contribuições, sempre em nome de um Brasil melhor, mais desenvolvido, mais justo e mais próspero.

O segundo passo que a democracia deu este ano, durante este atribulado processo eleitoral, foi a aprovação da Lei da Ficha Limpa e a sua aplicação. Já me posicionei diversas vezes aqui neste plenário, em entrevistas e em artigos e comentários, que sou totalmente a favor dessa lei de iniciativa popular e destaco o seu grande valor como edificadora de novos tempos para uma nova democracia no nosso País. Acredito plenamente na sua aplicação já para este ano, assim como o foi, e no fortalecimento de sua cultura nos tempos que virão. O fortalecimento de um pensamento mais ético dentro da política, que não aceite armadilhas, esquemas ou conchavos, que deixe de lado o fisiologismo, que é essa imposição dos interesses individuais acima dos interesses da coletividade da Nação brasileira.

Acredito realmente que a Lei da Ficha Limpa tem tudo para mudar o modo de fazer política no Brasil, a ponto de, no futuro, os próprios partidos políticos começarem a aplicá-la antes mesmo que seja necessário que o Poder Judiciário seja obrigado a fazê-lo. Isso demonstrará uma vigilância muito mais atuante em nosso meio político, no qual as maças podres serão retiradas espontaneamente dos cestos pela própria classe política.

Isso, Sr. Presidente, já é assim em outros países como a Alemanha e a Espanha, que têm democracias mais antigas que a nossa, e também nos Estados Unidos, que, apesar de ser uma democracia quase tão jovem como a nossa, é pontuada há muito tempo pela lógica e pela ética. Uma lógica que não aceita que uma pessoa venha a postular-se, candidatar-se a representante do povo sem que tenha as condições éticas e morais para isso.

Temos muito ainda a trilhar no caminho para chegarmos a uma democracia mais eficiente e mais justa para este País, mas julgo que estamos no caminho certo.

Destaco aqui a importância da primeira visita da Presidente eleita Dilma Rousseff à África, nos dias 9 e 10 de novembro, semana que vem, quando irá a Moçambique, junto com o Presidente Lula, antes de seguirem para o encontro do G20, na Coreia do Sul.

É de grande importância para o Brasil firmar esse posicionamento de uma política comercial no continente africano. Esse esforço brasileiro é reconhecido positivamente pelas nações africanas, como bem destacou para a imprensa brasileira o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Oldemiro Baloi, quando disse que “será um privilégio muito grande que ela, logo depois da eleição e mesmo antes de sua posse, venha a Moçambique” e que “com o Presidente Lula, a política externa do Brasil teve enfoque muito grande na África, algo sem precedentes. Nos diferentes fóruns de que tenho participado – da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) ou da União Africana, por exemplo –, isso tem sido notado”.

A África representa hoje uma valiosa fronteira comercial a ser explorada de forma humana e ética pelo Brasil. Temos históricos parecidos de sofrimento de exploração predatória por grandes potências colonizadoras. Países que ainda hoje depredam e subjagam vários países africanos. Temos muito a contribuir com aquele continente, e nosso Governo está fazendo isso. Dois exemplos são uma fábrica de remédios contra a Aids, que será visitada por Lula e Dilma, em Maputo, capital de Moçambique, e o convênio da Universidade Pedagógica de Moçambique, onde o Presidente ministrará uma aula magna na semana que vem com a Universidade Aberta do Brasil.

Conforme relata reportagem publicada hoje pela Agência Brasil, esses são apenas dois dos 150 projetos de cooperação que o Brasil mantém ou apoia na África. Além da Fiocruz, instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes) estão envolvidas nessas iniciativas. Muitas empresas brasileiras também fortaleceram suas operações na África nos últimos anos. Na semana passada, a Petrobras anunciou a descoberta de petróleo em Angola. Há cerca de 20 dias, a mineradora Vale lançou a pedra fundamental de uma mina de cobre na Zâmbia.

Esses são exemplos de como o Brasil está totalmente interligado com o comércio mundial. Essa globalização, como é chamada essa ligação internacional comercial entre nações, trouxe ao Brasil a possibilidade de receber investimentos externos de outros países, como também levar nossos produtos para prateleiras de várias partes do mundo. Esse intercâmbio funciona a ponto de essa participação brasileira no mercado internacional gerar uma influência muito grande na produção e no emprego aqui no País, que nos últimos anos vem se mostrando bastante acelerada.

Acontece que os países mais estáveis e mais desenvolvidos tiveram uma perda muito grande no mercado globalizado em razão da crise econômica mundial de 2008, cujas sequelas vêm se arrastando até hoje. Esses países, como os Estados Unidos e integrantes da União Europeia, que não sofriam com o desemprego, amargam hoje esse mal, assim como sofrem com o custo da mão de obra e a variação cambial. No entanto, esses países estão ultrapassando suas dificuldades, e isso vem fazendo com que o Brasil, o primeiro país do mundo a ultrapassar a crise mundial, volte a amargar com seu custo operacional, com o chamado Custo Brasil.

Os países industrializados estão cada vez mais competitivos, e isso não é um aspecto negativo. Isso é muito bom para nós brasileiros e para nosso País. No nosso caso, como o Governo brasileiro tem sido muito atuante em relação ao mercado, sabe muito bem da importância de manter a produção em alta, de continuar e aumentar as exportações brasileiras. Mas é preciso fazer algo para que o produto brasileiro mantenha-se competitivo no mercado mundial, e não existe outra ação a ser tomada a não ser a reforma tributária urgente, pois, com a valorização do Real lá fora – que também é bastante importante – o nosso produto encareceu muito.

Precisamos de uma reforma tributária inteligente já, que reduza impostos, reduza a carga sobre a produção e o trabalho, para que possamos enfrentar a força econômica de países como a China, a Coréia, Taiwan e outros tigres asiáticos. Sem isso, o Brasil, que tem um dos maiores custos de produção do mundo, com impostos exagerados, torna-se um adversário fraco em relação a esses países. Precisamos nos tornar competitivos, para enfrentarmos esse mercado globalizado.

Já sabemos que, quando a produção tem um custo menor, os preços podem ser menores e as vendas maiores, tanto dentro quanto fora do Brasil. Isso sempre traz aspectos muito positivos para a economia. Será mais barato para o Brasil, por exemplo, diminuir impostos sobre os salários do que pagar seguro-desemprego para legiões cada vez maiores de brasileiros.

No meu ver, esta é a maior e mais correta comparação: diminuir imposto para não pagar seguro-desemprego. Da mesma forma como a experiência brasileira de redução de impostos em produtos, como o IPI para automóveis, resultou em uma arrecadação maior de forma coletiva.

Esse é, sem dúvida, o grande desafio que se põe a nossa frente, do Legislativo e do Executivo brasileiros.

Um desafio para que o Brasil possa entrar nos mercados estrangeiros cada vez mais com produtos industrializados, de valor agregado. Um desafio que deve ser vencido para que possamos contribuir comercialmente com o desenvolvimento e com a independência financeira da África, para que possamos entrar cada vez mais fundo nos mercados de países desenvolvidos. Tudo em nome de mais empregos, mais desenvolvimento, maior e melhor qualidade de vida dentro de nosso País, para todos os brasileiros.

Esse era o tema que eu queria abordar na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Concluo as minhas palavras cumprimentando a ex-ministra e nova Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, pela sua vitória e pelo seu compromisso com os brasileiros.

Muito importante e muito oportuna foi a sua entrevista coletiva no dia da eleição, colocando um rumo para o seu governo. Da mesma forma, a entrevista coletiva de hoje do Presidente Lula junto com a nova Presidente. Esclareceu muitas coisas.

Meus parabéns à Dilma, meus parabéns ao Presidente Lula, até porque a eleição da Dilma mostra que o povo brasileiro aprovou nas urnas o Governo do Presidente Lula e, por isso, nós temos a grande expectativa que este Governo tenha continuidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Acir, meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, ao qual me somo, desejando à Ministra Dilma, agora eleita Presidenta, um grande mandato. Um grande mandato para ela significa a vitória do povo brasileiro em matéria de distribuição de renda e melhores dias para toda nossa gente. Meus cumprimentos.

Passamos a palavra ao Senador João Faustino, do PSDB do Rio Grande do Norte.

O SR. JOÃO FAUSTINO (PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil

viveu no último domingo um dos momentos mais vivos da sua democracia. Os partidos que participaram da disputa eleitoral deram uma demonstração de democracia, de espírito público e, sobretudo, de amor e de respeito ao povo brasileiro.

Se por um lado, ressaltamos o papel e a vitória da candidata do seu Partido, Sr. Presidente, temos a obrigação de ressaltar também o papel e a importância de seus contendores.

Indiscutivelmente o ex-Governador José Serra é um homem que tem uma história na vida pública deste País, de coragem, de seriedade, de competência e de lealdade aos princípios da democracia. O ex-Governador José Serra fez uma campanha exemplar, propondo mudanças na vida e nos destinos da Nação brasileira, propondo inovações na administração e na gestão do Estado brasileiro, propondo medidas que melhorem a vida do nosso povo. E, por ter assim se comportado, merece o reconhecimento e o respeito do povo brasileiro de todos os segmentos, de todas as regiões; enfim, o respeito da sociedade e das instituições do nosso País.

Quero ressaltar este aspecto, Sr. Presidente, porque se fala muito nos vencedores; em algumas ocasiões, se chega até a diminuir o papel dos que não venceram, dos que não conseguiram a vitória, mas é importante que se diga que o povo brasileiro se dividiu na tarefa de construir um novo momento da nossa democracia. Se nós contarmos os votos conseguidos pela vitoriosa, por aquela que ganhou a eleição, e somarmos a esses votos os votos brancos e os votos nulos, vamos chegar à conclusão de que a maioria do povo brasileiro queria outra realidade, outra alternativa para o nosso País.

Não poderia, portanto, Sr. Presidente, neste instante de tantas comemorações, deixar de registrar desta tribuna o papel decisivo e importante do PSDB, do candidato do nosso Partido, José Serra, que, com dignidade, com altivez, com competência, levou a todos os recantos deste País uma proposta nova, uma proposta de modernização do Estado brasileiro, uma proposta de alternância de poder, capaz de conduzir o nosso País à consolidação da democracia e à solução dos problemas básicos que afligem todos nós.

Sr. Presidente, eu queria ressaltar aqui um aspecto neste meu breve pronunciamento. Eu tomei a iniciativa de preparar uma Proposta de Emenda à Constituição Federal em que propunha a transformação do futuro Congresso Nacional em assembleia nacional constituinte revisora, para que, diante da maioria frágil que o Governo pudesse construir nessa hipótese, pudéssemos dispor de um mecanismo mais ágil,

capaz de ensejar as reformas que o Estado brasileiro está a exigir.

Todavia, Sr. Presidente, depois que presenciamos a esmagadora vitória da base governista, vitória essa comparada apenas e somente no momento do período militar, em que as oposições eram esmagadas e destruídas e diminuídas, a maioria que o Governo fez, quer no Senado Federal, quer na Câmara dos Deputados, é tão ampla quanto aquela construída nas décadas passadas com o bipartidarismo instituído pelo poder militar.

Diante desta realidade, queria comunicar à Casa que arqueei a proposta. Não se faz mais necessária a discussão de um quórum menor, da metade mais um, para que se promovam as reformas de que o Brasil e de que o Estado brasileiro estão a necessitar. A maioria de que o Governo hoje dispõe é suficiente, ou de que amanhã vier a dispor, a partir de 1º de fevereiro, é suficiente para que as reformas constitucionais cheguem a esta Casa, possam ser discutidas e possam ser motivo de modernidade para o Estado brasileiro.

Insistíamos, na proposta idealizada, que três seriam os campos específicos de alterações na Carta Magna: a reforma tributária, a reforma previdenciária e a reforma política. Somente e restrita apenas a esses três campos, a emenda à Constituição poderia ensejar um debate amplo das duas Casas do Congresso Nacional em função das reformas de que nós necessitamos.

Mas, Sr. Presidente, eu queria concluir esta minha intervenção dizendo que o Estado brasileiro não pode mais suportar o arcaísmo da sua estrutura burocrática, não pode mais conviver com a injustiça – e V. Ex^a aqui teve um papel significativo na batalha em defesa dos inativos aposentados –; nós não podemos conviver com a grave injustiça que se cometeu contra os aposentados ao obrigá-los ao recolhimento indevido da contribuição previdenciária. Subtraiu-se um salário no ano do aposentado, do pensionista da Previdência Social e dos servidores públicos municipais e estaduais deste País.

A reforma previdenciária tem que procurar corrigir essa injustiça, da mesma forma que a reforma tributária tem que pensar nos Municípios, na redistribuição adequada do bolo tributário nacional, como também a reforma política tem que se debruçar sobre o voto distrital, sobre o financiamento público de campanha, sobre a fidelidade partidária, elementos fundamentais para que se tenha uma democracia sólida.

O novo Governo assume essa responsabilidade e terá que cumprir. Ou faremos as reformas que o Estado brasileiro está a reclamar, está a pedir, ou tere-

mos sempre uma estrutura estatal carente, deficitária e imprópria para os tempos modernos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador João Faustino, pelo seu pronunciamento.

Eu tive a alegria de ser Deputado Federal junto com V. Ex^a. Foi um belo período. E V. Ex^a faz um pronunciamento do mais alto nível no campo do PSDB, na visão da Oposição, que é legítimo e é bom. Eu sou um daqueles que dizem – e quero de público dizer isto: pobre daquele país que não tem oposição. Tem que haver uma oposição para que possamos fazer o bom debate, qualificado; e quem ganha com isso é o povo brasileiro.

Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

O SR. JOÃO FAUSTINO (PSDB – RN) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seja bem-vindo à Casa e vamos, com certeza, trabalhar juntos.

O SR. JOÃO FAUSTINO (PSDB – RN) – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, como Líder, ao nobre Senador João Ribeiro, pela Liderança do PR.

Pela ordem de inscrição, em seguida, é o Senador Papaléo Paes.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, primeiro, eu vou cumprimentar V. Ex^a pela brilhante reeleição num dos Estados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como diria o Lula: cumprimentamos a nós, nós todos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – ...um dos Estados mais evoluídos do nosso País, um Estado muito próximo do primeiro mundo, o Rio Grande do Sul. Eu já estive lá. Muitos anos atrás, fui a Gramado, Canela, aquela região bonita do Rio Grande do Sul.

Acompanhei a eleição de V. Ex^a; fiquei preocupado num certo momento, mas depois me informaram que V. Ex^a tinha disparado na eleição. O povo gaúcho, mais uma vez, soube compreender a importância da sua permanência aqui no Senado brasileiro, um homem que defende sobretudo a área social do nosso País: aposentadoria, salário mínimo.

Enfim, quero estar junto com V. Ex^a aqui para defender esses projetos, esses assuntos, temas tão importantes para a população brasileira e para todos nós.

Além disso, Sr. Presidente, a exemplo de muitos outros Colegas que vieram à tribuna, quero registrar, com alegria, primeiro a eleição nossa lá no Tocantins, já que nós conseguimos ser vitoriosos. Eu fui o político mais votado no meu Estado nessas eleições; no primeiro turno, fui o mais votado de todos os que disputaram voto no Estado. O meu candidato a governador, que eu apoiei, que é do PSDB, o ex-Governador Siqueira Campos, agora Governador eleito, fez uma brilhante campanha. Ele é um homem experiente, de 82 anos de idade, mas que traz consigo uma experiência muito grande, um aprendizado muito grande na vida, porque já governou por três vezes, foi Deputado federal por vários mandatos. Foi ele que, como Constituinte, foi autor da emenda que criou o Estado do Tocantins, na Constituição de 1988. Portanto, eu, que sou seu aliado desde o início da minha carreira, quando fui vereador, não poderia ser diferente nessas eleições.

Eu aqui, Sr. Presidente, inclusive quero até contar rapidamente uma história, porque as pessoas têm me perguntado, e a população do meu Estado sabe como eu sempre me comportei, até porque eu sou um aliado do Presidente Lula. Eu apoiei o Presidente Lula para a reeleição já naquela época; fiz campanha sempre para ele, mas sobretudo na sua reeleição; e, nos momentos mais difíceis do mandato do Presidente Lula, nas crises, eu sempre estive com ele. E V. Ex^a é sabedor disso.

Quando nós programamos a eleição, eu era pré-candidato ao Governo do Estado até o mês de março, por aí. Depois, percebi que não era possível; resolvi apoiar o ex-Governador Siqueira Campos, já que ele reunia todas as condições, por ser um homem muito experiente, muito vivido, um eterno apaixonado... A grande paixão da vida dele, além da sua família, é claro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite? Quando eu era Deputado Federal, ele fez greve de fome para criar o seu Estado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Para criar o Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu convivi isso com ele.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Pois é, V. Ex^a ajudou a criar o Tocantins. Inclusive, quando eu coloquei uma mensagem que V. Ex^a gravou para mim, quero aqui também lhe agradecer, aproveitar para lhe agradecer – vários Parlamentares gravaram –, mas a sua mensagem foi muito importante, pois foi a mensagem de um homem que trata muito da questão social do nosso País, dos direitos sociais.

Portanto, quando eu retirei a candidatura ao Governo, a primeira coisa que eu fiz, naquela oportuni-

dade, foi, claro, anunciar aos meus aliados, aos meus companheiros do Estado, aos eleitores do Tocantins, que eu não seria mais, naquela eleição, candidato a Governador, porque seria candidato à reeleição. Aí, vim a Brasília, sentei com o meu Partido, o PR, com a Executiva Nacional do meu Partido e anunciei que apoiaria, que me coligaria com o PSDB no Tocantins. Até comentava com o Senador Romero Jucá ali, que viveu também essa situação.

Depois, eu estive com a coordenação da campanha da minha amiga ex-Ministra Dilma, hoje Presidente eleita, nossa Presidenta eleita, a primeira mulher a governar o Brasil, eleita pelo voto direto. Eu estive com ela e com toda a Executiva do PT e a coordenação de campanha, juntamente com meu Partido, com o Ministro Padilha, com outras lideranças importantes do PT e do Governo do Presidente Lula. Eu disse a ela: “Ministra, eu não tenho condição de fazer uma aliança no Estado que não seja apoiando o meu amigo Siqueira Campos. Quero e vou estar com a senhora, desde que confie em mim e saiba que, lá onde eu estiver, no palanque, estarei pedindo voto para a senhora. No palanque, na televisão, nas minhas visitas e nas minhas caminhadas”. E ela me disse: “Senador, faça o que você puder fazer por mim, sem o prejudicar”. Isso foi na casa dela, num almoço na casa dela.

Depois, estive com o Presidente Lula e disse a mesma coisa a ele. Fui ao Estado juntamente com ele. Então, houve muitas controvérsias e muitas discussões. As pessoas me perguntavam: “Mas como será essa campanha você apoiando a Dilma, que é do PT, e aqui no Tocantins apoiando um candidato a governador pelo PSDB?” Eu dizia: “Primeiro a questão do Governador Siqueira Campos ultrapassa, e muito, a da barreira partidária, devido ao nosso relacionamento de amizade. Eu comecei a minha vida como vereador dele. Então, não seria diferente neste momento da vida dele, em que ele tem 82 anos de idade; não seria agora que eu deixaria de apoiá-lo, conhecendo-o como eu o conheço. O filho dele, Eduardo, foi Senador aqui junto conosco, um brilhante Senador, por sinal..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Inclusive ele foi membro da Mesa junto conosco.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Membro da Mesa e foi o coordenador geral da campanha de Siqueira Campos, ele e a Senadora Kátia.

Veja bem! Na primeira conversa que tive com o Governador Siqueira Campos para tratar da aliança da eleição deste ano, eu disse: “Governador, precisamos colocar aqui dois ou três pontos, só para estarmos juntos. O primeiro deles é relativo à eleição presidencial. Eu sei que o senhor tem um compromisso com o seu Partido, mas eu tenho um compromisso com o

meu, com o Presidente Lula e, principalmente, com a minha amiga Dilma, que é candidata à Presidência da República”. Aí ele disse de imediato que não haveria problema, que eu estava liberado para pedir voto no palanque, na televisão, nos programas de rádio e de televisão – onde eu quisesse –, nas visitas, nas caminhadas, que ele iria compreender essa situação política que, na verdade, era real.

E por que eu estou colocando isso, Sr. Presidente?

As pessoas podem perguntar: “Isso interessa para a gente?”

O povo do meu Estado se interessa em saber. Nós vencemos as eleições lá no primeiro turno e, no segundo, num encontro que eu tive com Raul Filho, Prefeito da Capital do nosso Estado, Palmas, que me apoiou, que me ajudou na minha reeleição, a imprensa me perguntou: “Senador, como será isso? Agora com Siqueira Campos eleito Governador, o senhor vai pedir voto para a Dilma? Como é que fica isso?” Eu disse: “Fica do mesmo jeito que foi no primeiro turno, quando eu pedia votos para ela na televisão, por onde eu andava, nos comícios, nas caminhadas, nas visitas, sem nenhum problema”. Acho que todo combinado não é caro. Esse é um ditado popular que existe e que nós temos que seguir. Lá no Tocantins foi assim.

Eu tenho dito isso a todos, inclusive à imprensa do meu Estado. Logo depois da eleição de domingo, eu me encontrei com V. Ex^a no auditório do Hotel Naoum, no momento do pronunciamento da nossa Presidente eleita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estivemos juntos lá.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sim, estivemos juntos. Lá estavam também a Senadora Ideli Salvatti e muitas outras lideranças importantes dessa aliança importante que venceu as eleições no Brasil. As pessoas me perguntavam: “Como será agora?” Eu disse que seria do mesmo jeito que foi com o Presidente Lula nos Estados onde o Governador não era seu aliado. Dei até o exemplo de Alagoas e de outros Estados, porque eu sei que o Presidente Lula deu um tratamento especial...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Poderia ter dado o exemplo do Rio Grande do Sul, cuja Governadora é do PSDB.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Exato, no Rio Grande do Sul, Estado de V. Ex^a, ele nunca faltou com o Estado, até porque essa questão de Presidente da República e Governadores, ou de Governadores e Presidenta é uma questão muito institucional, é uma questão de Estado.

Tenho certeza de que a nossa Dilma Rousseff, a minha amiga Dilma, vai dar um tratamento especial ao meu querido Estado, o Tocantins, que ainda está em fase de implantação. Embora já com 21 anos de emancipação, o Estado continua precisando muito de investimentos. E nós temos o PAC, um programa extraordinário criado pelo Presidente Lula, mas sob o comando dela, já que ela era gerente do PAC. Eu tinha a certeza de que, se ela não vencesse as eleições – eu sabia que ela venceria –, se não ocorresse a vitória, esse programa não teria continuidade e, para nós, ele é muito importante, assim como os programas de moradia, o programa Minha Casa, Minha Vida, e tantos outros programas importantes para o Brasil.

A minha alegria é tanta, imensa, que eu dizia, inclusive, nessa minha fala com a imprensa do meu Estado, que o povo é sábio, que o povo sabe escolher, porque escolheu o Governador do Estado, que é do PSDB, mas é um homem que o povo conhece bem, e escolheu ela, a Dilma, para ser a nossa Presidenta, apoiada pelo Presidente Lula e por todos nós.

Agora, Senador Paim, é bom que deixemos registrado aqui também a força eleitoral do Presidente Lula. Esse nosso Presidente, esse nosso amigo é extraordinário. Ele surpreendeu as pessoas, porque perdeu três eleições para a Presidência da República antes de ganhar a primeira, e muita gente que não votou nele na primeira eleição votou nele a partir da segunda eleição, votou na sua reeleição, e passou a ser seu seguidor, porque ele realmente controlou nossa economia e cuidou do ser humano. Isso é algo muito importante. Fui Relator da área social na Comissão de Orçamento, sobretudo do Programa Bolsa Família, sobre o qual houve uma discussão muito grande, porque há a questão do Peti, que a Senadora Lúcia Vânia naquele momento defendia tanto e é também um programa importante.

Não podemos deixar de reconhecer o valor do Presidente Lula e de apoiá-lo em todos os momentos da sua vida, até o último dia do seu mandato. Precisamos apoiar as transformações e os projetos importantes para o Brasil. O Presidente é um homem que aceita o contraditório e não foge dele, que defende a liberdade de expressão para todos, assim como a Dilma. Vi hoje, no debate, naquela entrevista dos dois juntos ao vivo, a importância que é ter, no comando do País, as pessoas que conhecem o Brasil como um todo, que vieram da pobreza e sofreram.

Esse é o caso da Dilma, uma mulher que foi presa e torturada, que sofreu tudo nesta vida, mas merece estar onde está, porque perseguiu esse objetivo mesmo sem planejar. No início, na sua vinda para o Governo, em momento algum, quando Ministra de Minas e Ener-

gia – eu sempre conversava com ela –, ela nunca me disse que estava se preparando para ser candidata. Não! Na verdade, era uma técnica, uma pessoa que cuidava com carinho da Pasta que dirigia. Surpreendeu a todos nós. Ela viveu vários momentos como o da doença, do câncer, que ela conseguiu superar. Temos que entender isso e sobretudo a sabedoria da população do nosso País.

Citei essa questão do Governador do PSDB e dela no Tocantins para que possam compreender que ela venceu as eleições no primeiro e no segundo turnos no Estado. No segundo turno, teve um pouco mais de votos: 58,88%, mesmo sendo o Governador eleito do PSDB, meu aliado, companheiro cujo mandato ajudarei, defendendo o Tocantins no Governo Dilma Rousseff e apoiando ela aqui, apoiando suas ações, seus projetos.

O Sr. João Faustino (PSDB – RN) – Senador João Ribeiro, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Senador João Faustino, se V. Ex^a quiser falar sentado, fique bem à vontade.

O Sr. João Faustino (PSDB – RN) – V. Ex^a resalta no seu discurso dois aspectos atuais. O primeiro diz respeito à eleição do ex-Deputado Siqueira Campos, ex-Governador.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Seu amigo, por sinal.

O Sr. João Faustino (PSDB – RN) – Meu amigo, pessoa que admiro e que tem uma presença na vida pública brasileira de seriedade, competência e espírito público. Eu queria elogiar V. Ex^a primeiro pela lealdade e pela correção, coisas raríssimas na vida pública brasileira. Sei que V. Ex^a tem sua história política nas suas origens vinculada ao Governador que se elegeu, o Siqueira Campos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – É verdade.

O Sr. João Faustino (PSDB – RN) – E esse gesto de V. Ex^a vindo à tribuna para ressaltar o companheiro, a história de luta do companheiro, do amigo lhe dignifica muito, lhe engrandece muito, e eu queria dar o testemunho da admiração que tenho por V. Ex^a por gestos dessa natureza, e dizer que o Tocantins cometeu um gesto grandioso de reconhecimento ao eleger, mais uma vez, Siqueira Campos Governador do Estado. A história política de Siqueira Campos é a própria história política do Estado do Tocantins, uma coisa se vincula à outra, e ele tem todos os méritos para fazer um grande governo e realizar uma grande ação administrativa em favor do seu povo. Congratulo-me com V. Ex^a e com

meu amigo Governador eleito Siqueira Campos, desejando a ele muito sucesso, muito trabalho em favor do seu povo. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Faustino, V. Ex^a que representa aqui aquele magnífico Estado do Rio Grande do Norte, V. Ex^a que foi Deputado Federal e ocupou vários cargos na vida pública. E, quando eu disse que sabia que V. Ex^a era amigo do Governador Siqueira Campos, foi porque estivemos juntos em outras oportunidades.

Para concluir, Sr. Presidente, quero agradecer primeiro esse aparte do Senador João Faustino e dizer que ele fará parte do meu pronunciamento.

Realmente o Brasil, a população brasileira decidiu corretamente, diante do governo que o Presidente Lula vem fazendo, diante das transformações que o Brasil experimentou. O Brasil antes vivia agachado com a espada do FMI na cabeça, e hoje já não existe mais isso. Esse é só um dos exemplos.

Os programas sociais, as estradas brasileiras - e o Ministério responsável é comandado pelo meu partido, o PR -, tudo isso vejo com alegria. Há poucos dias, estive em Marabá com o Ministro Paulo Sérgio, visitei uma obra importante, uma ponte no rio Itacaiúnas. Depois fomos inaugurar uma ponte sobre o rio Araguaia na Transamazônica.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – E o Ministro Paulo Sérgio me dizia: “Senador, a Transamazônica está toda licitada, pronta para dar ordem de serviço e começar as obras, assim como a 163 – pediria a V. Ex^a, Sr. Presidente, mais um minuto para concluir o meu discurso. A BR-163, a Cuiabá-Santarém, também está toda licitada. Há as obras de restauração e recuperação da malha viária brasileira, e foi extremamente importante o chamado Crema, o “creminha”, que é a restaura mais leve, e depois virá o “cremão”, que é a restaura mais pesada.

Cito isso para dizer que o meu Tocantins viveu estes momentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, da Ferrovia Norte-Sul, e o Presidente esteve lá, inaugurando um trecho da ferrovia, uma semana antes da eleição. Eu só lamentei por não ter podido participar - porque eu era candidato - da inauguração desse trecho da Ferrovia Norte-Sul, em Palmas e Porto Nacional, na plataforma multimodal de Porto Nacional.

Sr. Presidente, cumprimento o povo brasileiro acima de tudo, não só a população de meu querido Estado do Tocantins, mas o povo brasileiro, pelo momento de muita lucidez do nosso eleitorado, da nossa população, do mais jovem ao mais idoso que votou,

por ter decidido para que o Brasil continuasse no caminho certo.

Vou estar aqui, se Deus quiser, pelos próximos oito anos, já que fui reeleito. Então, fico muito grato, tenho estado muito feliz e sou muito grato pela minha recondução como Senador da República. Fui o mais votado, como já disse no início da minha fala, nessas eleições, e nós só temos um jeito, Sr. Presidente, de agradecer às pessoas que confiam em nós: é trabalhando mais, é dedicando-se mais e procurando corresponder com aquela expectativa que foi criada durante os compromissos que nós fizemos durante o programa eleitoral, durante a campanha eleitoral, para que o nosso povo possa ter vida melhor, e possamos gerar mais emprego e renda para a nossa população.

O Brasil, no Governo do Presidente Lula, criou mais de 15 milhões de empregos com carteira assinada; nós vamos criar muito mais agora com a nossa Presidente Dilma.

Então, que Deus abençoe a ela e a esse novo mandato para que ela possa realmente dar continuidade aos grandes programas que foram criados no Governo do Presidente Lula, que têm a grande contribuição dela e de muitos outros homens e mulheres de bem deste País que fazem parte do Governo do Presidente Lula.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento-o, Senador João Ribeiro.

Eu sou testemunha, eu estive com V. Ex^a lá no Hotel Naoum, a gente não estava nos holofotes, ali era cotoveladas para todo lado de tanta gente, que era uma grande festa, uma data histórica. A gente esteve lá, foram convocados os senadores eleitos e os governadores, estivemos lá prestigiando, quer dizer, nós nos sentimos prestigiados por termos sido convocados, foi um grande momento e ela fez um belo pronunciamento.

Parabéns a V. Ex^a pelo discurso na tarde de hoje.

Passamos a palavra ao Senador Papaléo Paes, como orador inscrito, em seguida, à Senadora Ideli, como Líder.

Houve a permuta, Senadora Ideli.

Senador Papaléo Paes, só quer confirmar?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Não, só para registrar que é já demonstração do domínio das mulheres sobre os homens e nós temos que nos acostumar a isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli então fala como Líder, permutando com o Senador Papaléo Paes.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Eu agradeço muito a gentileza do Senador Papaléo. E acho que provavelmente sou a primeira mulher a subir à tribuna nesta tarde, e é a primeira após essa vitória com tanta simbologia, que todos nós comemoramos no domingo à noite.

Senador Papaléo, pode ter certeza, não há nenhuma supremacia nem abuso de espaço, de poder e de autoridade. Podem ter certeza de que Dilma presidente é a garantia do tratamento com carinho, da mesma forma como qualquer mãe cuida dos seus filhos, qualquer esposa companheira cuida do seu marido e do seu amor.

Então, podem ter certeza de que todos serão muito bem tratados.

Como não poderia deixar de ser, Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar a todos que participaram desse processo pleno de democracia no nosso País e que nos deram este momento histórico: a vitória de Dilma Rousseff com mais de 12% dos votos em todo o País, fazendo com que esta vitória fosse marcante por vários aspectos, vários.

Não só a vitória de ser a primeira vez em que uma mulher é eleita, porque já tivemos períodos, há muito tempo, em que uma mulher comandou. Houve períodos em que a Princesa Isabel, nas viagens do seu pai, substituí-a e comandava. Inclusive, quem teve a paciência de fazer as contas, diz que deu algo em torno de quase quatro anos. Então, já tivemos um período equivalente ao de um mandato presidencial com uma mulher no comando e à frente dos destinos do País. Mas é muito diferente, porque, agora, foi eleita, foi escolhida, foi consagrada pelas urnas. Então, tem esse caráter indiscutível de marco, de simbologia.

A Presidenta Dilma também vem numa situação em que ela é uma mulher que vai responder pelos destinos de um país sendo uma entre muito poucas. Hoje, são apenas cerca de dez mulheres no mundo que comandam seus países. Portanto, tem uma simbologia não só para o nosso País, mas para o mundo, pois nós ainda estamos, infelizmente, amargando situações onde existem espaços, regiões, locais em que mulheres têm, na legislação, o apedrejamento como pena de morte no caso de adultério. Então, olha o espaço que nós ainda temos que conquistar para a observação dos direitos e do respeito às mulheres em todo o mundo.

Agora, há uma questão, nesse processo eleitoral, que eu gostaria de realçar, porque nós estamos com possibilidade de fechar um ciclo, porque nós tivemos, na década de 70, um processo de instalação de uma ditadura no nosso País, com a eliminação das liberda-

des democráticas, partidárias, sindicais, de organização livre da população, da imprensa, e nós estamos, exatamente depois desse ciclo de derrubada da ditadura, de reinstalação da democracia política, iniciando, efetivamente, um processo de democracia social, com a inclusão, Senador Paulo Paim... E veja que quem tem a possibilidade de concluir esse processo é uma mulher, uma mulher que sofreu na própria pele a dureza da ditadura militar.

Então, tem uma simbologia este ciclo que nós estamos com possibilidade de concluir, de consolidar, porque tem muita gente que fala de boca cheia da democracia. É claro que é de fundamental importância que, na democracia, haja liberdade de imprensa, que haja liberdade de organização social, que haja liberdade de organização partidária, que haja condições concretas e objetivas de eleger os seus representantes periodicamente, mas nenhuma democracia está completa enquanto existir algum, nem que seja um, marginalizado, na miséria, sem condição de sobrevivência com o mínimo de dignidade.

Então, quando nós colocamos, de forma clara, que a eleição da Dilma para Presidente tem essa simbologia da mulher, mas tem a simbologia também de completar este ciclo de que todos nós participamos, pelo menos a maioria, porque houve gente, é claro, que estava do lado de lá, a favor da ditadura militar, que contribuiu com ela, que participou, mas todos nós que estivemos na luta contra a ditadura estamos agora com a clareza da possibilidade de completar, de concluir esse processo da democracia na sua plenitude ou de, pelo menos, estarmos muito mais próximos da plenitude democrática, que pressupõe, obrigatoriamente, as liberdades políticas, o fortalecimento das instituições, mas pressupõe a justiça social.

Nenhum país onde a justiça social não seja um imperativo das ações, das políticas públicas, nenhum país onde haja miseráveis, pessoas abaixo da linha da miséria, pode se intitular democrático, pode dizer que é uma democracia na sua plenitude.

Por isso, quando elegemos, em 2002, com posse em 2003, o primeiro operário, e agora, em 2010, estamos elegendo a primeira mulher, nós estamos exatamente apontando para acelerarmos essa conclusão, essa instauração da democracia mais ampla e plena possível. Por isso, no discurso que a nossa Presidenta eleita fez, ela assumiu compromissos extremamente importantes, alguns cuja leitura faço questão de fazer aqui:

Ressalto, entretanto, que esta ambiciosa meta não será realizada pela vontade do governo, que é exatamente a erradicação da miséria e a criação de oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras.

Ela é um chamado à nação, aos empresários, às igrejas, às entidades civis, às universidades, à imprensa, aos governadores, aos prefeitos e a todas as pessoas de bem.

Não podemos descansar enquanto houver brasileiros com fome, enquanto houver famílias morando nas ruas, enquanto crianças pobres estiverem abandonadas à própria sorte. A erradicação da miséria nos próximos anos é, assim, uma meta que assumo, mas para a qual peço, humildemente, o apoio de todos que possam ajudar o País no trabalho de superar este abismo que ainda nos separa de ser uma nação desenvolvida.

É por isso que essa fala da Presidenta Dilma é muito forte, porque ela vem exatamente nessa direção. Nós só podemos nos considerar uma democracia plena, completar o ciclo que nós iniciamos na década de 70, na ditadura militar, que nós tivemos a capacidade, na sequência, de derrubar, de instaurar todas as instituições e as formas de relacionamento social, quando nós, efetivamente, erradicarmos a miséria e pudermos ter um país, uma nação onde o pressuposto da justiça social seja o balizador entre um governo correto, um governo politicamente adequado aos interesses da maioria da população.

Além dessa fala muito forte pela erradicação e o chamamento que a Presidenta faz à participação e ao compromisso de todos e de todas, ela também colocou, de forma muito clara, o chamamento aos Partidos, todos:

Dirijo-me também aos partidos de oposição e aos setores da sociedade que não estiveram conosco nesta caminhada. Estendo minha mão a eles. De minha parte, não haverá discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir de minha posse, serei presidenta de todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política.

Ela agradece também, de forma muito carinhosa e respeitosa:

Mas agradeço respeitosamente também àqueles que votaram no primeiro e no segundo turno em outros candidatos ou candidatas. Eles também fizeram valer a festa da democracia.

Agora, tem algo no discurso da Presidenta, Senador Paulo Paim, demais Senadores presentes no plenário e telespectadores que estão nos vendo pela TV Senado, que foi a questão dos ataques e da baixaria. No discurso, ela colocou de forma até bastante emocionada:

Não nego a vocês que por vezes algumas das coisas difundidas me deixaram triste. Mas quem, como eu, lutou pela democracia e pelo direito de livre opinião,

arriscando a vida; quem, como eu e tantos outros que não estão mais entre nós, dedicamos toda a nossa juventude ao direito de expressão, somos naturalmente amantes da liberdade. Por isso, não carregarei nenhum ressentimento.

Eu tenho a convicção, pelo que conheço da Presidenta Dilma, pela convivência ao longo de todos esses quase oito anos de trabalho conjunto, de que realmente ela não guardará ressentimento e fará um governo absolutamente respeitoso.

Agora, cabe a nós, Parlamentares, sociedade civil, fazer uma profunda reflexão e ter ações efetivas, porque o que aconteceu nessas eleições em termos de ataque, de difamação e de chamamento ao ódio, Senador Paulo Paim, não foi qualquer coisa, a ponto de a Ordem dos Advogados do Brasil do Nordeste estar abrindo processo devido a manifestações feitas no *Twitter* – pasmem todos – por uma mulher e estudante de direito.

A OAB reagiu aos ataques feitos pelo *Twitter*, por uma estudante de direito de São Paulo. Vou até omitir o nome, Senador Paulo Paim, porque, como mulher, eu quero dizer assim que me constrange muito dizer o nome de uma outra mulher que tenha tido a iniciativa de colocar no *Twitter* a seguinte frase: “nordestino não é gente. Faça um favor a São Paulo: mate um nordestino afogado”.

Isso aconteceu, infelizmente, não apenas em uma, mas em inúmeras manifestações. Essa manifestação que veio a público de ódio, de preconceito... Até porque é o seguinte: a Dilma seria eleita se não existissem o Nordeste e o Norte. Se retirarmos os votos do Norte e do Nordeste, a Dilma teria sido eleita da mesma forma, com a votação que ela obteve no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste. Portanto, ela seria Presidenta do Brasil mesmo sem os votos do nordestinos e os votos do Norte do País.

E esse ódio, esse preconceito que apareceu, que aflorou, ele precisa ser absolutamente combatido e erradicado, porque, vamos e venhamos. Hoje o Brasil saiu da crise rapidamente, por quê? Por causa de quem tinha uma renda maior? Por causa dos países mais ricos? Não, Senador Paulo Paim. Por que o Brasil saiu da crise? Saiu da crise porque houve um processo de recuperação do salário mínimo, houve um processo de ampliação dos programas sociais que fizeram a maior inclusão social da história do Brasil num curto espaço de tempo.

Foram exatamente os mais de 30 milhões de brasileiros que vieram para a classe média que seguraram as pontas. Tenho exemplos concretos, concretos. Em Santa Catarina, posso até dizer o seguinte: acredito que o empresariado catarinense, na sua grande

maioria, não votou na Dilma. Mas nós temos lá exemplos concretos de empresas que estão há três, quatro anos, Senador Paulo Paim, tendo um faturamento, um lucro na faixa de 20%, de 25% até 30% ao ano graças a quê? A essa população que, antes, não podia comprar um roupinha melhor, não podia comprar determinados produtos para comer, não podia ter acesso a determinados bens.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – V. Exª me concede um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, é impressionante, porque lucram, têm o benefício e ainda continuam achando que pobre não vale nada, porque foi exatamente os milhões de famílias que acessaram bens que, antes, estavam absolutamente impossíveis de acessar que fizeram com que o Brasil saísse rapidamente.

Cedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Magno Malta, agradecendo a ida dele ao nosso Estado durante a campanha, no segundo turno, que foi muito preciosa, muito valiosa.

Pois não, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senadora Ideli, essas coisas a mim também ainda assustam. O Brasil é o único país do mundo que tem uma empresa chamada Vale do Rio Doce, que tira ouro do chão 24 horas por dia e ainda tínhamos 40 milhões de irmãos nossos na miséria. Pobreza não é demérito, demérito é miséria. Pobre anda direitinho, come, dorme, cuida dos filhos. Minha mãe sempre foi pobre, nunca foi miserável. E lembro que a gente bebia Fanta no domingo lá em casa e guaraná. Ela era uma faxineira. Havia quarenta milhões abaixo da linha da miséria quando Lula recebeu este País. Trinta milhões foram tirados da miséria, e, hoje, esses colunistas que debocham os estão chamando de pobres emergentes, porque eles ocupam, hoje, as praças de alimentação dos *shoppings* e recusam-se a andar de ônibus. Está todo mundo andando de avião no Brasil hoje. Pobre no Brasil hoje, Senadora Ideli, tem máquina de lavar em casa, tem micro-ondas, compra danone para os filhos, compra iogurte para os filhos. A massa salarial da bolsa família tomou conta de alguns Municípios que não mais saberão viver sem ela. Ela sustenta as lojas. Hoje, no Brasil, a disputa é tão grande nas lojas de eletrodomésticos, como Casa Bahia, Ricardo Eletro, não sei o quê, que os próprios donos são os garotos-propaganda de suas próprias lojas. E para quem eles vendem? Para essa massa que saiu da miséria e foi incluída agora; são trinta milhões de irmãos nossos. Lembro que, há doze anos, você olhava as ruas empilhadas de Passats velhos, de Brasília velhas. Hoje, se as avenidas estão cheias e problemáticas, Senador Paim, a culpa não é

a falta de avenida. Se alguém tem que ser culpado é o Presidente Lula pela abertura que fez para que todo cidadão hoje tenha condição de comprar um carro mil, cuja prestação é de R\$250,00. Então, aqueles que se beneficiam disso... Estou falando isso, Senadora Ideli, porque, no meu Estado, foram 200 mil famílias que saíram da miséria. Hoje, são chamados de pobres emergentes. A maior dor que eu tenho é ter visto a Dilma perder no meu Estado. Fernando Henrique foi ao meu Estado por quinze minutos em oito anos e ficou no pátio da Aracruz Celulose. O meu Estado estava quebrado, dilacerado. O Lula comprou os *royalties* antecipados do petróleo no Espírito Santo e mandou 400 milhões. E aí me lembrei de que a Ministra de Minas e Energia que assinou e salvou o Espírito Santo se chamava Dilma Rousseff. Olha, se as autoridades fossem para a rua dizer “Minha casa, minha vida”, “Luz para todos”, “Caminhos do campo” e que tudo isso é federal... O problema é que esses Governadores venderam isso para o povo como se fosse obra deles. Pelo que Lula fez pelo Espírito Santo, Dilma deveria ter 100% dos votos naquele Estado. Eu fiquei meio triste, porque não permaneci no Estado. Tive de cumprir uma missão no País inteiro. Esse Presidente foi ao meu Estado 12 vezes e cumpriu o papel de Presidente, atendeu aos nossos clamores, ao choro do povo do Espírito Santo. Eu era coordenador da Bancada, Senadora Ideli, com esse Estado quebrado, quando negociamos os *royalties* do petróleo. O nosso Governador, que vai tomar posse em fevereiro, Renato Casagrande...

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Em janeiro.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Em janeiro. Eu queria dar mais um mês para o outro. Renato Casagrande era Deputado Federal. Ele é meu Governador, que ajudei a eleger. Trabalhamos para Dilma. Então, também fico abismado quando vejo essas pessoas. É gente no comércio, gente vendendo carro, gente vendendo eletrodoméstico, gente vendendo roupa e reclamando e fazendo argumentos para não terem votado na Dilma. Vou falar sobre isso hoje até porque eu quero falar dos malefícios que meu segmento evangélico fez a essa senhora, do mal que fez a ela. Ninguém tem direito de usar sua língua para atentar contra a integridade moral de ninguém, mesmo sem conhecer. A Bíblia diz que a boca que honra a Deus não desonra ninguém. Por isso, cruzei este País com o mesmo sentimento de V. Exª, com o mesmo sentimento de ver essa gente desfrutando “Minha casa, minha vida”. Nunca se teve tanto aquecimento na construção civil neste País. No Brasil, falta pedreiro, falta carpinteiro, falta serralheiro na construção civil.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Falta cimento.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Falta cimento, falta engenheiro civil. Há oito anos, ou dez anos, engenheiro civil vendia cachorro-quente. Lembro-me de uma matéria do Fantástico, que localizou muitos engenheiros civis vendendo cachorro-quente em frente a universidades. O sujeito precisa perguntar e responder para si mesmo: que Brasil eu quero? E ele pode estabelecer um processo comparativo sem desrespeitar ninguém, sem ofender ninguém, sem tocar no nome de ninguém. Podem não gostar do Lula, podem não gostar da equipe do Lula, podem achar que ele é feio, deficiente, porque falta um dedo na mão, mas uma coisa têm que reconhecer: este País avançou muito. Eu não penso duas vezes para dizer que esse nordestino, com uma formação tão pequena, porque não teve o privilégio de outros. Ele estudou apenas até o quarto ano primário e construiu 20 novas universidades neste País e 214 escolas técnicas, o que era proibido fazer. Ele fez o ProUni; ele fez a universidade do negro. Então, a melhor página da história da educação do Brasil foi escrita por um semianalfabeto. Isso a mim me orgulha muito, sabendo da minha origem, de onde eu vim – eu e milhões de brasileiros. Não gostar dele é uma coisa, mas são obrigados a reconhecer que ele foi e ainda é o melhor Presidente da história deste País.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Magno Malta. E tenho o mesmo convencimento de V. Ex^a. A avaliação deveria ter sido feita sem preconceito, o que, infelizmente, aflorou nessa eleição e de forma raivosa. Quando, no Twitter, alguém posta a seguinte frase: “tinham que separar o Nordeste e os ‘bolsa vadios’ do Brasil construindo câmara de gás e matando geral”, quando isso vem a público, fica evidente o quanto o preconceito leva as pessoas a distorcerem a sua avaliação. Porque lucraram, e lucraram muito, beneficiaram-se muito das políticas públicas adotadas ao longo desses oito anos e, infelizmente, não tiveram a capacidade de fazer o reconhecimento, em boa parte, em vários Estados brasileiros. O Senador Magno Malta falou do Espírito Santo. Se eu fosse aqui fazer o rol de obras, de investimentos e de ajuda e socorro que Santa Catarina teve, nas suas inúmeras catástrofes, era para ter ganho de lavada em Santa Catarina. Mas, infelizmente, não foi assim. Respeitamos o resultado das urnas.

Mas há algo, Senador Casagrande, que nenhum de nós tem o direito de escamotear: ou nós vamos fazer o enfrentamento desse ódio subterrâneo que aflorou com esse tipo de manifestação, que cheira a períodos absurdos de ódio, de matança, de discriminação e de atos de violência que, infelizmente, já percorreram o

mundo e vários países, inclusive o nosso; ou vamos fazer esse enfrentamento, aproveitar que isso veio a público... E, portanto, quero parabenizar a OAB do Nordeste por estar tomando a iniciativa de abrir o processo, e acho que todos nós temos esta obrigação: fazer o bom debate, fazer a explicitação, porque esse tipo de ódio e de comportamento que chama câmara de gás para eliminar quem a gente não concorda ou acha que está trazendo algum prejuízo é algo que no Brasil não podemos permitir que se amplie, que se consolide. Portanto, é melhor que a gente estirpe esse ódio o mais rapidamente possível da sociedade brasileira, porque o nosso País é absolutamente incompatível com esse tipo de comportamento, e acho que isso é responsabilidade de todos nós.

Por último, Sr. Presidente, agradeço o tempo a mais. Considero isso uma deferência para o dia de hoje, em que temos a primeira sessão depois da eleição da primeira mulher presidenta do Brasil. Volto a dizer: é uma mulher, não é qualquer mulher; é uma mulher que vem, exatamente, tendo como defesa e compromisso primeiro concluir o processo de consolidação da democracia, porque, além da democracia formal, este País, o Brasil, só poderá ser chamado de uma democracia real na hora em que erradicarmos definitivamente a miséria.

Não sei se o Presidente me permite, já ultrapassei horrores o meu horário, mas o Senador Suplicy quer fazer um aparte. Por mim, não há problema.

Concedo um aparte ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ideli Salvatti, como estava na Comissão de Justiça, pude ouvir mais a sua parte conclusiva. Com respeito a esses ódios que foram emanados por pessoas que nem sempre se identificaram, eu gostaria de registrar uma coisa que me pareceu tão positiva e que está tendo uma repercussão para todos os lados, inclusive aqui na Casa, sobre as palavras que a nossa Presidenta Dilma Rousseff disse em suas principais entrevistas, seja no seu pronunciamento feito à Nação, no dia em que foi colocado o resultado, quando ela disse que queria estender – homenageava, inclusive, aqueles que haviam votado em outros candidatos – o seu abraço a todos e chamá-los para estarem juntos, seja no dia de hoje, quando ela deu entrevista ao lado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ali, no Palácio do Planalto, como Presidenta eleita, a primeira entrevista ali dada, em que ela também expressou o quanto ela quer ser a Presidenta de todos os brasileiros e está querendo superar isso. Inclusive, ela transmitiu explicitamente aos Senadores da Oposição o quanto ela quer ter um relacionamento de grande respeito, de construção. E ouvi de diversos Senadores como essas

palavras foram atentamente ouvidas por todos. Quero aqui registrar que isso é um bom prenúncio e acho que V. Ex^a terá muito a colaborar nesse bom entendimento que a nossa Presidenta Dilma Rousseff terá com o Congresso Nacional.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Suplicy.

Inclusive, eu havia feito a leitura de trechos do discurso inicial da Presidenta Dilma, realçando exatamente esse gesto de paz, de participação e de chamamento inclusive aos partidos da Oposição.

Por isso, eu queria aqui encerrar o meu pronunciamento dando, de coração, de forma emocionada mesmo, um viva ao Brasil, um viva aos homens e às mulheres que trabalham pela paz e pela justiça social, porque acho que é isso que deve nortear a todos em todos os momentos do nosso cotidiano e da nossa vida.

Muito obrigada. Agradeço e peço escusas por ter ultrapassado, e muito, meu tempo.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Com a palavra o nobre Senador Papaléo Paes. (Pausa.)

Repito: com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, um cumprimento todo especial às Senadoras e aos Senadores que foram eleitos para a nova legislatura, que se inicia em 1º de fevereiro.

Senhores e senhoras, ocupo a tribuna hoje para reverenciar a memória de Romeu Tuma, uma das figuras mais respeitadas desta Casa... Um colega e amigo que, infelizmente, nos deixou no último dia 26 de outubro.

Falar de Romeu Tuma, Sr. Presidente – antes de tudo, acima de tudo –, é falar de um servidor público exemplar. Neste Brasil em que o serviço público é visto, tantas vezes, como mera chance de emprego, como mero instrumento de ascensão social, homens como Romeu Tuma nos mostram que ele é muito mais do que isso. Mostram que o serviço público, na verdade, é oportunidade que se oferece às pessoas de bem para que contribuam com o desenvolvimento do País e, ainda mais, para que sejam úteis a seus semelhantes.

Tuma ingressou no serviço público, Sr^{as} e Srs. Senadores, no comecinho da década de 50, ainda muito jovem. Tinha 20 anos de idade. Aprovado em

concurso público, foi trabalhar na Polícia Civil do Estado de São Paulo.

Depois, sempre por meio de concurso público, tornou-se investigador e, mais tarde, delegado de polícia. Nessa condição, exerceu o cargo de Diretor de Polícia Especializada na Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Em 1983, assumiu a Superintendência da Polícia Federal naquela Unidade da Federação.

Em 1985, no Governo do Presidente José Sarney, torna-se Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, função que irá acumular com a de Secretário da Receita Federal, a partir de 1990 até 1992.

De 1992 a 1994, atua como Assessor Especial do Governo de São Paulo, com *status* de Secretário de Estado.

Em 1995, Sr. Presidente, depois de ter sido eleito com 5 milhões e 500 mil votos, Romeu Tuma chega a esta Casa e aqui permanecerá até seu passamento, com direito a uma reeleição, em 2002, com 7 milhões e 200 mil votos.

Foram, portanto, 60 anos de dedicação à causa pública, 60 anos, Sr^{as} e Srs. Senadores, de relevantes serviços prestados à sociedade.

Alguns de seus feitos tornaram-se célebres, como a descoberta dos despojos de Joseph Mengele, talvez o mais procurado dos criminosos de guerra, e a captura de Thomazzo Buscheta, cujas confissões permitiram desmontar grande parte da estrutura da Máfia na Itália e nos Estados Unidos.

Encarnando o papel de xerife, que tão apropriadamente lhe foi atribuído, Tuma combateu algumas das grandes mazelas de nosso País. Deu combate tanto aos criminosos de colarinho branco, como aos barões do narcotráfico; tanto aos fraudadores da Previdência, como aos fomentadores da prostituição infantil.

Na Secretaria da Receita Federal, entre outros avanços significativos, instituiu a recepção de declarações do Imposto de Renda por meio digital, medida que facilitou a vida de milhões de contribuintes deste País.

Nesta Casa, Sr. Presidente, neste Senado Federal, que honrou com sua presença durante 16 anos, Romeu Tuma também teve atuação destacada. Basta dizer que foi, ao longo desses 16 anos, o único Corregedor Parlamentar que tivemos. A ele, por sua respeitabilidade, conferimos as atribuições previstas na Resolução nº 17, de 1993, atribuições que sabemos extremamente relevantes.

Nas mãos de Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, colocamos, entre outras, as responsabilidades de promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito do Senado Federal, de dar cum-

primento às determinações da Mesa referentes à segurança interna e externa e de fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos que envolvam Parlamentares. São responsabilidades que só atribuiríamos a uma pessoa em quem depositássemos total confiança, uma pessoa sobre cuja isenção e competência não pairasse qualquer suspeita.

Pois bem, por oito vezes consecutivas chegamos à conclusão de que Romeu Tuma seria o mais preparado para assumi-las.

Isso não impediu, vejam só, que durante todo este tempo, paralelamente ao exercício de suas funções como Corregedor, ele também desenvolvesse uma marcante atuação parlamentar. Seja apresentando ou relatando projetos de lei de extrema relevância, a exemplo daquele que tipificou como crime o porte, a posse, a fabricação e a comercialização de armas de fogo não autorizadas, seja participando de Comissões Parlamentares de Inquérito como a dos Precatórios e da Pedofilia, seja integrando as diversas Comissões permanentes desta Casa, seja, enfim, fazendo judiciosos pronunciamentos a que assistíamos com redobrada eleição, Romeu Tuma foi sempre um Parlamentar dos mais atuantes. Com um detalhe, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que certamente haverá de ser reconhecido por todos nós que com ele convivemos: embora atuante, embora extremamente profissional no desempenho de suas funções, ele se destacava pela cordialidade no trato e por sua generosidade, que não se restringia aos aliados políticos e partidários, uma generosidade que, ao contrário, estendia-se também aos adversários.

Nesses tempos, Sr^{as} e Srs. Senadores, em que tantos se ocupam de pregar o ódio, nesses tempos em

que tantas vezes os adversários são tratados como inimigos, fica o exemplo de Romeu Tuma, para mostrarmos que a atividade política pode e deve ser desenvolvida em termos mais amenos, mais cordiais e mais respeitosos. Foi esse cidadão exemplar, Sr. Presidente, que, por duas vezes, o povo de São Paulo enviou a esta Casa como representante daquele Estado.

Quero, portanto, prestar minha solidariedade a este povo, que perde um representante, e quero principalmente transmitir minha solidariedade aos familiares do Senador Romeu Tuma, rogando a Deus que lhes dê o conforto possível neste momento tão doloroso.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Heráclito Fortes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Eu peço aos colegas que aguardem um minuto, porque vamos dar posse ao substituto do Senador Romeu Tuma, nosso colega, de quem lamentamos o falecimento.

Encontra-se na Casa o Sr. Alfredo Cotait Neto, Primeiro Suplente do Senador Romeu Tuma, da representação do Estado de São Paulo.

Sua Excelência encaminhou à Mesa o original do diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos pela lei.

É o seguinte o diploma:



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 06 de outubro de 2002, expede o presente diploma de 1º Suplente de Senador a

Alfredo Cotalet Neto

eleito pela Coligação "São Paulo Em Boas Mãos" (PSDB / PFL / PSD), juntamente com o candidato eleito a Senador, Rômulo Trama, que obteve 7.281.876 votos preferenciais, de total de 35.452.090 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

Eleições de 06 de outubro de 2002.

Número de eleitores aptos a votar: 25.655.553
Total de votos apurados: 21.568.214
Votos em branco: 3.403.390
Votos anulados: 4.580.948
Abstenção: 4.087.339

São Paulo, 19 de dezembro de 2002.

Desembargador José Mário Antonio Cardinale

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Designo uma comissão formada pelos Senhores Senadores Papaléo Paes, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias e Eduardo Suplicy para conduzir Sua Excelência ao plenário.

A Presidência solicita que todos permaneçam de pé.

Peço ao Sr. Alfredo Cotait Neto que preste o juramento constitucional.

(O Senhor Alfredo Cotait Neto é conduzido ao Plenário e presta, junto à Mesa, o compromisso.)

O SR. ALFREDO COTAIT NETO (DEM – SP) –

Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Alfredo Cotait Neto, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa. (Palmas.)

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1ª Secretário.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Comunicação de Filiação Partidária e Nome Parlamentar

Sr. Presidente, tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de São Paulo em decorrência do falecimento do Senador Romeu Tuma, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a Bancada do Partido Democratas – DEM.

Nome parlamentar: Alfredo Cotait

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2010. – Senador **Alfredo Cotait**.

O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

É a seguinte a comunicação, na íntegra:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de São Paulo em decorrência do falecimento

do Senador Romeu Tuma, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Democratas – DEM.

Nome Parlamentar: **Alfredo Cotait**.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2010.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) –

Concedo a palavra ao nobre Senador Alfredo Cotait.

O SR. ALFREDO COTAIT (DEM – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Parlamentares, quis o destino que, a partir do dia de hoje, me coubesse concluir o mandato do Senador Romeu Tuma, cuja vida pública acompanho desde 1994, quando o prefeito Gilberto Kassab e eu, então membros da executiva do diretório estadual do Partido Liberal, disponibilizamos a legenda para o que seria sua primeira legislatura como Senador da República.

Só posso considerar esta oportunidade de, ainda que por um breve período, servir meu Estado e meu País, como uma reverência aos 16 anos que o Senador Tuma devotou à defesa dos interesses do Estado de São Paulo, colaborando intensamente com todos os governadores do período.

Mas a vida pública de Romeu Tuma teve início muito antes de ocupar uma cadeira nesta Casa. Homem da lei e da justiça, foi sempre incansável na defesa das instituições de nosso País.

Neste Senado Federal, imprimiu a mesma retidão e lisura na condução de importantes questões para o Brasil. Não à toa é o notório o respeito que seus pares sempre lhe concederam.

A partida de Romeu Tuma nos priva de um amigo e de um mestre. Mais que isso, do homem de família que tanta saudade deixa para os seus. Meus pensamentos se voltam à esposa, dona Zilda, aos irmãos, filhos e netos, a todos os seus familiares, para que encontrem conforto nesta hora de perda.

O desaparecimento de Romeu Tuma priva também o País de um grande homem mas, ao mesmo tempo, sua honrosa trajetória inspirará novas gerações na busca de valores maiores para o Brasil.

Com humildade e pautado em seu exemplo, buscarei, portanto, na melhor medida de minha capacidade, fazer jus à biografia de quem se inscreveu com valor em nossa história. Esse é meu dever!

Ocupar um assento no Senado Federal, Sr. Presidente, é um privilégio, uma honra e uma grande responsabilidade, não importa o quão efêmera seja esta passagem.

Eu gostaria ainda de registrar que, além do vazio deixado pelo Senador Tuma, outra ausência profundamente sentida, a da minha querida mulher, Laila, que nos deixou precocemente no começo deste ano – e

com quem eu gostaria de estar compartilhando este momento.

Retorno, assim, há oito anos, quando dediquei a diplomação a meus filhos, Guilherme e Alfredo Filho, posto que vejo que minha participação política como forma de contribuir para um País melhor no futuro que lhes pertencerá.

Espero, neste fim de mandato, poder aprender com a sabedoria e experiência de V. Ex^{as.}, membros de uma Casa que sempre abrigou grandes nomes de nossa história, ícone que é de nossa democracia e guardião de nosso futuro.

Saúdo a todos, na certeza de um profícuo convívio. Muito obrigado.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Temos duas solicitações de palavra pela ordem. Quem pediu primeiro? Pela idade, Senador Casagrande.

Mas, antes de passar a palavra, quero fazer o registro da presença dos alunos da 7ª e 8ª Série do Ensino Fundamental Gesner Teixeira, do Gama, agra decendo-lhes a presença.

Passo a palavra ao Senador Casagrande, do Espírito Santo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Heráclito. Quero cumprimentá-lo, cumprimentar todos os Srs. Senadores, agradecer ao Senador Eduardo Azeredo, cumprimentar o Senador Alfredo, parabenizando-o pela posse, fazer o registro, Sr. Presidente, de pesar pelo falecimento do Senador Romeu Tuma, transmitir aos seus familiares, ao seu filho, que está aqui, o meu abraço de solidariedade e o meu abraço de pesar, meus sentimentos a toda a sua família.

Romeu Tuma foi um Senador que militou e trabalhou aqui com uma relação próxima com todos os Senadores. Então, deixo aqui o meu registro, como Senador, Colega do Senador Romeu Tuma, por essa perda que tivemos no Senado.

Faço esse registro e faço um pedido, Sr. Presidente: há um requerimento de minha autoria para que possamos fazer uma sessão solene sobre os vinte anos do Código de Defesa do Consumidor. Esse requerimento está aí sobre a mesa. Na hora em que tivermos quórum, gostaria de pedir a V. Ex^a que colocasse em apreciação esse requerimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – V. Ex^a será atendido.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também manifestar aqui o meu pesar pela morte de Romeu Tuma. Eu pude estar em São Paulo prestando a nossa última homenagem a ele que, antes de tudo, era um Senador dedicado e amigo de todos nós no Senado. Evidentemente, teremos uma sessão em que poderemos, todos nós, Senadores, manifestar essa nossa amizade, o nosso sentimento.

Ao mesmo tempo, quero saudar o Senador Alfredo Cotait, que assume nesta data.

Mas, Presidente, eu trago aqui o requerimento que entregarei à Mesa, de congratulações ao Arcebispo de Aparecida, Dom Raymundo Damasceno Assis, que foi elevado a Cardeal da Igreja Católica pelo Papa Bento XVI no último dia 20 de outubro.

Dom Damasceno é de Minas Gerais. Nasceu na cidade de Capela Nova, no nosso Estado, foi Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, entre 1995 e 2003 e, desde março de 2004, é Arcebispo da Arquidiocese de Aparecida em São Paulo, que continuará dirigindo como Cardeal-Arcebispo.

O novo cardeal, que é presidente [também] do Conselho Episcopal Latinoamericano – Celam, é um dos 24 dos novos cardeais, cujo colégio chega assim a 203, dos quais 121 com menos de 80 anos, aqueles que são 'eleitores' por terem direito a voto numa eventual nova eleição papal. Além do brasileiro, 20 novos cardeais são eleitores e vêm... [de diversos países].

O anúncio aconteceu no último dia 20 no final da audiência geral semanal na Praça São Pedro e foi a terceira vez que o Papa Bento XVI nomeou novos cardeais. Segundo suas palavras "sua escolha reflete a universalidade da Igreja". A cerimônia formal de posse será no Consistório no dia 20 de novembro.

A importância do fato reside em que cada vez que o Papa nomeia novos cardeais, o seu principal grupo de assessores no Vaticano e no resto do mundo, o Pontífice dá a eles a chance de guiar o futuro da Igreja, como os homens que o ajudarão a formular políticas e tomar importantes decisões.

Dom Damasceno entrou para o Seminário Menor, em Mariana, Minas Gerais, em 1955, aos 18 anos, onde cursou o segundo grau e o curso de Filosofia, que foi aprofundar em 1961, em Roma, e depois, em 1965, na Alemanha, onde acompanhou o Curso Superior de Catequese.

Aos 31 anos foi ordenado sacerdote em Conselheiro Lafaiete, [também na nossa] Minas Gerais em 19 de março de 1968, vindo a atuar como Coordenador de Catequese da Arquidiocese de Brasília - DF, de 1968 até 1970, Pároco da Igreja do Santíssimo Sacramento, aqui em Brasília, de 1968 a 1976 e Chanceler da Arquidiocese de Brasília – DF, de 1968 a 1979.

Sua ordenação episcopal se deu a 15 de setembro de 1986, aos 49 anos, aqui em Brasília, DF, passando a atuar como Bispo Auxiliar e Vigário Geral da Arquidiocese de Brasília [...], Diretor do Curso Superior de Teologia para leigos [...] e Membro da Comissão Episcopal do Departamento de Catequese do Celam [...].

Ainda, Sr. Presidente – dando seguimento, mas já caminhando para o fim do requerimento – ele foi nomeado Arcebispo da Arquidiocese de Aparecida, em São Paulo, em 2004, aos 67 anos.

Atuando em vários órgãos colegiados, é atualmente, como eu pude lembrar, Presidente do Conselho Fiscal da CNBB, mais recentemente atuando como membro do Pontifício Conselho para Comunicações e Comitê Econômico do Celam.

É Presidente da Comissão da Campanha de Evangelização e foi eleito Presidente do Celam para o quadriênio 2007-2011.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a vida desse grande brasileiro justifica nossa homenagem na medida em que engrandece o nome do Brasil pelo mundo afora, na defesa de valores enraizados na vida cultural e religiosa do nosso povo.

Assim, venho pedir necessário apoio dos meus nobres pares para este voto de congratulações ao Arcebispo Dom Damasceno, que será agora Cardeal do Brasil, Cardeal de Aparecida.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – O requerimento de V. Ex^a encontra-se na mesa sob o número 851 e será atendido de acordo com a forma regimental.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Pela ordem o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também, neste momento, quero render as minhas homenagens, abraçando o Robson Tuma, que aí está, filho do nosso saudoso Romeu Tuma.

Eu, ainda um juvenzinho, aspirante, conheci o Senador Romeu Tuma quando ele foi o Delegado-Chefe da Polícia Federal neste País, um servidor público exemplar, como disse o nosso querido Senador Papaléo Paes no seu pronunciamento. Afinei minha amizade com ele na CPI do Narcotráfico, que presidi – éramos Deputados, eu e V. Ex^a – e o conheci aqui. Ajudou-nos muito na sua experiência porque o filho, o Robson, que ali está, era membro daquela CPI comigo. Quis Deus que eu presidisse uma CPI forte, a CPI do Narcotráfico, com a presença do filho e que, ao chegar ao Senado, presidisse a CPI da Pedofilia, com a presença do Tuma como Vice-Presidente dessa CPI.

O Brasil perde, Sr. Presidente. Nós perdemos a simplicidade do Tuma, a sua coragem, a sua determinação. O Brasil aprendeu a respeitá-lo, a amá-lo. Imagine V. Ex^a a votação que esse homem teve num quarto de hospital, submetido a uma das mais dolorosas e sutis cirurgias! Imagine a emoção, o sentimento e a dor do filho ao lado, como médico. Mas o Brasil acompanhou e, comovido, se despediu do seu pai, Robson.

Eu sou testemunha ocular, no tempo em que com ele aqui vivi, da sua sobriedade. Na defesa das crianças deste País, implacável! Era um homem capaz de chorar nas oitivas da CPI da Pedofilia, ao ouvir o depoimento de uma mãe ou de uma criança de forma reservada. Mas era muito valente na hora de fazer o enfrentamento a todo e qualquer bandido – independente de classe social, cor ou credo, confissão religiosa – abusador de criança neste País. Eu convivi com a força, a valentia, o sentimento de justiça do xerife do Brasil, Romeu Tuma.

Por telefone, eu dizia ao Senador Demóstenes que não vamos eleger um outro vice-Presidente para nossa CPI até encerrar, porque precisamos homenagear o Tuma. Nós vamos encerrar a nossa CPI sem um vice-Presidente, porque o vice-Presidente é o Tuma, Senador Eduardo Azeredo. O trabalho que fizemos neste País, sem dúvida alguma, é mais um desses em que o nome do Tuma fica gravado como que em uma placa, um memorial em defesa das famílias, em defesa das crianças do Brasil.

Eu sinto profundamente, porque conheci a família: era um homem de família, era um pai dedicado, um avô dedicado, um homem que falava baixo, andava devagar, mas de um senso de justiça absolutamente aguçado.

De maneira que neste momento eu abraço a família enlutada, abraço o Brasil, abraço São Paulo, que sofre e se despede desse homem tão valoroso, o nosso querido Senador Romeu Tuma.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – A Mesa associa-se a V. Ex^a, como também aos demais companheiros, pelas manifestações de pesar pelo falecimento do nosso colega Tuma, e, evidentemente, teremos uma sessão aqui destinada exclusivamente a prestar homenagem a essa grande figura de homem público, que marcou época no Senado Federal.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – GO) – Pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também só para completar a homenagem ao Senador Tuma, se me permite. Eu tive oportunidade de conviver com o Senador Tuma muito intensamente, agora.

O Senador Tuma é uma figura interessante na política brasileira. Está aqui o Tuminha, seu filho, pessoa com quem temos um relacionamento bastante profundo, mais em decorrência do relacionamento com o seu próprio pai. Tivemos a oportunidade de conviver, de conviver bem.

Tuma, como disse, construiu sua carreira como policial. Como policial, atravessou toda a ditadura militar. Alguém escreveu isso no domingo e concordei plenamente: ou seja, mesmo na ditadura militar, Senador Antonio Carlos Júnior, ele não concordava com a tortura. Era um homem que não coadjuvava com métodos arcaicos, não buscava, de forma alguma, para a polícia, esse tipo de atitude.

Tuma, depois, veio a ser chefe da Polícia Federal. Tuma, depois, transformou-se em Senador; depois, foi reeleito Senador e honrou extremamente esta Casa. Já conheci Tuma como corregedor da Casa, e ele se transformou nessa espécie de corregedor permanente. Um homem que, nas crises, buscava a investigação, que investigava os colegas sem a menor arrogância, sem demonstração de poder excessivo, mas buscava as informações de que nós precisávamos. Conseguiu atravessar sua vida levando esse barco como timoneiro e merecendo a credibilidade do povo de São Paulo e da população do Brasil. Tanto é – o Senador Magno Malta afirmou aqui e quero dizer que é verdade – que era conhecido como o xerife do Brasil.

As pessoas não compreenderam ainda que as questões de segurança pública são extremamente populares. Por quê? Porque ao contrário do que pensam os governantes, ao contrário do que pensam até muitos professores universitários e ministros, inclusive do Supremo Tribunal Federal, não se combate o crime

com mingau, tem que ter rigor – é o que os países civilizados aplicam.

Aliás – é até bom que se diga isso –, o Governo disse que conseguiu tirar 28 milhões de brasileiros da miséria e quase 40 milhões da pobreza. No entanto, a violência aumentou quase 80%. Isso não era matemático? Melhorariam as condições de vida e o crime se resolveria?

Então, se olharmos o exemplo do Senador Tuma, do policial, daquele que combateu duramente tudo isso, nós teremos um bom espelho. O Senador Tuma – naquela manhã fui fazer-lhe uma visita – já estava muito mal e, quando saí de São Paulo, avisaram-me que ele já tinha falecido. Eu lamentei profundamente, porque era uma pessoa que conhecia a fundo a Casa, conhecia investigação, conhecia segurança pública. Era um Senador marcado por um tema, mas ele fazia isso com muita propriedade, com muita veemência.

Assume o seu lugar o Dr. Alfredo Cotait Neto, que se relacionava com Tuma desde 94, quando Tuma foi eleito, ainda pelo antigo Partido Liberal. Trabalhou com ele e, na eleição de 2002, veio a ser o seu primeiro suplente e, agora, neste final de mandato do Tuma, com esse infortúnio, está assumindo. Ele era Secretário Municipal de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo, tem larga experiência, era um dos principais assessores do exitoso Prefeito Gilberto Kassab e, com certeza, nesse breve período que aqui vai estar, vai honrar muito a nossa Casa.

De minha parte, Senador Cotait, tenha em mim um amigo, uma pessoa disposta a caminhar com V. Ex^a e por esta Casa, para que V. Ex^a possa exercer tão dignamente o seu mandato quanto o fez o Senador Romeu Tuma. V. Ex^a já foi Secretário de Planejamento do Município de São Paulo, Presidente da Comissão Normativa de Legislação Urbanística, Presidente da Comissão Municipal de Emprego de São Paulo e Secretário Adjunto de Planejamento. Quer dizer, V. Ex^a é uma pessoa qualificada, um homem que está chegando para somar nesta Casa. Bem vindo!

Especialmente para nós, do DEM, é um orgulho muito grande que V. Ex^a assuma este mandato, infelizmente nessas circunstâncias da perda de um dos nossos líderes, de um dos nossos cabeças, de um dos homens que mais contribuíram para que o Brasil se tornasse maior, que é o nosso Senador Romeu Tuma. Bem vindo! Que Deus o abençoe. Exercite o mandato que Deus e o povo lhe deram – muita gente acha que suplente não é votado; suplente é votado junto com o titular. V. Ex^a chegou aqui pelo voto popular e, com certeza, neste período restante, muito contribuirá ainda para o nosso Senado.

Parabéns e bem vindo!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que Deus abençoe o nosso Senador Romeu Tuma.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Eu queria, em primeiro lugar, pedir permissão ao Senador Antonio Carlos Júnior, que já havia sido anunciado. Vamos conceder-lhe a palavra, mas V. Ex^a haverá de colaborar e fazer uma intervenção curta.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Prometo ao ilustre Senador ACM Júnior que vou me valer de apenas um ou dois minutos para me associar a todas as homenagens que são prestadas ao nosso saudoso amigo e grande Senador Romeu Tuma.

Indiscutivelmente, foi uma perda lastimável para o Senado da República e para a representação popular. Quem conviveu com ele aqui, como eu tive oportunidade de conviver, sabe perfeitamente o que ele representava nesta Casa. Especialista na área da criminalidade, era um dos mais respeitáveis membros da Comissão de Constituição e Justiça. Era um Parlamentar que cumpria com bastante diligência todas as suas missões. Membro de várias comissões, ele participava de todas; mesmo nos seus últimos dias, já alquebrado, já martirizado pela doença, ele estava presente, inclusive na Comissão de Agricultura, a qual tenho a honra de presidir; ele estava presente e sempre dando a sua contribuição.

São Paulo perde, o Brasil perde, o Senado perde. Eu não poderia deixar de fazer este registro na presença de Robson Tuma, que foi Parlamentar comigo, foi Deputado comigo na Câmara Federal e é filho do eminente Senador Romeu Tuma, no momento em que ascende ao seu cargo o engenheiro Alfredo Cotait, que a partir de agora passa a representar São Paulo na vaga deixada pelo Senador Romeu Tuma.

Quero aqui deixar consignadas, portanto, as minhas condolências a toda a família, hoje representada pelo Tuminha, pelo Deputado Robson Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Com a palavra, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a primeira manifestação que quero fazer desta tribuna é uma manifestação de saude.

Realmente, o Senado Federal perdeu uma grande figura: o Senador Romeu Tuma. Parlamentar competente, cumpridor de suas obrigações, assíduo, ho-

nesto e cordial, embora nunca deixasse de ser duro na hora em que tinha de ser duro. Foi Corregedor por mais de dez anos e cumpriu sua missão sempre com absoluta eficiência.

A minha amizade pelo Senador Romeu Tuma foi herdada pela grande amizade que cultivava por S. Ex^a o meu pai, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu herdei essa amizade e, por isso, emocionado, faço esta saudação ao grande Senador Romeu Tuma, um dos mais eficientes Senadores desta Casa, com quem eu aprendi muito.

Realmente, o Senador Tuma, nas comissões ou em plenário, estava envolvido em todos os assuntos mais importantes desta Casa e, embora duro, era conciliador e amigo.

O Senador Tuma não tinha inimigos, embora soubesse cumprir seus deveres no momento certo, na hora certa e com a energia necessária. Mesmo sendo Corregedor da Casa, ele não tinha inimigos, só tinha amigos.

Lembro-me de um episódio extremamente importante ocorrido nesta Legislatura, que foi a posição corajosa que o Senador Tuma tomou no momento da votação da CPMF. A Base do Governo pressionava pela aprovação da CPMF, e o Senador Tuma, mesmo fazendo parte da Base do Governo, votou com a sua consciência, votou com coragem e com determinação, porque ele julgava que a prorrogação da CPMF não atendia os interesses do povo brasileiro.

Portanto, a primeira palavra que gostaria de dar, em meu nome próprio e como amigo do Senador Tuma – e abraçando Robson Tuma, aqui presente, eu gostaria de abraçar toda a família –, é para dizer do meu sentimento e do meu profundo pesar, pessoal e em nome da Liderança do Partido Democratas, ao qual o Senador Romeu Tuma pertenceu por muito tempo e onde também mantinha um comportamento de bancada exemplar.

Gostaria também de saudar o Senador Alfredo Cotait Neto, que acaba de assumir o mandato em substituição ao Senador Romeu Tuma. Sabendo das qualificações do Senador Alfredo Cotait, gostaria de saudá-lo e manifestar a minha satisfação por ele pertencer também à bancada do Partido Democratas, cuja liderança ocupo no momento.

Sr. Presidente, as eleições se encerraram e o povo brasileiro já sabe quem vai estar na Presidência da República a partir de 2011. Eleições, Sr^{as} e Srs. Senadores, que deixam muitas lições ao cidadão, ao Governo, aos partidos que o apoiam, à oposição e também à Justiça, sobretudo a eleitoral. Sobre cada uma dessas lições pretendo discorrer em outra oportunidade, pois o tempo que me é reservado neste momento,

na condição de Líder do Democratas, não é suficiente para tanto. Contudo, não posso deixar de mencionar a necessidade de que a legislação eleitoral seja revista. Não é possível que a máquina pública seja utilizada, como foi nos últimos quase três anos, a serviço de uma candidatura.

É incompreensível também que regras eleitorais fundamentais como, por exemplo, a Lei da Ficha Limpa, sejam propostas e venham a ser reguladas às vésperas, durante e até mesmo após a realização dos pleitos. Os tribunais superiores deveriam se manifestar previamente para que não houvesse dúvidas em relação à eleição.

Esse pleito também deixou ensinamentos às oposições. Ensinamentos e resultados muito bons. A despeito da utilização da máquina pública, do empenho pessoal do Presidente da República, disposto a eleger sua candidata a qualquer custo, a despeito da pressão antidemocrática que o Governo fez sobre os órgãos de comunicação e a despeito das violências perpetradas – que o diga nosso candidato José Serra –, a oposição colecionou vitórias que, para muitos, eram improváveis.

Senador Marconi Perillo, aproveito para saudar V. Ex^a pela belíssima vitória que obteve na eleição no Estado de Goiás, tornando-se novamente seu Governador. V. Ex^a, inclusive, embora tenha sido uma das vítimas desse processo absurdo de utilização da máquina pública, e da pressão do Presidente da República, obteve uma belíssima vitória, assim como a Senadora Rosalba Ciarlini e o Senador Raimundo Colombo. Então, gostaria de saudá-lo pelo excelente desempenho nas eleições, tornando-se, como já disse, o novo Governador do Estado de Goiás.

No âmbito federal, o País ficou sabendo que 44% dos eleitores brasileiros demonstraram preferir a oposição à candidata do Presidente Lula, mesmo tendo eles começado a campanha ainda em 2008.

As oposições conseguiram, como eu previra aqui, construir um “corredor de resistência”, que vai de Santa Catarina a Roraima e abrange mais da metade do eleitorado nacional. Obtivemos vitórias em Estados nos quais o Governo despejou dinheiro, propaganda, palanques presidenciais e toda sorte de ataques aos nossos candidatos.

É da oposição o partido que mais governos conquistou: o PSDB. Como já referi, temos o exemplo do Senador Marconi Perillo.

O nosso partido, o Democratas, conquistou dois Governos: o Rio Grande do Norte, com a Senadora Rosalba Ciarlini, que fez uma belíssima campanha; e também, não menos bela, a campanha do Senador Raimundo Colombo, em Santa Catarina.

Juntos, os partidos de oposição venceram em dez Estados e, a partir de 2011, passarão a administrar regiões responsáveis por mais de 50% do PIB nacional.

Aqui nesta Casa, a oposição diminuiu, é verdade, mas, pelos nomes que a integram, promete ser, a partir de fevereiro de 2011, ainda mais aguerrida, ainda mais combativa e, como sempre, a favor do Brasil.

Não pense o Governo que terá vida fácil no Senado Federal. A Presidente tenha a certeza de que terá que negociar muito e em alto nível com o Senado se quiser o apoio desta Casa, cujos membros têm a grata tradição, independentemente de serem de situação ou oposição, de trabalharem a favor do Brasil, buscando permanentemente o melhor para seus Estados e regiões.

Tenho certeza de que iniciativas do Executivo que venham ao encontro de um novo pacto federativo – nele incluída uma reforma tributária efetiva, e não aquele projeto do Governo que está na Câmara, que não atende, é insuficiente – deverão ser bem recebidas. Poderíamos até adotar o projeto aqui do Senado, cujo relator, Senador Francisco Dornelles, e o Presidente da Subcomissão, Senador Tasso Jereissati, elaboraram, uma vez que é muito melhor, muito mais abrangente do que a reforma tributária que o Governo propõe. Então, um pacto federativo novo possibilitaria a reforma tributária e outros ajustes necessários para o melhor equilíbrio entre a União, os Estados e os Municípios.

Mas esses são assuntos para 2011, e o ano de 2010 ainda não acabou.

Sr. Presidente, todos sabemos como é importante para o País que projetos como o novo Código de Processo Civil, na Subcomissão presidida pelo Senador Valter Pereira, da qual faço parte, e o Código de Processo Penal, que já concluiu seu trabalho, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, sejam aprovados ainda neste ano, sob pena de termos despendido um enorme esforço em vão.

Para isso, tenho certeza de, poderemos contar com o apoio e o empenho, que jamais faltaram, do Presidente Sarney para que possamos encerrar de forma brilhante esta 53^a Legislatura.

Quero finalizar, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizendo aos senhores e senhoras e ao cidadão que nos acompanha pela TV Senado que, apesar dos percalços e distorções que assistimos durante toda a campanha eleitoral, o País pode celebrar, mais uma vez, momentos de civismo e participação popular, possíveis de ocorrer apenas em regimes democráticos.

E, por fim, lembrar o que disse José Serra: “que a luta está apenas começando”.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Júnior, o Sr. Heráclito Fortes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.

O SR. JOÃO FAUSTINO (PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Apenas um instante, Senador João Faustino.

Quero saudar o Senador Alfredo Cotait, que acaba de assumir aqui a vaga do saudoso Senador Romeu Tuma.

Igualmente, quero transmitir a Robson Tuma e a todos os familiares do nosso querido e inesquecível Senador Romeu Tuma nosso voto de mais profundo pesar, a nossa consideração, o nosso apreço.

Eu, particularmente, tive com ele aqui uma relação de extrema cordialidade, amizade, respeito. Todas as vezes em que precisei conversar com o Senador Romeu Tuma, ele me pedia para ir ao seu gabinete ou ia diretamente ao meu gabinete. Era de uma cordialidade ímpar. Um Senador extremamente ativo, atuante, preocupado com todos os temas nacionais, um Corregedor justo que vai fazer muita falta a esta Casa, querido Deputado Robson Tuma.

Aceite do seu amigo, amigo do seu pai, o meu mais sincero voto de pesar, as minhas condolências. Infelizmente não pude comparecer ao velório, às cerimônias fúnebres por conta das eleições em Goiás. Mas sentimos muito, eu e minha família, o passamento deste grande homem público: o Senador Romeu Tuma.

O Senador Alfredo Cotait, com certeza, assumirá a sua cadeira e exercerá aqui, durante este breve período de tempo, um grande trabalho, porque é uma das figuras mais notáveis do Estado de São Paulo.

Vou deixar aqui consignado, Deputado Robson Tuma, meu discurso, meu pronunciamento em homenagem ao querido amigo, Senador Romeu Tuma. Tenho certeza de que ele estaria vibrando, hoje, com minha vitória para o Governo do Estado. Ele torceu muito por mim. Foi sempre meu amigo, meu companheiro. Aceite meu voto de pesar e, sobretudo, a minha amizade a ele e a toda família.

Pela ordem, tem a palavra o Senador João Faustino.

O SR. JOÃO FAUSTINO (PSDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Está sobre a mesa, Sr. Presidente, requerimento de minha autoria que solicita destinar o Período do Expediente do dia 9 próximo para que se preste uma homenagem ao Cardeal Dom Eugenio Sales pelo transcurso dos 90 anos de sua vida. Portanto, solicitaria a V. Exª colocar em votação,

preferencialmente, esse requerimento, já que temos **quorum** para deliberar essa matéria.

No mais, Sr. Presidente, gostaria de me associar a todas as homenagens que são prestadas à memória do ilustre brasileiro, o grande Senador Romeu Tuma. E aqui registro, na pessoa do Deputado Robson Tuma, de quem fui colega na Câmara dos Deputados, minhas condolências e meu respeito à memória e à vida de seu pai.

Era o que tinha a registrar, Sr. Presidente, ressaltando o pedido de preferência para o requerimento de minha autoria.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Lúcia Vânia, e, logo após, a Senadora Marisa Serrano.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-lo pela expressiva vitória no nosso Estado de Goiás. Tenho certeza de que todos os goianos estão comigo neste momento para parabenizá-lo. Quero dizer da importância de V. Exª no cenário nacional, principalmente agora, representando o nosso Estado de Goiás. Tenho certeza de que V. Exª fará um governo moderno, um governo propositivo, como foi a campanha de V. Exª. Quero, acima de tudo, cumprimentá-lo pela campanha, uma campanha bonita, tranquila, feliz, propositiva. Apesar de nossos adversários terem sido pouco corteses conosco, principalmente no segundo turno, V. Exª não perdeu o equilíbrio e a sensatez, mostrando ao Brasil que estamos numa fase do processo democrático em que precisamos, todos nós, colaborar com a nova prática política. V. Exª deu esse exemplo.

Quero também, Sr. Presidente, neste momento, associar-me a todos os Colegas nos votos de pesar pelo passamento do Senador Romeu Tuma. O Senador Romeu Tuma foi um dos nossos colegas mais brilhantes nesta Casa, colaborou muito com os projetos relativos à segurança pública, foi um amigo leal em todos os momentos difíceis desta Casa e soube, como ninguém, fazer amizades. Era um homem sensível, apesar de voltado para a segurança pública. Foi Diretor da Polícia Federal, mas nunca perdeu a sensibilidade para as questões sociais. São de sua autoria os projetos mais bonitos relativamente à criança, ao adolescente, principalmente ao abuso sexual de crianças e adolescentes, o que o deixava indignado.

Portanto, quero externar aqui os meus sentimentos à família e, na presença do Deputado Robson Tuma, abraçá-lo. Seu pai deixa uma história bonita, que, sem

dúvida nenhuma, V. Ex^a vai honrar e completar. Assim, deixo aqui o meu abraço ao Deputado Robson Tuma e a toda a família.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência registra a intervenção pela ordem da Senadora Lúcia Vânia, que pede para consignar em ata.

Agradeço as palavras gentis, amáveis, amigas da Senadora Lúcia Vânia e quero retribuir os cumprimentos a ela pela belíssima vitória como candidata à reeleição ao Senado, com uma grande votação, minha companheira de todas as horas, especialmente no segundo turno. Se fomos irmãos no primeiro, no segundo turno, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Demóstenes, que teve uma eleição também belíssima, foram companheiros do primeiro ao último dia.

Então, quero parabenizar o Senador Demóstenes e a Senadora Lúcia Vânia pela brilhante vitória, Senadores que engrandeceram a nossa aliança e o nosso palanque. Estou muito orgulhoso das eleições de V. Ex^{as}, meus colegas aqui e agora parceiros de Goiás, aqui no Senado e eu, no Governo do Estado.

Muito obrigado de coração.

Os meus cumprimentos à Senadora Marina Silva pela belíssima *performance* na campanha eleitoral, campanha limpa, propositiva, corajosa do ponto de vista da defesa de ideias.

(Palmas.)

V. Ex^a engrandece o Brasil, engrandece esta Casa.

Igualmente meus cumprimentos a todos os Senadores que foram eleitos, a todos os Deputados que igualmente também lograram êxito nessa campanha, incluindo aqui o Senador Magno Malta.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, a Senadora Marisa Serrano, logo após o Senador Flávio Arns.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero, primeiro, cumprimentar V. Ex^a pela belíssima vitória. Nós torcemos muito – e V. Ex^a sabe disso. Ficamos muito felizes, porque Goiás vai continuar tendo aquele desenvolvimento que nós sempre esperávamos e que sempre teve, puxando o Centro-Oeste. Como eu sou do Centro-Oeste, fico torcendo para que a Região cresça, desenvolva-se. Sofremos muito com o que aconteceu em Brasília, com o que estava acontecendo em Goiás e noutros Estados. É bom ver que

o Centro-Oeste dará um salto para o desenvolvimento – vai dar, tenho certeza – no Governo de V. Ex^a.

Cumprimento todos os colegas Senadores que foram reeleitos. Nós ficamos muito felizes e torcemos por eles. Às vezes, a gente é de partido contrário, adversário, mas torce pelos companheiros. Eu fico feliz. Fiquei feliz em recebê-los de volta, pelo menos pelos próximos quatro anos em que estarei aqui.

Cumprimento muitíssimo a Senadora Marina Silva. Disse-lhe que ela foi a grande mudança de ares na política nacional, ela deu um outro ânimo para que a gente continue lutando pelas conquistas que esperamos que o País tenha nos próximos anos. A gente fica feliz também em ver que ela, saindo daqui, do nosso meio, conquistou o espaço nacional que lhe é devido.

Quero cumprimentar, com um carinho especialíssimo, o Deputado Robson Tuma, grande amigo, companheiro e dizer o quanto nós sofremos com a morte do seu pai.

O Senador Romeu Tuma era leal, companheiro, participava conosco do Mercosul, ia sempre a Montevideu conosco. Participou ativamente da Comissão de Educação, sempre defendendo as causas sociais. E eu fico muito feliz, porque sei que ele, lá no céu, está olhando por nós. Por seu trabalho, pela sua dedicação e por sua vida, ele ganhou um lugar merecido, um lugar de paz. E eu tenho certeza de que vai sempre estar olhando por todos nós aqui.

E, Sr. Presidente, há um requerimento meu sobre a Mesa, de solenidade de comemoração dos cem anos da Sociedade Psicanalítica Brasileira. Gostaria também que V. Ex^a o colocasse em votação na tarde de hoje.

Muito obrigada.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Agradeço a Senadora Marisa Serrano, minha querida Vice-Presidente do PSDB, pelas palavras amáveis, gentis, amigas. É um estímulo muito grande ao grande governo que nós vamos fazer no Estado.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero me associar a todos e a todas quantos já se manifestaram a respeito das eleições, parabenizar também V. Ex^a pela vitória ao Governo do Estado de Goiás, parabenizar os Senadores e as Senadoras que foram reeleitos para o novo mandato, almejando que seja um período bom, com bons frutos, enfrentando os desafios que o Brasil tem que enfrentar em um conjunto de áreas e que os Senadores e as Senado-

ras eleitos possam contribuir, de maneira importante, para esses objetivos.

Mas quero também, Sr. Presidente, cumprimentar todos quantos, porventura, não tenham vencido as eleições e que também participaram, de maneira valorosa, debatendo, discutindo, conscientizando a população, trazendo à tona o debate de temas importantes, valorizando as pessoas. Apesar de não terem vencido ao final, essas pessoas também contribuíram decisivamente para a grande vitória, que é a vitória, no fundo, da democracia, de um Brasil melhor, de um Brasil mais desenvolvido e mais justo.

Quero também parabenizar, no microfone, a nossa colega Senadora Marina Silva, que é o exemplo daquilo que eu estou afirmando. Apesar de não ter vencido a eleição para Presidente da República, quero parabenizar a nossa colega – e me permita chamar amiga e com reconhecimento sempre profundo, fizemos parte da mesma bancada do Partido dos Trabalhadores durante alguns anos – pelo desempenho, pela discussão, pelo debate, pela forma, pelo princípio que a norteou em toda essa eleição, de trazer à tona, de maneira adequada, correta, reflexiva, a discussão dos grandes temas – não é, Senadora Marina Silva? –, que o Brasil tem que enfrentar.

Refiro-me ao jeito de fazer política que ela procurou colocar em todos os momentos, inclusive enaltecendo, nesse sentido, a grande figura de José Serra, nosso amigo pessoal, uma pessoa da mais alta qualidade, da mais alta importância, que tanto já contribuiu para o Brasil. E o País, na verdade, se beneficiará ainda muito com todo o trabalho e com toda a disposição, com toda a seriedade, honestidade e competência que ele pode colocar à disposição do Brasil.

E, ao mesmo tempo, quero parabenizar também a Presidente eleita Dilma Rousseff. Que ela tenha um bom período como Presidente e que possa, na verdade, com sabedoria, com calma, com diálogo, escutando as partes todas, conduzir o nosso País a patamares sempre melhores, que é o que desejamos que aconteça com o nosso povo, na área econômica, social ou ambiental. Esses desafios, na verdade, são de toda a sociedade.

Só para concluir, Sr. Presidente, está aqui o Robson Tuma, o Tuminha, como falam. Quero dizer-lhe que eu era muito amigo do Senador Romeu Tuma. O Senador Romeu Tuma, em todas as ocasiões, estava sempre disponível para discutir aquilo que mais interessasse, que fosse importante para o povo brasileiro. Quero destacar que, em termos de Santas Casas, de Apaes, de creches, de idosos, de igrejas de maneira geral, de pastorais, toda discussão que ele coordenou aqui, dentro do Congresso Nacional, particularmente

sobre leis relacionadas à filantropia, a benefícios... Eu me lembro, por exemplo, que, na área do esporte, quando se discutia a legislação, para que os clubes esportivos não pagassem ou parcelassem suas dívidas com o INSS, ele, imediatamente, trouxe à tona a discussão de que esse benefício deveria ser estendido para todas essas entidades do terceiro setor sem fins lucrativos – idosos, crianças, deficientes, jovens de rua. Enfim, com todo esse terceiro setor, na verdade, faz-se um trabalho extraordinário de cidadania, de direitos humanos, de promoção social dessas pessoas marginalizadas, normalmente, na nossa sociedade.

Essa era a marca do Senador Romeu Tuma, uma pessoa boa, uma pessoa sensível, uma pessoa do diálogo, uma pessoa que contribuiu decisivamente aqui, para a estrutura do Senado. E, mesmo na época da ditadura, como já foi dito também, ele teve um papel importante na preservação e na promoção dos direitos humanos, conforme relatos de muitas pessoas que conheço, que o enaltecem por todos os atos que ele porventura tenha praticado e que o descrevem como pessoa séria, ética, boa e que contribuiu para a sociedade.

Então, Sr. Presidente, era a manifestação que eu queria externar. Agradeço a V. Ex^a e o parablenizo novamente como Governador eleito do Estado de Goiás. Que a gestão, naquele Estado, a exemplo do que aconteceu na sua outra gestão, seja de avanços importantes para aquele Estado, e que Goiás contribua para o Brasil.

Parabéns!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a pelas palavras de estímulo e elogiosas. Igualmente, eu gostaria de parabenizá-lo pela luta democrática ao longo dos anos, pelos direitos humanos, pela educação, pelos portadores de necessidades especiais, por ser a favor das Apaes. V. Ex^a é um grande brasileiro, Senador Flávio Arns, e esta Casa tem profundo respeito por V. Ex^a. Aliás, o Brasil lhe deve muito. O Brasil lhe respeita muito, o senhor e toda a sua família: Dr^a Zilda Arns, Dom Paulo Evaristo Arns e todas as pessoas de bem que tanto contribuíram para o Brasil e que são membros da sua família.

Parabéns pela luta ao longo de todos esses anos.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência designa o Senador Alfredo Cotait, para integrar, como suplente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do expediente encaminhado pela liderança dos Democratas, OF.Nº 066/10 – GLDEM.

É o seguinte o Ofício:

OF. nº 66/10-GLDEM

Brasília, 3 de novembro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Alfredo Cotait para integrar, como Suplente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE na vaga cedida, temporariamente, ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e ocupada até então pelo Senador Romeu Tuma.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Junior**, Vice-Líder no exercício da Liderança do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Alguns requerimentos serão votados.

Foi lido, em sessão anterior, o **Requerimento nº 805, de 2010**, do Senador João Faustino e outros Senadores, solicitando que o tempo dos oradores no Período do Expediente da sessão de 09 de novembro seja destinado a homenagear o Cardeal Dom Eugênio Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro, pelos seus 90 anos de vida.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Foi lido, em sessão anterior, o **Requerimento nº 801, de 2010**, do Senador Renato Casagrande e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores no Período do Expediente da sessão do dia 10 de novembro deste ano seja destinado a comemorar os 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Foram lidos, anteriormente os **Requerimento nºs 793 e 855, de 2010**, da Senadora Marisa Serrano e outros Senhores Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores no Período do Expediente da sessão do dia 25 de novembro do corrente seja destinado a comemorar o centenário da Associação Psicanalítica Internacional.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 838, de 2010**, da lavra do Senador Demóstenes Torres, solicitando licença para se ausentar dos tra-

balhos da Casa, a fim de participar, como observador parlamentar, da 65ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, no período de 18 a 28 de novembro do corrente ano.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Fica o Senador Demóstenes Torres autorizado a desempenhar a referida missão.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não havendo objeção do plenário, submeto à votação o Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 2008.

Item extrapauta:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 145, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 2008 (nº 2.927/2004, na Casa de origem, da Deputada Vanessa Grazziotin e outros), que *institui o dia 20 de janeiro como o Dia Nacional do Farmacêutico*.

Parecer favorável, sob nº 778, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora *ad hoc*: Senadora Rosalba Ciarlini.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 145, DE 2008

(Nº 2.927/2004, na Casa de origem)

Institui o dia 20 de janeiro como o Dia Nacional do Farmacêutico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 20 de janeiro como o Dia Nacional do Farmacêutico.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2010**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Gim Argello), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.

2

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 278, DE 2010**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 411, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2010.

3

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 279, DE 2010**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 412, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2010.

Parecer nº 412, de 2010-CAE, relator *ad hoc* Senador Antonio Carlos Júnior, concluindo pela aprovação da matéria, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2010, que apresenta.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2009**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

8

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

(Relator-CAS no turno único: Senador Expedito Júnior)

9

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

(Relatores no turno único:

- CAS, Senador Juvêncio da Fonseca;
- CCJ, “ad hoc” Senador Valter Pereira)

10

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

(Relator-CMA no turno único: Senador Flávio Arns)

11

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

(Relatores no turno único:

- CE, Senador Cícero Lucena;
- CAS, Senador Mozarildo Cavalcanti)

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russo-

manno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1– CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador João Durval.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (nº 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, de redação, que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1– CAS (Substitutivo), que oferece.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela),

que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2– CCJ, que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1– CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2– CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 -Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*:

Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2– CAS, que apresenta.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

31**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1– CAS, que apresenta.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007,

na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3– CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Rissotto), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 -Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, Relator: Senador Romero Jucá.

37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

39**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006***(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

40**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004***(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regula o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1– CCJ (Substitutivo), que apresenta.

41**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005***(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para

tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1– CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

42**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

43**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 -Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

44

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 175, DE 2003-COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

45

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

46

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complemen-

tar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 266, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as

Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 269, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

49

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 274, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

50

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 313, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

51

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 363, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

52

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

53

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 -COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 684, DE 2007 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 17, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990,

para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 209, DE 2008**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 236, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em

questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 249, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 14, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 1, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

65

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 117, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 19, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

66

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 -COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105,

de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 190, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 17, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, que apresenta.

68

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 441, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

69

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 235, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da

Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa e concedo o Senador Magno Malta para presidir a Casa.

O Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Magno Malta, que assume a Presidência, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado.

Magno Malta, quis Deus V. Exª estar presidindo a sessão e quis Deus e o povo de Deus, lá do seu Estado, que V. Exª voltasse ao Senado da República.

Quero dizer que, hoje, Magno Malta, eu assisti, ao meio-dia, a uma missa de sétimo dia, aqui, no Senado da República, do Senador Romeu Tuma, na qual estavam alguns Senadores presentes, o pessoal do seu gabinete e funcionários.

Eu refletia no momento da missa, Magno Malta. Somos todos cristãos. V. Exª é evangélico, e eu sou da Igreja Católica Apostólica Romana. Mas entendo, e entendemos bem, como está no próprio Livro de Deus, Magno Malta, que sobre os céus há tempo determinado para cada coisa: há tempo de nascer e de morrer, de chorar, de sorrir, de juntar, de espalhar. E, sem dúvida nenhuma, Lutero viveu seu tempo. Ele quis purificar os cristãos e colocou na sua catedral 96 erros. Então, aquele foi o tempo de espalhar. E melhorou. A verdade sempre é boa. O próprio Cristo, quando falava, dizia: “Em verdade, em verdade, eu vos digo”. Tuminha, meu querido amigo!

Então, em nome do Senado, o padre pediu que eu lesse as preces da nossa região, mas entendo que, agora, é o tempo de unir, Magno Malta. Nós somos todos cristãos e Cristo mesmo disse: “Só se chega ao Pai através de mim. Eu sou o caminho, a verdade e a vida”. Então, agora, vamos acabar com isso. A época de Lutero foi salutar, mas agora é a época de juntar,

está ouvindo Magno Malta? Todos nós somos cristãos. Então, nós viemos e entendemos assim.

Quero dizer que, Tuminha, eu revivia e revivia os anos que o povo do Piauí e Deus me permitiram passar no Senado. A brevidade da vida.

O Magno Malta é um profundo conhecedor da Bíblia – sabe mais do que eu – e, hoje mesmo, nós conversamos sobre ela. Eu aprendi muito. Aprendi sobre o final de Pedro, o final de Paulo, o final de Estevão, e discutimos sobre o fim da vida.

Quero dizer, Magno Malta, que ela é cheia de encantamentos, de caminhos, mas a parte que mais admiro, Magno Malta – ô Tuminha, na Bíblia, leia essa parte –, é Eclesiastes. Ele diz, o autor: “Sou Coélet. Eu sou filho de Salomão e neto de Davi. Ninguém tem mais sabedoria do que eu. Meu pai, Salomão, me deu os ensinamentos. Meu avô, Davi, preceptores. Então, acho que ninguém entende mais da vida do que eu, com toda a firmeza”. E ele disse: “Tudo é vaidade, é querer pegar o vento com a mão. Eu quero afirmar que tive todo o poder, tive mais gado do que estrelas no céu, terras que a minha vista não alcançava”. Ele chegou e disse, Tuminha: “Ouro, prata, mulheres, mais de mil”. Era comum isso. Eu só tenho a Adalgisinha e acho que ela é melhor que as mil mulheres dele, como Romeu Tuma só tinha a Zilda Dirane Tuma. E um dos fatos que me convenceram aqui: eu vi o amor, o amor que é o cimento da família.

Além desse exemplo que o Romeu Tuma deu, de ser o xerife do Brasil, o Apollon Cassidy, porque líamos revistas em quadrinhos... Apollon Cassidy era o xerife padrão. Tom Mix, Roy Rogers, esse povo todo ele simbolizava na coragem, na firmeza do direito. Além desse Romeu Tuma, eu quero dar o testemunho: ele tinha firmeza, mas o coração dele parecia o de um frade franciscano. E quis Deus, ô Magno Malta... Magno Malta, preste atenção: Deus fez ele nascer no dia de São Francisco. Olhe os desígnios de Deus! Romeu Tuma nasceu no dia de São Francisco.

Nós sabemos que aquele Francisco, lá da Itália, andava com uma bandeira: “Paz e bem”. E o nosso xerife, o nosso soldado não irradiava terror. Ele irradiava firmeza, não era dureza, não era atrocidade, não era tormento, não era tortura. Ele tinha o coração de acordo com Deus, que o fez repetir o 04 de outubro: a bondade, a caridade e a pureza de São Francisco. Ele era um delegado, vamos dizer, franciscano, e Deus o conhecia.

Conhecedor dessa história, o Brasil tem de fazer justiça. Esse negócio de o Luiz Inácio dizer “nunca antes”... Teve o antes, o antes de bravura, de todos que fizeram isto aqui, esta Pátria grandiosa.

Jefferson Praia, atentai bem: Tancredo se imolou pela democracia – Tancredo, de Minas.

O destino colocou a paciência no Presidente Sarney, mas o Presidente Sarney, por maior que fosse a sua paciência... Até Cristo precisou de alguém para ajudá-lo na crucificação. Ele tombou, o Cristo, três vezes, não foi Magno? Aí, apareceu um cirineu. Então, o cirineu do Presidente Sarney, na página mais bela da redemocratização deste País, foi Romeu Tuma.

Mais de 12 mil greves, incendiadas e inspiradas pelo Presidente Lula, foram pacificadas e respeitadas, estendendo as mãos firmes do amor de São Francisco. Foi Romeu Tuma quem deu paz a essa transição. Luiz Inácio instigava, fomentava. A paz e a firmeza foram do cirineu de Sarney, que foi Romeu Tuma. Essa foi a história, daí ele ter nascido em 04 de outubro. Paz e bem! Esse é o respeito.

Aqui tenho cenas... Esse negócio de família é coisa boa. Deus, quando quis melhorar o mundo, mandou o filho Dele. Deus fez várias tentativas, Jefferson Praia, não é isso, Magno Malta? Mas, aí, ele mandou o Seu filho: “Vá lá e conserte esse mundo”. Então, é família, e Deus o colocou em uma família, a Sagrada Família: Jesus, Maria e José. Aí está o conceito disso.

Rui Barbosa está ali, Jefferson Praia, porque ele disse: “A Pátria é a família amplificada”. E Romeu Tuma deu, a cada instante, esse grande ensinamento à Pátria: o amor e a família.

Olha, eu vi muitas coisas se passarem aqui, e muitas, pesadas.

Eu vi, e nós choramos, nestes longos quase oito anos nesta Casa, as mortes de Ramez Tebet, de Jonas Pinheiro, de Antonio Carlos Magalhães, de Jefferson Péres – e aí está seu substituto –, de Gilberto Mestrinho, do Amazonas, e de Alberto Silva, do meu Piauí. Recentemente, saiu um belo livro sobre Alberto Silva, escrito pelo jornalista e seu fiel discípulo Tomaz Teixeira.

Hoje, aqui, lamento, mostrando a saudade, como diz o poeta. Lúcia Vânia, diz o poeta: “A saudade é o amor que fica”. Então, falo da saudade de todos eles. E disso Romeu Tuma nos faz lembrar.

No seu livro, Coélet disse: “Tudo é vaidade”. Eu estou dizendo: o bom mesmo é comer bem, beber bem e fazer o bem. Eu vi, além das atividades profissionais de Romeu Tuma, ele chorar e cantar o amor. Convidei-o até para passar as Bodas de Ouro na minha casa, nas praias do Delta do Piauí, da Parnaíba, com a amada dele. Ouvi ele dizer para Zilda, ele cantar, aqui, aquela música do Roberto Carlos que dizia “a normalista de azul e branco”, não sei mais o quê. Há essa música. Eu o ouvi cantarolar, fazendo reviver isso, declarando-se e – atentai bem! – dando exemplo

de amor. Eu acho que isso foi muito forte, e isso ele ensinou à sua família.

Ô cena bonita! Eu via o Tuminha entrar por ali. Está ali o Tuminha. Esta foi a cena mais bonita que vi ao longo dos anos: pai e filho se beijarem. Eles se beijavam. Era o amor, o beijo do amor filial, do amor paternal. Aquele quadro me ensinou. Sempre admirei a família. A minha família também é muito boa: minha mulher e meus filhos. Tenho um filho homem e três filhas mulheres. Mas aquela cena aumentou meu respeito e minha dedicação à família, minha crença na família. Ele me fez isso, Tuminha.

É o seguinte: Deus faz o que é certo. Lembro-me da grandeza dele. Um dia, fiz um pronunciamento em que o único aparte foi de Jefferson Péres. Eu citava o livro *Mein Kampf, Minha Luta*, de Hitler. Deu uma confusão! Todo o Brasil sabe disso. E o livro é história. A ignorância é audaciosa. Isso é história. Jefferson Péres foi o único que me aparteu. O partido trabalhista nazista de Hitler era partido trabalhador até no nome. E a confusão formou-se. E dei o livro. Olha: que Corregedor decente! Isso nós não vamos contar. Era um homem fino, decente, correto. Quiseram virar o mundo, e ele não permitiu. Dei o livro. Era essa força moral. Tenho essa gratidão.

Este Senado, Magno Malta, já vai começar mais fraco, porque jamais vai haver aqui um Corregedor com essa envergadura moral, essa firmeza e a grandeza que se faziam respeitar nesta Casa. Então, esse já é um dos problemas, Magno Malta. V. Ex^a sentiu isso quando com ele contou como Vice-Presidente de uma das CPIs mais belas, que tentou apagar a maior nódoa da sociedade, da humanidade: a pedofilia. V. Ex^a também obteve êxito.

Então, quero dizer o seguinte: tudo é vaidade. Atentai bem, Tuminha! Coélet diz algo importante: “Você vai ver o que digo aqui. Já vi muitas coisas. Sabedoria é importante, é uma coisa boa, mas tenho visto gente que, no fim, perde a sabedoria. Tudo é vaidade, até a sabedoria”. É o que disse ele. “Você vai ver que é verdade o que estou dizendo aqui”, disse Coélet, o pregador, em Eclesiásticos. Não numa festa, não numa boda, não num carnaval, mas, quando você perde um amigo, no velório de um amigo seu, reflita sobre minhas palavras. Você vai ver que a verdade é que tudo é vaidade.

Aqui, está a homenagem que hoje faço. O padre que celebrava a missa me permitiu ler, em nome do Senado, as preces. Quero dizer do nascimento dele. Romeu Tuma nasceu no dia de São Francisco, em 1931, em São Paulo. Ele era filho de Zike Tuma e América Trabulsi Tuma. Sua cônjuge era Zilda Dirane Tuma, mulher amada, mulher amante, mulher querida,

mulher mãe, normalista ímpar. E, com muita emoção – tínhamos isto em comum –, digo que também conheci minha Adalgisa de azul e branco, saindo de uma escola normal. Antes de ela receber o diploma, ela dava à luz meu primogênito, Francisco Júnior.

Quando ele dizia aquilo, declarava-se, a luta, o namoro, os primeiros anos de casado, as dificuldades que vi aqui, a constituição da família.

Quero conviver ainda com Romeu Tuma Júnior, com Rogério, com Ronaldo e com Robson e dizer aos seus filhos – ele só tem filho homem – que os senhores têm de agradecer a Deus. “Árvore boa dá bons frutos”, está escrito no Livro de Deus. E o amor é o cimento da mais importante instituição: a família. Essa é a homenagem que quero fazer aqui. Quero dizer aos seus filhos que termino com o que diz a Bíblia: “Árvore boa dá bons frutos”. Vocês todos são bons frutos e haverão de continuar aquele exemplo.

Foram-se esses Senadores e, por último, Romeu Tuma, que nos deixa o exemplo de que o bem vence o mal. Ainda vale a pena termos firmeza, acreditarmos no bem. Quis Deus – esses foram desígnios de Deus – que ele nascesse no dia de São Francisco. Ele foi um delegado franciscano. Ele podia declamar aquilo que Francisco declamou: “Senhor, fazei de mim um instrumento de vossa paz”. Pacificou doze mil greves estimuladas e motivadas pelo nosso atual Presidente. Ninguém o excedeu em busca da paz. Paz e bem! E ninguém mais do que ele respeitou o lema “Ordem e Progresso”.

Ó Deus, receba-o! Sem dúvida, se for verdade o que está no Livro, Magno Malta, se existe céu, hoje há o santo Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço ao Senador Mão Santa a justa homenagem, em seu pronunciamento, ao nosso colega querido Senador Romeu Tuma, homem destemido, mas de profunda sensibilidade. Dizia eu, em um aparte que fiz, que ele era um homem capaz de chorar ao ouvir o depoimento de uma mãe, Senador Crivella, na CPI da Pedofilia, como em qualquer outra situação, em sessão solene dedicada aos portadores de deficiência, em qualquer momento que mexesse com o emoção. Era um homem que chorava muito facilmente. Minha mãe dizia que quem não chora não tem capacidade de amar. Ele chorava muito facilmente, mas era um sujeito que ficou conhecido pela sua determinação, pela sua coragem.

Hoje, o Senado o homenageia. Certamente, haverá uma sessão solene assim que se regularizarem os trabalhos. Mas o pronunciamento do Senador Mão Santa é como se fosse o pronunciamento de todos nós. S. Ex^a o faz na presença do filho Robson Tuma,

que, penso, era o filho mais ligado a Romeu Tuma. Dizia Tuma que foi esse filho Robson que o colocou na vida pública. Realmente, era uma cena que se repetia sempre aqui: o filho entrava aqui, beijava o pai e era beijado pelo pai. O Senador Tuma deixou muitos ensinamentos e muitas lições para todos nós.

Parabenizo o Senador Mão Santa pelo brilhante pronunciamento, como sempre, e faço das suas palavras minhas palavras.

Chamo o Senador Jefferson Praia, do Amazonas.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Magno Malta, inicialmente, quero externar meus sentimentos de pesar pela perda do nobre Senador pelo Estado de São Paulo Romeu Tuma, que defendeu seu Estado de forma intensa e que, acima de tudo, demonstrou, em suas ações, ter um grande espírito público. Tinha em sua alma um enorme apreço pela minha região, a Amazônia, e um carinho especial pelo meu Estado, o Estado do Amazonas. Perdemos, Sr^{as} e Srs. Senadores, um grande homem público.

Sr. Presidente, o povo brasileiro, por intermédio das urnas do segundo turno, no dia 31 de outubro, escolheu Dilma Rousseff, para sagrá-la a primeira Presidente da nossa história. Contra 44% dos votos válidos obtidos pelo seu adversário do PSDB, o ex-Governador de São Paulo José Serra, a ex-Ministra de Minas e Energia e da Casa Civil da Presidência da República conquistou 56% dos sufrágios. Por sinal, meu Estado do Amazonas proporcionou-lhe a mais consagrada votação, com praticamente 80% dos votos válidos.

Considero que, do ponto de vista político-institucional, a grande vitoriosa foi a democracia brasileira, que, mais uma vez, deu múltiplas provas da sua maturidade, do seu vigor e da sua consolidação. Gostaria de comentar alguns desses indicadores altamente positivos, que são motivo de justo orgulho para todos nós, independentemente da candidatura que apoiamos, do partido a que pertencemos ou da orientação ideológica que abraçamos.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, esta é a primeira vez, em 84 anos de história política, em que o Brasil assiste à transmissão pacífica e ordeira do poder entre três Presidentes diretamente eleitos pela população. Isso não ocorria em nosso País desde que Arthur Bernardes passou a faixa presidencial a Washington Luís. Vale acrescentar, para realce da diferença profunda entre essas duas situações históricas, que, durante a chamada República Velha, de 1889 a 1930, o eleitorado jamais ultrapassou os 10% da população total, enquanto hoje o Brasil se situa entre as maiores

democracias de massas do mundo, com cerca de 136 milhões de votantes.

Em segundo lugar, a tecnologia e a organização, inclusive logística, permitiram grande eficiência na realização dos dois turnos. Até mesmo as populações mais remotas deste nosso País continente já se acostumaram a operar a urna eletrônica, assim como todos nós estamos habituados à pronta e precisa divulgação dos resultados tão logo o pleito se encerra.

Parabéns, portanto, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), aos magistrados e funcionários da Justiça Eleitoral, por mais essa demonstração de competência e de seriedade na realização de um pleito nacional que não registrou a menor acusação de fraude!

Em terceiro lugar, numa reafirmação concreta do valor do pluralismo para o equilíbrio de poder e para a saúde da democracia, verifico que o principal partido de oposição, o PSDB, conquistou o maior número de governos estaduais, enquanto o DEM elegeu governadores em dois outros Estados. Assim, a partir de 1º de janeiro de 2011, a Oposição será responsável pela administração de dez Estados, com 52% da população e com 59% do Produto Interno Bruto (PIB) do País.

Em quarto lugar, Sr. Presidente, esta eleição consagrou a chamada Lei da Ficha Limpa, mesmo a despeito de alguns impasses jurídicos e de incertezas quanto à sua aplicabilidade imediata. É bom lembrar que o projeto que lhe deu origem foi de iniciativa popular e que sua aprovação no Congresso Nacional refletiu os insistentes e, a partir de dado momento, irresistíveis clamores da cidadania por ética na política, por honestidade no trato da administração e, principalmente, dos recursos públicos oriundos do trabalho e do suor do contribuinte brasileiro, que paga imposto – e paga muito – mesmo quando imagina que não o faz.

Acredito que a Ficha Limpa tenha vindo para ficar e progressivamente aprimorar nossos costumes políticos, garantindo a qualidade e o bom funcionamento do sistema representativo. Por isso, tenho certeza de que, onde estiver agora, o saudoso Senador Jefferson Péres comemora e abençoa mais essa conquista do povo brasileiro, Sr. Presidente.

Por último, mas não em último lugar, faço questão de assinalar e celebrar o papel fundamental desempenhado pela imprensa livre, pela comunicação social sempre alerta e cobradora, cobrindo com profissionalismo todos os eventos das campanhas, promovendo debates, zelando pela imparcialidade, iluminando divergências, denunciando irregularidades, enfim, procurando sempre esclarecer o eleitor acerca da importância do voto consciente para o futuro do País. Ficou comprovado, mais uma vez, que a informação e a

comunicação são os olhos e os ouvidos da cidadania no regime democrático.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, bem sabemos que nenhuma realização humana é perfeita, e isso inclui qualquer eleição. Algumas questões, na minha avaliação, Sr. Presidente, precisariam ter sido mais aprofundadas, tais como: quais as reformas prioritárias na agenda de cada candidato? O que, na visão deles, deve mudar ou permanecer na política econômica? Quais são os detalhes mais importantes das suas propostas para superar os defeitos e as insuficiências de setores prioritários, como saúde, educação, saneamento e segurança pública? Como resolver a equação entre crescimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental, uma discussão em que a Amazônia e seus mais de 25 milhões de habitantes ocupam um lugar central não somente na coluna dos problemas, mas, sobretudo, na das soluções promissoras? De onde virão os recursos para financiar tais soluções?

De uma coisa, porém, podemos ter certeza: de agora em diante, passado o fragor da disputa e pronunciado o veredicto das urnas, o Governo e a Oposição, cada um no cumprimento fiel de sua missão, devem assegurar ao Brasil que se encontram realmente à altura da maturidade e das aspirações legítimas e urgentes do povo, pois, ao lado dos pontos de discordância, das diferenças de método ou de ênfase, já existem áreas significativas de consenso sobre o que não deve ser feito e sobre aquilo que não mais é possível esperar para se fazer. No primeiro caso, um exemplo que logo ocorre à memória é o do nosso famoso tripé macroeconômico de estabilidade monetária, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante. No segundo, sobressai a elevação da taxa de investimento público em relação ao PIB, hoje situada entre parcos 1% e 2%.

No pronunciamento que se seguiu à confirmação da sua vitória, a Presidenta eleita, Dilma Rousseff, mencionou mais alguns desses aspectos e tarefas prioritárias. Caberá aos Parlamentares escolhidos nas urnas para compor o novo Congresso, onde a base de apoio ao Governo controlará ampla maioria, o dever de contribuir para debater, encaminhar e aperfeiçoar essas providências relevantes e urgentes.

A todos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, especialmente àqueles entre os nossos colegas que acabam de ser reconduzidos às suas cadeiras pela vontade soberana do povo, desejo boa sorte e muitas felicidades, reafirmando que, para mim, tem sido uma honra e uma excepcional oportunidade de crescimento conviver com V. Ex^{as} e partilhar das suas sabedorias e experiências.

Desejo à Presidenta eleita, Dilma Rousseff, pleno êxito no desempenho das desafiadoras responsabilidades que se prepara para assumir, fazendo votos de que ela leve adiante a herança positiva de oito anos de Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse período, a Nação brasileira conquistou a segurança de terem ficado definitivamente para trás aqueles tempos da nossa história em que a economia ia bem, mas o povo ia mal ou em que, quando a economia ia mal, os mais pobres, vulneráveis, iam pior ainda.

Presidindo uma forte retomada do crescimento econômico e do emprego formal, Lula demonstrou, com o Bolsa-Família, com os aumentos reais do salário-mínimo, com a democratização do acesso ao ensino superior, por meio do Pro-Uni, e com a expansão de oportunidades na educação profissional, que é possível, sim, combinar prosperidade material com o bem-estar para todos, especialmente para aquela gigantesca parcela da nossa população sempre à margem dos frutos do progresso e dos direitos sociais da cidadania.

Parabéns, então, ao Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva! Tenho confiança de que seus altos índices de aprovação nas pesquisas projetar-se-ão no julgamento de longo prazo da História.

Enfim, parabéns à Presidenta Dilma Rousseff! Muito sucesso e muitas felicidades! Também ao meu povo do Amazonas quero parabenizar pelo comportamento, bem como ao povo brasileiro!

Era o que eu tinha a comunicar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço ao Senador Jefferson Praia pelo pronunciamento, as referências feitas ao Presidente Luiz Inácio, sua trajetória em benefício do seu governo e do País, a forma respeitosa como tratou a oposição – e é assim que deve ser –, e a trajetória segura da nossa Presidente eleita, Dilma Rousseff, que certamente comandará o País a partir de 2011, pela vontade expressa da maioria da população brasileira.

Concedo a palavra, com muita alegria, ao Líder do PRB, S. Ex^a, Senador pelo Rio de Janeiro, esta figura impoluta, respeitada no País inteiro, nosso querido Senador Marcelo Crivella.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Magno Malta. Minha admiração por V. Ex^a é crescente. É grande, mas crescente. V. Ex^a tem um trabalho nesta Casa extraordinário, que se ressaltou na eleição extraordinária que o povo do Espírito Santo lhe concedeu, renovando seu mandato por mais oito anos, para que, com a fibra de um gladiador, com o arrojo de um bandeirante e com a fé de um mártir, V.

Ex^a continue a defender nossas crianças, levando à cadeia pedófilos e qualquer outro que pratique violência contra elas.

Quero, em primeiro lugar, agradecer a Deus, Senador Magno Malta, pela nossa reeleição. Tanto V. Ex^a como eu sabemos que, se não fosse Ele, nós não estaríamos aqui. Quero agradecer também ao povo do meu Estado do Rio de Janeiro, que, com uma generosidade extraordinária, não prestou atenção ao fato de o Senador Crivella ter apenas um partido com modestos quarenta segundos de tempo de televisão, contra dezessete partidos. Mas não eram apenas dezessete partidos, era o PMDB do Presidente da Câmara dos Deputados, do Governador do Estado, do Governador da capital e de mais 60 prefeitos, dos 92 do Rio; era o PDT do Brizola, era o PTB da Ivete Vargas, era o PSB de Arraes, eram todas essas constelações de grandes partidos, que, juntos e conjurados, marcharam – e marcharam de maneira conspícua, faustosa – e foram derrotados.

Então, V. Ex^a, que é um homem da política, mas também da fé, sabe que essas coisas só Deus pode fazer. Quando o menor se faz o maior e o último se faz o primeiro, é só Deus, é só Deus.

Ao povo da minha terra, a quem agradeço muito, estou escrevendo um discurso para poder marcar este momento e agradecer.

Quero saudar também a todos os meus companheiros, que lutaram arduamente, com dignidade, com honradez. Eu fui testemunha do trabalho, da assiduidade da presença de Senadores, como o Senador Mão Santa, o Senador dos mil discursos, incansável nesta tribuna. A todos os Senadores que lutaram pela democracia do meu País, enfrentando adversidades, não olhando para as dificuldades desse dilúvio de ódios e paixões que são as eleições no Brasil. E nós nunca soubemos domar, no Parlamento, esses ímpetos, esses arroubos, essas exorbitâncias do Poder, inclusive Legislativo. Inclusive Legislativo. Nós, então, sofremos.

Agora, meus companheiros mostraram uma tenacidade extraordinária. Alguns venceram, outros perderam, mas nenhum foi derrotado. Nenhum! Primeiro, porque derrotado é aquele que desiste, e nenhum desistirá da sagrada incumbência que um dia o povo nos deu de representar os anseios nacionais. Nós não desistimos. Temos um revés eleitoral, sofreremos, como sofreram todos os grandes nomes. Supliciados foram Rui Barbosa, Epitácio Pessoa e seu sobrinho, João Pessoa, Silveira Martins, Washington Luiz, Otávio Mangabeira, Arthur Bernardes, Getúlio, Juscelino... Há uma constelação de líderes políticos. Eu seria fastidioso se ficasse aqui citando um por um dos que sofreram

revezes eleitorais na sua carreira e nem por isso se diminuíram, nem por isso se abateram; pelo contrário, seguiram em frente, e o destino e o tempo mostraram que eram grandes brasileiros, que hoje estão sendo lembrados aqui, nesta tribuna, neste plenário, porque jamais desertaram da sua missão, que é uma coisa que a Nação nos dá e que se incorpora à nossa alma por gratidão e por amor do povo e que nós levamos até o último dia.

Como é o caso deste meu companheiro sobre quem hoje falarei e que morreu em uma campanha, nos embates da luta política, que lhes eram desfavoráveis. Desde o princípio, eram desfavoráveis. Mas isso pouco importa ao político, à alma política, ao vocacionado, ao predestinado, ao líder, ao amigo de todos, ao servidor do povo. Ele não olha essas coisas. Ele vai. Ele vai. É da alma, é da vocação, é da natureza.

Então, assim aconteceu, Sr. Presidente Magno Malta, Sr. Senador Mão Santa, Sr. Senador Eduardo Suplicy, senhoras e senhores funcionários, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado. Foi isso o que aconteceu com o nosso companheiro. Faleceu Romeu Tuma. A causa da justiça perde um devotado soldado; a força policial, sua maior referência contemporânea; nós, seus amigos e companheiros, perdemos a dignidade exemplar de um companheiro de lutas; e o Brasil perde o filho ilustre, dos maiores do seu tempo.

Poderosa inteligência, aperfeiçoada e amadurecida no trato das investigações policiais complexas, como a descoberta dos despojos do mais procurado criminoso de guerra nazista, Joseph Mengele, e a captura do mafioso italiano Tomazzo Buscheta, cujas confissões permitiram desbaratar grande parte da máfia norte-americana e italiana. Esses feitos lhe conferiam a capacidade de analisar com percuciência e sintetizar com lucidez. Dono de uma vontade inflexível, decidia com firmeza e realizava com bravura. Mas tinha um coração sem ódios e com horror a todo tipo de tirania, que ofendia sua consciência democrática e seu espírito cristão.

Esses eram os atributos marcantes do seu caráter, que o faziam merecedor do respeito dos adversários, da admiração dos amigos e da gratidão do povo. Sua opinião era consultada, ouvida, respeitada e acatada sempre que as nuvens negras e pesadas dos maus presságios do crime pairassem no horizonte da nossa Pátria.

Sua carreira imaculada, competente e incansável, testada em todos os cargos públicos que ocupou ao longo de quarenta anos, lhe davam as mais altas credenciais diante da opinião pública. Era carinhosamente chamado de “xerife” pelos brasileiros, que acom-

panhavam com simpatia, admiração e entusiasmo a sua luta sem tréguas e sem medo na repressão aos criminosos do colarinho branco, às hediondas fraudes contra a Previdência Social, à prostituição e ao tráfico de crianças, à exploração dos índios, à devastação da Amazônia e, especialmente, ao narcotráfico, pelo qual ele tinha verdadeira repulsa.

Cultuava a modéstia e só aceitava ocupar a ribalta quando convocado para chefiar uma investigação espinhosa, reclamada pela Nação, como a que resultou na expulsão do então Deputado Hildebrando Pascoal, por crimes de narcotráfico, e de Carlos Gratz – da terra de V. Ex^a –, por envolvimento com o crime organizado.

Sempre bem informado, dominava fatos, acontecimentos e enfrentava problemas com a mestria de um matemático na busca de uma incógnita fugidia. Não se detinha enquanto não a elucidava do emaranhado dos falsos fenômenos e das aparências artificiais que a encobriam. Paciente tenaz na inquirição das melhores soluções, só descansava quando a sua dúvida era aplacada e ele conseguia vislumbrar os primeiros raios do sol da justiça. Uma vez solucionado o caso, retornava para o fundo do palco, para se dedicar à longa rotina dos seus compromissos.

Dotado de notória autoridade moral, testada por anos de atuação incorruptível, sua liderança não era exercida pela força ou com arroubos de arrogância. Não impunha suas convicções, por mais cristalizadas que fossem, pela ameaça, nem pela violência, assim como nunca soube contrabandeá-las pela mistificação do engodo ou pela demagogia. Discutia, argumentava, persuadia e conquistava.

Nos momentos mais duros das controvérsias de uma sociedade com tantas disparidades, sua alma conciliadora e sua natureza gentil não o permitiam perder a altivez de sua compostura nem se tornar irascível. Abominava a intransigência dos fanáticos e a intolerância dos sectários, que, uma vez cegos pelo orgulho, tornam-se energúmenos e se blindam aos apelos da razão.

Era homem do diálogo, da voz amena, das palavras sábias e generosas, dos conselhos sinceros e lúcidos. Mesmo no obscuro período do arbítrio, que por vezes ocorre na vida dos povos, ele foi, na toda poderosa Polícia Federal, de então, o baluarte da democracia, com respeito monástico aos princípios cristãos e zelo diuturno na defesa dos sagrados direitos do homem.

Foi inesquecível o seu encontro com o então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva na carceragem da ditadura. Lula amargava a prisão e, pior que isso, a perda da sua mãe, a mulher que, no sacrifício, na renúncia, no idealismo, forjou e legou ao País um dos

maiores Presidentes da nossa história. No chefe de polícia, Lula encontrou solidariedade para a sua dor e respeito ao seu sofrimento. Contrariando o protocolo e arriscando a carreira de uma vida, o delegado Tuma permitiu que o jovem líder político estivesse presente no momento em que o corpo de sua mãe era dado à sepultura.

Anos mais tarde o destino faria o caminho desses dois brasileiros se cruzar no exercício de mandatos públicos: um, como Presidente da República; o outro, como Senador da República, defendendo as cores do bravo estado de São Paulo, que ele se orgulhava de representar nesta Casa. Não cabia o espírito de revanche, nem mágoas, nem ressentimentos, nem vinditas; pelo contrário, apenas a gratidão, a profunda consideração, a lembrança daquele encontro fatídico de outrora.

A convivência afável e os sábios ensinamentos, a ponderação de suas observações, sua presença atuante e inspiradora ao longo dos últimos oito anos serão sempre um patrimônio intelectual que preservarei no curso da minha modesta vida pública.

Ele já tinha atingido o apogeu de sua brilhante e produtiva carreira e podia gozar o merecido descanso, mas o seu incansável espírito público o compelia ao serviço da Pátria. Homem de eleição, espírito de eleição, por duas vezes se submeteu à escolha soberana do povo e em candidaturas à Casa do Senado Federal e em ambas foi calorosamente aclamado por uma votação espetacular, de muitos milhões de votos. Assim, surgia o parlamentar eminente, cuja nobre ambição de servir e preservar os valores perenes da Pátria iria consagrá-lo com o apreço do povo. Nunca fugiu às exigências do cumprimento do dever, com o qual não transigia. De maneira serena, criativa e valente enfrentava esse dilúvio de ódios e paixões da vida pública, para elucidar crimes e pôr na cadeia criminosos, fossem quais fossem, e também para encontrar as soluções pacíficas para as controvérsias do nosso tempo.

Nos últimos anos, resistiu o quanto pôde, buscando no seu espírito espartano os recursos sobre-humanos para continuar sua luta em prol do Brasil. Não foi poupado da campanha das calúnias, injúrias e infâmias, que o amarguraram inumeráveis vezes nos últimos anos, tornando sofrida a sua incansável peregrinação de estadista e homem público.

A sua vida encerra uma lição de humildade e persistência e sua morte nos ensina que um homem de bem luta até o último dia por seus ideais. Este foi o grande exemplo do Senador Romeu Tuma, serviu a vida inteira e morreu na luta pelos seus ideais de servir ao povo brasileiro.

Na tribuna do Senado Federal, nas Comissões e na Mesa Diretora, ficará para sempre um vazio que o tempo não preencherá. No coração do povo de São Paulo, um voto de pesar e de saudade. Na enlutada alma nacional ficará a tristeza da perda do policial incorruptível, do Senador da República servidor do povo e amigo de todos, que, agora, no panteão da Pátria, fulgurando na constelação dos brasileiros ilustres, irá iluminar e inspirar com seu exemplo as gerações futuras. Com a lição imortal da sua vida, reanimam-se os mais altos valores morais e de dignidade do povo brasileiro.

Pelas salas do Senado Federal, nas comissões temáticas e, sobretudo, na tribuna do plenário, o seu nome será sempre recordado quando o tema for conter a violência, legislar, aperfeiçoar, aplaudir ou criticar nossos instrumentos de Estado para investigar, processar, reprimir o crime. Nessa mesma hora será lembrada sua inteligência e seu espírito ativo de um homem de bem.

Que Deus o tenha!

Que descanse em paz o nosso companheiro Senador Romeu Tuma, grande brasileiro e grande exemplo!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço o Senador Marcelo Crivella pelo belíssimo pronunciamento, homenageando nosso querido Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, Senador Magno Malta. Convido o Senador Mão Santa a assumir a Presidência, que é o seu lugar até o dia 31 de dezembro.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. *Fora do microfone*) – Em que lugar estou aí, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Está no coração de Mão Santa, diz S. Ex^a. Seu lugar é no coração de Mão Santa.

Agora é o Senador Suplicy, meu querido Senador Valter; depois, Magno Malta; em seguida, V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Presidente Senador Magno Malta, quero cumprimentá-lo por sua reeleição pelo povo do Estado do Espírito Santo.

Agora na Presidência o Senador Mão Santa, gostaria primeiro de destacar a extraordinária vitória de Dilma Rousseff no último dia 31, o valor extraordinário dessa mulher, que, de maneira tão incrível, conseguiu ser reconhecida, por seus méritos, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que a indicou, por justas razões, para ser a nossa candidata à Presidência da República.

Dilma Rousseff foi aceita com entusiasmo por nosso 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em fevereiro último.

Já no final de 2008 e início de 2009, tive um diálogo com a então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e com o Presidente Lula, quando transmiti a ela que compreendia as razões de mérito pelas quais o Presidente Lula a havia escolhido para ser a sua sucessora. E eu tenho a convicção de que foi uma correta escolha.

Com o passar dos meses de 2009 e de 2010, Dilma Rousseff foi se firmando. Houve quem pudesse de alguma maneira dizer: “Mas será que ela vai conseguir entusiasmar o povo brasileiro?” E foram muitos os episódios em que ela demonstrou que, efetivamente, era a coordenadora dos principais programas, muitos dos quais por ela criados, como o Luz para Todos, Minha Casa, Minha Vida, junto com toda a sua equipe. Ela também era a coordenadora e a pessoa que dialogava não apenas com os ministérios econômicos, da Fazenda, do Planejamento, mas com o Ministério da Justiça, sobre o Pronasci, com o Ministério de Minas e Energia, do qual ela havia sido a titular, acompanhando tão de perto aquilo. E o Presidente Lula, ainda no Palácio do Planalto, disse que ela era doutora no assunto relativo ao pré-sal.

Quando ela expôs os pontos programáticos do Programa de Aceleração do Crescimento – também, em grande parte, de criação e de responsabilidade dela – fez-me lembrar os meus tempos de jovem quando, na minha adolescência, eu ouvia pela televisão o Presidente Juscelino Kubitschek falar de como o seu plano de estradas e de construção de Brasília iria integrar e unificar o Brasil. E ele demonstrava um conhecimento não apenas geográfico do Brasil, mas suas posições eram aulas agradáveis para mim que era, então, estudante de Geografia, de Economia, de Sociologia, de Ciências Sociais e assim por diante. Dilma Rousseff fez-me lembrar, em suas exposições sobre o Programa de Aceleração do Crescimento, esses tempos quando falava sobre o que iria acontecer com as ferrovias, as estradas de rodagem, os aeroportos, as diversas formas de geração de energia hidrelétrica, eólica, solar e, inclusive, a energia fóssil e a de biomassa. Falava, inclusive para empresários, sobre como coordenava ações e investimentos que faziam com que o Brasil pudesse se firmar, para que todos percebessem que havia uma definição muito clara de cooperação de investimentos entre o poder público federal, o poder público estadual, os Municípios e também a iniciativa privada.

As instituições oficiais de crédito, o Banco do Brasil, o BNDES – tão especialmente –, o Banco do

Nordeste do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a antiga Nossa Caixa, absorvida pelo Banco do Brasil, todas essas instituições passaram a realizar ações muito positivas, que, inclusive, contribuíram durante este período de campanha – em 2009, ainda estava sofrendo os efeitos da crise econômica internacional. Mas já no final de 2009, era o Brasil um dos primeiros países a sair de uma situação econômica crítica e de se firmar em 2010 como um país que passava a ter taxas de crescimento, agora, próximas de 7%, de 7,5%, sobretudo, combinada com estabilidade de preços e combinada, mais uma vez, no oitavo ano, com a diminuição da pobreza absoluta e a diminuição do Coeficiente Gini de desigualdade. Iniciou no patamar de 0,59% ao final de 2002, mais precisamente 0,588%, mas declinou todos os anos, e ano a ano até 2009, quando chegou a 0,53%, o que ainda significa uma situação de bastante desigualdade, pois ainda estamos como o décimo país mais desigual do mundo.

Com 56 milhões de votos, 56% dos votos válidos – 44% para José Serra, que também muito lutou pelos seus ideais e de tudo aquilo que gostaria para o Brasil, e é necessário respeitá-lo – é importante que Dilma Rousseff tenha mostrado o seu contentamento, a sua imensa alegria na noite de domingo, quando recebeu de milhões de brasileiras e brasileiros a missão que qualificou como a mais importante de sua vida.

É muito importante que tenhamos como nosso 40º Presidente, e pela primeira vez, uma mulher, uma mulher que, na sua juventude, aos 18, 19 anos havia se engajado na luta pela democracia, pela liberdade de expressão e que hoje, de maneira tão nítida, coloca a sua expressão de que prefere muito mais o barulho das liberdades democráticas, da liberdade de expressão ao silêncio da ditadura.

É tão importante que esta mulher esteja defendendo a igualdade de oportunidades para homens e mulheres como um princípio essencial da democracia. E ressalto quão bem ela fez ao destacar que hoje os pais e mães podem olhar para os olhos das crianças, sobretudo das meninas, para dizer: “Sim, a mulher pode!”

Que bom que Dilma Rousseff tenha destacado seus compromissos importantes, como o de valorizar a democracia em toda a sua dimensão, desde os direitos de opinião e de expressão até os direitos essenciais de alimentação, do emprego e da renda, da moradia digna e da paz social. Mencionou que zelará pela mais ampla e irrestrita liberdade de imprensa, portanto, sem qualificação alguma para a liberdade de imprensa; comprometeu-se a zelar pela mais ampla liberdade religiosa e de culto; pela observação criteriosa e permanente dos direitos humanos tão claramen-

te consagrados em nossa Constituição, e zelar pela Constituição qualificada por ela como dever maior da Presidência da República.

Mas o seu objetivo maior, com o qual estou – eu e todos nós do Partido dos Trabalhadores – de pleno acordo, ficou claro quando declarou que não podemos descansar enquanto houver brasileiros com fome e enquanto houver famílias morando nas ruas, enquanto crianças pobres estiverem abandonadas à própria sorte. “A erradicação da miséria nos próximos anos é assim uma meta que assumo”, disse Dilma Rousseff, “mas para a qual peço humildemente o apoio de todos que possam ajudar o País no trabalho de superar esse abismo que nos separa de ser uma Nação desenvolvida”.

E sabe Dilma Rousseff que é meu propósito ajudá-la no limite de minhas forças, de meu conhecimento, para que isso venha a ocorrer de maneira a estar em total sintonia com aquelas pessoas, podemos dizer, que foram precursoras dessa batalha contra a fome, a miséria, a pobreza absoluta. Pessoas como o geógrafo Milton Santos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu peço permissão, Senador, para interrompê-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Regimentalmente, nós temos que prorrogar a sessão. Então, eu prorrogo por mais uma hora.

E os oradores aqui, de acordo com o Presidente que me antecedeu, são o Magno Malta, depois Valter Pereira e vai seguindo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

Senador Mão Santa, quero ressaltar que esses objetivos são consistentes com aquilo que pensam os precursores dessa batalha, como o grande geógrafo Milton Santos, como o grande geógrafo que foi nosso representante na FAO; ou um cientista, médico, Josué de Castro, ou Celso Furtado ou Caio Prado Júnior. Ou ainda Ana Maria de Castro, que, ainda na última quinta-feira, ali no auditório do Sindicato dos Bancários, quando Dilma Rousseff lançou o seu programa de desenvolvimento social, lembrou como é que ela iria levar adiante os propósitos maiores de Josué de Castro, que havia observado que a fome, a pobreza absoluta era resultado da ação de homens contra outros homens na sociedade e que seria possível a sociedade humana se organizar para que não houvesse mais fome, não houvesse mais miséria, ressaltando o quanto foi bom que o Governo do Presidente Lula tivesse permitido que aprendêssemos muito mais para que venhamos a chegar a isso.

É importante ressaltar suas palavras sobre como iremos abrir mais e mais para o mundo. Muito ao contrário do que alguns diziam, Dilma Rousseff diz que vamos continuar propugnando pela ampla abertura das relações comerciais e pelo fim do protecionismo dos países ricos, que impede as nações pobres de realizarem plenamente suas vocações.

No plano multilateral, ressaltou ela, quero “estabelecer regras mais claras e mais cuidadosas para retomada dos mercados de financiamento, limitando a alavancagem e a especulação desmedida, que aumentam a volatilidade dos capitais e das moedas”.

Ela diz que quer cuidar de nossa economia com toda a responsabilidade pois o povo brasileiro não mais aceita a inflação como solução irresponsável para eventuais desequilíbrios. “O povo brasileiro não aceita que governos gastem acima do que seja sustentável”. Por isso, deseja ela realizar todos os esforços para melhoria da qualidade do gasto público, pela simplificação e atenuação da tributação e pela qualificação dos serviços públicos. “Mas recusamos [disse ela] as visões de ajustes que recaem sobre os programas sociais, os serviços essenciais à população e os necessários investimentos”.

Ela quer buscar, sim, a longo prazo, taxas elevadas de desenvolvimento social e ambientalmente sustentáveis. Nesse sentido, foi consoante com os objetivos que foram colocados pela Senadora Marina Silva, também candidata à Presidência, que encaminhou a ela seus pontos programáticos. E à Marina Silva Dilma Rousseff respondeu de tal maneira que a própria candidata do Partido Verde mencionou que justamente a resposta dada por Dilma Rousseff era aquela que mais se aproximava dos objetivos programáticos do Partido Verde.

Importante que Dilma Rousseff ressaltou:

Zelaremos pela meritocracia no funcionalismo e pela excelência do serviço público. Zelarei pelo aperfeiçoamento de todos os mecanismos que libertem a capacidade empreendedora de nosso empresariado e de nosso povo. Valorizarei o microempreendedor individual para formalizar milhões de negócios individuais ou familiares. Ampliarei os limites dos Supersimples e construirei modernos mecanismos de aperfeiçoamento econômico, como fez nosso governo na construção civil, no setor elétrico e na lei de recuperação de empresas, entre outros.

Acima de tudo, como disse Dilma Rousseff, quer reafirmar o compromisso com a estabilidade da economia, das regras econômicas, dos contratos firmados e

das conquistas estabelecidas. “Trataremos os recursos provenientes de nossas riquezas sempre com o pensamento de longo prazo. Por isso trabalharei no Congresso pela aprovação do Fundo Social do Pré-Sal.”

Ela quer justamente que haja o compromisso não apenas com as gerações presentes, mas com as gerações futuras. Daí por que ela diz:

O Fundo Social é mecanismo de poupança de longo prazo, para apoiar as atuais e futuras gerações. Ele é o mais importante fruto do novo modelo que propusemos para a exploração do pré-sal, que reserva à Nação e ao povo a parcela mais importante dessas riquezas.

(A Presidência faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) –

Ela também estendeu a sua compreensão e a sua mão à Oposição, pois ela disse:

Dirijo-me também aos partidos de Oposição e aos setores da sociedade que não estiveram conosco nesta caminhada. Estendo minha mão a eles. De minha parte não haverá discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir de minha posse serei presidenta de todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política.

E vai valorizar a transparência e seriedade da opinião pública.

E ela disse e repetiu que ela prefere o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. “As críticas do jornalismo livre ajudam ao País e são essenciais aos governos democráticos, apontando erros e trazendo o necessário contraditório.”

(Interrupção do som)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) –

Com essa parte, eu gostaria, Sr. Presidente, que V. Ex^a aqui me permita ler a carta que eu enviei ao Presidente Fidel Castro que se refere a esse tema.

É uma lauda apenas, e eu gostaria que V. Ex^a me concedesse o tempo necessário para lê-la. V. Ex^a entenderá o porquê de meu pedido.

Com carinho ao Presidente Fidel Castro Ruz.

Honrado em escrever para “Caros Amigos”, como também o faz o ex-Presidente Fidel Castro, aproveito esta oportunidade para lhe fazer um apelo público. Quem escreve é um Senador do Partido dos Trabalhadores, eleito

em outubro de 2006 para o terceiro mandato pelo Estado de São Paulo, com 8.986.803 votos, 48% dos votos no Estado. Sempre mantive com as autoridades de Cuba um relacionamento de respeito e amizade. Quando Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, 1989-90, estive com Vossa Excelência, juntamente com a Prefeita Luiza Erundina de Souza, em audiência no Horto Florestal de São Paulo. Visitei Cuba em quatro oportunidades: duas nos anos 90 – uma com meu filho André, quando participei de atividade voluntária de construção em Havana e outra vez com minha família [naquela vez com Jorge Ferreira, que testemunhou isso] – e duas vezes em 2009, quando fui recebido por Sérgio Cervantes, amigo do Brasil, e quando realizei palestra sobre a Renda Básica de Cidadania, no Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas do Desenvolvimento, organizado pela Associação Nacional de Economistas de Cuba. Nesta ocasião, considerei muito positiva a pluralidade de ideias no evento, que contou inclusive com a participação de três economistas norte-americanos laureados com o Prêmio Nobel de Economia.

Tenho sido solidário a Cuba para que os EUA encerrem, o quanto antes, o Embargo que tantas dificuldades tem causado ao desenvolvimento de seu País. Assim como o fez o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, considereei positiva a decisão do governo cubano de realizar um acordo com a Igreja Católica pelo qual foram libertadas pessoas detidas por razões políticas e que foram autorizadas a viver na Espanha.

Sr. Presidente, meu apelo é para que recomende às autoridades cubanas autorizarem a Sra Yoani Sanchez, responsável pelo blog “Generation Y”, viajar ao Brasil para participar da exibição do documentário realizado pelo Sr. Cláudio Galvão da Silva, na cidade de Jequié, Bahia, em 26 de novembro próximo. Considero muito importante a disposição do Governo do Presidente Lula de colaborar com a evolução de Cuba, conforme expressou em sua última carta ao Presidente Raul Castro. Tenho a convicção de que esta cooperação se fortalecerá na medida em que Brasil e Cuba consolidem a democracia e a liberdade de expressão. Respeitosamente,

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy (PT/SP).

Encaminhei essa carta no dia 19 de outubro ao Sr. Embaixador Carlos Rafael Zamorra Rodriguez, da Embaixada de Cuba, a quem solicitei a gentileza de enviar a carta anexa, a qual será publicada como artigo pela revista *Caros Amigos* em novembro próximo, ao Exmo. Sr. Presidente Fidel Castro Ruz.

Disse também:

(...) lembro ao Senhor Embaixador que aguardo a oportunidade de conversarmos pessoalmente. Tenho a convicção que o Embaixador do Brasil em Cuba sempre estará aberto ao diálogo com qualquer representante da Assembléia Nacional de Cuba.

Respeitosamente, – Senador Eduardo Matarazzo Suplicy (PT/SP)

Então, reitero ao Sr. Embaixador Carlos Rafael Zamorra Rodriguez pedido para que possa tratar com todo respeito um Senador brasileiro, enviar esta carta e responder qual é a decisão de Cuba.

Reitero que a defesa que Dilma Rousseff fez acerca dos direitos humanos ainda hoje, inclusive em sua entrevista no Palácio do Planalto ao lado do Presidente Lula, é inteiramente consistente com essa proposição, porque ela disse que, em outros países, iria defender os direitos humanos e a liberdade.

Hoje também quero aqui ressaltar, Sr. Presidente, o quanto nós, brasileiros, inclusive a própria Sr^a Dilma Rousseff, desaprovamos, condenamos a possibilidade de a Sr^a Sakineh ser apedrejada ou morta por qualquer meio inadequado e condenada pelas autoridades da justiça iraniana. É importante o apelo que todos fazemos para que ela não seja morta.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Magno Malta deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Jefferson Praia, Srs. Senadores, Deputado Manato, ilustre Deputado do meu Estado, que machucou o braço, quebrou a mão...

V. Ex^a é lutador de jiu-jítsu? (*Pausa.*)

Não. De boxe? (*Pausa.*)

Foi uma fatalidade!

...nobre Senador Valdir Raupp, reeleito, nobres Senadores, aqueles que nos assistem agora pela televisão, pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado, pelos meios de comunicação, Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna hoje, neste dia memorável, em que o Brasil, pela primeira vez na sua história, elege uma mulher presidente... Mas é um dia triste também para nós, porque foi o dia da posse, Senador Inácio Arruda, do suplente do Senador Tuma, saudoso Tuma, e muitas homenagens foram feitas a ele aqui, neste plenário, a esse colega memorável, patrimônio do Brasil, exímio conhecedor da segurança pública. Mas o que traz a esta tribuna é o desejo de lembrar um pouco o processo eleitoral, Deputado Manato.

No processo eleitoral, Senador Inácio, no primeiro turno, todos nós estávamos empenhados, em nossos Estados, na eleição de companheiros, na eleição dos governadores. Nós, que estávamos do mesmo lado no Estado, Senador Inácio Arruda, ombro a ombro com o Senador Casagrande, nosso candidato a Governador, nosso querido Manato, candidato a Deputado Federal do PDT, lideranças do Estado, como o Prefeito Helder Salomão, o Prefeito João Coser, o Prefeito Neucimar Fraga, prefeitos da Grande Vitória, do interior, Prefeito Sérgio Vidigal, lideranças significativas de partidos, Nilton Baiano, Reginaldo Almeida, presidentes de partidos se juntaram, desde os menores até os maiores... E, quando se integra uma coalizão para governar ou ganhar uma eleição, o PMDB tem de ficar do tamanho do menor partido, e o menor partido... O PMDB do meu Estado tem de ficar do tamanho do PV; o PV, do PCdoB; o PCdoB, do PR; e o PR, do PSC, porque há uma coalizão para ganhar uma eleição e para governar junto e não se entende que, depois, eles sejam medidos pelo tamanho que têm do ponto de vista de filiados.

Ganhamos a eleição no primeiro turno. Empenhei-me, de uma maneira muito forte, Senador, na campanha de Dilma Rousseff, e o fiz por crença, tão somente por crença, por acreditar no novo Brasil, neste Brasil que avançou em sete anos com o Presidente Lula, o Brasil que eu quero para os meus netos, para as minhas filhas, o Brasil que eu quero, o Brasil dos pobres, da inclusão social, o Brasil que eu quero que continue.

Pois bem. Eu, no segundo turno, fui chamado para cumprir uma missão no País – e essa missão também me foi dada em 2002 –, dessatanizar a nossa Presidente no segmento onde eu professo a minha fé, no segmento evangélico, a mesma missão que eu cumpri em 2002, quando satanizaram o nosso Presidente Lula.

Sou avesso à discriminação, sou avesso a ataques à honra das pessoas, até porque onde professo

a minha fé – e a Bíblia é minha regra de fé e prática – Salomão disse: “Com a medida com que medis vos medirão”. A Bíblia diz isto: “Tudo aquilo quanto quereis que os outros vos façam, façais vós também”. Quando você ataca uma pessoa de uma maneira irresponsável, sem conhecimento, é preciso, pois, que você se prepare, porque você será medido com a mesma medida. Tenho visto tanta injustiça na vida de pessoas com a sua honra dilacerada, pessoas que terminam os seus dias, os melhores dias da sua vida longe da família, pessoas quebradas, humilhadas por serem discriminadas pela pele e pela fé que professam, Senador Jefferson Praia. Também tenho visto pessoas que foram caluniadas no emprego, dentro da própria igreja, em algum lugar, caluniadas, Deputado Manato, que perderam a família, perderam o emprego, perderam alguma coisa na vida, perderam a alegria de viver, pessoas mergulhadas na depressão. Sei que milhares de brasileiros que me ouvem hoje, que estão me vendo na TV Senado, milhares deles já foram vítimas de discriminação e de mentiras.

No processo eleitoral, os bispos católicos do meu Estado fizeram um documento, que era lido nas igrejas, nas missas, pelos padres, em que pediam aos católicos para não votarem em mim.

Será uma discriminação por causa da minha fé, da fé que eu professo, a fé evangélica?

Nós estamos em um País laico. E em um país laico, há que se respeitar a todos. A Constituição brasileira diz, Deputado Manato, que temos que respeitar o hinduísta, o budista, que temos que respeitar o católico, que temos que respeitar o ateu, aquele que professa a fé afro. Mas eu também preciso ser respeitado.

Um homem público não pode ser votado pela fé que professa. Ele tem que ser votado pelo seu passado, pelo seu presente e por aquilo que ele propõe para a sociedade brasileira, Senador Valdir Raupp, e não pela sua confissão de fé.

Cometeram esse crime com a Dilma. Lamentavelmente, os nossos irmãos escolheram alguns pontos e começaram a atacar essa mulher. Os *e-mails* viraram a vedete dessa eleição. O ataque à honra das pessoas, *e-mail* que ninguém assina, *e-mails* sem anexo, do qual não se sabe a origem... Aí começaram a dizer muita coisa: “a Dilma Rousseff não pode ser Presidente porque falou que nem Jesus tira a vitória dela”, “não pode ser Presidente porque foi guerrilheira”, “essa mulher pegou em arma”, “essa mulher sequestrou”.

O único sequestro que conheço, na época da ditadura, foi feito pelo Gabeira, assim mesmo em sonho de uma juventude. Essa guerra empreendida por essa jovem Dilma Rousseff, nos anos difíceis de ditadura, por ela, pelo Serra... Nós não podemos esquecer as

pessoas que participaram desta movimentação: o José Dirceu, o nosso querido – lá do meu Estado – Perly Cipriano, que gastou 11 anos da sua vida trancafiado numa cela suja, comendo marmite em cima de vaso sanitário, e tantos outros que enfrentaram a ditadura militar, uns deportados; outros não, cassados: o pai do Arthur Virgílio,

Arthur Virgílio Filho – o Arthur Virgílio Neto é nosso companheiro, infelizmente nós não o teremos aqui –, e tantos que estão espalhados pelo Parlamento cujo nome eu poderia citar. Olha que aberração, Deputado Manato! Foi a luta dessas pessoas, por exemplo, que a mim orgulha muito.

Se não houvesse essa luta de enfrentamento, essa utopia de sonhar com um Brasil livre, pelo qual a Dilma lutou... Eu, filho de uma faxineira, lá do interior da Bahia, jamais teria chance de me tornar Senador da República sem a luta deles.

Ah, essa mulher é a favor de casamento homossexual, essa mulher fez o PL nº 122, esse PL nº 122 já foi votado, só falta ser sancionado. Nunca foi votado. V. Ex^a sabe. Nunca foi votado. Nada de discriminar pessoas. Eu respeito demais, mas esse projeto de lei está eivado de inconstitucionalidades. E nós não podemos permitir, com todo o respeito. E nós precisamos respeitar, e não tem nada a ver nem com Lula nem com Dilma.

Começaram uma série de mentiras, de ataques à honra dessa mulher. Ela nunca disse isto: que nem Jesus tiraria a vitória. Eu me lembro que após o processo eleitoral do primeiro turno eu vim para Brasília, estive com a Ministra Dilma, nossa candidata. Eu, Walter Pinheiro, o Rodovalho; sentado, ela na minha frente aqui, Deputado Manato. E ela dizia: tudo me fere, tudo me machuca demais, mas o que mais me dói, o que mais me sangra é dizer que eu falei que nem Jesus tiraria minha vitória.

De onde veio isto? Qual a origem disto? Infelizmente, as pessoas espalharam isso no meio do nosso povo, pessoas simples, pessoas crédulas, pessoas doutas. Gente simples, humildes, que amam a família, que amam a Deus. E qualquer coisa que falem para elas, em que elas percebam que há uma ameaça, que está vindo alguma coisa contra princípios, essas pessoas se espinham e reagem.

E essa reação virou uma avalanche contra essa mulher. Quanta desonra, quanta ignomínia, quanta indignidade foram praticadas contra ela ao longo do primeiro e do segundo turnos.

Viajei este País, Senador, cruzei o País, com o Deputado Manato, Senador Valdir Raupp. Estive com ele lá em seu Estado. Havia reunião o dia inteiro, até à noite, com lideranças religiosas, falando à imprensa. Os

mesmos ataques sofria o candidato a governador. Os *e-mails* viraram vedetes, não é Senador Valdir Raupp? Ataque ao candidato a governador, ataque à candidata. Tive a oportunidade de colaborar. Mas a minha grande alegria é que aonde eu fui, Deputado Manato, aonde eu fui, tive a possibilidade de falar aos meus irmãos, da mesma confissão de fé. Marina é uma irmã nossa, Marina professa sua fé no segmento evangélico. Ela é crente de verdade. Marina anda com a Bíblia na mão. Mas, para votar em Marina, não era preciso justificar o voto dizendo: "Voto em Marina porque não voto em Dilma, porque Dilma é isso, é aquilo." Voto em Marina porque..." Você tem de votar em Marina porque ela tem uma vida pública limpa, é proba, uma grande Senadora, tem história neste País, foi uma grande Ministra, ajudou Lula a construir essas políticas públicas de inclusão social no País. Então, não era preciso usar isso para justificar o voto em Marina e atacar Dilma.

Quando terminou o primeiro turno, tentaram transferir tudo da Marina para o Serra. Aí diziam assim: "Voto no Serra porque essa Dilma não tem condição nenhuma de ser Presidente. Essa mulher falou que nem Jesus tira a vitória dela." Deveriam dizer assim: "Voto no Serra porque acredito no governo que eles fizeram oito anos antes de Lula, porque os oito anos de Fernando Henrique e de Serra foram maravilhosos, acredito nisso e por isso vou votar nele. Acredito no Serra como um homem proba, um homem decente e vou votar nele." Mas diziam: "Não, vou votar no Serra porque essa Dilma é isso." Ninguém tem que votar em ninguém, não é a confissão de fé, não é a confissão de fé que é o fator primordial. Até porque tenho carinho e amor por esses meus irmãos do segmento. Eu fui para essa cruzada pensando neles, porque estavam sendo enganados, estavam mentindo para eles; eles votaram nos Estados.

Qual é a confissão de fé do Anastasia, em Minas Gerais? Não é confissão de fé evangélica. E os evangélicos votaram nele. Votaram nele porque entenderam que era um grande gestor e tinha um projeto para Minas ou por causa da confissão de fé? Porque se fosse por causa da confissão de fé não poderia votar. Mas em Minas podia votar. Só não podia votar no País, na Dilma.

Aqui, Agnelo Queiroz é evangélico? Agnelo lê Bíblia? Agnelo anda em igreja? Qual é a confissão de fé do Agnelo? Não é evangélica, mas aqui podia votar. Só não podia votar na Dilma.

Qual é a confissão de fé da Roseana Sarney, que ganhou no primeiro turno? Não é confissão de fé evangélica. Ela não vive com a Bíblia debaixo do braço.

Qual é a confissão de fé de Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro? No entanto, tinha evangélicos votan-

do nele. Aliás, líderes religiosos, líderes evangélicos fizeram campanha para ele, no Rio, mas para Dilma não podia.

Qual é a confissão de fé de Renato Casagrande? Católico. Lá, podia votar. Os evangélicos podiam votar nele; só não podiam votar na Dilma.

Olha só que coisa desproporcional, descabida. E eu comecei a andar neste País exatamente para fazer os nossos irmãos enxergarem.

Uma outra coisa que disseram para não votar nela: o vice dela era satanista, o Temer. A Bíblia diz que tem dois espíritos no mundo: o espírito de Deus e o espírito do diabo. Não tem três. Ora, quem aceitou Jesus, aceitou; quem não aceitou, precisa aceitar. Só tem esses dois caminhos. Então, têm milhões que precisam aceitar no Brasil. Têm milhões que aceitaram e milhões que precisam aceitar.

Então, o Temer não está sozinho nesse negócio. Quem falou isto? E, aqui, eu preciso falar o nome: Daniel Mastral. Quem é esse rapaz? Escreveu um livro dizendo que era o filho do Temer. Isso é o fim do mundo.

Agora esse rapaz aparece numa revista cristã, que foi atrás dele, www.revistacrista.com.br, dando uma entrevista, desmentindo e dizendo que nunca falou isso. Mas isso ganhou o Brasil como verdade. Agora está desmentindo com a boca o que falou pelo cotovelo, porque quem fala pelo cotovelo é obrigado a desmentir com a boca.

Viajei este País e via os olhos dos meus irmãos em todos os lugares que eu passava, líderes, homens que deram a vida pregando o Evangelho, com 30, 40 anos de ministério, chorando. Depois dizer assim: "Eu tenho que pedir perdão a Deus e a minha igreja de tanta besteira que eu falei".

Nós precisamos votar em alguém não é pela confissão de fé. Ora, eu sou um homem publico, que professa fé evangélica. O Valter é um homem proba, honrado, que vai fazer falta ao Brasil aqui neste Senado, que professa a fé católica. O Raupp professa a fé católica. Agora, nós somos evangélicos e gravamos no seu programa, não é Raupp?

Ora, com a sua confissão de fé, ninguém pode ser votado por isso. Temos homens probos na vida pública: hinduístas, budistas, espíritas, católicos. Eu fui discriminado porque professo fé evangélica no processo eleitoral do meu Estado. Agora, quem escreveu que eu seria Senador foi Deus, então não tem quem faça campanha, quem escreva besteira, quem mande *e-mail* que vai apagar aquilo que Deus escreveu.

Então como é que ficam agora os pregadores do caos, que passaram esse processo todo eleitoral sangrando esse ser humano, chamado Dilma Rousseff, indevidamente, publicamente, sem conhecer a verdade

dos fatos? Ora, para votar na Dilma não precisa atacar o Serra. Para dizer que o Brasil que eu quero é o Brasil do Lula, não preciso atacar Fernando Henrique na sua honra. Não preciso disso. Para dizer que meu Governador era Renato Casagrande, eu não tinha que atacar o meu amigo Luiz Paulo.

É amigo o tempo inteiro. Chegou o processo eleitoral, agora eu vou sangrá-lo em praça pública? Olha, a boca que honra a Deus não desonra ninguém. Não dá para o sujeito ir para o púlpito honrar, ler a bíblia, fazer oração e, em algum lugar, falar em línguas estranhas, irmão, e depois atacar a honra dos outros. Que história é essa?

E fizeram isso com essa mulher. Foi em nome e pelo senso de justiça, nosso querido Senador Jefferson Praia, que também vai fazer falta nesta Casa, que eu cruzei este País. Vinte e seis dias dentro de um avião, falando três, quatro vezes por dia no País inteiro, onde houve um mapeamento, onde essas coisas aconteceram com muita força. E eu fui desmistificar, desmistificar porque é uma inverdade.

Tem uma entrevista da mãe desse rapaz, esse que diz que o Temer é satanista, em que ela diz que está processando ele. A mãe processando ele! Ela disse: "Ele me desonrou, hoje eu tenho vergonha de ir à igreja. Ele me desonrou. Eu só fui mulher do pai dele. Nunca tive um outro homem". Ele diz que é filho do Temer.

Olha onde é que nós chegamos! Então quer dizer que as minhas filhas, que professam a fé evangélica, amanhã elas não vão poder ser nada, porque vão sair *e-mails* contra elas. Ninguém mais pode fazer vida pública, porque se essa prática pega... O debate não é esse. O debate, Deputado Manato, é diferente. O debate é este: qual é o Brasil que eu quero e o Brasil que eu não quero.

Nós chegamos ao segundo turno e eram duas candidaturas: tu e tu, ele ou ela. Nós não estávamos trabalhando, ninguém estava lutando num processo eleitoral para eleger uma bispa para o Brasil, Senador Raupp, ou eleger um padre, ou eleger um pastor, ou eleger um bispo para o Brasil, uma papisa ou um papa. Nós estávamos lutando, trabalhando, discutindo ideias para eleger um Presidente para o Brasil, um programa para o Brasil.

Qual o país que eu quero? O que eu quero para as minhas netas, para as minhas filhas? Qual é o Brasil que eu quero e o Brasil que eu não quero? O Brasil que eu quero eu sei, eu dizia a eles. Eu respondi isso para mim.

Então, você não tem que estar atrás da confissão de fé e dizer: não pode votar nessa mulher porque ela foi guerrilheira. E eu perguntava assim: então, quer

dizer que o seu netinho, a sua filha que está sentada aí, de cinco anos de idade, no seu colo, essa menina não pode virar, um dia, governadora de Porto Alegre, porque ela é neta de pastor? Passou a vida inteira aprendendo sobre a Bíblia. Aí vão dizer nos *e-mails* que ela vai acabar com o carnaval, que ela vai fechar a Igreja Católica. O que fizeram com Neucimar Fraga, em Vila Velha: vai acabar com a Festa da Penha, vai acabar com a Procissão dos Homens. Isso não existe. Nós vivemos num país laico. Ninguém pode fazer isso. Nós precisamos respeitar.

Então, quer dizer, a luta de Dilma deu ao filho do lavrador, deu ao filho do pedreiro, da faxineira, como eu – a origem de V. Ex^a também é simples, que eu conheço –, a possibilidade. Foi a luta deles.

Hoje, falar de José Dirceu é fácil. Falar de fulano é fácil. Eu não sou do PT. Eu sou do PR. Atacar a honra das pessoas, que têm uma história construída na luta em favor da liberdade deste País... É fácil esquecer a história dessas pessoas.

Então, não é esse o debate. O debate é: qual é o país que eu quero? O que eu quero eu sei, eu dizia a eles. O país que eu quero é o país do Lula. O país que eu quero é o país da Dilma, é o país da Marina, porque Marina lutou com ele anos da sua vida e passou quase sete anos no governo. Ajudou a construir todas essas políticas públicas.

Eu quero o Brasil de Dadá, minha mãe. Eu quero o Brasil do pedreiro. Eu quero o Brasil do filho do pobre, do negro. Eu quero o Brasil que tirou 30 milhões de brasileiros da miséria. Este é o Brasil que eu quero. Eu não quero mais o Brasil que tinha 40 milhões de irmãos nossos na miséria.

Esse é o único país que tem uma empresa, chamada Vale do Rio Doce, que tira ouro do chão 24 horas por dia. Um país que tem ouro, um país que tem granito, um país que tem mármore, um país que tem peixe, um país que tem muita madeira, um país que tem café, que tem riquezas infundas, não há que se entender que este país ainda tenha 40 milhões de irmãos nossos abaixo da linha da pobreza. Trinta milhões foram tirados. O Brasil que tinha 40 milhões eu não quero. Eu quero o Brasil do Lula, que tirou 30 milhões de brasileiros da miséria e os inseriu no contexto que hoje a elite, que escreve nas colunas, chama de pobres emergentes.

É verdade, porque pobre no Brasil hoje, Senador, tem máquina de lavar em casa. Pobre no Brasil hoje tem microondas, compra biscoito recheado para os filhos. Pobre no Brasil hoje senta nas praças de alimentação. Os aeroportos estão cheios e estão viajando de avião, porque está tão barato quanto viajar de ônibus. Esse Brasil eu quero. Eu quero o Brasil das

vinde novas universidades federais que o Lula construiu em sete anos, esse Brasil eu quero. O Brasil das 214 escolas técnicas.

Era proibido no velho Brasil fazer escola técnica no governo Fernando Henrique Cardoso, e ele é um doutor. Ora, esse Brasil eu não quero. Era proibido, tinha um decreto proibindo fazer escola técnica. Como é que você classifica mão de obra, como é que tem inserção no mercado de trabalho, se a mão de obra não for qualificada? Então, quer dizer que os filhos do pobre, sem escola técnica, tem que morrer ajudante de pedreiro, lavando carro, como flanelinha, pegando enxada, porque não tem como qualificar para o mercado de trabalho.

Então, o Brasil que quero é o Brasil das 214 escolas técnicas feitas pelo Lula. Eu quero o Brasil que pagou US\$15 bilhões ao FMI e nos tirou da humilhação. O Brasil que eu quero é o Brasil do Lula que tirou 15 milhões de irmãos nossos do escuro, que fez o Luz para Todos, que fez Caminhos do Campo. O Brasil que quero, Senador, é o Brasil que avançou, que firmou os pilares da economia, que recebeu respeito mundial e continua recebendo. O Brasil que eu quero é o Brasil do ProUni, é o Brasil da universidade do negro.

E sabe o que mais me encanta nisso? É que esses intelectuais todos tinham dez dedos na mão, gerais intelectuais. Depois veio a anistia, depois tivemos o primeiro homem eleito, o Sarney, com a morte de Tancredo Neves, nosso querido Presidente Sarney. Sarney é tão intelectual que é imortal. Eu também já fui imortal porque, até 1992, eu não tinha onde cair morto. Mas imortal de tão intelectual que é! Depois veio o Collor, imortal, um jovem intelectual de Alagoas. Depois veio Dr. Itamar. Depois veio Dr. Fernando Henrique Cardoso. Doutor mesmo! Não fez uma universidade! Proibiu escola técnica! E esse tinha dez dedos intelectuais na mão.

Para mim, Deputado Manato, a melhor história, a mais bonita página da educação do Brasil, Senador Raupp, foi escrita por um semi-analfabeto que só tem nove dedos na mão, que é o Presidente Lula!

O sujeito pode não gostar dele, achar que ele é feio, que ele engordou demais, a barba ficou branca muito rápido, qualquer coisa. Agora, uma coisa não dá para esconder: que este País avançou, que este País não é mais o mesmo.

A crise internacional pegou os países de primeiro mundo de frente e pegou-nos de lado. Fomos os últimos a entrar e os primeiros a sair, porque os fundamentos da economia estão sólidos.

O Brasil que eu quero é este: Minha Casa, Minha Vida. Manato, se mãe estivesse viva, chamaria Lula de “meu filho”. Lá, Deputado José Carlos, minha mãe,

faxineira, em Itapetinga, no prédio escolar Dr. José Vaz Espinheira, minha mãe limpava chão e fazia merenda para as crianças. Nós nunca tivemos uma casa, Deputado! Nós morávamos lá em cima, num bairro chamado Rola-Pote. O mais simples bairro da cidade.

Ah! Quem dera tivesse o Programa Minha Casa, Minha Vida! Quem dera tivesse! Não havia um programa desse.

O Brasil que eu quero não inclui privatização. Eu quero o Brasil do Lula sem privatização. O Brasil que eu quero não tem programa para salvar banco, em vez de salvar pobre.

Este é o Brasil que eu quero: o Brasil do Lula! Eu quero o Brasil seu, eu quero o Brasil do Praia, eu quero o Brasil do Manato, eu quero o Brasil do nosso querido Valtinho, que vai fazer uma falta medonha, principalmente para mim.

É sobre isto que a gente tem que refletir: sobre o Brasil que eu quero e o Brasil que eu não quero. Não é tentar fazer uma campanha desmoralizadora, em cima da figura de uma pessoa, de forma acintosa, contra sua honra, contra sua moral, espalhando *e-mails*, gravando vídeos. Fico com vergonha: líderes gravaram vídeos, contando, metendo medo no povo evangélico, dizendo que vai acontecer aquilo que já aconteceu. Por exemplo, a liberdade das Igrejas no Código Civil, no nosso primeiro ano aqui. Era o nosso saudoso que estava por aqui, Valtinho. Você não estava aqui ainda. Era o Ramez, quando mudamos e emendamos o Código Civil, que passou 22 anos para ser promulgado. Foi promulgado, colocando as religiões no mesmo patamar de um clube de futebol, de uma escola de samba. É o fim do mundo!

Aqui, quebramos todos os interstícios. Uma emenda que começou com o Pinheiro, lá na Câmara, veio para cá; em 29 dias, votamos, com a ajuda de todos os líderes: líderes espíritas, líderes católicos, líderes evangélicos. Todos. E, no dia da promulgação, lá no salão, lotado, o Lula, olhando para todo mundo, para todos os líderes evangélicos, – inclusive, esse pastor de Curitiba, que gravou esse vídeo, metendo medo em todo mundo, estava sentado na frente – o Lula olhou para todos e disse:

“Pois é! Vocês passaram a vida inteira dizendo que eu não podia ser presidente, porque eu ia fechar as igrejas. Pois Deus me deu o privilégio, Deus que escreve certo por linha tortas – usou essa frase –, para eu, Lula, assinar a liberdade das igrejas.” E assinou. Não tem mais essa história... O que é isso? Isso já foi vencido lá atrás! Agora, vai debitando na conta das pessoas, de forma irresponsável, para buscar voto, fazendo um trabalho eleitoreiro e nojento.

Eu cruzei este Brasil com muita satisfação, porque pude esclarecer a cabeça de muitos irmãos nossos, de muita gente simples, pelo interior, nas capitais. Eu pude demonstrar a verdade de tudo isso, até porque estou neste Parlamento e dou graças a Deus, porque tenho um mandato visível. O Brasil me vê, o Brasil vê o meu mandato, o Brasil vê a minha luta. E tudo o que eles colocaram, conheço com muita profundidade. E fui dizer a eles qual é o Brasil que eu quero.

Eu tive o privilégio de, no dia 3, votar; e, às 5h da tarde, ver este País dizer que o Brasil do Lula tem que continuar. O Brasil do povo de Macarani tem que continuar, o Brasil do povo da Bahia tem que continuar, dos pobres da Amazônia. Oitenta e tantos por cento na Amazônia! Quando V. Ex^a falou isso aqui, eu gelei! Sabe por quê? Porque meu Estado, há 8 anos, estava quebrado, Deputado José Carlos. Estava quebrado o Espírito Santo, não é, Manato? Arreventado, Deputado. Fernando Henrique, em 8 anos, foi ao Espírito Santo por 15 minutos e ficou no pátio da Aracruz Celulose. Nunca fizeram nada pelo meu Estado. Arreventados, fomos até o Lula – eu era o coordenador da bancada –, quando o Lula estava começando o governo. Pedimos a ele para antecipar os *royalties* do petróleo para salvar o Estado. E o Lula, começando o Governo, chamou o Ministro das Minas e Energia, para ver o que fazia, porque essa coisa de petróleo é com o Ministério das Minas e Energia. O Ministro, entendendo a nossa situação, antecipou 400 milhões para o Espírito Santo. Sabem quem era o Ministro? Dilma Rousseff! E ela perdeu no meu Estado. Fico triste com isso.

O Lula tirou, no meu Estado, 200 mil famílias da miséria. Os pobres e emergentes que visitam os *shopping centers* têm máquina de lavar em casa.

Fico pensando e dizia aos líderes, aos religiosos, que eu ia aos congressos, aos encontros e olhava os estacionamentos. Há doze anos, só se via Brasília velha, Passat velho, Monza velho. Hoje, vê-se carro brilhando, porque prestação de carro mil, zero, é R\$250,00.

O que ele fez pelo meu Estado? O Lula foi ao Espírito Santo 12 vezes, Senador. Doze vezes! Tudo o que o Governador Paulo Hartung quis, tudo de que necessitamos, o Lula fez. Agora, o que mais me resente é ver autoridades do Estado, que podiam sair dizendo isto para o povo, chamando prefeito, chamando vereador para dizer a eles: “O Luz para Todos não é programa estadual; é federal; o Minha Casa, Minha Vida é federal; Caminhos do Campo é federal, não é estadual. Foi o Lula!” Infelizmente, não o fizeram.

E, com todo o respeito que tenho ao Serra, ele ganhar no meu Estado e a Dilma perder, fiquei muito triste. É não reconhecer as 12 escolas técnicas que foram para o Espírito Santo. Você sabe que, das 214

do Brasil, 12 foram para nós. Sabe por quê? Por que quem criou a frente parlamentar em favor do ensino profissionalizante e foi um dos autores da lei, orientado pelo Cristovam, para derrubar a resolução do Presidente Fernando Henrique, proibindo escola técnica, foi o prefeito de Vila Velha, Neucimar Fraga, que era Deputado Federal. Para lá, levamos 12; das 214 escolas, levamos 12. Doze para o Espírito Santo, um Estado de 78 Municípios. E ela ainda perdeu lá.

Por que isso? Porque criou-se contra ela tanta coisa ruim, mentiram tanto contra essa mulher! Diziam assim: “Eu vou votar no Serra, porque essa mulher é isso e isso.” Deveria ser assim: “Vou votar no Serra porque agradeço muito o que eles fizeram pelo Espírito Santo. Eu sou muito grato ao que eles fizeram pelo meu Estado. Por isso, vou votar.” “Vou votar nele porque essa Dilma... Vou votar nele porque essa Dilma...” Todo lugar era isso! Minha tristeza foi essa.

Viajei ao País inteiro. Cumpri uma missão. Eu tinha que estar hoje aqui, fazendo este relatório.

No domingo, às 20h05, o Brasil conhecia a primeira mulher Presidente deste País. Uma mulher preparada, que tem uma história de luta, que vai dar continuidade a todos os programas do Lula e que vai melhorá-los. Vai melhorá-los! Tem obrigação disso. A mulher que gestou o PAC! Eu via tanta propaganda dizendo: “Fizeram o PAC, mas só conseguiram realizar 30%.” Mas 30% do PAC é mais do que 100% daquilo que eles não fizeram. Ela vai fazer muito mais.

Fiquei muito emocionado por estar ao lado dela no seu primeiro discurso como Presidente eleita da Nação brasileira. E, certamente, ao lado da experiência do Raupp, campeão de voto, lá no seu Estado, junto com o Marinha, seus parceiros e as pessoas de bem, elegeram Confúcio governador, em uma batalha insana que travaram contra ele e contra vocês. Mas Deus deu a vitória.

Aqui, estaremos na base da nossa querida Presidente Dilma Rousseff, para ajudar a avançar, Deputado José Carlos, baiano, este Brasil que todos queremos. O Brasil de João, de Maria e de Pedro; o Brasil do pedreiro, do serralheiro. Aliás, está faltando pedreiro, serralheiro, está faltando engenheiro civil, está faltando mestre de obras no Brasil, porque aqueceu-se tanto a construção que está faltando esse tipo de mão de obra.

Vamos estar aqui para dar sustentação a ela, para dar continuidade a esse novo Brasil, a esse novo País.

Fui Senador, fui Deputado, para poder abraçar e desfazer uma mentira que estava na cabeça dos meus irmãos mais simples. E, pelo meu senso de justiça, ninguém pode ser atacado na sua honra sem poder se defender. Um *e-mail* contra a sua honra, Deputado?

Que origem, quem escreveu, quem é esse covarde que não assina? Como é que você se defende? E ela chegou a uma situação em que ela ia se defender e piorava! Para ficar calada, ela estava errada. Chegou a uma situação em que ela ia se defender e ficava pior, e a gente, que tem bom senso, tinha que tomar uma decisão.

Acho que qualquer um pode tomar a decisão que quiser. Parabéns a quem votou no Serra; parabéns a quem votou no Luiz Paulo, no meu Estado; parabéns a quem votou na esposa do Roriz aqui; parabéns a quem votou no Agnelo.

A gente não escolhe as pessoas pela sua profissão de fé, nem pela sua confissão de fé. Não queremos estabelecer, num País que já é laico, uma guerra religiosa desnecessária, sem responsabilidade, em que tiramos de nós mesmos a possibilidade de chegar a algum lugar.

Encerro meu pronunciamento dizendo o que a Bíblia diz: “Com a medida com que medis vos medirão, e tudo quanto quereis que os outros vos façam, façais vós também.”

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, apresentar à Mesa um requerimento para um voto de felicitação à Rede Paranaense de Comunicação (RPC TV), que completou 50 anos, levando a quase 3 milhões de domicílios do Paraná a programação da Rede Globo de Televisão, por meio de oito emissoras afiliadas: Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava e Paranavaí.

Parabenizamos a RPC TV pelo pioneirismo nas telecomunicações, por fixar o Paraná na história brasileira e pela participação na vida dos paranaenses, uma participação que não se resume à entrada nos lares, mas à interação com a população na sua redação móvel, que tem visitado as diversas regiões que desenham o território paranaense.

Parabenizamos também a RPC TV por registrar passagens tão expressivas, como o nascimento do primeiro bebê de proveta brasileiro, nascido em São José dos Pinhais, em 1984 – um marco na história e na medicina nacional que a RPC, Rede Paranaense de Comunicação, acompanhou em todas as fases. Agradecemos por haver documentado a emocionante passagem do Papa João Paulo II por Curitiba – um

momento de devoção plena do povo paranaense, que encheu as ruas da sua capital.

Pelo transcorrer desses 50 anos de valorização do cidadão paranaense, é justo que o Senado Federal manifeste-se, felicitando a Rede Paranaense de Comunicação, em seu cinquentenário, por uma trajetória de exemplo e modelo de serviço à sua comunidade.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, também requeiro um voto de felicitação ao jornal **Diário do Noroeste**, de Paranavaí – PR, pelo transcurso de seu 55º aniversário, comemorado no dia 23 de outubro passado.

Estão de parabéns tanto o Diário de Paranavaí quanto a sociedade paranavaense, que tem nesse importante veículo de comunicação um jornalismo pautado pela ética, pela qualidade e pela acentuada preocupação de bem informar. Tudo isso é lastreado no significativo histórico de empreendedorismo de seu fundador e diretor-geral, Euclides Bogoni.

O Diário de Paranavaí foi fundado em 1955, registrando em suas páginas, desde então, a história da região. Dessa forma, o veículo desenvolveu, no decorrer dos anos, seu parque gráfico, chegando aos dias de hoje modernizado e realizado por profissionais da mais elevada qualificação, em compromisso direto com a melhor informação.

Concluindo, Sr. Presidente, num momento em que a imprensa escrita assume papel estratégico para o conhecimento do cidadão acerca das questões nacionais, é meritório que o Senado Federal destaque o **Diário do Noroeste**, de Paranavaí, Paraná, como modelo de veículo de comunicação, plenamente engajado que está na relevante causa do progresso nacional.

Agradeço, Sr. Presidente, mas são votos de aplauso para dois veículos de comunicação da mais alta importância no Paraná e também no Brasil, sem dúvida alguma: Rede Paranaense de Comunicação (RPC TV), 50 anos, com tantos trabalhos prestados ao Estado e ao Brasil, e ao **Diário do Noroeste**, de Paranavaí, que completa 55 anos, numa área de comunicação que é tão essencial para divulgar e disseminar informação, aproximar as pessoas e ser um veículo, também, de crescimento e de liberdade, a favor dos anseios da região de Paranavaí e de todo o Paraná.

Eu encaminho à Mesa os requerimentos, então, Sr. Presidente, e agradeço a deferência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Senador Flávio Arns, as solicitações de V. Ex^a serão atendidas conforme o Regimento.

Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 844, de 2010**, de iniciativa do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, solicitando a prorrogação do prazo previsto no art. 3º da Resolução nº 2, de 2001, do Senado Federal, para que a Mesa do Senado

possa, até o dia 1º de dezembro deste ano, receber o encaminhamento de indicações à 10ª Premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valter Pereira.

Senador Inácio Arruda, se V. Ex^a quiser...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não. Ouviremos S. Ex^a com satisfação. O Regimento manda ouvir um inscrito e um Líder. Eu estou inscrito como Líder, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Agradeço a compreensão de V. Ex^a. V. Ex^a era o Líder inscrito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – (...) desde que cheguei, V. Ex^a está aí e o Senador já estava aqui, na expectativa dessa fala.

Para mim, é muita satisfação poder ouvir V. Ex^a, que conduz a inovação de um dos instrumentos jurídicos mais importantes do País, que é o novo Código de Processo Civil.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Muito obrigado pela compreensão de V. Ex^a, Senador Inácio Arruda.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Eu gostaria de ressaltar a V. Ex^a, Sr. Presidente, que é uma honra muito grande despertar a atenção de um Senador da estirpe de Inácio Arruda. Portanto, só posso agradecer a V. Ex^a o prestígio deste momento importante para mim.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de uma campanha rica de dossiês, de intrigas e de promessas, terminou o segundo turno e começou a ser escrita uma nova página na história deste País pelas mãos da Presidente eleita, Dilma Rousseff, auxiliada por seu vice, Michel Temer, que representou nessa chapa o meu partido, o PMDB. É verdade que as maledicências roubaram a cena tanto dos noticiários como da propaganda eleitoral realizada no rádio e na televisão, mas é preciso reconhecer as virtudes que resultaram desse importante embate.

Por sua própria natureza, a campanha presidencial fez com que o Brasil fosse passado a limpo. Nesse sentido, é de se realçar o extraordinário tempero que foi adicionado a esses debates por nossa colega, a ilustre Senadora e ex-Ministra Marina Silva. Autêntica

militante das causas ambientais, ela foi uma espécie de luz amarela que conseguiu mostrar os riscos de um modelo econômico predatório. E o mais importante de tudo, Sr. Presidente: a sua pregação encontrou eco na sociedade. Os quase 20 milhões de votos amealhados por uma candidata de tão modesta estrutura financeira e partidária sinalizaram que a sustentabilidade é uma exigência muito maior do que se supunha antes.

Da mesma forma foi a contribuição do ex-Governador José Serra. Como candidato de oposição, abriu as vísceras do Governo, mas – e isso foi um dado muito importante – conteve aquela exorcização do Estado na economia. Sua conduta deve até ter contrariado parceiros que fizeram das ideias neoliberais, especialmente da dogmática privatização, uma panaceia de todos os males. Serra até parecia um estranho no ninho tucano, mas, na verdade, acabou sintonizando-se com a maioria que prefere um modelo capaz de conciliar o fortalecimento da iniciativa privada com a função indutora do Estado na economia e no processo de desenvolvimento.

Por sua vez, a candidata eleita, Dilma Rousseff, fez uma brilhante, uma extraordinária estreia eleitoral. Alicerçada num grande arco de 10 partidos políticos encabeçados todos pelo PT, sua candidatura foi turbinada por siglas como o PMDB, o PDT, o PSB e o PCdoB, do meu amigo Inácio Arruda. O generoso horário de rádio e televisão que conquistou deu-lhe o tempo necessário para capitalizar as realizações do atual governo e, sobretudo, para estabelecer uma comparação entre as correntes econômicas adotadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Presidente Lula. Dilma soube fazer de forma exemplar esse cotejo. Com isso, conquistou a confiança para seguir a opção pelo social, realizar um desenvolvimento sustentável e garantir a personalidade do Brasil nas relações internacionais.

No entanto, a candidata petista não navegou apenas nas virtudes do Presidente Lula. Ela foi compelida a atravessar também duras turbulências, turbulências que, certamente, a amadureceram. Um de seus grandes desafios será distinguir as simples maledicências eleitorais das críticas fundadas, daquelas que realmente reclamam atitudes, daquelas que preconizam mudanças.

De certa forma, a sociedade já está conseguindo separar o joio do trigo. A prova disso foi o pífio resultado da exploração da religiosidade na campanha eleitoral, com enfoque na questão do aborto. Questão esta que foi, hoje, enfrentada por outro colega, pelo Senador Magno Malta, que, sendo evangélico, sendo um prócer evangélico, deixou claro para todos nós aquilo que a sociedade conseguiu entender também:

que a religião e a política não caminham necessariamente juntas.

O pífio resultado dessa exploração da religiosidade nesta questão do aborto simplesmente acabou anulando um pouco do brilho da campanha, porque questões fundamentais deixaram de ser discutidas, de serem enfrentadas, em razão dessa discussão. Nenhum tema se afigurava mais distante das prioridades do povo do que esse. A despeito disso, quanto tempo não se perdeu na discussão de tema que sequer pode ser decidido lá pelo Planalto? Quanto tempo não se perdeu na discussão de um assunto que só pode ser enfrentado aqui no Legislativo, através de mudanças profundas no ordenamento jurídico do País? Todos nós sabemos da proteção constitucional e da proteção legal que esses temas enfrentam e que só podem ser deslindados com medidas tomadas pelo Congresso Nacional.

Curiosamente, o que os políticos não deram conta de entender, a população conseguiu tranquilamente. Tanto compreendeu que, apesar da extraordinária religiosidade do nosso povo, o veredicto que ele deu, a decisão que ele tomou obedeceu a outros impulsos. Obedeceu ao julgamento de resultados da economia e da política social adotada pelo Presidente Lula.

Em que pesem as virtudes dos debates havidos, o que me intrigou, entretanto, Sr. Presidente, foram questões que deixaram de ser discutidas, que deixaram de ser enfrentadas ou que foram enfrentadas com timidez. Na questão da criminalidade, por exemplo, focalizou-se a fronteira como porta de entrada das drogas e das armas. Diagnóstico correto que exige atenta e implacável vigilância, atenta e implacável repressão. Aqui desta tribuna temos feito pronunciamentos constantes sobre isso. E é preciso reconhecer que o atual Governo tem avançado significativamente nessa direção, valendo-se de tecnologias, valendo-se de investimentos em pessoal, de qualificação, como podemos atestar, por exemplo, o desempenho da Polícia Federal no combate a esses males. Até uma aeronave não tripulada está sendo testada hoje para fazer esse controle. E, com certeza, é mais uma tecnologia que vai estar em operação permanente para o combate desse flagelo.

Entretanto, Sr. Presidente, não basta prender o traficante. É preciso fazê-lo cumprir a pena. E aí começam os problemas. O primeiro deles: os direitos dos delinquentes têm sido muito mais protegidos do que os direitos da sociedade. Isso vem acontecendo em razão de prerrogativas que dispõem sobre a maioria penal, o limite da pena, a progressão da pena. Enfim, matérias legislativas que enfrentam paradigmas e que precisam ser discutidas em toda a sociedade, porque esses benefícios decorrem de um ordenamento

jurídico irreal, construído sob padrões culturais de um passado remoto. É um ordenamento que exige profundas mudanças, não só em normas mas sobretudo em paradigmas, porque sem mudar os paradigmas não vamos conseguir mudar as normas também. São mudanças que teremos de enfrentar na Constituição e teremos de enfrentar na legislação.

Outra questão que foi tratada apenas na superfície foi a da saúde pública. Nesse quesito, os dois finalistas prometeram ampliar a rede física, espalhando policlínicas e hospitais regionais, ou disseminando maternidades, além de garantia de aumento de recursos para a saúde. Entretanto, nenhum deles entrou na discussão do Sistema Único de Saúde, introduzido pela Constituinte de 88. Embora recheado de virtudes, a universalidade trazida com a adoção do SUS tem revelado inúmeros defeitos que exigem análises, estudos profundos e sobretudo mudanças. Antes, uma unidade de saúde era o abrigo do trabalhador que precisava de socorro ou de qualquer pessoa que não tinha como pagar o tratamento que necessitava. Hoje, além de atender esses necessitados, ela tornou-se fornecedora de remédios caros para quem tem poder aquisitivo de adquiri-los com os próprios recursos.

O certo é que a União decidiu por um modelo universalista, que a todos iguala, mas extremamente oneroso. E transferiu o grosso dessa conta para Estados e Municípios pagarem. Hoje é assim: Estados são obrigados a aplicar 12% e Municípios, 15% de suas receitas, dos seus próprios impostos, na área de saúde. E a União, que instituiu essa responsabilidade, não está subordinada a quaisquer quantitativos.

Por uma questão de justiça, é necessário consignar que não foi o atual Governo que se esquivou, não foi o atual Governo que se furtou a esse encargo. Mas essa omissão inquestionavelmente será debitada na conta da Presidente Dilma Rousseff. Portanto, esse debate ela vai ter que travar doravante, embora não o tenha enfrentado de forma ampla na campanha eleitoral, até porque, sendo elevados demais para Estados e Municípios os encargos a que me referi, muitos deles vêm maquiando os gastos, introduzindo despesas estranhas à saúde, a fim de simular o cumprimento dessas obrigações. E para comprometer mais ainda, são fixados preços irrisórios para exames, procedimentos médicos e internações, comprometendo a qualidade do tratamento e estimulando a fraude. Hoje, é incalculável o volume de fraudes cometidas no Sistema Único de Saúde.

O desafio, portanto, da nova Chefe de Governo é um desafio de opção. É preciso definir claramente se mantém um sistema universalista de tamanho custo, de tamanha precariedade, ou se adota um modelo

mais realista e eficiente. Manter o *status quo*, manter a situação do jeito que está é que não pode, porque essa é a pior solução.

Se essa discussão foi tímida na campanha, com certeza exigirá ousadia do Governo da Presidente Dilma Rousseff. Seus desafios, entretanto, não param por aí. Na Previdência Social, aposentados reclamam perdas crônicas, que têm encontrado aqui ressonância durante toda a Legislatura. Produtores rurais e ambientalistas enfrentam contenciosos para demarcar a sustentabilidade.

No entanto, não foi apenas a superficialidade das discussões desses e de outros assuntos pelos candidatos à Presidência que me chamou a atenção nesta campanha. Futuros legisladores também se esquivaram de incursões mais áspers nessa campanha. O que menos ouvi nas pregações de candidatos a deputado e senador foram questionamentos sobre legislação ou compromisso de criar ou mudar normas jurídicas. Nem no campo penal, nem na esfera comercial e tampouco nos critérios distributivos dos recursos públicos ouvi propostas nesse sentido. Candidatos que já exerciam mandatos disputavam o título de quem tinha mandado mais dinheiro para Municípios e Estados, confundindo a função legislativa com as atribuições do Poder Executivo. Obras construídas com recursos de emendas orçamentárias de uns parlamentares eram apresentadas como realizações de outros. Enquanto candidatos disputavam a paternidade dos recursos federais, os eleitores deixavam de saber o que eles tinham feito ou pretendiam fazer enquanto legisladores para melhorar a segurança, a saúde, a educação, o meio ambiente, etc. A verdade é que esse tipo de embuste acaba produzindo resultados, apesar de se constituir verdadeiro estelionato eleitoral. Muito provavelmente porque a força do nosso regime presidencialista acaba fragilizando o vigor do Poder Legislativo.

De qualquer forma, todo debate eleitoral traz oportunas reflexões e reacende esperanças. E o discurso da Presidente Dilma Rousseff logo após a proclamação dos resultados deu todos os motivos para levantar as expectativas do primeiro governo a ser comandado por uma mulher em nosso País. Foi determinada na meta de erradicar a miséria, generosa ao estender a mão aos vencidos, ética ao descompromissar-se com virtuais desvios e sincera ao anunciar que vai bater à porta daquele que lhe deu vida política para socorrer-se das dificuldades. Mais do que o reconhecimento da população ao Presidente Lula, esse extraordinário vulto da história política contemporânea, a vitória de Dilma é o rompimento de grandes preconceitos que ainda aprisionam as potencialidades da mulher no Brasil e mundo afora.

Por tudo isso, quero felicitá-la pela vitória, bem como ao seu parceiro Michel Temer, e desejar que sua profissão de fé se transforme em um itinerário seguro, capaz de transformar em realidade as esperanças de milhões e milhões de brasileiros.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Inácio Arruda, que seria o próximo orador, por conceder sua vez ao nobre Senador Valdir Raupp.

O Senador Valdir Raupp tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria, da mesma forma, agradecer ao Senador Inácio Arruda, que, gentilmente, cedeu a vez ao Senador Valter e, agora, a mim. Eu teria a opção de falar pela Liderança da Maioria, como inscrito, mas agradeço imensamente ao Senador Inácio Arruda por ter permitido que eu falasse primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Senador Valdir Raupp, permita-me interrompê-lo, apenas para prorrogar a sessão por mais 30 minutos. Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu já estive aqui há duas semanas, durante o segundo turno, agradecendo a eleição do primeiro turno, quando o povo de Rondônia mais uma vez me concedeu a vitória, consagrando-me o Senador mais votado da história do nosso Estado. Obtive uma votação recorde, histórica. Mas este mandato devo ao povo de Rondônia, assim como o primeiro, que estou concluindo até o final do mês de janeiro. Este segundo mandato também pertence ao povo do meu Estado. Farei de tudo para retribuir, em forma de trabalho, de muito trabalho – foi isso que preguei durante toda a minha campanha –, da mesma forma como fizemos nesse primeiro mandato, talvez até dobrando o empenho e o trabalho, porque a votação foi maior, já que obtive mais do dobro dos votos do primeiro mandato neste segundo mandato.

Como eu, a Deputada Federal Marinha Raupp, minha esposa, que já vai para o quinto mandato, obteve uma votação recorde. Ela fez sozinha o coeficiente eleitoral, com mais de cem mil votos para Deputada Federal. Foi a terceira mais votada do Brasil, proporcionalmente. Esse também é o reconhecimento do seu trabalho. Ela se tem dedicado quase exclusivamente ao trabalho pela população do Estado de Rondônia.

Então, digo isso em meu nome, em nome da Deputada Federal Marinha Raupp e do nosso Governador eleito, Confúcio Moura, que, no primeiro turno, também

obteve uma votação muito forte, com 44% dos votos, tendo sua vitória consagrada no segundo turno, com quase 60%. É um político experiente, é um médico e foi Secretário Estadual da Saúde. Foi Deputado Federal por três mandatos consecutivos, batendo recorde de votação também quando esteve na Câmara. Depois, foi eleito e reeleito Prefeito da cidade de Ariquemes, a terceira cidade de Rondônia. Foi reeleito com 74%, num reconhecimento do seu trabalho como Prefeito no primeiro mandato. E, agora, enfrenta esse desafio de governar um Estado ainda em formação, que é o Estado de Rondônia.

O povo de Rondônia disse que não queria mais o modelo de governo atual, que queria mudança. As baixarias que a Ministra Dilma sofreu no processo nacional, nosso candidato e nós também as sofremos. Eu mesmo, depois de eleito, sofri muitos ataques, ataques injustos, mas isso não mudou a opinião do eleitor. Assim também Confúcio sofreu.

Senador Arruda, parece que tentaram copiar no plano estadual a boataria, os ataques que fizeram à Ministra Dilma e ao Presidente Michel Temer, levando até pessoas de fora de Rondônia para lá para atrapa-lhar. Assim como o Senador Magno foi lá para ajudar, alguns foram lá para atrapalhar. Houve até comícios com pastores, apóstolos de igrejas nacionais, tentando eleger o outro candidato, mas o povo de Rondônia soube diferenciar as questões religiosas, que não colaram no plano nacional. Sou admirador de muitas igrejas. Sou católico, mas admiro muito as igrejas evangélicas, que prestam um grande serviço à sociedade, de espiritualização, de educação. Algumas igrejas ajudam com escolas, como a Igreja Adventista, a Igreja Batista, até mesmo a Assembleia e outras. Mas sou radicalmente contra o fato de pastores subirem em palanques quando não são candidatos, chorarem em cima de palanques, pedindo votos para candidatos e até colaborando com algumas boatarias mentirosas. Em relação a isso, sou radicalmente contra.

Admiro a coragem do Senador Magno Malta, que subiu nesta tribuna hoje para falar essas verdades. Então, parabeno o Senador Magno Malta, que percorreu diversas regiões, fazendo uma cruzada no Brasil, para tentar desmistificar toda essa onda de boatos que pregaram contra a Ministra Dilma. Tentaram fazer a mesma coisa em Rondônia contra nosso candidato, Confúcio Moura. Mas a razão falou mais alto, a opinião pública não mudou em função disso e elegeu a Ministra Dilma, que parabeno também pela vitória, assim como o Presidente Michel Temer. Eles tiveram uma brilhante vitória. Chegaram em primeiro lugar no primeiro turno, com 47% dos votos, e foram

consagrados no segundo turno também, com quase 60% dos votos.

Então, parabeno-os e me coloco à disposição para continuar esse trabalho pelo Brasil. O Brasil avançou muito nos últimos oito anos. Não vou dizer que, no Governo Fernando Henrique, do qual fui aliado quando Governador do Estado, também não houve avanços. Houve muitos avanços, mas o Brasil avançou muito mais ainda agora no Governo do Presidente Lula, sobretudo na educação, na erradicação da miséria e da pobreza deste País, tirando da linha de pobreza mais de vinte milhões de brasileiros, não só com o programa Bolsa-Família, mas também com programas de geração de emprego e de melhoria da renda da população brasileira.

Meu Estado foi um dos que mais cresceu, que mais se desenvolveu nesse período do Governo do Presidente Lula, com investimentos de mais de R\$30 bilhões em obras estruturantes, como as usinas hidrelétricas do rio Madeira, que empregam hoje, diretamente, 29 mil trabalhadores. Vinte e nove mil empregos são gerados diretamente em duas obras: a Usina de Santo Antônio e a Usina de Jirau. E, talvez, mais uns cinquenta mil empregos indiretos sejam gerados, por meio das empresas que foram para lá para trabalhar, para produzir peças e equipamentos para essas usinas, como a Metalúrgica Alstom e Bardella, que já emprega mais de quinhentos funcionários, quase seiscentos funcionários; como a Votorantim, que lá implantou uma fábrica de cimento para fornecer cimento para as usinas, inclusive baixando o custo do cimento naquela região, e que emprega também mais de quinhentos trabalhadores; como o Makro, o supermercado macroeconômico; como o Carrefour; como o Porto Shopping, um grande **shopping center** do grupo Ancar; e como muitas outras empresas que para lá foram atraídas. Estão sendo construídos hotéis na cidade, mais de doze mil unidades habitacionais, entre prédios e casas populares do programa Minha Casa, Minha Vida. Enfim, a geração de emprego foi motivo até de reportagem nacional, dizendo que Rondônia, nos últimos dois anos, foi o Estado que mais gerou emprego proporcionalmente no Brasil.

Então, tenho de apoiar e elogiar o Presidente Lula, agradecendo-lhe. Apoiamos a Ministra Dilma em todos os sentidos, até porque é do nosso Partido o Vice-Presidente da República, Michel Temer, que tive a honra de parabenizar hoje pela vitória.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me congratular com a vitória da Ministra Dilma, primeira mulher eleita Presidente da República. Pela sua capacidade, pelo seu trabalho, pela sua determinação, não tenho dúvida de que ela será uma

grande Presidente do nosso Brasil. E isso ocorrerá também se depender do nosso Partido, do qual sou Vice-Presidente nacional, ao lado de Michel Temer e de muitas outras lideranças. Quero me colocar inteiramente à disposição, para apoiar e ajudar a Presidenta Dilma Rousseff e Michel Temer a fazerem um grande mandato na Presidência da República.

Da mesma forma, quanto a Confúcio Moura, homem público renomado, reconhecido pelo seu trabalho, também não tenho dúvida de que vai fazer um grande trabalho à frente do Governo de Rondônia, humanizando e melhorando a educação, a saúde e a segurança pública e construindo também a infraestrutura do nosso Estado.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Raupp, eu não poderia, como liderado de V. Ex^a, que foi Líder da nossa bancada, com muito orgulho para todos que obedeciam ao seu comando, deixar de cumprimentá-lo pela sua reeleição. Rondônia soube reconhecer o brilhante trabalho que V. Ex^a vem realizando pacientemente, de forma determinada, em favor do seu Estado. A população de Rondônia fez um julgamento justo, reconduzindo-o. E V. Ex^a continuará um trabalho que tem mostrado eficiência, que tem mostrado resultados e que, portanto, a todos nós alegra. Não tive oportunidade sequer de disputar a eleição. Infelizmente, fui vítima de uma armação política no próprio Partido, que me deixou fora da disputa, mas isso não me afasta dos compromissos que tenho e não me turva a visão pessoal que tenho da conduta de cada Parlamentar, como é o caso de V. Ex^a, que se tem pautado de forma exemplar como representante de Rondônia. Portanto, meus cumprimentos a V. Ex^a, meus votos de sucesso, mais uma vez, a V. Ex^a e à população de Rondônia, pela brilhante escolha que fez ao reconduzi-lo a esta Casa. Antes de nós, também falou o Senador Magno Malta, que tem sido um brilhante Senador, com uma causa das mais áspers, que é o combate à exploração sexual de crianças e de adolescentes, o que tem produzido resultados espetaculares para a exorcização desse malefício em todo o nosso País. Meus cumprimentos a V. Ex^a e também ao Senador Magno Malta!

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex^a.

Assinamos hoje, novamente, a prorrogação dessa CPI tão importante para o combate à pedofilia em nosso Brasil, tão bem liderada pelo Senador Magno Malta.

Tenha a certeza de que esta Casa vai sentir a falta de V. Ex^a, de seu notório saber jurídico, que mui-

to contribuiu para o aperfeiçoamento das nossas leis, principalmente do Código Penal e do Código Civil, bem como de outras leis. Mato Grosso do Sul, com certeza absoluta, vai sentir muito sua falta nos trabalhos em defesa daquele Estado, em defesa do nosso Brasil. Muito obrigado pelo aparte.

Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que nossa luta está apenas começando. Estamos encerrando uma etapa de oito anos nesta Casa, mas muitos outros desafios ainda estão pela frente, como a Ferrovia Transcontinental, que vai cortar o Estado de Rondônia até a divisa com o Peru; a restauração da BR-364; a construção das pontes de integração Porto Velho–Manaus, Porto Velho–Rio Branco e Guajará-Mirim–Guayaramerin; a construção da BR-429, tão bem liderada pela Deputada Federal Marinha Raupp; a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, dos nossos polos industriais, das nossas Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), como a ZPE de Porto Velho. Quero começar, logo no início do ano, um trabalho conjunto com a Federação das Indústrias, com a Prefeitura de Porto Velho e com o novo Governo do Estado, na pessoa do Governador Confúcio Moura. Estarei pronto, mais uma vez, para o trabalho, para trabalhar mais oito anos aqui, no Congresso Nacional, no Senado Federal, em defesa dos interesses do nosso povo, do povo do Estado de Rondônia e do nosso povo brasileiro.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Inácio Arruda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador, Líder do PCdoB, Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento o nosso Senador Valdir Raupp, reeleito para mais um mandato de oito anos; David Chiquilito, que foi eleito Deputado Estadual pelo PCdoB em Rondônia, que também marca uma nova fase do PCdoB nesse importante Estado brasileiro, também um Estado de miscigenação, como de resto é todo o Brasil: uns Estados, com uma mais acentuada presença portuguesa, africana e tupi-guarani, das nossas nações, das nossas tribos nativas; outros, com uma miscigenação fruto da presença de grupos étnicos europeus, que passaram pela tragédia da fome no século XIX, ou das guerras no Oriente Médio, que ajudaram a formar o nosso País, o nosso Brasil. São árabes de várias nações, de vários países do mundo árabe, são alemães, ingleses, holandeses, húngaros, búlgaros, poloneses, russos, japoneses, chineses, coreanos. Isso é o Brasil!

Mas, estranhamente, surgiu, no segundo turno, uma espécie de xenofobia antinordestina, partindo de alguns descontentes com o resultado eleitoral que permitiu a vitória extraordinária, belíssima, da primeira mulher a presidir uma nação tão grande como o Brasil. Coisa estranha! Coisa de quem considerou a campanha um campo fértil para a pregação do ódio, da divisão. Nós temos que mostrar que o Brasil é superior. E mais: a Dilma ganhou no Sudeste, de onde partem os principais ataques ao Nordeste. Coisa esquisita, que a gente precisa trabalhar melhor, discutir melhor.

O Brasil precisa se desenvolver. E vejam que a região que mais se desenvolve é a Região Nordeste, seguida do Norte brasileiro. Taxas elevadíssimas. No Nordeste, fala-se de taxas chinesas; no interior do Nordeste, de taxas superiores às atuais taxas chinesas de crescimento. Isso é bom para o Brasil! Isso é bom para o Sul! Isso é bom para o Sudeste! É preciso acabar esse equívoco.

O nosso País, como diria o também extraordinário Senador da República Darcy Ribeiro, é miscigenado, o povo brasileiro é miscigenado. Isso é o povo brasileiro!

Então, é preciso ter esta idéia – e eu quero, Sr. Presidente, acentuar este aspecto – de que, no segundo turno... A despeito de todos nós gostarmos de ganhar a eleição para cargo executivo no primeiro turno, há razões pelas quais não se ganha uma eleição que parece possível no primeiro turno, então há um segundo turno. E quais as razões que considero mais importantes que levaram ao segundo turno? Foi uma espécie de despolitização do primeiro turno, uma espécie de pensamento de que é possível ganhar sem politizar, que basta ter um bom apoio, ter bons projetos que foram executados e que não é preciso discutir política, que não é preciso discutir rumos, que não é preciso ter um programa, que não é preciso apresentar um projeto. Isso resultou no segundo turno, que se transformou em algo especialíssimo, porque exigiu, mesmo sem a apresentação de programas maiores pelos candidatos, um grande debate, transformando-se num processo de politização, com todas as denúncias, um denunciismo factoidiano, uma coisa mesquinha, de baixaria. A Internet virou uma coisa assim... quase que um lixo de debates, porque eram só ataques grosseiros, invenções, mentiras daquele tipo de que: se eu não tiver nada para dizer contra você, eu invento uma mentira; você vai responder; na hora em que você responder, é mentira... então, começa a se transformar numa espécie de verdade, embora continue sendo uma mentira. Então, isso tudo foi feito. O desvio da atenção para temas que são importantes na vida das pessoas, mas que soam meio que demagógicos na

disputa eleitoral, porque tratam mais da subjetividade humana, das coisas da subjetividade, da religião, que é uma escolha particular, pessoal. É como escolher por que time torcer, por que clube de futebol. Uns torcem pelo Flamengo, outros torcem pelo Corinthians, outros torcem pelo Palmeiras. No meu Estado, torce-se pelo Fortaleza, pelo Ceará, pelo Ferroviário, pelo Guarani, pelo Icasa, pelo América. Então, você tem muitas opções. E essa opção é muito particular, de cada um. Mas isso veio à tona no debate eleitoral.

Buscou-se, na última hora, envolver o Papa na eleição do Brasil. O Papa é um Chefe de Estado, do Vaticano. Nós, inclusive, fizemos um acordo aqui com o Vaticano, acordo do Estado Brasileiro com o Estado do Vaticano. Mas se buscou o Papa para se imiscuir na eleição do Brasil. Tudo isso foi feito para esconder o grande debate, que era comparar o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso com um governo que, de certo modo, combateu o neoliberalismo; comparar um governo que diz que o Estado tem que ser mínimo, que o Estado não tem que cuidar de saúde, que o Estado não tem que cuidar de educação, que o Estado não tem que cuidar de segurança, que o Estado não tem que cuidar de pobre, com um Estado que tem que ter musculatura suficiente para cuidar dos pobres, para cuidar da educação, para cuidar da saúde, para cuidar da segurança pública, um Estado capaz de responder às necessidades do seu país. É isso que estava em jogo. Esse era o grande debate. Esse é o grande debate. É esse debate que vai perdurar agora, após a eleição.

O segundo turno permitiu isto, permitiu que a nossa candidata pudesse falar mais, falar daquele período mesmo. Quando colocou a questão da privatização é porque, do ponto de vista político, tem uma simbologia, que é a simbologia do Estado mínimo, que é o Estado sem capacidade de cumprir obrigações essenciais para o seu país e para o seu povo. E a Dilma conseguiu – esta que é a grande questão –, ela conseguiu fazer um debate de grande qualidade, tanto no seu programa eleitoral como nos debates patrocinados pelos veículos de comunicação, especialmente a televisão, que é uma concessão pública e precisa ser democratizada, porque está concentrado também em uma região do País esse poder midiático brasileiro. Mas mesmo aí a Dilma conseguiu sair-se muito bem. Enfrentou um debate, digamos assim, olho no olho do candidato, enfrentou um debate sem deixar de responder às agressões, mas sem grosseria. Não foi grosseira, ela foi uma pessoa educada no debate – infelizmente, não aconteceu o mesmo com o adversário, que usou de muita grosseria –, fez um debate elevado.

O último debate, que é uma espécie de coqueluche dos debates, um debate que encerra a campanha eleitoral, também foi extraordinário, porque é um debate com eleitores, eleitores indecisos que formam um círculo e você tem que falar um pouco para eles, você não pode ficar só falando para o candidato. Então, sai o debate, digamos assim, candidato com candidato e entra o debate candidato com eleitor. Então, você tem mais oportunidade de expressar esse sentimento do que é necessário fazer no Brasil.

Dilma parte de uma situação muito especial, porque o nosso País, a despeito das dificuldades gigantescas... Quando olho para uma cidade como São Paulo, onde mais da metade da população, ou metade da população, não tem direito a rede de esgoto tratada, dá para se ver o tamanho, a magnitude das questões que estão em jogo no Brasil. Essa foi uma das questões levantadas nos debates no segundo turno. Quer dizer, isso é no Estado de São Paulo, o mais rico, o mais poderoso, o mais concentrador da Federação, com problemas cruciais em questões chaves. Isso ocorre também com o Estado do Rio de Janeiro, ocorre com Minas Gerais, ocorre com a Bahia, ocorre com a cidade em que nasci e me criei, a cidade de Fortaleza; ocorre no Brasil inteiro. Então, olhem a dimensão do que há para fazer, do que precisa ser feito na nossa Nação!

Lula fez o programa Luz para Todos. Temos que fazer o programa Água para Todos, tratada, de qualidade, e o programa de esgotamento sanitário 100% no nosso País. São tarefas gigantescas.

Olhem o problema do sistema de transporte público no Brasil, a questão dos trens! Estamos aqui falando de ligar Rondônia à Norte-Sul e ao Nordeste, ao Sul e ao Sudeste brasileiro. A malha ferroviária! Quantos anos de depreciação, de desmonte, de incapacidade, de incompreensão do projeto de desenvolvimento de um País gigantesco, continental, como é o Brasil!

Então, Sr. Presidente, eu me refiro a essa vitória extraordinária desse metalúrgico, que fez um grande trabalho no Brasil, que iniciou um grande trabalho, que mostrou grande capacidade de ligação com o povo, de sentimento popular, que foi tão agredido, que foi tão humilhado. Esses mesmos arautos da liberdade de expressão no nosso País todo dia xingam o Presidente, de diversas formas, depreciativas. Um dia desses, um chegou ao debate e disse: “É um aiatolá!”, depreciando a religião dos mulçumanos, para poder xingar o Presidente da República, ou querer xingar o Presidente da República, que agiu de forma democrática, decente, com todos os Estados. Não teve um Estado em que ali estivesse um oposicionista governando que não fosse atendido de braços abertos pelo Presidente da

República, pelo Presidente Lula. Então, tratou igualmente, não importava qual partido estivesse dirigindo, se era da oposição ou da situação, se era da base do Governo ou contra o Governo.

Tocou programas especialíssimos. Vejam a Transnordestina, que dizem aqui... aparecia imagem na televisão de que estava parada, que não está funcionando. Quer dizer, isso para quem não conhece a região. Ao falar assim, só perdia voto, porque o povo que está lá está vendo, e a obra está acontecendo. A Norte-Sul, as obras de transposição do rio São Francisco, para dar garantia hídrica ao Nordeste setentrional, onde milhões de pessoas precisam, até hoje, de carro-pipa! Até hoje! Esse é um problema gravíssimo para a nossa Região Nordeste.

Então, essas realizações colocam o Presidente Lula num patamar elevadíssimo da governança brasileira, um dos maiores governantes de todos os tempos do nosso País. E é exatamente o Lula que vai, como metalúrgico... Dizem, numa brincadeira... O Bispo Crivella disse, numa brincadeira, que o Lula respondeu para a Rainha, num encontro com o Rei Juan Carlos, na Espanha, em que ela teria perguntado se ele era marxista-leninista, o Lula teria se virado para ela e respondido: “Não, eu sou torneiro mecânico”. Quer dizer, ele é a expressão dessa luta de classes que se desenvolve no País. Talvez ela tenha entendido pouco a resposta do torneiro mecânico, mas foi o que ele disse: “Eu sou torneiro mecânico”. Quer dizer: “Eu sou essa expressão de sentimento de classe que se une ao projeto nacional, que se une ao projeto democrático, que se une a mais liberdade”.

Esse é o problema. Esse operário teve a capacidade de compreender bem o seu papel transformador na luta política que se dá no nosso País, nesse cabo de guerra, que vem desde José Bonifácio, em que se vem lutando para ter independência, para ter autonomia, para ter o que o Chico Buarque, naquele ato corajoso dos artistas brasileiros e um dos mais politizados da campanha eleitoral, disse, quer dizer, o Brasil hoje não fala fino com Washington nem dá uma de falar grosso com a Bolívia e o Paraguai, porque a nossa elite, a elite econômica que sempre governou a nossa Nação, gostava de falar fino com Washington e grosso com os vizinhos, porque tinham menos força do que ele. Agora, não! O Brasil está de cabeça erguida, o povo está com a autoestima elevada, a vida do povo melhorou. É fato! Pode-se dizer: “Ainda é pouco”. É claro que ainda é pouco. É muito pouco, mas é que estava parado. Esse que é o problema. A grande diferença é exatamente essa.

Temos uma movimentação na economia, conjunta. Tudo está se mexendo na economia brasileira. Estamos

construindo casas populares para o povo das grandes periferias urbanas das cidades; estamos tratando do pré-sal, que é a mais sofisticada riqueza nossa, com a mais sofisticada tecnologia. Estamos mexendo com tudo isso. Estamos mexendo com a educação, com escolas técnicas, com escolas universitárias.

Lula acaba de propor ao Governador do Estado do Ceará o dia 10 de dezembro para a gente visitar as instalações da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, a Unilab, lá em Redenção, no Estado do Ceará. Vai ser um belíssimo ato. Espero que o Governador e o Presidente convidem os embaixadores dos países africanos e a gente faça ali também uma festa popular. Quer dizer, universidade para as pessoas simples do povo brasileiro, universidade federal!

Então, você tem realizações em todos os cantos da economia. Não há um lugar da economia que não esteja em movimento. Tudo está se movimentando no sentido positivo. Por quê? Porque há uma grande necessidade e porque o Brasil tem um potencial extraordinário chamado o seu próprio mercado, o seu próprio povo. O seu povo precisa ainda de coisas elementares, coisas mínimas, e essas coisas mínimas começam a chegar para o povo brasileiro.

Então isso mexe com tudo na economia nacional. E, ao mexer com a economia brasileira, mexe com a economia regional, mexe com o Mercosul, mexe com a América do Sul. Você visita os países vizinhos do Brasil e vê que há um aquecimento da economia, fruto dessa relação com o Brasil.

Eu diria que esse Governo de Lula é, ao mesmo tempo, um seguro para o desenvolvimento das economias da América do Sul e um seguro para a estabilidade democrática na nossa região. Porque, se uma Nação como a nossa, grande, forte, não tem um governo nesse campo, com esse compromisso, democrático, popular... Um governo mais conservador, via de regra, no Brasil, põe as costas para a América do Sul. Via de regra... Via de regra, não! Foi assim sempre: põe as costas para a América do Sul. Não estabelece laços de amizade, de fraternidade, de consolidação.

Quer dizer, o Governo de Lula fez isso de forma extraordinária. E sua política externa foi combatida, ardorosamente. O Brasil não deixou de ter relações com nenhuma grande nação desenvolvida, ou chamada nação desenvolvida. Nenhuma! Pelo contrário, teve muitas relações. Teve tanta relação que o Presidente dos Estados Unidos chegou a dizer que "Lula é o cara". É porque tem relações boas. Se fossem relações ruins, naturalmente não diria isso. Não estou certo? Mas, ao mesmo tempo, estabeleceu relações sólidas com a África; com os árabes do Oriente Médio; com

a América do Sul; com a América Central. Acho que soube fazer uma política que expande a capacidade do Brasil não só de vender, mas de se relacionar mesmo, culturalmente, com todos esses povos.

Sr. Presidente, essa herança, portanto, é uma herança positiva; uma herança muito boa que Lula entrega às mãos de Dilma. E Dilma tem uma outra facilidade – eu diria: é que ela esteve dentro deste Governo, construindo esse projeto, construindo esse programa que está em curso no Brasil. Então, ela conhece esses detalhes, essas informações, esses caminhos que, como mineira... Nós poderíamos dizer, como Guimarães Rosa fala, "das veredas que se abrem pelo Brasil". Eu considero que Lula foi um desses desbravadores de abrir veredas. E ela, como mineira, tem a responsabilidade, agora, de alargar os caminhos que Lula abriu no Brasil.

É uma missão fácil? Naturalmente não é, porque, numa brincadeira, o Lula vai dizendo: "Quero que o próximo presidente faça mais do que eu". E fazer mais que o Lula é manter a economia crescendo em patamares considerados elevados para a situação no Brasil.

Como, então, fazer isso?

Esse é um debate que vai estar agora, talvez, envolvendo a própria equipe de transição da Presidente eleita. Esse é um debate que vai se dar na sociedade. A Dilma tem uma base muito boa no Congresso Nacional, tem uma relação muito boa com os Governadores que foram eleitos, inclusive da oposição, mais vai ser travado um debate na tentativa de fragilizar essa vitória. Em qual sentido? De buscar impor, de fora para dentro do Governo, uma agenda que não é a agenda que está em curso no Brasil, que é a agenda de cortar gastos, de buscar uma estabilidade pela manutenção da política de juros elevados, de conter possibilidades de inflação não pela ampliação da produção, não pela ampliação da presença de melhores serviços para o povo, mas, sim, em manter as taxas de juros elevadas. A cantilena midiática dos setores conservadores vai ser exatamente esta, da receita negativa, da receita dos cortes, da receita da inviabilização, na verdade, do projeto de desenvolvimento.

Essa é a pressão a que nós vamos assistir midiaticamente. É preciso, portanto, coragem da base do Governo para dialogar com a nossa Presidente, no sentido de dizer que ela tem franco apoio no Congresso Nacional para manter o Brasil no ritmo do desenvolvimento, do crescimento e da distribuição da riqueza. Há muito, muito, muito o que fazer no sentido de ajudar o País a crescer e a se desenvolver.

Talvez o que precise mesmo de corte, e profundo, são os juros que fazem com que a banca realize festas, digamos assim, homéricas no Brasil, ainda nos dias de

hoje, enquanto o mundo inteiro está praticando juros negativos, mesmo os países com taxas elevadíssimas de crescimento, como é o caso da China e da Índia, que têm taxas muito menores do que o Brasil.

Nós precisamos ajustar essa taxa de juros. Quem sabe diminuindo essa pressão dos juros sobre a economia brasileira, nós não vamos também diminuir a pressão da depreciação ou da apreciação excessiva – depreciação da moeda externa, o dólar, e a apreciação excessiva da moeda brasileira, o real –, prejudicando aqueles que, dentro do Brasil, estabeleceram a regra de que eles são exportadores, de que eles podem exportar determinados produtos.

Então, para você facilitar a conquista desse mercado mundial e colocar seus produtos em pé mais ou menos de igualdade, você precisa ter também, nesse pilar da macroeconomia, que é a política de juros, coisa decente, porque hoje é uma indecência. Essa política de juros que nós sustentamos se mantém como uma grande indecência nacional. Então, como você estimular mais a economia? Reduzindo a taxa de juros, sem fazer com que a inflação galope no nosso País. Porque há sempre este receio, é sempre este o debate: taxas altas para conter a inflação.

Nós podemos fazer uma política de relações maiores na própria América do Sul, que ajudaria o Brasil a ter produtos – digamos assim – às vezes até produtos alimentícios nas entressafras brasileiras, para não pressionar demasiadamente o processo inflacionário no Brasil.

Mas não há. Eu olho para um lado e para o outro, leio aqueles economistas fantásticos do Brasil, um Celso Furtado, extraordinário, Ignácio Rangel. Vou atrás desse povo e fico olhando. Esse povo do bem na economia não é a favor disso não, dessas taxas galopantes de juros não. Isso é coisa para jogar fumaça nos nossos olhos e ajuda demais a banca, mas não ajuda o Brasil, porque esses juros elevados causam um desconforto nas contas brasileiras sem tamanho.

Nós poderíamos ter mais velocidade na oferta de um programa especialíssimo que a nossa candidata apresentou, que é a atenção às crianças na educação infantil via creches com capacidade de serem creches-escolas e não apenas uma creche para você deixar o filho enquanto vai trabalhar. Seria uma creche de formação da criança, ali, como toda classe média tem direito no Brasil. Apesar de reclamar muito dos impostos, podem pagar uma creche desde um ano de idade das suas crianças, um ano e meio. A maioria da população não pode, porque não se tem esse serviço público.

Uma atenção à saúde com policlínicas espalhadas nesses Estados brasileiros. O Estado do Ceará está construindo agora – não está fazendo propaganda, não – 21 policlínicas em todo o interior do Estado do Ceará; está ampliando a rede de hospitais públicos, que não existia no interior do Estado do Ceará.

Esse povo todinho passou por aí para governar o Estado do Ceará, e, numa região enorme, como o Cariri cearense, não havia um hospital público. Em toda a Região Norte, não havia um hospital público para atender na área de alta complexidade, e até de média complexidade. Nem Sequer havia um hospital público! Hoje, você passa a ter esses hospitais. Isso exige um **per capita** saúde maior.

Hoje, um paciente ou um cidadão lá no Amazonas é diferente do cidadão em São Paulo. A cidadania no Brasil não é igual. São Paulo tem um **per capita** na saúde maior do que tem o Estado do Amazonas, o Estado do Ceará, a maioria dos Estados do Nordeste ou todos os do Nordeste e do Norte e muitos do Centro-Oeste.

Por que esse **per capita** é diferenciado?

É diferenciado porque, na hora da política de juros elevados, quem tem mais força leva o **per capita** maior. Na hora da política de juros, na área do salário educação, mesmo tendo uma lei que diz que a regra é pelo número de matrículas, não prevalece, porque diz que o Estado de São Paulo não aceita. Mas está na lei! Por que não aceita? Por que os Estados maiores não aceitam a aplicação da lei? Porque têm que bancar os juros elevadíssimos na economia brasileira, imorais, indecentes.

Isso é que é indecência, isso é que imoralidade e não você professar religião A, B, C ou D. É essa política de juros aqui.

Ela não é compatível com as necessidades do desenvolvimento do nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, ao dar os parabéns à nossa Presidenta, colocamos essas questões para nossa reflexão, porque é lógico que nós vamos ter pressões e contrapressões, isso é próprio do nosso modelo, do processo de formação ainda em curso no Brasil, da consolidação desse processo democrático brasileiro, que se ampliou.

As conquistas se ampliaram. Há muitos fóruns. Imaginem que realizamos dezenas de conferências para discutir todos os temas da vida do nosso País! Nenhum tema ficou fora, todos foram discutidos. Alcançamos índices extraordinários. Vejam o caso das queimadas lá no Estado de V. Exª e na região inteira: nós estamos com os menores índices de todos os tempos,

e em queda. É uma conquista desse período da vida política, econômica e social no nosso País.

Então, ao desejar êxito extraordinário na montagem da sua equipe, nós queremos levantar essas questões dos pilares da economia brasileira, de como enfrentar esses gargalos da economia brasileira. Não é possível o Brasil continuar sendo campeão do mundo de juros. Isso cria um desequilíbrio mortal em perspectiva para a economia. É preciso encontrar uma saída para esse grande dilema que vive o País.

É preciso também enfrentar a cantilena midiática, a pressão enorme, brutal, no sentido de que é preciso fazer cortes, diminuir as despesas. As despesas a que me refiro estão relacionadas à garantia de mais educação, mais saúde, mais segurança e mais investimentos na área de pesquisa e produção científica e tecnológica em nosso País.

É um debate que se abre, porque, mesmo sendo continuidade, é um novo governo. É o momento ideal para que coloquemos em debate questões estratégicas para o futuro do nosso País. Construimos o presente e o futuro ao mesmo tempo. Então, temos de ficar de olhos abertos para garantir que a nossa Presidente cumpra um grande governo. Que seja um governo, como brincaria o Presidente Lula, muito melhor do que o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela tem todas as condições para isso, porque tem apoio do Congresso Nacional, apoio entre os governadores, apoio na sociedade. Seu chamamento, com certeza, será atendido pelo nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Jefferson Praia, Sr^{as} e Srs. Senadores, retorno hoje à tribuna depois de um longo recesso, recesso esse provocado pelo processo eleitoral que, em nosso Estado, se deu em dois turnos.

Mas vim aqui – e fiz questão de fazê-lo logo no primeiro dia de retomada da normalidade dos trabalhos do Senado Federal – para agradecer, pela TV Senado e pela Rádio Senado, primeiro, a Deus, que, em sua generosidade, concedeu-nos a renovação de nosso mandato como representante do querido Estado do Pará no Senado Federal. Em sua grande generosidade, Deus fez com que o povo querido do meu Estado, o Pará, me fizesse retornar ao Senado por mais um mandato, e como o candidato mais votado do Estado. Isso me envaidece e me dá muito orgulho, mas me dá

mais do que isso: dá a preocupação e a certeza de que vou ter aumentada a responsabilidade que tinha.

Vou corresponder a esses 1.817.446 paraenses que confiaram no Senador Flexa Ribeiro e me deram, como eu disse, a honra de retornar, por mais um mandato, ao Senado Federal. Fiquem todos certos, meus amigos do Pará, de que estou consciente de que aumentou o meu compromisso, aumentou a minha responsabilidade para com o nosso Estado e para com o nosso País.

Nos seis anos em que aqui estive, após assumir, como suplente, a cadeira de Senador do Estado do Pará, eu pude fazer um trabalho e mostrá-lo, ao longo desses seis anos, a todos os paraenses. Foi um trabalho feito de forma determinada, eu diria até obstinada, com nossa presença constante nas sessões deliberativas do Senado Federal, nas Comissões, apresentando projetos, defendendo os interesses não só do Pará, mas da Amazônia e do Brasil. Agora nós vamos ter, como eu disse, essa responsabilidade e esse compromisso aumentados.

Tivemos também – e quero aqui fazer uma saudação nesse sentido –, no segundo turno, a eleição do nosso candidato ao governo: o ex-Governador e agora Governador eleito, Simão Jatene. Ele teve a sua campanha feita, praticamente, pela vontade do povo do Pará de ser respeitado.

Durante três anos e pelo menos oito meses, até iniciar o processo eleitoral, quase permanentemente, junto com o Senador Mário Couto, vim aqui dizer o que estava acontecendo no Estado do Pará em função do desgoverno que havia se instalado no Pará em 2007.

Eu dizia, e repito, que eu gostaria muito de ter subido à tribuna para dizer coisas boas sobre meu Estado quando o Estado do Pará era notícia na mídia nacional e internacional pelos malfeitos do Governo que lá se encontra. A resposta a esses malfeitos a população deu agora, não só nas urnas, Senador Jefferson Praia, mas também durante toda a campanha, desde o primeiro turno, continuando no segundo turno. O desejo de mudança ficou claro pela forma como éramos recebidos em todos os Municípios do nosso Estado, pela ansiedade com que a população se manifestava. Desejava-se não a mudança proposta quatro anos atrás, uma mudança que não tinha credibilidade. A população não se enganou, a população foi enganada por promessas vãs, que trouxeram uma grande frustração para todos os paraenses.

Graças a Deus, eles não conseguiram acabar com a esperança dos paraenses, essa esperança de dias melhores, que nos deu a maior aliança que se

podia dar a um candidato ao Governo, ao Senado, à Câmara Federal, que é a aliança com o povo! O povo foi o nosso maior aliado.

Quero agradecer aos partidos que fizeram a coligação junto com o PSDB: o DEM, o PPS, o PRP, o PSC – o PSC não –, mais três partidos, e o PRN, que estiveram conosco na coligação. Mas a coligação adversária, contrária à nossa, era formada por 15 partidos. Aliás, havia 15 siglas, mas não havia os partidos, porque, desde o primeiro turno, as lideranças políticas, sejam elas de parlamentares, sejam elas de prefeitos, sejam elas de lideranças nos Municípios, não concordavam com aquela aliança, não concordavam com a situação em que o Pará se encontrava. E, desde o início, aliaram-se a nós e nos incentivaram. Como diz o candidato e hoje Governador eleito, Simão Jatene: essa campanha foi feita com muitas mãos, muitas vozes e muitos corações.

Era uma emoção muito grande, Senador Jefferson Praia, nós, ao chegarmos aos Municípios, vemos aquela multidão clamando pelos nomes dos nossos candidatos ao Governo, ao Senado e à Câmara Federal.

As crianças – pela primeira vez eu pude ver isso no processo eleitoral – participaram do processo, foram às ruas, abraçaram os candidatos, dizendo que iriam votar. Imagine as crianças, que não têm direito a voto, dizendo que iriam votar nos nossos candidatos, que iriam votar no Governador Simão Jatene, no Senador Flexa Ribeiro, tal era o grau de aceitação por parte da população.

Então, fiz questão de vir aqui hoje para agradecer, agradecer muito, e dizer que aqueles que não votaram... O Governador Simão Jatene não se elegeu no primeiro turno, ficou com praticamente 49% dos votos válidos, elegendo-se agora, no segundo turno, com mais de 55% dos votos válidos. Quero dizer a esses amigos que votaram tanto no Governador Simão Jatene, no primeiro e segundo turnos, quanto no Senador Flexa Ribeiro, que eles podem contar com o compromisso nosso de trabalhar para que o Pará volte a crescer, para que a vida dos paraenses volte a melhorar, para que eles possam ter saúde, segurança, educação, infraestrutura de qualidade, para que eles tenham a oferta do Estado naquilo que não é favor, mas obrigação do Estado oferecer à população. Lamentavelmente, em todas as áreas, todas, não há área no Estado do Pará... Repito, e já disse isso aqui centenas de vezes, e no meu Estado diziam que falávamos porque éramos de oposição, tanto eu quanto os Senadores Mário Couto e o Senador José Nery. Mas não, não era isso, mas, sim, porque não havia nada, lamentavelmente nada

que pudesse ser dito da tribuna que favorecesse o povo do Pará.

Agora, neste novo mandato, vou ter oportunidade de ter um bom Governador no Estado do Pará que, tenho certeza absoluta, já demonstrou isso quando governou o Estado pela primeira vez, de 2003 a 2006. Naquela época o Pará era considerado um dos cinco melhores Estados administrados da Federação brasileira. Em qualquer indicador econômico e social o Estado do Pará estava sempre ranqueado entre os melhores. Lamentavelmente, agora, é o pior Ideb do Brasil, é o Estado onde a segurança é a pior. Inverteram-se os indicadores.

O Governador Simão Jatene vai assumir o governo no dia 1º de janeiro de 2011 e a atual Governadora deu uma declaração na imprensa – ela ainda não caiu na realidade de que não consegue mais transformar uma mentira em verdade. Vou repetir: uma mentira repetida mil vezes continua mentira. Então, ela deu uma declaração anteontem aos jornais dizendo que vai entregar o Estado mil vezes melhor do que recebeu. Eu não entendi.

Tem uma entrevista do Governador que ele até... Assim como ele, quando foi transferir o governo para a Governadora atual, ofereceu para que na transição se formasse uma equipe, um grupo de trabalho em que o Ministério Público fizesse parte, em que a OAB fizesse parte, de tal forma que houvesse uma transparência total. A Governadora não aceitou. Ele agora repete a mesma proposta que fez há quatro anos: vamos fazer a transição da forma mais transparente possível.

Espero que a Governadora agora dê a demonstração de que nada teme e que pode, realmente, fazer uma transição transparente, para que a população do Pará possa saber realmente o que aconteceu com o nosso Estado nesses últimos quatro anos.

O Governador Jatene tem dito que os programas que o Governo atual executa que estão corretos, que estão dentro da legalidade e que estão beneficiando a população, estes serão continuados. Agora, onde houver malfeitos, onde houver ilegalidade, estes não continuarão, porque não faz parte da gestão do PSDB cometer atos como os que foram cometidos ao longo desses quatro anos no Estado do Pará.

Quero também dizer que não elegemos o nosso Presidente, o ex-Governador de São Paulo, o ex-Ministro José Serra.

Lamentavelmente, o Governo Federal atual deixou de ser o mandatário máximo da Nação para se tornar um cabo eleitoral, fazendo campanha abertamente e por muito tempo, muito antes do prazo permitido pela

Justiça Eleitoral, em favor da sua candidata, eu diria até desrespeitando o Poder Judiciário.

Mas nada aconteceu, e isso, com toda a publicidade que foi feita, a maioria com efeitos especiais, como se fosse um filme de Hollywood, mostrando algo que não existe como sendo realidade, acabou levando a população, no âmbito federal, ao resultado que tivemos com a eleição da candidata Dilma Rousseff.

Eu quero aqui desejar boa sorte à Presidente, da forma mais sincera possível. Queremos que o Brasil avance, queremos que o Brasil melhore as condições de todos os brasileiros. Espero que, realmente, o que tem sido dito pela candidata eleita se torne realidade.

Não haverá, de nossa parte, oposição ao País. Não haverá não só da parte do Senador Flexa Ribeiro, mas da parte da Oposição no Congresso Nacional, nada que venha a se opor ao que seja de interesse da Nação brasileira, ou de interesse da população do nosso País.

Não vamos poder manter a partidarização que houve nesses oito anos.

A máquina do Governo ficou maior do que o próprio Partido. Houve uma fusão, diria até uma superposição, o Partido tomou conta do Governo. Tanto que, no nosso Estado, a população deu a resposta. Lá foram repetidas todas as práticas usadas no Governo Federal, talvez não com a inteligência, mas deu no resultado que deu.

Eu creio, Senador Jefferson Praia, que o resultado das urnas fala por todos nós. Lamentavelmente, não tivemos o melhor, o mais preparado, aquele que faria um governo que levaria o Brasil.... Ainda hoje, na Comissão de Orçamento, discutia-se isto, que, na proposta orçamentária do Executivo para o ano de 2011, está previsto um crescimento do PIB de 5%. E alguém, um Senador da Base do Governo, levantou uma questão: "Olha, 5% sobre 7,5%, que vai crescer este ano, é muito. Não haveria condições, porque crescemos 7,5% de uma base negativa. Agora, crescer 5% em cima de uma base de 7,5%..." E eu disse que não, pelo contrário.

Os países em desenvolvimento – e aí leia-se ou compare-se à China, à Índia, à Rússia – crescem! A China, há décadas, cresce à taxa de dois dígitos. Na crise mundial, que ocorreu em 2008, cresceu 8%, mas sempre mantendo essa tendência de crescimento um sobre o outro. Então, o Brasil tem essa capacidade.

E eu espero que a Presidente Dilma faça, no ano de 2011, com que o Brasil não cresça apenas 5%. Não

só repita os 7,5% que se prevê para 2010. Mas que cresça mais! Que cresça mais! Que faça os ajustes necessários, que faça as reformas que não foram feitas nesses oito anos. Nós paramos!

Diferentemente do que pensa e o que diz o Presidente, o Brasil não foi descoberto em 2003. Os governos do PSDB, de Fernando Henrique Cardoso, prepararam o Brasil para que ele pudesse ter um crescimento sustentável. Fizeram-se as reformas, iniciaram-se as reformas. Mas era o tempo de arrumar a casa.

O Governo que aí está já teve a possibilidade de iniciar essa reforma e teve uma conjuntura econômica mundial favorável ao crescimento. Nunca o mundo cresceu tanto quanto nesses últimos seis anos. E, lamentavelmente, as reformas, que deveriam ter sido continuadas, não foram. E eu espero que a Presidente Dilma possa iniciar seu mandato fazendo as reformas necessárias: a reforma tributária, a reforma fiscal, a reforma administrativa, do tamanho do Estado.

Hoje mesmo, repito, na Comissão Mista de Orçamento, discutíamos. A receita foi reestimada em mais de 25 milhões em relação ao que o Executivo mandou para o Congresso. Só que nós temos de ter cortes no lado das despesas. Nós não podemos ficar com 38 ministérios, não podemos manter o número de DAS que existem, não podemos ficar com a "companheirada" sendo atendida pelo Governo quando a população é desatendida. É preciso que haja uma separação clara entre o que é governo e o que é partido.

A Presidente Dilma declarou, numa de suas entrevistas, que comporá o seu ministério pela competência técnica, pela seriedade e pela honestidade. Eu ainda colocaria uma outra qualidade necessária, que é a determinação de trabalhar, a vontade de fazer. Se ela usar essas quatro condições, tenho certeza absoluta de que fará um governo como todos nós queremos, um governo que seja melhor para o Brasil, melhor para os brasileiros.

E as urnas demonstraram isso. O PSDB, junto com o DEM, governa mais da metade da população brasileira.

Os dez Estados – oito do PSDB e dois do DEM – governam mais de 50% da população e governam mais de 60% do PIB. Ou seja, tenho certeza absoluta de que terá que haver um entendimento entre o Governo Federal e os Governos dos Estados. Vamos desarmar os palanques que não foram desarmados neste Governo que aí está. Vamos trabalhar juntos para que o Brasil e os Estados realmente não sejam

discriminados. Ela já disse que não discriminará, eu espero que isso seja uma realidade.

Eu quero, ao concluir, Senador Jefferson Praia, parabenizar os governadores que foram eleitos e que vão governar a maior parte da população brasileira. Eu quero parabenizar, iniciando por Simão Jatene, que é o meu Governador, o Governador do meu Estado, do querido Estado do Pará. Quero parabenizar Geraldo Alckmin, de São Paulo; Antonio Anastasia, de Minas Gerais; Beto Richa, no Paraná; Siqueira Campos, no Tocantins; Teotonio Vilela, nas Alagoas; Marconi Perillo, em Goiás; e José de Anchieta, em Roraima; e também os dois Governadores do DEM: Raimundo Colombo, que se elegeu Governador em Santa Catarina, Senador, companheiro nosso, como Marconi Perillo, e a Senadora Rosalba Ciarlini, como Governadora do Rio Grande do Norte.

Esses dez Estados, Senador Jefferson Praia, como eu disse, representam não só mais de 50% da população do Brasil, como representam mais de 60% do PIB do nosso País.

Eu faço votos de que a Presidente Dilma Rousseff seja iluminada e abençoada por Deus na sua gestão, que ela possa trazer para todos os brasileiros uma melhoria da sua qualidade de vida e possa trazer para todo o Brasil, por inteiro, inclusive e principalmente para as regiões menos desenvolvidas como a nossa, a nossa Amazônia, Senador Jefferson Praia, o Nordeste, que tanto apoio deu à candidata, hoje Presidente eleita Dilma Rousseff, e ao Centro-Oeste, que são as regiões em desenvolvimento, as condições, não de retaliar os governadores que não fazem parte da sua base de aliança, porque, ao retaliar esses governadores, estará prejudicando aqueles que votaram na Presidente, porque em nenhum Estado houve unanimidade. Então, é preciso que ela governe para todos os brasileiros. Para governar para todos os brasileiros é preciso que governe para todos os Estados.

Eu peço, finalizando, que Deus dê à Presidente Dilma Rousseff as condições para que ela possa fazer nesses próximos quatro anos um governo que traga benefícios para toda a população brasileira, sem discriminar, sem fazer diferenciação.

Ou melhor, Senador Jefferson, as diferenças devem permanecer, porque é importante que as diferenças existam. No Rio Grande do Sul, você tem o churrasco; na nossa Amazônia, temos o pato no tucupi, temos o peixe, temos o nosso tucunaré. O que temos que diminuir são as desigualdades. Essas, sim, precisam ser

efetivamente diminuídas. E nós só iremos diminuí-las se houver ação do Estado.

Ainda há pouco, o Senador Inácio Arruda estava usando a tribuna e falou que não deveria haver o estado mínimo. Acho que não tem que haver nem o mínimo, nem o máximo. Eu gostaria até de ter feito um aparte ao Senador Inácio Arruda. Acho que o Estado tem que ser o necessário, ou seja, ele deve agir naquelas áreas onde a população tem maior necessidade e onde possa dar resposta aos recursos que são arrecadados da própria população.

Presidenta, boa sorte! Que Deus a ilumine. Conte com a Oposição, com certeza absoluta, mas conte com o Senador Flexa Ribeiro, para que possamos votar todos os projetos que sejam a favor do Brasil e a favor dos brasileiros.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Quero agradecer a todos.

O Srs. Senadores Alvaro Dias e Marconi Perillo enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Cúpula da Receita omitiu motivação política da violação do sigilo de tucanos”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 03 de setembro de 2010.

A matéria destaca que um documento da Receita Federal obtido pelo jornal **O Estado de S.Paulo** revela que a corregedoria do órgão já trabalhava desde o dia 20 de agosto com uma linha de investigação que apontava para uma violação político-eleitoral do sigilo fiscal de Verônica Serra, filha do presidente José Serra, e de outros quatro tucanos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Cúpula da Receita omitiu motivação política da violação do sigilo de tucanos

Ao pedir para verificar se dados da filha de Serra tinham sido invadidos, comissão mencionou demais nomes do PSDB alvos de devassa ilegal

Leandro Collet / BRASILIA

Documento da Receita Federal obtido pelo Estado revela que a corregedoria do órgão já trabalhava desde o dia 20 de agosto com uma lista de investigação que apontava para uma violação política-eleitoral do sigilo fiscal de Verônica Serra, filha do presidente José Serra, e de outros quatro tucanos.

A suspeita de violação política, porém, foi "confundida" na corregedoria, enquanto a cúpula do Fisco e integrantes do governo unificaram nas discussões públicas em direção contrária para despoliticizar o episódio e blindar a candidatura presidencial de Dilma Rousseff (PT).

Ao pedir para verificar se os dados fiscais de Verônica haviam sido violados, a comissão da corregedoria mencionou os demais tucanos alvos de quebra de sigilo e vinculou esses nomes, inclusive o da filha do candidato, a reportagem sobre o dossiê que foi parar na campanha de Dilma.

O documento tem o registro das 17h de 20 de agosto. Chamado de "ata de deliberação", o teor revela os motivos que levaram a comissão da Receita a verificar se os dados de Verônica foram violados: o polêmico dossiê.

"... E tendo em vista que emergiu dos autos acessos aos conteúdos da declaração de Imposto de Renda de outros nomes da política nacional... e ainda tendo em vista que foi noticiado pela mídia jornalística, dentre eles O Globo (reportagem anexa à presente ata), de que havia suspeição que Verônica Serra, filha de José Serra, também poderia ter sido alvo de quebra de sigilo fiscal", diz trecho do documento.

A reportagem mencionada pela comissão foi publicada em maio, cita Verônica Serra e trata

da crise instalada na campanha de Dilma por causa do dossiê contra os tucanos. O caso derrubou o jornalista Luiz Lantzer, que era integrante do setor de comunicação da campanha.

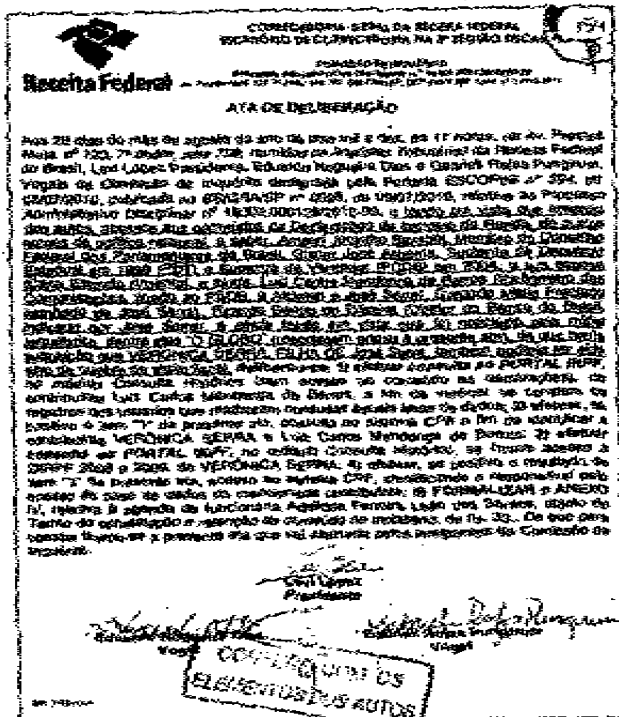
a Derrota do Planalto

A Justiça manteve intacto o direito de Eduardo Jorge em ter acesso à investigação da Receita. A Atuação-Geral da União tentou, sem sucesso, impedir de obter os dados.

Do dia 20 de agosto para cá, o comando da Receita e o governo adotam a mesma atitude em discussões, notas e entrevistas. Para diminuir a crise, anunciaram ter descoberto um esquema de venda de informação mediante encomenda e propina - versão não sustentada nos autos até agora -, e tentaram abafar o escândalo da violação do sigilo de Verônica.

Além disso, descartaram qualquer conexão política na violação. "Nós não identificamos qualquer filiação político-partidária", diz questão de fazer, em coletiva dada há uma semana, o corregedor-geral da Receita, Antonio Carlos Costa D'Ávila, cujo discurso foi reforçado pelo secretário Otacílio Carrazo. Naquele dia, aliás, eles já sabiam que o sigilo fiscal de Verônica havia sido acessado. Conforme revelou ontem o Estado, em 20 de agosto a comissão de investigação confirmou que os dados fiscais da filha de Serra foram violados em 30 de setembro de 2009.

A comissão, presidida pelo servidor Levi Lopes, inclui naquela ata de duas semanas atrás, além do nome de Verônica, a descoberta da quebra do sigilo fiscal de três pessoas que, segundo a própria investigação, são ligadas



Ata. Receita já sabia de vazamento no dia 20 de agosto

ao comando do PSDB: Luiz Carlos Mendonça de Barros (ex-ministro das Comunicações do governo FHC), Gregório Marin Pedado (casado com uma prima de Serra) e Ricardo Sérgio (ex-caixa de campanha do PSDB).

Os três tiveram o sigilo fiscal violado em 8 de outubro de 2009, quando também houve invasão ilegal às declarações de renda do vice-presidente do PSDB, Eduar-

do Jorge. Ele passou a ser acusado no processo administrativo desde o dia 24, após trunfos judiciais.

Então, o Estado mostrou que o comando da Receita suspeitou de fraude na violação do sigilo da filha de Serra, mas montou uma operação para abafar o escândalo e evitar impacto político. O governo já sabia que a procuração usada para violar os dados de Verônica poderia ser falsa.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, descrever a saudade é uma tarefa árdua, quase impossível, mas, se nos parece difícil traduzi-la em palavras, com certeza, é fácil sentir quando a saudade toca o coração.

Todos nós neste Plenário sentimos falta do Senador Romeu Tuma, que nos deixou no dia 26 de outubro, aos 79 anos de idade. E com certeza não é fácil descrever este vazio.

Em meio à agitação do segundo turno, muito de nós não conseguimos dizer adeus a Tuma da forma efusiva que merecia.

Exatamente por isso, não poderíamos deixar de falar algumas palavras em homenagem ao saudoso Senador Tuma, cuja vida política e profissional se confunde com a história recente do Brasil.

Tuma construiu uma trajetória marcada pela discrição e firmeza, cercada por fatos e episódios da redemocratização do Brasil.

Não sabemos se Tuma nos legou uma autobiografia, mas, se o fez, todos nós ficaremos extremamente curiosos para conhecê-la, porque deverá ser uma leitura do Brasil sob um ângulo que poucos tiveram ou terão a possibilidade de vislumbrar.

O Senador Romeu Tuma era um arquivo vivo, conhecia os bastidores da vida nacional como poucos, mas sempre manteve a discrição, traço indelével de um bom policial, a profissão à qual dedicou a maior parte da vida.

O Senador Tuma vai juntar-se a importantes nomes desta Casa de Rui Barbosa. Vai juntar-se a Jefferson Péres, Jonas Pinheiro, Ramez Tebet, Antonio Carlos Magalhães, Mário Covas, Henrique Santillo, todos pilares da história recente do Senado Federal.

Mas, este momento em que redemos homenagem a Romeu Tuma, é também um momento de agradecimento.

Queremos agradecer de coração aberto e alma lavada ao povo de Goiás, que nos conduziu pela terceira vez ao Palácio das Esmeraldas.

Com a fé sublime em Deus, que nos trouxe paz e determinação para superarmos todos os obstáculos nessa disputada corrida eleitoral, nós faremos um Governo à altura do dinamismo e da criatividade do povo de Goiás.

Queremos fazer jus à credibilidade depositada em nós por quem nos apoiou no primeiro e segundo turnos das eleições.

Mas nosso Governo será para todos os goianos, porque o governo democrático se faz em nome do povo

e para o povo, independentemente da convicção ideológica de quem governa ou de quem elege.

Nosso compromisso é com o progresso e o desenvolvimento do Estado.

Nosso compromisso é com a geração de oportunidades de emprego e renda para todas as camadas da população.

Nosso compromisso é com o setor produtivo que precisa ter no Governo um aliado na luta pela competitividade e inserção no mercado nacional e internacional.

Com a participação efetiva de todos os setores da sociedade e uma equipe de técnicos dedicados, temos certeza de que Goiás poderá mais, porque sempre quis mais.

Muito obrigado a Deus por me consagrar esta missão.

Muito obrigado ao povo de Goiás por me outorgar este mandato.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Como não há mais oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 278, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 411, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2010.

3

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 279, DE 2010**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 412, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2010.

Parecer nº 412, de 2010-CAE, relator ad hoc Senador Antonio Carlos Júnior, concluindo pela aprovação da matéria, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2010, que apresenta.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2009**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

8

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

(Relator-CAS no turno único: Senador Expedito Júnior)

9**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

(Relatores no turno único:

- CAS, Senador Juvêncio da Fonseca;
- CCJ, “ad hoc” Senador Valter Pereira)

10**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.*

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

(Relator-CMA no turno único: Senador Flávio Arns)

11**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA
CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.*

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

(Relatores no turno único:

- CE, Senador Cícero Lucena;
- CAS, Senador Mozarildo Cavalcanti)

12**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 95, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

13**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 53, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1– CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

14**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 81, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreen-

didos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador João Durval.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, *que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”)*.

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1– CCJ, de redação, que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), *que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna*.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1– CAS (Substitutivo), que oferece.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), *que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (é obrigatório o regime de sepa-*

ração de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, *que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo *que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente*).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), *que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2– CCJ, que apresenta.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 87, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 104, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 107, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1– CAS (Substitutivo), que oferece.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 122, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realiza-

ção de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 143, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2– CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 150, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Moraes, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

27

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 156, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

28

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 158, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2- CAS, que apresenta.

29

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 182, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

30

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 184, DE 2008**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo

Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

31

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 194, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1- CAS, que apresenta.

32

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 5, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

33

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 11, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3— CE, que apresenta; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 12, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscumanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 13, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 191, DE 2009**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

37**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 77, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.*

38**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.*

39**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusa-

do, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regula o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1– CCJ (Substitutivo), que apresenta.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1– CAS (Substitutivo), que oferece; e de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005–COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 - Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

44**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 175, DE 2003- COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

45**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004-COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Esta-

do, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

46**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004-COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 266, DE 2005–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 269, DE 2005–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder

Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

49

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 274, DE 2005–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

50

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 313, DE 2005–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

51

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 363, DE 2005–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

52

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

53

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 684, DE 2007–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentado-

res, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 17, DE 2008–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6— CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2008—COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

— 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

— 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6— CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 2008—COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento,

no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

— 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

— 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6— CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 209, DE 2008**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

— 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

— 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6— CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 236, DE 2008–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 249, DE 2008–COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos

que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 14, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

65

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 117, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria

do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

66

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 190, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 17, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, que apresenta.

68

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 441, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

69

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 235, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 1 minuto.)

SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

- Secretaria-Geral da Mesa
- Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 31 de outubro de 2010
- Atas de Comissões Permanentes

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
- vago*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-PSDB - João Faustino* (S)
Minoria-DEM - José Bezerra* (S)
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-PSDB - Níura Demarchi** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
 (Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008
Prazo prorrogado: 22/11/2008
Prazo prorrogado: 01/07/2009
Prazo prorrogado: 21/02/2010
Prazo prorrogado: 02/09/2010
Prazo final prorrogado: 01/11/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,20)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(5,28,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,19)	1. Paulo Paim (PT-RS) ^(22,31,33)
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,21)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(25,35)
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23,34,36)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (32)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
21. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
31. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
32. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).
34. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
35. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
36. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- **. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.
- *****. Prorrogado até 01.11.2010 através do Requerimento nº 746, de 2010, lido em 04.08.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo final prorrogado: 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ^(1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽⁷⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. José Nery (PSOL-PA) ^(2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽⁸⁾
VAGO ⁽⁸⁾	
PTB	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
 6. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
 7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
 8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
 9. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
 10. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
- ***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.
- ****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. VAGO (8)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO ⁽⁴⁾
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(4,6)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(3,7)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).

4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

6. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

7. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do quinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Arthur Virgílio (PSDB)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽³⁾	
Senadora Fátima Cleide (PT)	
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾	
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(1,5)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
5. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

9) ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Finalidade: Acompanhar os resultados das apurações da Auditoria Geral do Estado do Pará na Administração do Governo daquele Estado.

(Requerimento nº 550, de 2010, do Senador Mário Couto, aprovado em 22.06.2010)

Número de membros: 5 titulares e 3 suplentes

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: VAGO ⁽⁸⁾

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

VAGO ⁽⁷⁾

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG).
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PLS 166/2010 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-GERAL: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO ELETRÔNICO: Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)

RELATOR-PARCIAL - PARTE GERAL: VAGO ⁽⁴⁾

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: Senador Almeida Lima (PMDB-SE)

RELATOR PARCIAL - CUMPR. SENTENÇAS E EXECUÇÃO: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Designação: 09/07/2010

Instalação: 04/08/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Antonio Carlos Júnior (DEM)	2. Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Marconi Perillo (PSDB)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Senador Papaléo Paes (PSDB)	4. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Regis Fichtner (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Almeida Lima (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁾	2. Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(1,3)
PTB	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Senador Gim Argello
PDT	
Senador Acir Gurgacz	1.

Notas:

1. Designados membros do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, titulares, e Inácio Arruda e Augusto Botelho, suplentes, conforme ofício lido na sessão deliberativa de 03.08.2010.

2. Em 4.8.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 102/2010-GLPMDB), em substituição ao Senador Renan Calheiros.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
4. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
5. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- *. Instalada a Comissão, eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e designados o Relator-Geral e os Relatores-Parciais, conforme o Of. nº 001/2010-CRCPC, lido na sessão deliberativa ordinária de 04.08.2010.

**CALENDÁRIO ORIGINAL DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2010,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

PRAZOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 02 a 27.08.2010 (art. 374, III)
RELATÓRIOS PARCIAIS: 30.08 a 26.10.2010 (art. 374, IV)¹
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 27.10 a 25.11.2010 (art. 374, V)¹
PARECER FINAL: 26.11 a 22.12.2010 (art. 374, VI)¹

¹ Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 747, de 2010, em 04.08.2010.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 33033511

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁴⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³³⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁸⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁰⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁸⁾	3. Paulo Paim (PT) ^(11,41,94,104)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(37,93,105)	4. Ideli Salvatti (PT) ^(36,106,114,121,122)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾	5. VAGO ^(29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁰⁾	6. VAGO ^(4,39,81,82,83,84,87,95)
César Borges (PR) ⁽³¹⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³²⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(56,59,110)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) ^(3,60,97,98)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶³⁾	4. VAGO ^(2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,53,69,117,119)	5. Edison Lobão (PMDB) ^(9,65,71,96,99)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,62)	6. Regis Fichtner (PMDB) ^(1,60,108,116)
Renan Calheiros (PMDB) ^(58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁴⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ^(43,102,103,118,120)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,50)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁹⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Níura Demarchi (PSDB) ^(52,107,111,113)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴³⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,51,76,79,89,90)	6. José Bezerra (DEM) ^(5,45,109,115)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁴⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,42)
Gim Argello ⁽⁴²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴²⁾

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (OF. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
96. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
97. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).
105. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG).
106. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
107. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
109. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
112. Senador Garibaldi Alves encontra-se licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 55/10-GLPSDB).
114. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 049/2010-GLDBAG).
115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 110/2010).
117. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
118. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (Of. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
121. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
122. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 070/10-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ^(7,15)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
15. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (27,117)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32,107,113,120,121)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,94,101)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Regis Fichtner (PMDB) (6,56,111,115)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80,102,118,119)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80,110)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,93,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Níura Demarchi (PSDB) (46,108,112,114)	4. José Bezerra (DEM) (4,40,109,116)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66,100,105,106,122)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).
105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).
106. Em 01.07.2010, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 48/10-GLPSDB).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
112. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 048/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

115. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 103/2010).
116. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
117. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
118. Em 18.08.2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 125/2010).
119. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 069/10-GLDBAG).
122. Em 22.10.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 072/10-GLPSDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(10,11)
VAGO ^(2,17)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾
PMDB	
VAGO ^(8,18)	1. VAGO ^(7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁹⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
16. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
18. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(13,23)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,18)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁷⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4,20)
Papaléo Paes (PSDB) ^(11,17,19)	2. VAGO ^(2,9,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(5,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(6,14,15)	1. VAGO ^(3,21)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
7. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
19. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).
20. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
21. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
22. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
23. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) (5,6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. VAGO (4)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁰²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Shessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,31)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (1,15,17,30,116)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (35)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,32,73)
Ideli Salvatti (PT) (38,111,113,120,121)	5. César Borges (PR) (37,40)
Tião Viana (PT) (34,40,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,36,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (58,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (54,68)
Almeida Lima (PMDB) (62,67)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,69,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (57,67,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,64,78)
Francisco Dornelles (PP) (60,67)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,66,76,101,105)
Valter Pereira (PMDB) (2,67)	5. Valdir Raupp (PMDB) (41,59,65)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,63,103,104)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,67,115,119)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (45)
Demóstenes Torres (DEM) (43)	2. Adelmir Santana (DEM) (46)
Jayme Campos (DEM) (50,82,85,97,98)	3. Níura Demarchi (PSDB) (52,110,117,118)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Bezerra (DEM) (4,49,112,114)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (51)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,44)
Alvaro Dias (PSDB) (24,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,70,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (25,71)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27,72,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO (48,122)	1. Gim Argello (42,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
31. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
43. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
46. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
51. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).
101. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
102. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
104. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 45/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).
110. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 050/2010-GLDBAG).
114. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
115. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
116. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
117. Em 17.08.2010, vaga cedida temporariamente ao PSDB enquanto durar a licença do Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 057/10 - GLDEM).
118. Em 18.08.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of.63/2010-GLPSDB).
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 20.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 066/2010-GLDBAG).
122. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
VAGO (4)	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	
Tasso Jereissati (PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM)	

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) ^(92,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(74,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (31,81,89,91,94)	1. VAGO (1,36,110)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (31,126)	2. Gim Argello (PTB) (37,96,101)
Fátima Cleide (PT) (31)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,34)
Paulo Paim (PT) (31,47,66)	4. José Nery (PSOL) (33)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (30,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (38,76,78,80,96,115,121,132,133)	6. João Ribeiro (PR) (30,71)
VAGO (35,85,86,87,98,100,107)	7. Marina Silva (PV) (30,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (56)	1. Romero Jucá (PMDB) (55)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,57,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (55,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (54,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (55)
VAGO (64,109,127,131)	4. Neuto De Conto (PMDB) (58,125,129)
Gerson Camata (PMDB) (60)	5. Valdir Raupp (PMDB) (62)
VAGO (5,9,61,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,63,119)
VAGO (53,65)	7. VAGO (59,108)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Níura Demarchi (PSDB) (4,50,116,118,120)	1. Gilberto Goellner (DEM) (48,113,114,128,130)
Marco Maciel (DEM) (40)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,43)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,41)	3. Jayme Campos (DEM) (46,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (42)	4. Efraim Moraes (DEM) (52)
João Faustino (PSDB) (13,49,117,122,123,124)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,44)
Adelmir Santana (DEM) (45)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (26)	7. Cícero Lucena (PSDB) (29,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (22,93)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (28,68,73,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (27)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (24)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,51)	1. João Vicente Claudino (51)
VAGO (51,134)	2. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
92. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).
101. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
108. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
109. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
110. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
115. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
116. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
117. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
118. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
119. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
120. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 54/10-GLPSDB).
121. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).
122. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
123. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
124. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 59/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
125. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
126. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
127. Em 18/08/2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão (OF.GLPMDB nº 124/2010).
128. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
129. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
130. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
131. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
132. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
133. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 067/10-GLDBAG).
134. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(7,16,23,25)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Paulo Paim (PT) ^(8,17)	2. Flávio Arns (PSDB) ^(16,17,21)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁹⁾	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(3,20)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽²²⁾	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁵⁾	3. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(1,6,13)
Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁰⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ^(5,24)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) ^(9,18)
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽⁹⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ^(7,11)
PDT	
Cristovam Buarque ^(7,12)	1. VAGO ⁽¹²⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
23. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
24. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
25. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão de Educação, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB) (6,7)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (5)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
 2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).
 5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
 6. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
 7. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
- *. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) ⁽²²⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽²¹⁾
Marina Silva (PV) ^(7,22,43,45)	2. César Borges (PR) ⁽²⁵⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(24,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²⁰⁾
João Ribeiro (PR) ⁽²³⁾	4. Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) ^(38,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁸⁾
Hélio Costa (PMDB) ^(38,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,11,39)
VAGO ^(40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁸⁾
Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁸⁾	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽³⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) ^(32,61,62,64,65)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁹⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁷⁾	2. Raimundo Colombo (DEM) ^(1,34,63)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽³⁰⁾	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(3,28)
Eliseu Resende (DEM) ⁽³⁵⁾	4. Jayme Campos (DEM) ^(9,31,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,19)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁸⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁵⁾	7. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁶⁾
PTB	
Gim Argello ^(6,33)	1. Sérgio Zambiasi ⁽³³⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque ^(12,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
32. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
34. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. GLDEM nº 32/2010).
63. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
64. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
65. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Jefferson Praia (PDT-AM) ^(4,12,16)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) ^(10,15)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ^(13,14,17)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
 11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 14. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
 15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
 16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
 17. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: VAGO ^(2,11,13)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,9)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).

13. Vago em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM, de 11.05.10).

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

**. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

1. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).

2. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

*. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.

**. Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,74)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
Regis Fichtner (PMDB) (35,43,80)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,72,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
VAGO (10,12,33,77)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (2,25,78,81)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. João Faustino (PSDB) (16,47,60,62,79)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
73. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
74. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
77. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
78. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
79. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 57/10-GLPSDB).
80. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 104/2010).
81. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
Paulo Paim (PT) (47,94,99)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (22,41,50,72,106)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,95,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Regis Fichtner (PMDB) (4,100,103)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. João Faustino (PSDB) (23,27,56,101,102,104,105)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. VAGO (53,78,79,80,107)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. Nº 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. Nº 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 036/2010-GLDBAG).
100. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
101. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
102. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
103. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 105/2010).
104. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de suplente ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
105. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 60/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
106. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
107. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽¹¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).
11. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (5)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO (2,7)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (6)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).
5. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18,90,92,98,99)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,81)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54,94,97)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,82,84)
Regis Fichtner (PMDB) (45,91,93)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,80,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (34,87,88,95,96)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
81. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).
90. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
91. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
92. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 052/2010-GLDBAG).
93. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 106/2010).
94. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
95. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
96. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
97. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
98. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
99. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 065/10-GLDBAG).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58,67,72)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (26)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,28)
Serys Shlessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (27)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (38,48,55,57,68,70)	1. VAGO (43,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,46)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (44)	4. Gerson Camata (PMDB) (42,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (33,65,66)	1. Gilberto Goellner (DEM) (35,63,64,69,71)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (30,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,37)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,36)
Lúcia Vânia (PSDB) (17)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (21)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,18,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (19,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
19. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
38. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
65. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
66. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
67. Vago (art. 88, § 5º), em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato nos termos do art. 39, II - RISF.
68. O Senador Neuto de Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
69. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
70. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
71. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
72. Em 06.10.2010, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 79/2010-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (77,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
VAGO (23,62,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (21,32,49,87)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,63,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Shessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,35,44,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (36,45)
Neuto De Conto (PMDB) (37,40,86,89)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,47)
Gerson Camata (PMDB) (43,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (39,42)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Regis Fichtner (PMDB) (41,48,82,84)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (26,77,79,88,90)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
José Bezerra (DEM) (27,80,85)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25,81)
João Faustino (PSDB) (13,53,56,65,66,83)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB ⁽⁵⁾	
VAGO (9,29,91)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

44. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. Nº 037/10-GLDEM).
79. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (Of. Nº 037/10-GLDEM).
80. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

81. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
82. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
83. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 56/10-GLPSDB).
84. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 111/2010).
85. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
86. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
87. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
88. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
89. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
90. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
91. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(5,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB) ^(13,14)	2. VAGO ^(6,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(3,12)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
6. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. Nº 037/10-GLDEM).
12. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
13. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
14. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. Gerson Camata (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
	1. VAGO (2)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) (63,78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,69)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,44)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (34,65,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
Leomar Quintanilha (PMDB) (38,64,72)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,40)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (37,46)	4. Regis Fichtner (PMDB) (2,53,56,58,61,73,74,76)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28,70,71,79,80)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Bezerra (DEM) (6,12,24,75,77)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,47)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
64. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
65. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 30/2010-GLDBAG).
70. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).
74. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
75. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
76. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 112/2010).
77. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
78. Em 01.09.2010, o Senador Roberto Cavalcanti foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Of. nº 124/2010-CCT).
79. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
80. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
VAGO (1,2)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/10/2010

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009
2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)			
VAGO (3)		1. Delcídio Amaral (PT-MS)	
VAGO (15)		2. Ideli Salvatti (PT-SC) (16,19)	
VAGO (1)		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (18)		4. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR)	
Maioria (PMDB, PP)			
VAGO (14)		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)	
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)	
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PSC-PI) (13)	
VAGO (17)		4. VAGO (5)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)			
VAGO (9)		1. VAGO (6)	
VAGO (12)		2. VAGO (10)	
VAGO (11)		3. VAGO (8)	
VAGO (7)		4. VAGO (7)	
VAGO (7)		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
PDT			
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)	
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO (/) (20)			

Atualização: 26/10/2010

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
15. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
17. O Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em 14.07.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner.
18. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.10.
19. A Senadora Ideli Salvatti reassumiu o mandato em 06.10.2010, conforme Of. 047/2010-GSISAL, lido na sessão de 06.10.2010 e publicado na mesma data.
20. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(4,5)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ^(2,12,13)
PDT
Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)
PR
Magno Malta (ES) ^(1,7,10)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 29/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
 3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
 4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
 5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
 6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
 7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
 8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
 9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
 10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
 11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
 12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
 13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- *. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
DEM
Adelmir Santana (DF)
PSDB
João Tenório (AL) ⁽²⁾
PT
Tião Viana (AC) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾
PDT
Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾
PR
César Borges (BA)
PSB
Antonio Carlos Valadares (SE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ)
PSOL
José Nery (PA)
PSC
Mão Santa (PI)
PV
Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
 2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
 3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
 4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
 5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- *. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephim Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquzezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) ¹⁷
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
Vago ¹⁸	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM) ^{6 16}
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 05.08.2010)

1 Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

2 Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

3 Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

4 Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

5 Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

6 O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

7 Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/Inº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

8 Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

9 Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

10 Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/Inº 12, de 28.01.2009.

11 Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/Inº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

12 Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data

13 O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

14 Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

15 Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

16 O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

17 O Senador Neuto De Conto afastou-se, nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, para assumir o cargo de Secretário Executivo de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, a partir de 5-8-2010.

18 Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma em 26-10-2010.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



Edição de hoje: 296 páginas

OS: 2010/15067